

UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**COSTURANDO ROUPAS E ROÇADOS: AS
LINHAS QUE TECEM TRABALHO E GÊNERO NO
AGRESTE PERNAMBUCANO**

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**Costurando roupas e roçados: as linhas que tecem trabalho e
gênero no Agreste pernambucano**

RENATA BEZERRA MILANÊS

Sob a Orientação da Professora

Maria José Teixeira Carneiro

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em Ciências**, no
Curso de Pós-Graduação em
Ciências Sociais em Agricultura,
Desenvolvimento e Sociedade

Rio de Janeiro,
Junho de 2015

305.4098134
M637c
T

Milanês, Renata Bezerra.
Costurando roupas e roçados: as linhas que tecem
trabalho e gênero no Agreste pernambucano / Renata
Bezerra Milanês, 2015.
136 f.

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.

Bibliografia: f. 132-136.

1. Sulanca – Teses. 2. Trabalho domiciliar –
Teses. 3. Costura – Teses. 4. Relações de gênero – Teses. I.
Carneiro, Maria José Teixeira II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e
Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

RENATA BEZERRA MILANÊS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Prof^a. Ph.D. MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO – Orientadora - CPDA/UFRJ

Prof^o. Dr^o. FERNANDO RABOSSI – Arguidor PPGSA/ UFRJ

Prof^a. Dr^a. DÉBORA FRANCO LERRER – Arguidor- CPDA/UFRJ

Prof^a. Dr^a – CLÁUDIA JOB SCHMITT – Suplente- CPDA/UFRJ

*Aos meus pais Olavo e Maria José,
camponeses paraibanos que
sempre tiveram que recorrer a
inúmeras estratégias para
buscarem o melhor para suas
vidas e também para a minha. Por
você nasci, por você tenho a
vida, por você sou capaz de tudo.
Dedico-os este trabalho como
forma de minha eterna gratidão,
por todo apoio que sempre me
deram!*

“É até um negócio sem lógica de ter desenvolvido nessa região, né? Porque Santa Cruz ficava há 10 km da margem da BR e tudo nasceu lá, numa região pobre, miserável e daí a pouco deu certo”.

(Secretário de Agricultura e Pecuária de Taquaritinga do Norte)

“Na casa que não tiver uma máquina de costura aqui no sítio é porque ou o camarada não sabe costurar ou porque já aleijou da coluna”.

(José, agricultor e costureiro, 34 anos.)

“A gente vive mais no campo e na sulanca pra ir arrumando o pão mais fácil. A sulanca aqui foi a salvação da gente! Eu acho que 90% da região da gente aqui sobrevive por causa da sulanca. Mesmo que a gente trabalhe de pedreiro e de outras coisas, mas se a sulanca afracar lá, nós fica sem serviço aqui”.

(João, agricultor e costureiro, 39 anos.)

“Quando para que não tem inverno, a mulher sempre é na sulanca costurando e a gente homem fica se virando, com serviço de uma cerca, fazendo empréstimo no banco, alguns criam animais e a outra parte todinha é na sulanca, e assim vamos tirando o pão”.

(Chico Carola, agricultor, 58 anos.)

“A gente costura, cuida dos filhos e ajeita a casa de minuto, tudo de uma vez só”.

(Juliana, costureira e dona de casa, 28 anos.)

Parece que ouço agora
que vou deixando o Agreste:
“Rio Capibaribe,
que mau caminho escolheste.
Vens de terra de sola,
curtidas de tanta sede,
vais para terra pior,
que apodrece sob o verde.
Se aqui tudo secou
até seu osso de pedra,
se a terra é dura, o homem
tem pedra para defender-se.
Na Mata, a febre, a fome
até os ossos amolecem”.
Penso: o rumo do mar
sempre é o melhor para quem desce.

De Ilhetas ao Petribu,
João Cabral de Melo Neto

AGRADECIMENTOS

No final dessa jornada, muitas lembranças perpassam minha mente nesses dois anos que passaram mais rápido do que imaginava. Nesse tempo pude amadurecer tanto nos aspectos intelectuais como pessoais. Não foi fácil estar há mais de 2.600 km longe de casa, mas só consegui chegar até aqui porque tive a sorte de caminhar ao lado de pessoas maravilhosas que nunca me deixaram desistir. Por isso, afirmo de todo coração que esta dissertação também foi uma construção coletiva, pois nela existe um pedacinho de cada pessoa que cruzou minha vida entre os trajetos Rio, Paraíba, Pernambuco e que conseguiu me fazer feliz seja com um sorriso, com uma palavra, com um abraço ou com um abrigo acolhedor.

Aos meus queridos pais, agradeço em primeiro lugar por todo carinho, força e apoio que me deram durante esse tempo que passei no Rio de Janeiro, que em alguns momentos foram bem difíceis, mas sem vocês dois nada disso seria possível. Obrigada por cada ligação, por cada palavra de incentivo quando eu sentia saudade e por me ajudarem a não desistir dos meus sonhos. Perdoem-me pelo stress rotineiro e pelos “aperreios” da minha vida acadêmica de cientista social, que acabaram em diversos momentos atingindo nossa relação. Obrigada também por terem histórias de vida camponesas tão marcantes e fortes, que sem dúvidas inspiraram a construção e realização de toda esta pesquisa. Vocês são o que há de mais importante para mim.

À professora Maria José Carneiro, por todas as orientações, correções e incentivos. Agradeço por enxergar e valorizar a minha pesquisa e também a minha capacidade enquanto pesquisadora.

Agradeço a toda equipe do CPDA, desde o corpo docente e administrativo, até o ascensorista de elevador, seu Manoel, que sempre me dava um abraço e me contagiava com sua alegria, para que eu pudesse encarar cada manhã com um sorriso no rosto. A Luiz, funcionário da secretaria por toda educação, simpatia e competência. A Silvinha e Janete por terem sido tão gentis e legais comigo todos os dias. Aos professores que pude conhecer e cursar disciplinas, em especial, Regina Bruno, pelos abraços nordestinos e por me entender quando a saudade de casa apertava. Às professoras Cláudia e a Débora, por terem contribuído com meu trabalho nas disciplinas de Métodos. Aos demais professores que sempre estiveram disponíveis para me ajudar no andamento dessa pesquisa, seja com o empréstimo de livros, com dicas ou com ideias. Agradeço também ao professor Fernando Rabossi, pelas sugestões

que me deu na Qualificação, pelas dicas bibliográficas e pela prontidão em participar das minhas defesas.

Agradeço a toda minha turma de Mestrado do ano de 2013, que sem dúvidas foi a melhor que já tive na vida. Vocês são pessoas com as quais eu desejaria fazer doutorado, pós-doutorado e conviver para sempre. Obrigada por acolherem essa paraibana da melhor forma possível, por terem humildade em aprender, por nunca se demonstrarem superiores a ninguém, por serem altruístas e vislumbrarem um mundo melhor. Agradeço por me ajudarem durante os meus dias mais difíceis e por cada gesto de amizade. Espero que a história que nós construímos juntos ultrapasse os limites acadêmicos, pois quero vocês continuem caminhando comigo sempre.

Em especial agradeço a Natália e Thaís, por terem sido minhas “bichinhas” e melhores companheiras nesses dois anos de Rio, por estarem comigo nos momentos felizes e tristes e por terem se tornado irmãs de coração. A Taiana por ter sido uma grande amiga no segundo ano de mestrado, que me ajudou muito nos meus momentos pessoais mais difíceis. A Luciane que além de amiga de classe, foi minha vizinha e representou um papel quase de mãe, me dando suporte e carinho quando eu mais precisava. As demais amigas Leda, Bianca, Luiza, Janille, Carina, Ísis, Héllen, Rapha, Thaís Valvano e Helena obrigada pelas risadas compartilhadas, pelas festinhas, pelas sábias palavras de amizade e também pela troca de conhecimentos, vocês são muito queridas.

Às minhas tias Mônica e Lúcia, por me abrigarem no primeiro semestre de mestrado e por me darem suporte logo quando cheguei na cidade maravilhosa. A Lourdes (Neném), Inês e Raphael, por terem se tornado uma família que a vida me deu em um momento muito importante e que realmente eu estava precisando desse apoio, meus sinceros agradecimentos por terem aberto a porta da sua casa para me acolher.

Agradeço em especial ao grande amigo Valdênio por sempre me salvar, me ajudar e ser tão importante na minha vida acadêmica desde a época da graduação. Aos demais amigos que convivi aqui no Rio, Daniel, Yohanan, David, Gabriela e Rachel, gratidão por tudo. E também aos queridos amigos da Paraíba, que mesmo longe nunca deixaram de se fazer presentes na minha vida, Natana, Anaíra, Jéssyka, Lígia, Carol, Renata, Renally, Stallone e Diogo, nossa caminhada antecede o Mestrado e eu sou muito grata por você continuarem andando ao meu lado.

A Annahid por ter me ajudado bastante, com o envio de materiais sobre o Polo e pela troca de e-mails, de sentimentos, de experiências de pesquisa e de vida.

Agradeço ao Professor Roberto Vêras por ter me apresentado ao fascinante mundo da sulanca e por ter me dado à primeira oportunidade de pesquisa sobre o Polo, me fazendo enveredar por esse caminho, ainda na graduação.

Ao meu vizinho Eraldo, por ter se disponibilizado em viajar para Santa Cruz comigo para me apresentar melhor à região e as pessoas.

Ao historiador José de Oliveira Góis por ter me recebido em sua casa e me apresentado com seus livros, suas histórias e também com um acervo riquíssimo de imagens de Santa Cruz do Capibaribe.

Agradeço a família Amaral que me abrigou em Santa Cruz do Capibaribe sempre que eu precisava. Em especial a Elizabete por me acolher com tanto carinho na sua casa. Sem vocês tudo teria sido mais difícil.

A todos os moradores da comunidade do Algodão, principalmente a família que me hospedou durante todo o período em que fiz pesquisa de campo. Sem a bondade de vocês em me receber durante tanto tempo, com certeza esta pesquisa não teria existido. Serei eternamente grata à atenção, ao cuidado e a confiança que vocês me depositaram e espero que as relações que construímos sejam duradouras e se prolonguem para além desta dissertação.

Agradeço por fim, a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente contribuíram de alguma maneira para a realização desta pesquisa.

RESUMO

MILANÊS, Renata B. Costurando roupas e roçados: as linhas que tecem trabalho e gênero no Agreste pernambucano. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco teve origem em meados dos anos 50, através da Feira da Sulanca e atualmente consiste em um dos mais importantes aglomerados econômicos existentes na Região Nordeste, particularmente no setor de confecções de roupas, pois atualmente é considerado o segundo maior polo têxtil do Brasil. Este espaço destoa de inúmeros polos econômicos de seu porte, por não contar com uma presença do investimento estatal, seja no seu surgimento, na sua consolidação e até mesmo nos dias atuais. Suas atividades produtivas e comerciais têm a informalidade como marca decisiva de seu perfil e se encontram instaladas principalmente nas cidades de Santa Cruz, Toritama e Caruaru, englobando também alguns povoados rurais da região. Este estudo foi realizado na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, pioneira na produção e nas feiras do Agreste e em três comunidades rurais pertencentes ao município de Taquaritinga do Norte. O objetivo principal desta dissertação é observar e analisar como a atividade da costura perpassa as estratégias de reprodução social de famílias rurais e como vem reconfigurando o exercício das atividades agrícolas na região. Privilegiando espacialmente os domicílios rurais, esta abordagem focará também nas relações sociais de trabalho e de gênero, a partir da inserção dos homens e das mulheres na atividade da costura. Dando prioridade ao ponto de vista dos(as) agricultores(as) e/ou costureiros(as), este trabalho busca também analisar as estratégias de vida destas pessoas, que vem sendo desenvolvidas ao longo do tempo, a partir de laços sociais, de vínculos e valores nos quais os indivíduos do Agreste pernambucano estão envolvidos. Cabe ressaltar que esta dissertação procura oferecer uma análise desta realidade, em específico sob um ponto de vista antropológico, a partir das ações individuais ou coletivas, valores ou expectativas das pessoas que moram e trabalham nas suas próprias residências. Será através das experiências, narrativas, trajetórias e das categorias de pensamento dos(as) próprios trabalhadores, que se buscará compreender as representações acerca dos processos de trabalho, da sua prática econômica e das suas vidas, levando em conta principalmente as relações familiares que se tornam estruturantes nesse processo.

Palavras-chave: Sulanca, Trabalho Domiciliar, Produção Familiar, Costura, Relações de Gênero.

ABSTRACT

MILANÊS, Renata B. Sewing clothes and agriculture: the lines that weave work and gender in Pernambuco Agreste. Dissertation (Masters in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The Polo of Pernambuco Agreste Clothing was originated in the mid-50s by the Sulanca open market that currently consists in one of the most important existing economic clusters in the Northeast, particularly in the clothing sector of clothes, it is currently considered the second largest textile pole in Brazil. This space clashes of numerous economic centers of its size, they haven't the presence of state investment, either in its appearance, consolidation and even today. Their productive and commercial activities have an informality as decisive brand profile and they are mainly installed in the cities of Santa Cruz, Toritama and Caruaru, also encompassing some rural villages around. This study was conducted in the city of Santa Cruz do Capibaribe, a pioneer in the production and trades in the Agreste and also in three rural communities belonging to the municipality of North of Taquaritinga. The main objective of this dissertation is to observe and analyze how the seam activity permeates to the strategies of the social reproduction of the rural households and comes reconfiguring the exercise of agricultural activities in the region. Spatially favoring rural households, this approach will also focus on the social relations of work and gender, departing in the sewing activity of mens and womens. Prioritizing the point of view of farmers and/or tailor, this work also seeks to analyze the livelihood strategies of these people, which has been growing over the time, from social ties, bonds and values in each individual of Pernambuco Agreste are involved. Note that this dissertation look to provide an analysis of this reality itself, in particular from an anthropological point of view, from the individual or collective actions, values and expectations of the people who live and work in their own homes. It will be through the experiences, stories, trajectories and categories thought of the workers themselves, trying understand the representations about the work processes, their economic practice and their lives, primarily taking into account the family relationships that are the most important in the process.

Keywords: Sulanca, Homework, Family Production, Sewing, Gender Relations

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mesorregiões pernambucanas

FIGURA 2: Feira de Santa Cruz do Capibaribe em 1947

FIGURA 3: Lambe-solas em Santa Cruz do Capibaribe nos anos 40

FIGURA 4: Sulanqueiros vendendo a mercadoria em uma de suas viagens

FIGURA 5: Costureiras vendendo seus produtos na Rua Siqueira Campos

FIGURA 6: Feira da Sulanca

FIGURA 7: Vista aérea da avenida 29 de Dezembro e de ruas paralelas em dias de Feira da Sulanca, anos 2000

FIGURA 8: Moda Center Santa Cruz

FIGURA 9: Vista da Avenida Santa Cruz, Rua principal do Algodão

FIGURA 10: Plantação de milho de João devastada pela seca

FIGURA 11: João mostrando o que sobrou da sua plantação

FIGURA 12: João no “salão” de confecções que construiu

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Estimativa do número de unidades produtivas em 2002 e 2012

TABELA 2: Características do entorno dos domicílios particulares permanentes em áreas urbanas

TABELA 3: Tipos de produção e rendimento das costureiras do Algodão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PRIMEIRO CAPÍTULO: A “INVENÇÃO” DA SULANCA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO	23
1.1. Emendando histórias e narrativas: alguns dilemas de pesquisa.....	23
1.2. “Quando o algodão acabou (...) os sítios eram de fome”: A estrutura produtiva no Agreste de Pernambuco	25
1.3. Santa Cruz do Capibaribe e sua “vocação” para o comércio nas feiras livres	31
1.4. Dos “lambe solas” �� sulanca. Do couro ao retalho de pano: mãos que costuram a tradição.	33
1.5. “A costura vence a seca!”	42
1.6. Os anos 2000 e a construção dos <i>shoppings</i> populares	44
1.6.1. Desenvolvimento econômico <i>versus</i> desenvolvimento social.....	48
1.7. O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco	50
SEGUNDO CAPÍTULO: “S�� COSTURO PORQUE A PRECISÃO OBRIGA, MAS EU GOSTO MESMO �� DE TRABALHAR NO CAMPO”	54
2.1. O Sítio Algodão	55
2.1.1. Observando e participando: minha hospedagem no Algodão	58
2.2. “Mesmo com a seca, ninguém nunca desistiu de plantar aqui não”	59
2.3. “De todo jeito o caba aqui sempre teve que se virar”	64
2.4. “A gente só foi pra sulanca por causa dos inverno que não têm”	69
2.5. “A vida na roça é mais sofrida, com a costura a vida �� mais fácil, n��?”	77
2.6. “Ninguém quer ser f��chado, porque nós perde o direito de agricultor”	80
2.7. “Depois da sulanca é meio difícil o jovem aqui ter o interesse de trabalhar na agricultura”	82
TERCEIRO CAPÍTULO: “A GENTE COSTURA, CUIDA DOS FILHOS E AJEITA A CASA DE MINUTO, TUDO DE UMA VEZ S��”: TRABALHO DOMICILIAR E RELAÇÕES DE GÊNERO	87
3.1. O aprendizado da costura e a aquisição da primeira máquina.....	88
3.2. “O patrão quer botar moral se a máquina for dele”	92
3.3. Os “patrões” e as subcontratações	95
3.4. “Quem trabalha com produção, tem que fazer muito, porque �� você ganha mais”	98
3.5. “Costuro a hora que quero e paro a hora que quero”	105
3.6. As experiências da produção própria e o “fracasso” com o comércio	108
3.7. “Nessa nossa área daqui os homens costuram e não tem preconceito com isso não”.	112
3.8. “A gente costura, cuida dos filhos e ajeita a casa de minuto, tudo de uma vez só”: o trabalho doméstico feminino	115
3.9. “Por isso que é bom trabalhar, pra não t�� pedindo nada ao marido”	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo principal observar e analisar como a atividade da costura tem interferido na reprodução social das famílias rurais do Agreste de Pernambuco e como vem reconfigurando o exercício das atividades agrícolas na região. Privilegiando espacialmente os domicílios rurais, esta abordagem focará também nas relações sociais de trabalho e de gênero na região, a partir da inserção dos homens e das mulheres na atividade das confecções de roupas, que tem a informalidade como marca decisiva de seu perfil.

Mesmo diante de um cenário com ausência de formalidade, é importante destacar que não se pretende caracterizar o Polo como um padrão periférico ou de baixa adesão ao padrão capitalista das relações de trabalho, mas sim entendê-lo, a partir de “categorias nativas e representações sobre a organização da vida econômica, como uma forma pela qual as pessoas operam um conjunto de saberes e práticas econômicas que não necessariamente estão vinculadas a um sistema financeiro formal” (SOUZA, 2012, p. 12). Nesse sentido, acredita-se que a inserção econômica dessas pessoas só é passível de ser compreendida se nós enquanto pesquisadores entendermos a própria economia local menos sob a égide de marcos regulatórios estabelecidos pelo Estado e mais a partir de laços sociais, de vínculos e valores nos quais os indivíduos do Agreste pernambucano estão envolvidos.

O território que hoje é considerado como Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco teve origem em meados dos anos 50, através da Feira da Sulanca e atualmente consiste em um dos mais importantes aglomerados econômicos existentes na Região Nordeste, particularmente no setor de confecções de roupas, sendo o segundo maior polo têxtil do Brasil, superado apenas por São Paulo (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Suas atividades produtivas e comerciais se encontram instaladas principalmente nas cidades de Santa Cruz, Toritama e Caruaru, englobando também alguns povoados rurais da região.

O referido Polo configura-se como uma importante experiência a ser estudada, pois as atividades de produção e comércio que se desenvolvem neste espaço, demonstram diante de algumas configurações históricas, que o surgimento desse conglomerado evidencia elementos não convencionais, por resultar de uma dinâmica que se reproduz através do investimento de iniciativas privadas da população local, embasadas em redes familiares e sociais e sustentadas por um grande fluxo comercial que tem sua representação máxima nas feiras populares e nos *shoppings* atacadistas.

Estes elementos são cruciais para pensar que a importância do Polo pernambucano não deve ser descrita apenas pelas proporções que sua economia está assumindo, mas sim pelos inúmeros fenômenos que se destacam na medida em que este se insere cada vez mais em uma dinâmica econômica que ultrapassa os limites locais e se desenvolve cada vez mais.

O interesse inicial de pesquisa pelo Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco surgiu em 2010, quando Helena Hirata¹ esteve na Universidade Federal de Campina Grande, na época em que eu fazia graduação e visitou o Polo com o grupo de estudos do qual eu fazia parte. Na ocasião, percebemos a predominância do trabalho feminino e Hirata me sugeriu como possível tema de estudo, uma abordagem que enfatizasse as categorias teóricas de trabalho e gênero. A partir daí tive experiências com o tema através de um projeto de Iniciação Científica, intitulado “O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: implicações para as relações de trabalho e gênero em Toritama”, sob a orientação do professor Dr. Roberto Vêras de Oliveira. Este projeto, por sua vez acabou resultando no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o título “Costurando o trabalho e gênero com a linha da informalidade no Agreste de Pernambuco”, com o mesmo orientador. No entanto, tendo em

¹ Socióloga especializada em comparações internacionais do trabalho e das relações de gênero. Atualmente é directrice de recherche Centre National de la Recherche Scientifique no laboratório “Genre, Travail, Mobilités” associado a Universidades de Paris 8.

vista a multiplicidade e a riqueza que a região e o tema abarcam, o interesse pelo assunto não cessou e desta maneira quis continuar problematizando algumas questões que me eram pertinentes em uma dissertação de mestrado, com o anseio de tentar dar conta de outras dimensões que até então havia deixado de lado.

Desde 2010 muitas foram às visitas que fiz ao Polo de Confecções antes de começar o mestrado, mas todas elas se direcionavam e se reduziam aos seus centros urbanos, principalmente Santa Cruz e Toritama, pois foi nesta última onde desenvolvi meus trabalhos da graduação.

O interesse em propor uma nova abordagem que me possibilitasse conhecer a zona rural do Polo, em partes, se deu pela minha inserção no CPDA-UFRRJ², como também por algumas observações que constatei na minha pesquisa do TCC, tais como a origem rural de todas as pessoas que eu havia entrevistado na época, como também a constante relação que a confecção e comercialização de roupas estabelecia com a vida das pessoas oriundas do campo, que chegavam a conciliar ou até mesmo substituir o trabalho agrícola em função da costura.

Desde o início da minha jornada como pesquisadora na região, duas questões que surgiram através de entrevistas realizadas, podem ser destacadas como impulso inicial no sentido de terem despertado minha atenção para deixar de lado algumas questões de pesquisa que me perseguiam (mais ancoradas na Sociologia do Trabalho e no aspecto estrito da informalidade) e buscar olhar o Polo através do seu viés rural e das vivências do trabalho a partir do olhar dos próprios moradores do campo.

A primeira delas diz respeito a uma entrevista que realizei em 2010 para minha pesquisa de Iniciação Científica, com uma jovem de 23 anos que trabalhava como vendedora em um box no Parque das Feiras em Toritama. Na época ela me contou que embora trabalhasse na cidade, era residente de um sítio próximo à cidade de Surubim (PE) e que se deslocava diariamente para cumprir sua função. No seu discurso, ela deixava claro que sua inserção nessa atividade tinha se dado porque as condições de vida no campo estavam cada vez mais difíceis e o Polo acabou se tornando (não só para ela) um espaço que oferecia muitas oportunidades de empregos na região e por esse fator ela se deslocou até Toritama, para obter um emprego e auxiliar na renda da sua família.

Essa vendedora esclareceu ainda que uma das vantagens de trabalhar com o comércio no Parque das Feiras, em comparação com o trabalho agrícola, era o dispêndio de um menor esforço físico e o salário, o qual se constituía como uma quantia certa e garantida no final do mês. Situação essa que não ocorria quando ela desenvolvia atividades agrícolas, pois o dinheiro adquirido costumava depender da colheita que algumas vezes era dizimada pela seca e, além disso, a quantia era primeiramente dividida entre a família (para as necessidades básicas) e, só depois, o mínimo que sobrava era destinado aos filhos, dessa maneira ela nunca conseguia suprir suas necessidades de consumo pessoais. Visando conquistar uma maior independência financeira, ela se inseriu nas atividades do Polo.

Histórias de vida desse tipo me foram muito relatadas pelos jovens que trabalhavam no comércio em Toritama. A maioria deles ainda morava nos “sítios”³ em torno do Polo, mas já haviam abandonado a agricultura e se inserido no ramo das confecções de roupas, que ganhava destaque e vinha se tornando o grande responsável pela renda monetária das famílias rurais. Isso me fez perceber que o meio rural estava se articulando cada vez mais com as atividades de trabalho oferecidas pelo meio urbano.

A segunda questão que também me incentivou a querer estudar as complexidades e os diversos significados que continham na inserção das pessoas no Polo, sobretudo as que ainda

² Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ O significado local de “sítios” será descrito mais adiante no segundo capítulo.

mantinham ligações com o meio rural, surgiu através do depoimento de um senhor de 51 anos que tinha uma lanchonete dentro do Parque das Feiras em Toritama. Ao contar sua história de vida, ele afirmou que era filho de agricultores e que mesmo trabalhando na cidade, nunca havia deixado seu “roçado”. No entanto, ele esclareceu que não se pode pensar mais na agricultura como um “meio de vida” na região, porque se você depender só dela “vai morrer de fome”. Segundo ele, muitas pessoas têm abandonado os “sítios”, porque “a agricultura é muito cansativa”, “você trabalha e não tem rendimento” e a forma de procurar uma “melhora”, tem sido migrar para a cidade para trabalhar com as confecções de roupas. Outro elemento interessante, é que na época em que o conheci, ele ainda mantinha seu terreno no “sítio”, porque sentia “necessidade” de zelar pelas terras que foram de sua família e através desse vínculo acabou empreendendo algum tipo de cultivo ou criação de alguns poucos animais, apenas para manter e não abandonar de ver o local. Já o rendimento das atividades agrícolas que realizava nesta terra era muito pouco e nas suas palavras “É como se diz, a minha diversão é daqui do meu trabalho pra meu terreno, criar os meus bichinhos e me divertir com aquilo. E isso pra mim é uma coisa importante”.

Para este senhor, embora a agricultura fosse valorizada enquanto um modo de vida, o próprio trabalho na roça era visto como desgastante e também como uma atividade que não dava rendimento. Outro fator muito interessante em sua fala e que também traduz o sentimento de algumas pessoas que entrevistei recentemente, sobretudo os homens, é o apego a terra e ao trabalho agrícola, que faz com que alguns deles continuem mantendo uma casa no sítio ou alguma criação de animal para manter o vínculo com o local em que nasceram e com a terra de suas famílias, que tem mais valor afetivo do que econômico. Essa representação da lavoura demonstra que há de fato uma distinção entre o desejo ou a valorização da relação com a terra e as suas condições objetivas.

Lembro que na época pensei nesses diálogos como algo que me servisse de inspiração para estudar tais temas posteriormente. Principalmente acerca da ideia difundida na região da incipiência agrícola e do próprio espaço rural que passa cada vez mais a ser reintegrado à dinâmica socioeconômica local, ora como atividade complementar, ora como lugar de moradia. Frente a isso, procurei questionar sobre, o sentido e os significados que o rural passa a assumir nos dias atuais, diante das configurações pelas quais a região vem passando ao longo do tempo, e também sobre qual o papel que a produção de roupas ocupa nos rendimentos das famílias rurais do Agreste pernambucano.

Além desses fatores e diante das transformações econômicas, sociais e culturais em curso na contemporaneidade torna-se, cada vez mais, necessário e importante uma visão sobre o mundo rural que esteja atenta para a complexidade, a vitalidade e a diversidade de seus processos. É importante, portanto, entender o rural como um espaço de múltiplas dimensões, e não apenas como um local onde se realizam atividades agrícolas ou pecuárias.

A preocupação com um rural que não é exclusivamente agrícola e com o conteúdo não restritamente produtivo da prática agrícola podem ser fatores decisivos para analisar os casos dos moradores desse meio que não tem condições de viver apenas da agricultura e suas diferentes formas de inserção na sociedade e na economia. Assim como observa Carneiro (2006), um olhar atento sobre essas questões pode tornar visível à contribuição não diretamente produtiva dos agricultores, independente do seu estatuto de produtor, pois permite também levar em conta outras formas de renda dos demais serviços oferecidos por esse grupo à sociedade.

Dentro desse contexto, o crescimento das atividades não-agrícolas no campo, se constitui como um elemento importante na atual fase de desenvolvimento da economia rural, pois têm criado novas oportunidades de trabalho para as famílias rurais, tem solucionado possíveis crises de desemprego e também vem se apresentando como alternativa de renda complementar aos ganhos obtidos com as atividades agrícolas.

É importante considerar que as atividades de produção não-agrícolas exercidas pelas populações do campo devam ser entendidas também, como estratégias familiares dos grupos, nas quais se exploram novas possibilidades de inserção da mão de obra. Pois, em contextos de limitações da produção agrícola, esse papel fica destinado a outros setores que se apresentam na maioria das vezes como as únicas formas de complemento ou de ingresso da renda nos domicílios rurais, como é o caso do Agreste de Pernambuco, por exemplo.

Diante desses elementos, algumas questões iniciais que pretendem ser respondidas ao longo desta dissertação são: O significado do rural está preso apenas ao espaço e a produção? Os camponeses do Agreste pernambucano sempre foram exclusivamente agricultores? Os agricultores que atualmente exercem atividades não-agrícolas, deixam de ser agricultores? O aumento das atividades não-agrícolas pode ser utilizado para decretar o fim da agricultura familiar? No Agreste pernambucano existe um estancamento da produtividade da agricultura por conta da atividade da costura?

Longe de considerar esse processo como linear, que afasta o camponês ou agricultor do meio rural, entende-se que a possível combinação de atividades, ou a recorrência a trabalhos não-agrícolas, ressalta cada vez mais a complexidade das formas e dos elementos utilizados por alguns atores para garantir sua manutenção e de sua família. Essa capacidade de adaptação frente aos novos contextos sociais e econômicos tem assumido práticas cada vez mais recorrentes no meio rural, e sob uma perspectiva sociológica podem até ser consideradas como mecanismos que asseguram a permanência das famílias agrícolas nas suas propriedades, conforme demonstrou Garcia Jr. (1989) para o caso de agricultores do brejo paraibano que se deslocaram para a região sul do país em busca de trabalho.

Nesse sentido, ao contrário de reproduzir o hábito de resumir o rural ao seu caráter agrícola, pretende-se através deste esforço de pesquisa mostrar que a ruralidade não se restringe apenas às relações sociais ligadas à produção alimentar ou ao setor agropecuário, o rural é também é um lugar de moradia, lazer, identidade cultural, de relações com a natureza e também sociais e culturais. Acredita-se que as características apenas produtivas deste espaço não podem ser tomadas como elementos dados, naturalizados e definidores do meio rural, bem como da sua população e de suas dinâmicas.

A escolha do local em que realizei a pesquisa de campo se deu de maneira quase aleatória. Pois como já foi dito anteriormente, eu não tinha conhecimento, nem nunca havia percorrido a zona rural que demarca o entorno do Polo. Por isso, no primeiro ano de mestrado, em uma visita à Campina Grande, procurei um dos meus vizinhos que foi o primeiro fabricante de etiquetas de Santa Cruz do Capibaribe. Ele morou muito tempo na região e além de ser pioneiro nesse ramo, conhecia não só toda a região, mas também algumas pessoas da cidade que acompanharam todo o processo de surgimento da “sulanca”. Diante dos meus interesses de pesquisa, coloquei a necessidade de conhecer algum sítio próximo à Santa Cruz no qual as pessoas realizassem a atividade da costura e assim o fizemos. Combinei com ele uma visita ao local, na qual ele iria me mostrar à região e também me apresentar a alguns antigos moradores santa cruzenses que poderiam me contar sobre a história da “sulanca” e do seu desenvolvimento.

Em Julho de 2013 fizemos a viagem que não seria a minha primeira incursão no Polo (tendo em vista que eu já pesquisava no local há alguns anos), mas que foi o meu primeiro contato com a zona rural da região. Lembro que de início paramos na casa de uns amigos do meu vizinho antes da entrada de Santa Cruz e conversamos com os mesmos e eles apontaram alguns nomes de sítios que eles conheciam e “que muitas pessoas trabalhavam costurando”. Realmente a variedade era tamanha que ficou difícil de escolher quais eu iria visitar naquele dia.

As pessoas me alertavam sempre que alguns locais eram violentos e perigosos, de fato, em uma rápida busca pela internet vi que algumas regiões da zona rural eram utilizadas para

práticas de crime, de roubos frequentes e até mesmo de estupros. Como posteriormente eu iria fazer a pesquisa de campo para a dissertação sozinha e iria precisar me locomover muito pelos sítios, optei por locais que ficassem próximos à Santa Cruz, pois caso eu ficasse hospedada na cidade seria mais fácil e mais seguro me deslocar.

Depois de visitar três sítios: Jerimum, Situação do Algodão e Algodão, acabei conhecendo mais pessoas neste último, e que além de ficar mais próximo à Santa Cruz, tinha também as casas mais próximas umas das outras, o que para mim ao menos no início iria fazer com que eu me sentisse mais segura.

Na primeira visita, a forma como eu me apresentava e conversava com as pessoas tinha que ser muito cautelosa, porque como o trabalho é predominantemente informal era normal que algumas pessoas se assustassem pensando ou perguntando se eu era da “fiscalização”. Eu sabia que adquirir a confiança das pessoas não ia ser tão fácil, mas o fato de eu ter ido com meu vizinho até me ajudou, porque ele conversava com as pessoas e acabava encontrando conhecidos em comum, ou então ele falava que tinha produzido etiquetas e indicava onde tinha morado em Santa Cruz e as pessoas acabavam demonstrando algum tipo de confiança, mesmo que mínima, pelas experiências de vida dele que se ligavam através do Polo.

O fato de eu também já conhecer o Polo e já ter desenvolvido pesquisa no local, também me ajudou a contar quem eu era para as pessoas que estavam me conhecendo. Além disso, lembro bem que em alguns casos me perguntavam onde eu havia ficado hospedada quando fazia pesquisa em Toritama e após ter mencionado que algumas vezes fiquei na casa de um Padre chamado Erandir, muitos moradores do sítio Algodão me sorriam e falavam que ele havia sido o Padre da capela que tem lá. E diante dessas “coincidências” a suspeita ou desconfiança de que eu fosse “fiscal do trabalho” iam ficando mais fracas.

Outro elemento que me ajudou bastante foi que o fato da minha avó e da minha mãe costurarem acabou facilitando minha relação com as pessoas da região, pois desde a infância eu sempre tive contato com essa atividade e já detinha algum conhecimento sobre os processos e algumas funções que são realizadas, isso permitiu com que eu me aproximasse mais rapidamente e entendesse melhor o ofício da costura.

Voltei para o Rio de Janeiro com a certeza de que iria pesquisar aquela comunidade rural. No entanto, lembro que uma coisa que me incomodava é que nessa minha primeira incursão, ao menos nas cinco casas que eu visitei e nas demais que eu observei, não existiam produção agrícola. Cheguei até a constatar precocemente que este fato era generalizável para o local e que a esperança que eu tinha de conhecer famílias que ainda mantinham a produção agrícola conciliadas com a costura tinha sido perdida.

Além das produções bibliográficas atuais sobre o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, esta pesquisa também buscou dialogar com as questões e sugestões que foram suscitadas na minha Qualificação da dissertação. No Projeto de Qualificação desta dissertação eu pressupunha que os que não tinham acesso a terra, nem a meios mecanizados de produção e encontravam dificuldade de acesso à comercialização, não tinham condições de manter a agricultura e acabavam se inserindo totalmente (e não parcialmente) no processo industrial de trabalho, ainda que permanecessem residindo no campo.

Na prática tal hipótese não se confirmou por completo, pois a inserção na costura não dependia apenas destes fatores que eu tinha em mente, mas se configurava também pelos agravantes climáticos e por outras questões que irei descrever mais adiante. Essas considerações fizeram com que eu rompesse e desconstruísse as impressões iniciais de campo que eu tive e que ficaram muito marcantes como já definidoras da realidade. Desse modo, nas visitas posteriores ao campo eu me propus a redirecionar a pesquisa e conhecer outras comunidades locais para além do sítio Algodão, não me restringindo apenas a este espaço,

para que eu pudesse ter uma visão mais abrangente das inúmeras possibilidades que a costura poderia articular com o meio rural.

A pesquisa de campo que orientou as reflexões deste trabalho foi realizada a partir de três viagens à Santa Cruz do Capibaribe e à zona rural do município de Taquaritinga do Norte, que totalizaram cerca de dois meses de estadia. Durante este período, realizei mais de trinta entrevistas com os diversos atores que compõem o cenário deste estudo, entre costureiros(as), agricultores(as), historiadores locais, representantes do poder público, comerciantes, dentre outros.

A metodologia desta dissertação se orientou pela perspectiva da sociologia reflexiva nos termos formulados por Bourdieu (1989), no qual o processo da entrevista e de coleta de dados não constitui apenas uma junção de “conteúdos”, nem deve se orientar por procedimentos pré-fixados e rígidos, mas trata-se de um espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses. Este modo de conceber o processo de pesquisa também é defendido por Portelli (1997) e Thomson (2000).

Esta pesquisa orientou-se ainda para a apreensão do fenômeno social estudado - estruturas, processos e práticas -, nas suas manifestações objetivas e subjetivas, reciprocamente reportadas. Tendo como foco, de um lado, os sujeitos e as experiências nas quais esses se inserem e atuam, suas referências histórico-sociais, bem como suas potencialidades, possibilidades e conflitos. E, de outro, as dinâmicas histórico-estruturais que àqueles se impõem, considerando suas determinações, limitações e contradições.

No Agreste de Pernambuco, a inserção no mercado das confecções de roupas tem uma grande relevância, como uma fonte de renda para a população rural da região, mas o que talvez possa ser percebido através de uma análise mais profunda, é que dentro de um processo de incorporação da mão de obra feita por um mercado informal, algumas consequências podem se evidenciar no que diz respeito à precariedade do trabalho. Onde sob as franjas do capitalismo periférico e o espírito do capitalismo moderno, supõe-se que para o camponês do agreste de Pernambuco “a condição de precariedade transforma o presente em algo contra o qual não se pode lutar; ele se impõe enquanto necessidade” (SOUZA, 2010).

A lógica inerente do setor têxtil sempre foi influenciada pelo aumento da produção e pela redução dos custos, nesse sentido a subcontratação se revitaliza nos dias atuais diante de uma dinâmica que mantém relações contínuas entre o formal e o informal, deslocando os processos produtivos também para setores rurais ou peri-urbanos. Para além da terceirização nas áreas urbanas, existe atualmente uma procura por outras localidades com menos infraestrutura, baixa fiscalização e mão de obra mais barata e abundante. Geralmente estes elementos passam a ser encontrados no campo, sobretudo nos espaços em que a agricultura vem perdendo a importância como meio de vida e de trabalho, e com isso, as atividades não agrícolas assumem um peso cada vez maior na renda das famílias (CARNEIRO, 2006). É também diante dessa perspectiva, que o assalariamento pode surgir para alguns(as) agricultores(as) como uma alternativa que visa responder às dificuldades de manutenção doméstica.

Na região, existem vários perfis de segmentos industriais, que vão desde grandes empresas (como a Rota do Mar, que é considerada uma das maiores indústrias têxteis do Norte e Nordeste, possuindo atualmente 580 colaboradores e produzindo cerca de 1,2 milhão de peças por ano⁴), como também médias e pequenas unidades de produção, na forma de “fabricos” e “facções” espalhadas por todo o Agreste. Diante de uma enorme diversidade,

⁴Fonte: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/10/23/internas_economia,469841/rota-do-mar-inaugura-megaloja-de-r-1-5-milhao-em-santa-cruz-do-capibaribe.shtml (acesso em Setembro de 2014)

pode-se supor que, de fato, há um interesse logístico capitalista presente em todos esses segmentos (desde as grandes empresas, até os pequenos empreendimentos) em descentralizar a produção para que os custos pesem menos no orçamento total dos negócios.

É neste processo do trabalho familiar domiciliar, que reside a lógica deste sistema, onde de um lado existem pequenos, grandes ou médios proprietários de confecções que buscam introduzir novas formas de expropriação através da terceirização dos serviços, e do outro, tem-se as inúmeras famílias, nas quais se estabelecem relações que visam garantir a reprodução de todo o seu núcleo.

Embora as atividades produtivas oferecidas pelo Polo possam ser consideradas como oportunidades para o acúmulo de capital e estratégias de sobrevivência de muitas famílias camponesas, acredita-se que essa dinâmica de mercado tem também seu preço. Pois diante dos empregadores que buscam flexibilidade, redução de custos e transferência de riscos, em um ambiente muito competitivo, se encontram principalmente as costureiras e agricultoras, mulheres, mães e esposas, que acumulam em um mesmo espaço físico a dupla função dos cuidados do lar e da contribuição para o seu sustento. Além do mais, tudo isso passa a ser feito às custas do não-cumprimento de encargos trabalhistas e da informalização do emprego, que tem como uma das principais consequências “a precariedade dos empregos e das condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores” (SCHNEIDER, 1994, p. 159).

Diante da complexidade da realidade analisada e tentando dar conta de uma ampla gama de questões, além da introdução e da conclusão, esta dissertação está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo se destaca pelo investimento de uma pesquisa histórica, na qual se versa inicialmente sobre a estrutura produtiva do Agreste pernambucano, assim como sua formação territorial, econômica, social e cultural, desde o período colonial até os dias atuais para que se possa ter dimensão das configurações da região pesquisada. Esse resgate temporal serve para demonstrar a forte presença da pecuária no passado e também o papel fundamental que o algodão assumiu por determinado momento na vida e na economia local. Após essa caracterização, se fará uma descrição mais focada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, referida como “berço do comércio” pela sua “vocação” nas feiras populares. É a tradição comercial e o dinamismo das feiras, dos comerciantes e das costureiras que se destacam nesse momento.

A partir da contextualização do município, assim como das suas principais atividades realizadas, tentarei explicar também (diante das tantas estórias nativas que existem), como possivelmente surge a “Feira da Sulanca” e quais os fatores que encadearam seu desenvolvimento e expansão para que o segundo maior Polo têxtil do Brasil pudesse se consolidar nos dias atuais. Além da vasta bibliografia histórica e geográfica, no referido capítulo procurei também fazer uso da história oral através das memórias coletivas e individuais construídas pelos moradores santa cruzenses e por alguns escritores locais.

O segundo capítulo, de caráter mais etnográfico, procura descrever e observar, através das entrevistas realizadas exclusivamente com pessoas que são agricultores(as) e costureiros(as), o lugar que as atividades agrícolas ocupam hoje na reprodução social das famílias pesquisadas e na economia local. Nessa parte se busca compreender e explicar a fragilidade da atividade agrícola na região pesquisada e porque ela tem dificuldades de se sustentar. Diante desse contexto, intenta-se também demonstrar qual o papel que a produção de roupas assume como uma forma de renda das pessoas entrevistadas.

Através da consolidação da atividade da costura, será analisada ainda a construção da representação social dessa profissão e o conflito que ela estabelece com a identidade de agricultor, sobretudo no caso dos homens mais velhos, pois como será descrito mais adiante, são eles os que demonstram maior resistência para enveredar pelo caminho da produção de roupas. Além disso, este capítulo demonstra ainda um conflito geracional de interesses, no

qual os jovens estão entrando cada vez mais no mercado de trabalho do Polo e acabam sendo criticados pelas pessoas de mais idade por se afastarem das “tradições” e da agricultura.

O terceiro e último capítulo também de cunho etnográfico, propõe uma análise das relações de trabalho e gênero, na qual se busca entender como o desenvolvimento da atividade da costura, particularmente através do trabalho terceirizado, familiar e domiciliar absorveu a mão de obra feminina e se tornou um importante instrumento de independência financeira das mesmas. No entanto, se de um lado o trabalho domiciliar propicia um “conforto” para as mães e donas de casa, do outro ele também carrega seu ônus, por isso, não se pode deixar de discutir também as consequências da informalidade na vida dessas mulheres trabalhadoras.

Além desses fatores, não se pode compreender a existência do trabalho produtivo domiciliar, deixando de lado o trabalho reprodutivo e a divisão do trabalho doméstico, por isso, que nesse capítulo também se ressalta a relação de gênero dentro do lar, levando em conta os afazeres domésticos e as disparidades que existem por essas atividades não serem compartilhadas igualmente entre todos os membros da família, recaindo principalmente sobre as mulheres.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A “INVENÇÃO” DA *SULANCA* NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

As fontes sobre as quais me debrucei para a construção desta primeira parte da dissertação foram obtidas através de uma vasta literatura sobre o Agreste pernambucano, desde a sua estrutura agrícola, até sua inserção industrial no ramo das confecções têxteis. Foram lidos artigos, monografias, dissertações, teses e livros que versavam sobre a região. Além disso, muitos dos elementos que estão aqui colocados, também foram fruto de uma pesquisa de campo que realizei em Fevereiro de 2014. Onde passei quinze dias em Santa Cruz e no Sítio Algodão (PE) buscando um resgate histórico junto aos moradores locais sobre o fenômeno da “sulanca”. Além das conversas informais, neste período pude realizar onze entrevistas, tanto com costureiras, trabalhadores do Polo, historiadores e escritores de livros sobre o município.

1.1. Emendando histórias e narrativas: alguns dilemas de pesquisa

Quando escolhi estudar a *sulanca* como um fenômeno social em curso no Agreste de Pernambuco, de início me defrontei com sua história rica em nuances e em complexidades sócio antropológicas difíceis de serem assimiladas logo no primeiro contato.

Passei então a me envolver com uma trama repleta de várias versões, e diferentes olhares sobre um mesmo tema, que me levaram a diversas questões, como: O que fazer diante de uma história plural que ocorreu lenta e gradativamente ao longo do tempo? O que tenho nos registros para contar essa história? Existiram fatores que colaboraram para o surgimento desse fenômeno?

Admito que durante algum tempo essas questões permearam meus pensamentos, mas depois de tantas narrativas contadas e lidas, escolhi fugir de uma perspectiva da metanarrativa e de uma busca incansável por uma história única. Acredito que entender essa realidade a partir de suas multiplicidades e respeitar as representações sobre ela a partir de tantos contadores de história me fez visualizar com maior amplitude os fenômenos que estavam em jogo, ao invés de ficar presa em busca de uma tão importante “veracidade” histórica, que talvez nem exista de fato.

A história da *sulanca* é formada por múltiplas versões que tentam explicar como esse fenômeno aconteceu. Nesse sentido, o que tentei levar em conta na construção deste capítulo, foram os elementos e os registros com os quais eu me deparei e que refletem também o que se apaga e o que consegue permanecer ao longo dos anos. Eu poderia utilizar inúmeros pontos de apoio para narrar a história da *sulanca*, mas optei por tentar relacioná-la tanto com o aspecto ecológico estrutural da seca e das dificuldades produtivas da região, como também com as tradições das feiras livres do Agreste, e com a constante e tradicional relação entre o campesinato e o mercado local.

Começar esta dissertação falando da *sulanca*, bem como do passado de Santa Cruz do Capibaribe para poder caminhar até o presente, tem sido uma escolha semelhante à montagem de um quebra-cabeça de muitas peças. Embora eu não tenha tido a intenção de contar uma

história sob uma perspectiva que tem os acontecimentos marcados por décadas, me peguei presa a acontecimentos datados e dispostos em uma linha de tempo cuja organização, encaixe e busca de sentido ficavam sob a minha responsabilidade.

De fato, tenho me deparado também com um desconhecimento ou até mesmo “esquecimento” dos fatos provenientes da memória coletiva local. O que é justo de ser considerado, tendo em vista que nesse primeiro momento da minha pesquisa, para um resgate da história da *sulanca*, procurei entrevistar pessoas de gerações mais antigas, que acompanharam esse processo e que foram muito solícitas em me informar o que “lembravam”, mas que em muitos casos as próprias versões para uma mesma história acabavam se distinguindo em alguns momentos.

Nesse sentido, uma das maiores dificuldades iniciais desta pesquisa foi resgatar a história da constituição do fenômeno *sulanca*, pois há certo teor mítico no discurso de alguns interlocutores e nativos, ao falarem sobre este processo. Um de meus entrevistados ao ser questionado sobre “quem de fato começou a *sulanca*”, assim falou:

Não tem a primeira pessoa, pelo seguinte, porque hoje diz assim, a primeira foi a irmã de Baía, aí depois dizem, não, não foi ela não, que no tempo dela, quando ela começou, naquele mesmo mês e naqueles mesmos dias, já tinha outras pessoas costurando as colchinha de retalho, os calçãozinho, mesmo em casa e vendendo nos pés de calçada para vender. E quando elas foram pros pés das calçadas já eram centenas delas, uma turminha. Aí não pode dizer quem foi a primeira, porque quando fulana apareceu na feira, já vinha também outra pra vender igualzinha a ela, com a mesma mercadoria no começo. (Entrevista realizada em Santa Cruz do Capibaribe, no dia 03/02/2014)

Para mim, um dos elementos mais interessantes da *sulanca* é justamente o fato de tudo ter começado, não através de uma iniciativa individual, mas de algo que foi construído coletivamente a partir de trocas, conversas e do aprendizado mútuo entre os moradores locais. Mas, de fato, existem várias versões para o pioneirismo da *sulanca*, se em alguns discursos não existe um personagem principal. Em outros, várias pessoas diferentes são destacadas como figuras heroicas na sua instituição. A memória coletiva na região é algo bastante forte, mas o papel dado a alguns coadjuvantes depende de quem conta a história e como conta. Elencar todo esse contexto diante de inúmeras visões diferentes do que me foi contado tem me proporcionado um desafio.

Nesse sentido, pretende-se nesta pesquisa ressaltar o nome de alguns (as) *sulanqueiros(as)* mais importantes da época, mas não intenta-se atribuir o fenômeno da *sulanca* à uma criação pessoal, à um nome ou à uma família em específico. Acredito que sair de uma discussão de quem foi a primeira pessoa que teve a ideia de costurar e vender produções têxteis na feira pode me deixar mais livre para perceber outras peculiaridades desse sistema, bem como, outras questões que se destacavam no local naquela época.

Alguns desses elementos também foram identificados por Espírito Santo (2013), que ao desenvolver uma tese sobre as *sulanqueiras* de Caruaru, dedicou um capítulo de seu trabalho para falar sobre o “mito de origem da *sulanca*”, ao qual ele define como um tipo de modelo narrativo empregado para contar a história do surgimento da *sulanca*, recorrente entre seus interlocutores. Neste esquema narrativo, segundo o autor, a *sulanca* aparece nas suas entrevistas como a iniciativa heroica de um único ou de poucos indivíduos “visionários”, “justificada antes como uma ‘vocação pública’, uma preocupação com o desenvolvimento coletivo, do que como uma ação para benefício próprio” (p. 359).

Além deste fator, também pude perceber na minha pesquisa que alguns dos temas principais que estão na base da “invenção da *sulanca*”, está a “criatividade” dos agrestinos como uma luta pela sobrevivência. Isso pode ser constatado em um livro de um morador de Santa Cruz sobre a história da *sulanca*:

Apesar da seca que assolava a região, mudanças apontavam para outros horizontes. Aliás, era a seca a responsável pela busca de outras alternativas de sobrevivência da

nossa gente. (...) Você verá como um **povo destemido** enfrentou as adversidades de uma região seca e quase sem perspectivas para os agricultores e pecuaristas, mas, que sempre teve na **força da sua gente**, uma forma de **driblar as dificuldades** e ir além daquilo que a terra tinha para oferecer (GÓIS, 2013, p. 6, grifo meu).

Espírito Santo (2013) ao estudar esse tema, também atenta para outro fato muito interessante e sobre o qual eu havia me questionado durante a pesquisa. Para ele as modalidades de explicações causais nativas acerca deste fenômeno, “evocam a seca, a escassez e o sofrimento como motivações para a criação da *sulanca*” e, por outro lado, “denunciam a produção social e política da experiência da seca, da escassez e do sofrimento no Nordeste” (p. 360). Este autor observa ao longo de sua tese, que tais termos são empregados como fator explicativo para a criatividade e inventividade do povo que, por meio do trabalho, “submeteu as forças da natureza, transformando um terreno árido em um lugar bom para se viver, onde a maioria dos habitantes conseguiam levar uma boa vida, ao cabo de muito sofrimento” (p. 352).

É fato que as condições ambientais, climáticas e econômicas foram importantes para gerar uma certa adaptabilidade dos trabalhadores do Agreste pernambucano em busca de outras atividades. No entanto, tais causas não devem ser vistas como as únicas determinantes desse processo. Talvez o mais interessante, não seja buscar uma explicação causal para este fenômeno, mas sim como ele foi se consolidando ao longo do tempo e se constituindo nos dias atuais em uma das mais importantes formas de manutenção das famílias locais.

O que proponho neste primeiro capítulo ao falar sobre alguns dos eventos mais importantes acerca da *sulanca* e de sua dimensão histórica local pode parecer uma outra “contação de história”. Não posso, no entanto, afirmar que dentre tantos caminhos possíveis, a minha versão dos fatos é a mais completa ou verdadeira, mas presa nas recordações dos moradores locais, e narrada como um exemplo vitorioso de um povo que “venceu as adversidades”, ela pode ser reformulada cada vez que eu for a campo e conversar com as pessoas, pois é permeada por fluxos, continuações, contradições e acontecimentos. Além do mais, para fazer jus ao objeto central desta pesquisa, a cada descoberta de novos elementos, me sinto também uma costureira do artesanato intelectual, montando uma “colcha de retalhos” sociológica, formada por tantos fragmentos, que me dão a impressão de que a história da *sulanca* não vai acabar de ser contada nunca!

1.2. “Quando o algodão acabou (...) os sítios eram de fome”: A estrutura produtiva no Agreste de Pernambuco

O espaço que corresponde ao Agreste pernambucano possui 24.400 km² e sua extensão se localiza entre as regiões da Zona da Mata e do Sertão, estando situado sobre o Planalto da Borborema. De acordo com os dados do IBGE/2013, esta localidade representa cerca de 24,7% do território de Pernambuco, contando com 1,8 milhão de habitantes. Suas variações climáticas vão do tropical úmido ao semiárido. O Agreste é formado por 71 municípios e o mesmo se encontra dividido em seis microrregiões: o Brejo Pernambucano, Garanhuns, o Vale do Ipanema, o Médio Capibaribe, o Vale do Ipojuca, e o Alto Capibaribe.

Mapa de Pernambuco

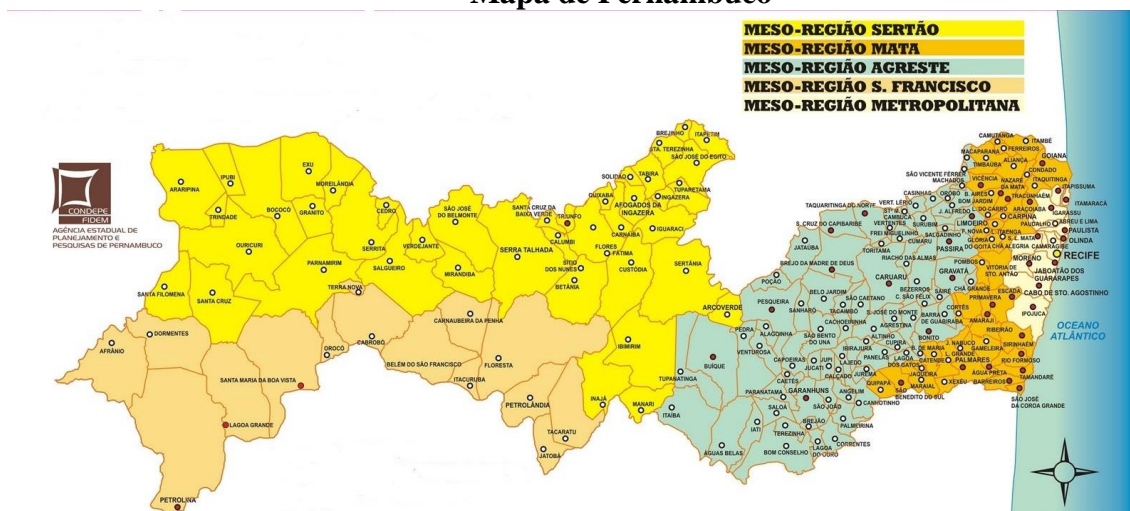


Figura 1: Mesorregiões pernambucanas. Fonte CODEPE/FIDEM

De acordo com a CONDEPE/FIDEM⁵, o Agreste pode ainda ser dividido em três setores principais de desenvolvimento: o Agreste Meridional, o Agreste Central e o Agreste Setentrional. Nestes dois últimos espaços se localiza o que hoje é denominado de Polo de Confecções do Agreste Pernambucano que engloba os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte, dentre outros.

Segundo Campello (1983), a gênese da organização deste espaço, teve como base a pecuária extensiva, através de fazendas de criação de gado, que foram terras cedidas pelo sistema de Sesmarias no período colonial brasileiro.

Os primeiros rebanhos bovinos existentes na região eram trazidos pelos portugueses do continente africano, mais especificamente das ilhas de Cabo Verde. Os primeiros lotes se instalaram no Agreste pernambucano e na orla do Recôncavo baiano, e a partir daí se multiplicaram e se dispersaram em currais ao longo de rios permanentes, formando “as ribeiras pastoris” (RIBEIRO, 1995).

Já no final do século XVI, os criadores pernambucanos e baianos já se encontravam dispersos nos sertões do rio São Francisco. Porém, no Agreste, essa economia pastoril, fornecedora de carne, couro e bois de serviço, “foi sempre uma economia pobre e dependente” (RIBEIRO, 1995, p. 339).

Em meados do século XVII a população do Agreste já havia crescido bastante e a pecuária extensiva já não conseguia mais absorver a mão de obra existente. Nesse mesmo período, diante das dificuldades enfrentadas, Andrade (1963) aponta que, os índios que se refugiavam nos brejos de altitude foram sendo aldeados e as secas foram fazendo com que os habitantes da caatinga se abrigassem nos brejos mais úmidos tornando dos mesmos, um espaço de coleta de produtos florestais e da prática agrícola. Além disso, “agregados dos fazendeiros da caatinga, tornaram-se muitas vezes foreiros, agricultores e rendeiros, que abasteciam o Agreste de gêneros alimentícios e quando a cultura e o comércio do algodão abriram as condições, passaram a fornecer também à Mata e ao Sertão” (p. 143).

De acordo com Andrade (1963), nessas terras passaram a trabalhar também vaqueiros, alguns mestiços forros e trabalhadores alugados. Os vaqueiros responsáveis pelas fazendas não recebiam salário em forma de dinheiro, mas sua remuneração correspondia a um quarto da produção da fazenda. De cada quatro bezerros nascidos, três pertenciam ao proprietário e um pertencia ao vaqueiro.

⁵ Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

É interessante ressaltar que a região sempre teve um índice pluviométrico baixo, sendo assim, em épocas de estiagens, já havia a prática do deslocamento das boiadas para outras regiões em busca de novos pastos. Esse costume era denominado pelos moradores mais antigos de “retirada”, que segundo Burnett (2014), consistia em levar o rebanho para outras áreas, onde eram montados acampamentos juntos a rios ou açudes, visando o sustento e a sobrevivência do gado.

Para proverem sua própria alimentação, tanto os vaqueiros como os trabalhadores agregados, costumavam derrubar trechos de matas do brejo para fazerem seus roçados, onde se cultivava alimentos básicos, como milho, feijão e mandioca. Eles também costumavam cultivar os leitos secos dos rios, aproveitando a umidade fornecida pelos lençóis aluviais. Essa prática era conhecida como “lavoura de vazante”, tendo em vista que avança pelo leito do rio à proporção em que se tem o nível baixo das águas (ANDRADE, 1963).

As instalações das sedes das fazendas eram de grande pobreza, se comparadas com as instalações dos engenhos da Região da Zona da Mata. O que supõe que a distribuição do povoamento e das atividades econômicas do Agreste foram bastante impactadas pelas condições naturais da região, e que este fato se mantém até os dias atuais.

Se, de início, o povoamento regional se iniciou com a pecuária, com o passar do tempo, o Agreste passa a se tornar um espaço agrícola no qual a cultura do algodão ganha destaque. De acordo com Aguiar (1985, *apud* BURNETT, 2014), a agricultura que se desenvolvia no semiárido nordestino poderia ser denominada de “agricultura pastoril dominial patriarcalista” que combinava a produção agropastoril do algodão com a pecuária extensiva, quem em outras palavras também significava “o gado solto na caatinga”.

Para Campello (1983), uma mudança nos quadros agrários do Nordeste se inicia no século XVIII, mais especificamente em 1750 e tem seu apogeu no século XIX e XX, mais ou menos até o ano de 1940, “quando o mercado internacional requisita das economias periféricas a matéria prima para as suas manufaturas” (*idem*, p. 31). A busca mundial pelo algodão levou, conseqüentemente, ao aumento de sua produção, sobretudo a do tipo herbáceo de curto ciclo vegetativo.

O cultivo do algodão em nosso país foi de início, fortemente incentivado por Portugal, em função da fabricação de tecidos utilizados para a vestimenta dos escravos e também foi impulsionado pela Revolução Industrial, que trazia em seu cerne o desenvolvimento da indústria têxtil. Nesse sentido, o surto algodoeiro que se desenvolvia no Nordeste brasileiro, passou a operar uma verdadeira revolução agrária no Agreste pernambucano.

É assim, que o algodão se torna então o “ouro branco” da época, e era através dele que a população se reorganizava e que se criavam novas relações de trabalho na região. Dando lugar a um excedente produtivo que passa a ser comercializado em pontos do espaço que futuramente se tornariam os centros urbanos do Agreste (CAMPELLO, 1983).

É importante destacar que na medida em que a cultura do algodão ganhava força, ela era combinada também com plantações do tipo alimentares, como por exemplo, as lavouras de milho e de feijão. O que significava que em alguns casos uma parte do terreno agrícola era reservado à agricultura para o autoconsumo.

Versiani e Vergolino (2003) ressaltam que com o passar do tempo à economia do Agreste passava a se adaptar a uma estrutura produtiva mais diversificada, que contava com a presença do algodão, da lavoura de alimentos e do gado. Em contraste com a Zona da Mata pernambucana, onde predominava a monocultura açucareira, e já no Sertão se expandia a atividade criatória. O interessante de se observar é que não havia um conflito ou um antagonismo entre as atividades agrícolas exploradas no Agreste, pois o cultivo do algodão era facilmente intercalado com o do milho e do feijão, e o resto dessas plantações, após a colheita, “servia de alimento ao gado, assim como a torta derivada do processamento da

semente do algodoeiro, elas frequentemente conviviam na mesma propriedade, em sítios de pequena extensão” (p. 359).

A coexistência do cultivo em um mesmo roçado, também me foi relatado por um senhor de 90 anos que reside no Sítio Algodão, localizado no município de Taquaritinga do Norte, que faz fronteira com Santa Cruz do Capibaribe. Filho de agricultores, ao ser questionado sobre o que sua família plantava na terra em que ele vivia quando era criança, mencionou que:

Ele: A gente plantava milho, feijão e algodão. A gente fazia carvão também, pra escapar. Quem não tinha um sítio do brejo em Taquaritinga, era pobre de esmola. Naquele tempo, só se comia feijão, farinha e angu. Arroz só comia gente rica! A gente só tinha verdura se a mulher fizesse um “lerãozinho”.

Eu: E o que era lerão?

Entrevistado: Uma plantaçozinha de cebola, coentro, tomate.

Eu: E vocês plantavam para vender ou para vocês mesmo?

Entrevistado: Era pra a gente, quando sobrava a gente vendia, mas quase nunca sobrava não, porque tinha muita gente em casa. Eu tive dezoito irmãos, morreu nove e criou-se nove. Só o que sobrava mesmo era o algodão, eu até já cheguei a apanhar de uma vez 100 arrobas de algodão. (Entrevista realizada no dia 06/02/2014).

De acordo com Andrade (1963), o algodão era uma cultura “mais democrática” que a cana de açúcar, que era plantada na Zona da Mata pernambucana. Pois não eram só os grandes proprietários (utilizando mão de obra assalariada) que o cultivavam, como também pequenos proprietários, rendeiros e moradores.

No entanto, ao longo do século XX alguns fatores ocorreram e acabaram alterando a estrutura de produção neste espaço. Além das longas estiagens e a incidência de pragas, a região não contava com algum apoio estatal que incentivasse o cultivo dessa planta e minimizasse a sua dizimação. Fora estes fatores, o declínio da produção algodoeira também se relaciona a crise de capital da indústria têxtil nordestina e o alto custo do algodão produzido na região, o que fez com que o produto importado acabasse assumindo um preço mais baixo, o que consequentemente atingiu a produção pernambucana.

Nas entrevistas já realizadas, alguns moradores mais velhos, associam suas experiências agrícolas passadas e até mesmo a decadência da plantação do algodão a dois fatores principais: o prolongamento de estiagens e a praga do “bicudo”⁶.

Sobre essa possível crise nas plantações de algodão, Araújo (2000) aponta que:

No caso do semiárido⁷, a crise do algodão (...) contribui para tornar ainda mais difícil e frágil a sobrevivência do imenso contingente populacional que habita os espaços dominados pelo complexo pecuária/agricultura de sequeiro. No “arranjo” organizacional local, o algodão era a principal (embora reduzida) fonte de renda monetária dos pequenos produtores e trabalhadores rurais destes espaços nordestinos (p. 177).

O mesmo agricultor de 90 anos, já citado acima, ao ser questionado sobre os motivos pelos quais sua família parou de plantar algodão, falou que:

Entrevistado: A gente parou de plantar por causa de um “bicudo” que era um besouro que dava na flor do algodão e acabava com tudo. E tinham as secas também.

Eu: E quando tinham as secas vocês faziam o que pra sobreviver?

Entrevistado: A gente fazia carvão, vendia aqui, os caminhão vinha pegar e levava pra Recife. (Entrevista realizada no dia 06/02/2014)

Em alguns relatos da época e através de uma literatura sobre a região, pode-se perceber que grande parte da população do Agreste foi marcada por uma condição de pobreza.

⁶ Bicudo do algodoeiro é uma espécie de besouro que ataca e destrói os botões florais do algodão.

⁷ O espaço em foco faz parte da Mesorregião do Agreste Pernambucano, caracterizado sobretudo pelo clima tropical semiárido.

Em relação a isto, pode-se observar tal característica na fala de outro senhor nascido na década de 20 na região, que assim recordou de sua infância:

A minha família era tão pobre, que era de forma que eu me lembro, que quando tinha quatro ou cinco anos, eu comecei a aprender as coisas sozinho. Nunca tive escola. Meu pai me dava uma enxadinha pra eu trabalhar na lavoura. A gente plantava feijão, milho, pra a família, o que sobrava vendia e às vezes guardava de um ano pro outro. E também tinha uma safra muito grande de algodão, que hoje ninguém nem sabe o que é isso, porque acabou mesmo. A gente passava uma temporada bem de alimentação e passava outra época de muito sacrifício, por isso que eu digo que eu fui criado doente, sem escola e só vim aprender a assinar meu nome depois de dez anos. (Entrevista realizada no dia 03/02/2014)

Além desses fatores, Campello (1983) ao realizar sua pesquisa na década de 80, atentava para o fato de que em anos anteriores ao seu estudo, aconteceram algumas mudanças estruturais no Agreste de Pernambuco, pois essa região tem se tornado cada vez mais essencialmente voltada para a pecuária e a agricultura acabou perdendo sua posição, passando a ser feita para a subsistência ou em função da criação de animais, com o plantio de capim e palma para alimentar o gado. Na época estudada pela autora, as áreas antes dedicadas à agricultura para o autoconsumo (milho, feijão e algodão), já vinham sendo subtraídas a cada ano, e os pequenos proprietários arrendatários e parceiros que as cultivavam “têm sido expropriados de suas terras, pela impossibilidade de competir com os maiores proprietários, restando-lhes, apenas, a emigração para outras áreas rurais ou centros urbanos” (p. 34). Corroborando com essas afirmações, posso citar uma das entrevistas que realizei, na qual um senhor mencionou que:

Quando o algodão acabou, o povo que vivia no sítio, trabalhando nessa agricultura, foi pra cidade trabalhar, e os sítios eram de fome. Quem tinha mais condições comprava o sítio daquele povo, tomava conta de tudo, pra criar gado. E os sítios que (como aqui no Cardoso) era dividido pra oito, dez, quinze filhos de agricultores, aí passou a ser de dois ou três donos. Aí quando acabou o algodão, eles só queriam saber da palma, pra alimentar o gado. (Entrevista realizada em Santa Cruz do Capibaribe, no dia 03/02/2014, grifo meu)

A fala acima ilustra o que Campello (1983) ressalta, ao demonstrar que a desagregação do complexo rural e as modificações agrárias no Agreste se deram sobre dois processos principais: a pecuarização (como uma atividade libertadora da mão de obra camponesa) e a minifundização, que em face ao fracionamento cada vez maior da propriedade, fez com que a terra se tornasse insuficiente para suprir as necessidades do pequeno agricultor e do seu grupo familiar. Esses dois processos proporcionaram como consequência “uma elevada emigração do meio rural” (p. 27).

Nesta mesma perspectiva, de acordo com Sales (1982) as condições de reprodução do agricultor do Agreste estavam relacionadas a dois fatores básicos: o primeiro consistia na possibilidade de dispor de um terreno próprio onde pudessem manter seu sítio e sua produção familiar, e o segundo se relacionava a sua inserção nas grandes e médias propriedades enquanto parceiros, rendeiros ou moradores ou migrando para os canaviais da Zona da Mata e para o Sudeste do país. Tais elementos pressupõem que em ambos os casos, o recurso ao assalariamento temporário para complementar a renda familiar, sempre foi um recurso utilizado historicamente na região devido às dificuldades sob as quais eles sempre estiveram submetidos (BURNETT, 2014).

Sales (1982) destaca ainda o termo “corumba” para designar os trabalhadores migrantes sazonais provenientes do Agreste pernambucano, que nas épocas de colheita nas plantações de cana (na Zona da Mata), se deslocavam de seus pequenos lotes de terra (própria ou arrendada) para trabalharem nos canaviais como assalariados. Este processo era possível porque coincidia com o período de entressafra no Agreste, em que os principais cultivos

temporários já haviam sido colhidos. Esse fator de certa maneira liberava os pequenos produtores para realizarem esse deslocamento temporário, deixando o que sobrou do roçado aos cuidados dos membros da família que permaneciam no local.

É possível que essa corrente migratória também remonte ao início do sistema de morada, como relação de trabalho nos canaviais em substituição ao trabalho escravo. Além disso, com o passar dos anos se solidificaram na região as migrações sazonais dos “corumbas”, estabelecendo uma relação complementar entre a pequena produção alimentar do Agreste e a grande propriedade canavieira da Zona da Mata, através dessas relações de trabalho. Este fluxo temporário também facilitaria o “estabelecimento definitivo de migrantes agrestinos na região canavieira, em face da existência de fatores de expulsão no Agreste decorrentes do baixo nível de produtividade” (SALES, 1982, p. 129), aliado também a uma pressão de excedentes populacionais “sobre uma estrutura rígida de propriedade, cujo minifúndio já não oferecia condições de subdivisão por herança” (ibidem). Estes elementos servem para demonstrar que essa migração tradicional dos “corumbas” era uma estratégia que visava complementar e assegurar a manutenção das famílias dos pequenos agricultores.

Todos esses elementos podem sugerir que as estiagens prolongadas e as condições socioeconômicas desfavoráveis para a plantação agrícola na região geraram uma expulsão da força de trabalho do campo, que acabou propiciando tanto uma migração para a Zona da Mata (como foi ressaltado acima), para o Sul/Sudeste do país, como também gerou o aumento acelerado da população nas cidades mais próximas. Uma trajetória desse tipo, pode ser expressada no seguinte depoimento de Luiz, agricultor de 90 anos:

Eu: Você lembra quando foi a pior seca que vocês enfrentaram aqui?

Luiz: Foi uma que teve de 1959 até 1963. Em 59 mesmo, eu fui pro Rio de Janeiro trabalhar. Passei oito dias pra chegar lá. Tava uma seca danada aqui, eu já era casado nesse tempo. Deixei meus menino e fui. Trabalhei numa fábrica de explosivo em Nova Iguaçu, entrava bem cedo e só saía de noite. Cansei de entrar na fábrica na segunda e sair no sábado, dia e noite, pra ver se arrumava uns trocadinho pra voltar. Sofri muito. Passei 15 mês lá, sem vim em casa nenhuma vez, mandava os conto de réis pelos correios, pra mulher. Nesse tempo não tinha plantação na minha terra por causa da seca. Quando voltei comprei um terreninho e uma vaca. (Entrevista realizada no dia 06/02/2014)

A partir do histórico local e dos relatos de alguns habitantes, acredita-se que a dinâmica agrícola da região não vislumbrava possibilidades de melhorias na produtividade das culturas que vinham sendo exploradas, aliada a este fator os agricultores careciam de inovações e de infraestruturas de apoio e informação para a melhoria de suas atividades.

Supõe-se ainda que a incipiência agrícola na região não teve como causa única e exclusiva apenas o fator seca como determinante (como se pode perceber em alguns discursos). Mas, considera-se que tal declínio na agricultura pode ter sido causado por inúmeros elementos, tais como: o baixo índice pluviométrico da região (que sempre sofreu com a ausência de chuvas), a localização entre brejos e caatingas, a ocorrência da praga do bicudo, a falta de acesso a terra (ou a grande fragmentação da mesma), a exclusão do processo de modernização agrícola e a ausência estatal. Talvez estes fatores, se forem considerados em conjunto, podem explicar porque a agricultura na região foi se enfraquecendo ao longo do tempo e porque os pequenos produtores familiares têm enfrentado dificuldades para sua manutenção.

Diante da predominância da pobreza do pequeno proprietário rural e de uma incapacidade do setor agrícola de fornecer as possibilidades de sustento familiar, os elementos ressaltados acima, demonstram que distintos aspectos estruturais acabaram atingindo a economia regional do Agreste. E isso teve como consequência, tanto a ocorrência de fluxos migratórios em direção à cidade, como também levou uma parte da população rural a se engajar em atividades urbanas, como forma de obtenção de renda.

Vale destacar, que assim como observa Burnett (2014, p. 128), nos atuais arranjos produtivos da região (agora dominados pelo setor têxtil), os “núcleos familiares de produção agropastoril se transferiram para a zona urbana, assumindo uma atividade que não depende mais das intempéries climáticas”, pois ao contrário dos produtos agrícolas, agora a produção na região depende de retalhos e da costura, (elementos estes que se encontram fora do alcance da seca).

1.3. Santa Cruz do Capibaribe e sua “vocação” para o comércio nas feiras livres

Santa Cruz do Capibaribe é a terceira maior cidade do Agreste de Pernambuco, ficando atrás apenas de Caruaru e Garanhuns, tendo uma população de aproximadamente 96.908 habitantes, dos quais 97,7% vivem na zona urbana e uma área de 335.526 km², segundo o IBGE/2013. Santa Cruz fica a 190 km de Recife e possui o clima semiárido na maior parte do ano. O município pertence à Microrregião do Alto Capibaribe, se localiza a oeste de um relevo montanhoso e sofre consequências dessa posição, que são traduzidas geralmente na escassez de chuvas.

Santa Cruz possui o PIB de R\$ 682.029 mil, e o PIB per capita de R\$ 7.597,26, de acordo com os dados do IBGE/2011. Em 2007, o IBGE constatou que Santa Cruz do Capibaribe foi o município cuja economia e população mais cresceram em Pernambuco nos últimos vinte anos.

Conhecida como a “Capital da *Sulanca*”, “Capital da Moda” ou “Capital das Confeções”, esta cidade é a maior produtora de confeções de Pernambuco e a 2º maior do Brasil, possui ainda o maior parque atacadista de confeções da América Latina, o “Moda Center Santa Cruz”.

Santa Cruz apresenta um forte crescimento anual e vem ocupando novos espaços no contexto econômico do Estado. As atividades agrícolas eram a principal fonte da economia do município, no entanto, o crescimento deste município, foi impulsionado pela atividade de confeções de roupas, que passou a abrigar uma considerável parte da mão de obra de sua população.

“A verdadeira vocação de Santa Cruz é o comércio!”. Escutei esta frase de um morador da cidade quando fui a campo em julho de 2013. O fato dela ser dita em um tom tão afirmativo, provocou minha curiosidade em descobrir o seu real significado, pois é notável a importância que o comércio tem atualmente na região, mas será que sempre foi assim? Qual a história ou as histórias do Agreste pernambucano antes da *sulanca*? Por que de seu passado sabemos tão pouco?

Pude notar em algumas conversas, que na maioria das vezes a história de Santa Cruz do Capibaribe só é contada pelos moradores locais a partir dos anos 50, época esta que marca a origem da *sulanca*, vista como um empreendimento de sucesso e de orgulho regional. Entretanto, ao conversar com Júlio (o entrevistado citado acima) e ao ler sobre o local, percebi que ao longo do tempo sempre existiram pequenos sinais históricos que eram capazes de dar pistas para explicar porque um espaço que se consolidou através da iniciativa local (sem nenhum fomento estatal) chega a ocupar hoje a posição de segundo maior produtor têxtil do Brasil⁸. Por esses motivos torna-se necessário “investigar as causas do presente no passado” (WOLF, 2005, p. 19), pois ao que parece, não foram só os tecidos, mas a própria história do Agreste de Pernambuco, também foi sendo “costurada” pouco a pouco.

⁸ Ficando atrás apenas de São Paulo, de acordo com Vêras de Oliveira (2011).

Se atualmente Santa Cruz é conhecida pelo seu *boom* econômico, antes dos anos 50 ela era conhecida por ser a “cidade da fome”, na qual, segundo os moradores locais, não se tinham condições de plantar e nem de trabalhar.

Semelhante ao Agreste, a produção agrícola em Santa Cruz também era voltada para o carvão e o algodão, além das lavouras de subsistência, mas essa economia sempre encontrou dificuldades de se sustentar, por enfrentar situações adversas, tais como a localização do município no semiárido pernambucano e na divisa com o cariri paraibano⁹, que corresponde à área mais seca do país, onde as chuvas são irregulares e escassas.

Campello (1983) afirma que até meados da década de 60, Santa Cruz era um centro urbano inexpressivo dentro do contexto de seu Estado, ela era apenas uma das muitas “cidades de Pernambuco com atividades urbanas restritas às funções administrativas e a um pequeno comércio local, tendo na feira o ponto de convergência dos produtos e da população” (p. 36), fato semelhante ao que pode ser encontrado nas pequenas cidades do interior do Nordeste.

Por ser localizada em uma região de transição, Santa Cruz foi historicamente marcada pelas feiras e seu desenvolvimento comercial também foi impulsionado pelo estabelecimento de grandes centros comerciais de cidades vizinhas, como Campina Grande e Caruaru.

No início do século XX, Santa Cruz do Capibaribe ainda era uma Vila, mas já contava com uma feira consolidada na “Rua Grande”¹⁰, que possibilitava a venda ou troca de diferentes mercadorias. Araújo (2009) afirma que entre 1910 e 1920 alguns homens da época (talvez os “pioneiros” da “vocação” pelo comércio), se reuniam em Santa Cruz, iam para Limoeiro (PE) de cavalo, deixavam os animais no local e depois pegavam um trem para Recife (PE). Os meios de transporte e as estradas eram extremamente precários e as viagens de negociações e compras chegavam a durar cerca de três a quatro dias. Após este período estes comerciantes retornavam para Limoeiro, pegavam seus cavalos e regressavam para Santa Cruz para vender as mercadorias que haviam comprado.



Figura 2: Feira de Santa Cruz em 1947, quando a cidade ainda era uma vila.
Arquivo cedido por José de Oliveira Góis

⁹ Esta região faz parte do Polígono das Secas, caracterizada por possuir um índice pluviométrico anual de aproximadamente 500mm.

¹⁰ A Rua Grande continua sendo a principal rua da cidade até hoje, mas agora com o nome de Avenida Padre Zuzinha.

A Feira de Santa Cruz se consolida através da venda de gado, pois constituía de início um espaço de pernoite para as boiadas vindas do sertão. Depois junto ao comércio bovino, a feira livre foi utilizada para escoar os excedentes da produção familiar agropastoril, onde segundo Burnett (2014), as transações eram feitas improvisadamente e sem a interferência de intermediários. No entanto, este espaço foi se diversificando e sofrendo alterações ao longo do tempo, no que diz respeito aos seus produtos oferecidos.

Acredita-se, assim como Souza (2012) e Burnett (2014), que as feiras livres do Agreste se constituíram como um espaço que não deve ser visto apenas pelos seus aspectos produtivos e comerciais, mas também como um local de sociabilidade, cultural, religioso, gastronômico e criativo, capaz de reproduzir e expressar os costumes do povo dessa região. Portanto, é através da feira, que se pode entender muito acerca de sua organização social produtiva e de suas transformações ao longo dos anos.

1.4. Dos “lambe solas” à sulanca. Do couro ao retalho de pano: mãos que costuram a tradição.

“A tradição, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro.”

Klaas Woortmann

Antes de o segmento têxtil despontar como atividade principal, e mais especificamente em meados dos anos 30 e 40, se destaca na história de Santa Cruz do Capibaribe a figura dos “lambe-solas”, que eram os homens sapateiros fabricantes de alpercatas de couro na região. Esta atividade era tida como estritamente masculina, desde a sua produção, até sua comercialização, eram os homens que ficavam responsáveis pelas tarefas principais, como a curtição do couro, a costura e a venda das mercadorias.



Figura 3: "Lambe solas" em Santa Cruz do Capibaribe nos anos 40.
Arquivo cedido por Annahid Burnett.

Na época, grande parte deles se dedicava a esta produção artesanal, realizada nos domicílios e comercializada em tendas nas ruas de Santa Cruz e de cidades vizinhas. No caso das famílias camponesas, que possuíam plantação na roça ou criavam animais, a fabricação das sandálias era conciliada com o trabalho no campo. (ARAÚJO, 2009)

Seu Júlio que nasceu em 1927, ao lembrar sobre o papel dos “lambe solas”, conta que:

Antes da *sulanca* o que tinha aqui, era a fabricação de calçados de couro, as sandalinhas, os chinelos e os sapatinhos. Isso era na década de 20 e de 30. Aí quando foi com o passar do tempo, esse pessoal dos lambe solas e os outros já tavam indo tudo pra São Paulo e pro Rio pra trabalhar e ganhar a vida, porque não tinha mais condições de viver em Santa Cruz. O trabalho de alpercata já não dava mais... aí quando começou a *sulanca*, aquele mesmo povo que foi deixando de fazer a alpercata, foi passando a costurar as roupinhas, os calçãozinho, as cobertas e tudo mais, e o povo de Santa Cruz que tinha ido pra São Paulo, começaram a voltar pra cá, pra trabalhar na *sulanca*. (Entrevista realizada em Santa Cruz do Capibaribe, no dia 03/02/2014).

Se a confecção de calçados foi, outrora, uma atividade de suma importância no local, atualmente ela é quase inexistente, e a maioria das máquinas industriais que costuravam o couro foram reaproveitadas para confeccionar roupas e sobretudo o *jeans*, por possuírem agulhas mais grossas e mais resistentes.

Campello (1983) acredita que o declínio dos “lambe-solas” está relacionado, por um lado, à escassez de matéria prima e, por outro, à “invasão” da indústria do plástico e de sintéticos no mercado nacional que gerou uma concorrência nesse ramo e colocou seus produtos a preços acessíveis e com uma grande variabilidade.

Em meio a esta realidade, uma das saídas encontradas pelos moradores do Agreste foi à migração para o Sul/Sudeste do país, fator este que foi influenciado pelo processo de industrialização que o Brasil vivia na época, decorrente do Plano de Metas proposto no governo de Juscelino Kubitschek. Outras estratégias também foram perseguidas e uma delas consistiu na produção e comercialização de roupas em uma feira local, denominada de “Feira da *Sulanca*”.

O início da produção da “*sulanca*”¹¹ se dá entre o final dos anos 40 e começo dos anos 50. O momento inicial da atividade de confecções na região se caracteriza pela sua integração econômica com as feiras locais e com a capital do Estado, nas quais alguns comerciantes se deslocavam para Recife, levando galinhas, carvão, queijo, entre outros produtos locais para vender, e retornavam com retalhos de tecidos para suas casas (LIRA, 2006).

Na história contada pelos moradores locais, alguns comerciantes principais são destacados nesse primeiro momento, como: Dedé morais, Pedro Diniz e Manoel Caboclo. Tais homens são descritos em muitos discursos como os “heróis” e “desbravadores” por terem alavancado esse tipo de atividade. Além disso, convém destacar que as histórias de suas vidas são relatadas portando sempre uma ênfase na ascensão econômica que os mesmos tiveram com tal ramo, pois “eles eram pobres e morreram ricos”. A maioria dos grandes atacadistas e da pequena burguesia de Santa Cruz hoje é formada por descendentes desses pioneiros.

Entre os anos 40 e 50, esses retalhos eram obtidos em Recife, inicialmente nas fábricas têxteis de Camaragibe, Torre, Macaxeira, Othon e Paulista, e eram comercializados na feira livre de Santa Cruz (CAMPELLO, 1983). No início, tais pedaços de pano eram os restos e refugos dessas tecelagens que eram descartados no lixo e recolhidos por esses comerciantes que os vendiam a baixíssimo custo aos moradores da região.

Em Santa Cruz, as mulheres adquiriam esses retalhos, os convertiam em vestimentas de uso familiar e, posteriormente, em colchas de retalho (denominadas de “cobertas” pelos

¹¹ O significado da nomenclatura “*sulanca*” será explicado mais adiante.

moradores locais), que passaram a ser comercializadas ou até mesmo trocadas por galinhas e outras mercadorias na feira.

Com o passar do tempo, além das colchas, começou-se a produzir também algumas roupas, como *shorts* infantis, denominados de “milonga”, saias, blusas e outras peças que tinham maior facilidade de serem moldadas e feitas com “emendados” de tecido.

Algumas mulheres tinham uma máquina em casa e geralmente costuravam para os membros de sua família vestimentas de uso pessoal. Esse fato supõe que antes da costura se constituir enquanto um ofício profissional, ela já era uma tarefa doméstica da maioria das mulheres da região, principalmente as que residiam no campo, que na maioria dos casos não tinham condições financeiras de comprar roupas para os membros de sua família. Com o surgimento da *sulanca*, essa habilidade da costura, foi aprimorada e orientada para o comércio, abrindo espaço para a mão de obra feminina nesse ofício, como será mais detalhado no terceiro capítulo.

No discurso local, algumas pessoas reconhecem que este setor na região teve um pioneirismo historicamente feminino e destacam a importância precursora das mulheres como agentes responsáveis pelo desenvolvimento da atividade de confecções e também pelo crescimento econômico de algumas delas. Seu Júlio, “filho de Santa Cruz” e escritor de livros sobre a cidade, ao ser perguntado sobre o papel das mulheres nesse ramo, ressalta que:

A importância da mulher é muito grande, pois elas eram tudo pobrezinha, que era difícil até pra comprar uma máquina. Nesse tempo era um sacrifício tão grande, uma pobreza tão grande. Com o passar do tempo, não vou dizer que tornou-se tudo ricas, mas muitas conseguiram ter riqueza grande e viver bem de vida, porque nesse tempo da *sulanca* até a década de 50 a pobreza era muito grande, mas de 50 pra cá as mulheres foram crescendo, costurando a confecção e tendo bons resultados. Antigamente elas não tinham casa pra morar, pagavam aluguel, era um sacrifício muito grande. Hoje a maioria tem sua casinha, tem suas máquinas de qualidade, tem carro, tem moto e naquela riqueza. Então tornou-se a vida da mulher de pobrezinha, pra uma vantagem de que tudo elas tem hoje. (Entrevista realizada em Santa Cruz do Capibaribe, no dia 03/02/2014)

No início, o ofício da costura era exclusivamente feminino. Os homens por sua vez, ficavam responsáveis pela comercialização dos produtos. No entanto, com o passar do tempo os homens passaram a se inserir neste ramo de atividade, pois para muitos o “mundo da *sulanca*” se estabelecia como uma grande oportunidade de trabalho, e esta era uma das poucas fontes de renda, presentes na região. Portanto, é diante das necessidades requeridas pelo ramo da confecção e do comércio, que foram surgindo inúmeras formas de atividade tanto para os homens, como para as mulheres.

No início, as mulheres da zona rural também vendiam as cobertas e roupas a alguns *sulanqueiros*¹² e mercadores que passavam nas suas casas¹³. Os produtos tinham como principal atrativo o preço baixo, as peças eram simples, sem muita diversificação e se destinavam geralmente às populações de baixa renda. Como afirma Burnett (2013, p. 3):

Esses retalhos serviam de matéria-prima para as costureiras dos sítios, as quais produziam peças de roupas e cobertas emendando os retalhos para serem vendidas nas feiras livres, servindo como complementação da renda do sítio. A mão de obra era a familiar, a unidade produtiva o domicílio e a produção doméstica e artesanal.

¹² Cabe destacar que essa terminologia sob a qual estou me apropriando, é de uso local e geralmente era utilizada para designar tanto comerciantes (homens e mulheres), como também costureiras na época do surgimento da *sulanca*. Atualmente seu uso é pouco recorrente, porque nos dias atuais as variações e o próprio nome *sulanca* podem ter um sentido pejorativo, como será explicado mais adiante, no decorrer deste capítulo.

¹³ Além do que é dito na região, tal fato foi resgatado e simbolizado no documentário feito pela cineasta pernambucana Kátia Mesel, em 1986, denominado de “*Sulanca*”

Nesta época inicial, embora o produto têxtil fosse confeccionado por mulheres, em alguns casos, ele só começa a entrar no circuito comercial por meio da figura masculina. É por intermédio dos homens, que os retalhos de tecido passam a se tornar mercadorias, pois, enquanto as mulheres costuravam em casa, seus maridos se mantinham a frente das negociações e comercializavam os produtos.

Nos anos 60, a atividade tomou mais impulso e os retalhos trazidos de Recife não conseguiam mais suprir as demandas que estavam sendo exigidas. Foi a partir desse momento que os pedaços de tecidos passaram a ser buscados em São Paulo, mais especificamente nas fábricas têxteis da região do Brás.

De acordo com Campello (1983, p. 74) esta é a fase da integração do espaço nacional “através da abertura das estradas, lançando os caminhoneiros ao transporte de mercadorias para as localidades mais distantes. Inicia-se então o intercâmbio comercial entre Santa Cruz e o Sudeste do país”. Tal elemento serve para explicar a própria nomenclatura *sulanca*, que embora se tenham várias versões sobre ela, a mais difundida de todas é que “*sulanca*” significa a junção dos termos “sul” (local de onde os tecidos vinham) e “helanca” (tipo de tecido utilizado para a fabricação das peças).

Nessa época, o comerciante de Santa Cruz que mais se destaca nas narrativas locais, pelo “pioneirismo” de ir buscar os tecidos em São Paulo, foi Fernando Noronha, que tinha um caminhão, e conseguiu fazer sua primeira viagem a São Paulo, com o dinheiro que pediu emprestado ao seu irmão.

Em uma de minhas idas a campo, conheci o irmão de Noronha, seu Zé Dedelo, que outrora foi um grande comerciante de tecidos da cidade, mas que atualmente vê seu negócio entrar em decadência por conta da grande concorrência e da diversidade de tecidos que as lojas de Santa Cruz oferecem hoje aos compradores. Segundo ele, depois que as confecções melhoraram e quando se passou da *sulanca* para se fazer confecção de primeira e de segunda qualidade, os comerciantes que vendiam retalhos foram perdendo a importância, pois começa a surgir a demanda por peças inteiras de tecido e por tipos mais diferenciados do produto.

Seu Zé Dedelo, irmão de Noronha, no auge dos seus 86 anos, me contou sua história, sentado em um banco de seu estabelecimento comercial, rodeado de pequenos fardos de tecidos. Sua loja fica localizada no mesmo lugar desde o começo da *sulanca*, mas as vendas já não são mais as mesmas. Ao conversar comigo, ele afirma que só sustenta o ponto porque gosta de sair de casa e ficar lá, mas diz que quase não vende nada. Ao recordar sobre seu passado e sobre as suas idas e as de Noronha a São Paulo, ele comenta:

Zé Dedelo: Eu fui primeiro (a ir pra São Paulo) e levei Noronha, comecei antes dele. Depois Noronha comprava o tecido em São Paulo pra revender aqui. A primeira vez quando ele saiu daqui foi em 60 mais ou menos. O negócio dele era um caminhão e ele negociava com farinha de trigo. **Eu fui quem arrumei dinheiro emprestado pra emprestar a ele pra ele viajar, porque ele não tinha nada, mas graças a Deus ele morreu muito bem de vida** e hoje ficaram os meninos dele que negociam aí.

Eu: Como era que vocês faziam naquele tempo?

Zé Dedelo: **Nós comprava o retalho lá, com prazo de 30 ou 60 dias e vendia fiado aqui por 30 e 60 dias no caderno, as mulheres de mês em mês prestava conta e fazia novas compras.**

Eu: Como eram os retalhos?

Zé Dedelo: Eram pedaços pequeno, de 15 cm, de 30 cm, de meio metro. Era uns que vinha com falha da máquina, que dava defeito e eles botava lá.

Eu: Quem vendia os retalhos naquele tempo, aqui em Santa Cruz?

Zé Dedelo: Tinha eu, Noronha, Brás de Lira, Zé Monteiro.

Eu: E quem comprava antes de vocês os tecidos em Recife?

Zé Dedelo: Em Recife comprava Dedé Moraes, Manoel Caboclo e Pedro Diniz. (Entrevista realizada em Santa Cruz, no dia 12 de fevereiro de 2014, grifo meu).

Ao retornarem de São Paulo, os caminhoneiros vendiam os retalhos e as transações ficavam anotadas no caderno do comprador e do vendedor, as relações se baseavam no “fiado” e na confiança. As costureiras adquiriam os retalhos e só quando vendiam as mercadorias feitas por elas, é que o pagamento do tecido era realizado, e a partir do acúmulo do dinheiro que recebiam, os caminhoneiros voltavam a viajar para São Paulo.

Para ilustrar essas informações, cabe destacar um documentário sobre a Feira da *Sulanca*¹⁴, no qual uma das senhoras costureiras que acompanhou o processo de surgimento das confecções de roupas, conta sua própria experiência com esta atividade e como se dava a compra dos retalhos naquela época. Segundo ela:

Quem me vendeu o retalho foi Noronha. Era tira de pano mesmo, pedaço. Ele começou a me vender, eu levei como se fosse cinquenta centavos hoje, naquele tempo, era uma prata. Aí ele me vendeu um fardo de retalho. E era tudo pedaço sabe. Aí eu fazia vestidinho emendado, saíinha emendada, e shortinho de menino e coberta. E eu [hoje em dia] vou pra feira. Os fiscal tudinho me conhece sabe? Às vezes eu ando com uns lenços sabe? Aí eu ando com uns lenços, eles só não querem que eu leve coberta. Agora eu faço e levo as cobertas pra um homem de Recife e pra meus meninos de Juazeiro. Eu cheguei terça feira do Juazeiro. Eu levei trezentas cobertas, vendi e vim”. (Depoimento de Petronila).

Gomes (2006) ao estudar a inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo, através do comércio de retalhos, aponta que:

O comércio de retalhos vai nascer nos interstícios das antigas indústrias têxteis e, posteriormente, se alimentar do rejeito das confecções, as quais fornecem diariamente toneladas de resíduos e retalhos para serem comercializados pelos “retalheiros”. Esses retalhos e rejeitos são comercializados uma parte para as costureiras da Grande São Paulo e até mesmo para as “sacoleiras”, sendo que a maior parte da mercadoria é enviada para Santa Cruz do Capibaribe – cidade do interior pernambucano, que possui um polo de confecções de “*sulanca*”. (ibidem p. 153)

Na medida em que o Brás ia se tornando uma área comercial em São Paulo, na cidade de Santa Cruz, começava a despontar o surgimento de alguns armazéns para a venda de tecidos, especializados no comércio de retalhos para a produção de roupas e que forneciam às costureiras grandes fardos de pano com condições de pagamento a longo prazo.

É interessante destacar que foram os primeiros caminhoneiros e comerciantes de retalho da região que conseguiram alavancar os maiores armazéns de tecido da época, dentre os quais se destacam o de Noronha, (tido por muitos como o maior atacadista do período), o de Fernando Moraes, o de Zezé Diniz (Mercadão dos Retalhos), o de Arlinda de Zé Monteiro, dentre outros (GÓIS, 2013).

É interessante perceber que eles conseguiam vender o que de início era descartado no lixo e acumular capital a partir disso. Talvez o fato da matéria-prima no início do processo não ter valor comercial para as grandes empresas têxteis e sair “de graça” para os comerciantes nordestinos que iam buscar os retalhos em São Paulo para vender em Santa Cruz, possa ser um dos elementos que ajudam a explicar a “ascensão” econômica dos mesmos, pois mesmo que com o passar do tempo os retalhos tenham passado a adquirir valor, eles eram comprados a preços irrisórios para serem revendidos a inúmeras costureiras.

Segundo Gomes (2006), até cerca dos anos 60 as grandes fábricas têxteis do Brás não davam importância aos retalhos de tecido (muitos eram sobras de cortes e outros vinham com defeitos), sendo assim, seus resíduos eram jogados no lixo ou ficavam amontoados nas

¹⁴ Pode-se ter acesso a este documentário através deste link:

<https://www.youtube.com/watch?v=aXv1bZfZ6Gs&feature=related>

esquinas. “No final do expediente, alguns indivíduos com carrinhos, recolhiam o material, como fazem atualmente os catadores de papel e sucata” (p. 156).

Ainda de acordo com Gomes (2006), os restos de tecido do Brás, de início foram primeiramente aproveitados por espanhóis e depois por nordestinos. Em meados dos anos 50, os espanhóis picotavam os rejeitos de tecido para vender o produto como estopa ou para fazer enchimento de colchão e banco de automóvel. Já em um momento posterior, na década de 60, o reaproveitamento desses resíduos passa a ser feito por um grupo de pernambucanos que recolhiam os retalhos e os revendiam para seus conterrâneos, para a fabricação da *sulanca*. Tendo em vista a grande busca por retalhos, após alguns anos esses rejeitos passam a adquirir valor e a serem comercializados (a um preço mínimo) pelas fábricas do Brás, ao invés de serem apenas descartados.

Ao passo que os tecidos iam sendo trazidos do Sudeste do país, em Pernambuco, o sucesso na comercialização dos produtos têxteis fez com que tais atividades fossem dando certo e expandindo-se, atraindo cada vez mais pessoas, compradores e empreendimentos.

Diante da expansão das atividades e a crescente procura por mão de obra, algumas mulheres da zona rural que não tinham máquinas, começaram a recebê-las emprestadas de algumas confeccionistas da cidade para poderem realizar o ofício da costura. De acordo com Bezerra (2011) essa dinâmica também ajudou a impulsionar o trabalho domiciliar local, na cidade e no campo, tendo na figura feminina o seu principal agente produtivo.

Com o aumento da demanda de mercado, algumas pessoas passaram a investir em máquinas industriais de baixa rotação, porque as máquinas manuais e domésticas já não davam mais conta do processo produtivo. Isso fez com que a qualidade dos produtos melhorasse e as vendas se ampliassem.

Tendo em vista o papel pioneiro das mulheres enquanto costureiras, é importante ressaltar também, que a partir desse período começa a se destacar fortemente a figura dos *sulanqueiros* (comerciantes) homens, que viajavam pelo Norte e Nordeste vendendo as mercadorias. Tal fator foi crucial para propagar a imagem de Santa Cruz, escoar a produção, bem como para fortalecer e criar redes de rotas comerciais.

Ao falar sobre a inter-relação e as articulações das feiras da *sulanca* com outras regiões do Norte e Nordeste do país, Rabossi (2008) ressalta que:

Historicamente, junto com la comercialización em las férias, los productores llevaban sus productos a otras ciudades y estados, de la misma forma que hoy lo hacen los vendedores de hamacas y colchas de Ceará y Paraíba, que venden su producción em los estados del Sudeste. Com el tempo, las férias y los sacoleiros se transformaron em el principal mecanismo de comercialización y distribución de la *sulanca* (p. 159).

Os *sulanqueiros* pegavam algumas peças de roupas, geralmente feitas pelas suas esposas, ou compradas de outras mulheres e com as mercadorias em mãos, eles passavam semanas viajando por cidades e Estados do Norte e Nordeste, expondo os produtos no chão, dormindo no próprio meio de transporte e vivendo longe de casa. Cada viagem durava cerca de quinze dias, enquanto isso, suas esposas e demais mulheres da região ficavam nas suas casas costurando mais roupas, porque quando eles voltavam, ficavam poucos dias no seu local de moradia e recomeçavam todo o processo novamente. Cabe ressaltar que as costureiras só recebiam o pagamento das peças que entregavam para os *sulanqueiros*, quando estes vendiam os produtos e retornavam de viagem.



Figura 4: *Sulanqueiros* vendendo a mercadoria em uma de suas viagens em meados da década de 70. Autor não identificado.
Arquivo cedido por José de Oliveira Góis.

Para Burnett (2013) esse papel exercido por inúmeros homens da região se destaca por propagar e divulgar a imagem da *sulanca* para outras regiões, criando um circuito comercial de maior abrangência, pois como aponta a autora:

O que os *sulanqueiros* fizeram foi extrapolar esse circuito micro regional e ampliar sua área de atuação. Por exemplo: numa semana o *sulanqueiro* se deslocava para a região de Feira de Santana, na Bahia e fazia o circuito daquela região. Na outra semana ele se deslocava até a região de Barreiras, também na Bahia, e fazia as feiras da semana naquela área. Então, eles voltavam para Santa Cruz, pagavam as costureiras, se reabasteciam e saíam em busca de outro circuito de feiras. Dessa forma, o produto *sulanca* ficou conhecido pelo Nordeste afora (p. 24).

Fora esse comércio inter-regional que era realizado pelos homens, na cidade de Santa Cruz, as mulheres além de costurarem, também começaram a vender seus próprios produtos nas calçadas da cidade, o que no início gerou um grande conflito com os demais comerciantes da feira. Uma das imagens que pode demonstrar este período inicial da Feira da *Sulanca* realizada nas ruas da cidade a essa comercialização das colchas de retalho, se encontra logo abaixo.



Figura 5: Costureiras vendendo seus produtos na Rua Siqueira Campos. Autor e época da foto não identificados. Arquivo cedido por José de Oliveira Góis

A imagem abaixo foi posterior ao início da *sulanca*, mas também pode ajudar a ilustrar como era a “estrutura” das feiras antigamente¹⁵.



Figura 6: Feira da *Sulanca*. Autor e data não identificados. Arquivo cedido por José de Oliveira Góis

De acordo com Góis (2013) as calçadas da Rua Siqueira Campos, no Centro da cidade, e alguns setores da Avenida João Francisco Aragão, foram os primeiros cenários para o surgimento da “Feira da *Sulanca*” em Santa Cruz do Capibaribe. Na Rua Siqueira Campos

¹⁵ Cabe ressaltar que as fotos as quais estou me referindo podem não corresponder exatamente ao período que vem sendo descrito acima (anos 60 e 70), pois não consegui informações sobre a data em que elas foram registradas. O interesse maior aqui é demonstrar para o leitor através de imagens, algo que vem sendo descrito durante o texto, acerca da organização das feiras e sua estruturação.

(conforme a figura 5), o início da comercialização se deu em um local, onde atualmente existe um restaurante, que se localiza no lado oposto ao salão de Biu de Deda.

Seu Biu (Severino Glicério da Silva) arranjava compradores de *sulanca* em sua loja e as pessoas que trabalhavam com ele faziam os fardos contendo as confecções adquiridas, amarrando-os de corda. Sabemos que não havia as facilidades que hoje vemos, mas, com um poder de persuasão bem maior que o de muitos empreendedores que encontramos. Na Avenida João Francisco Aragão, um dos focos iniciais era a calçada do Armazém de Zé de Olinto, em frente à Discoteca do Bojão, um dos locais mais movimentados, naquela época. Vale ressaltar que esse movimento ocorreu nos primeiros anos da década de 70 (Século XX) de modo espontâneo. **Não houve naquela época, nenhum incentivo oficial e nem tão pouco havia entidades representativas de classe como as que atuam hoje a exemplo de ASCAP e CDL.** (idem, p. 11, grifo meu)

Campello (1983), ao pesquisar sobre a história da *sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe, afirma que a partir das entrevistas que ela realizou para fazer sua pesquisa na década de 80, obteve uma informação que pressupunha e indicava como surgiu essa “ideia” das mulheres da época de comercializarem os produtos que elas confeccionavam nas calçadas da cidade. Segundo a autora, em uma madrugada de quinta-feira, na década de 70, uma costureira, sabendo da presença de uns viajantes na cidade, foi exhibir suas confecções na calçada de sua rua “num gesto de desespero diante de suas dificuldades financeiras” (idem, p. 75). Tal exemplo foi seguido por outras mulheres, que passaram a exhibir suas mercadorias em dias de feira. No entanto, a presença das mulheres *sulanqueiras* incomodava os feirantes, que ameaçavam expulsá-las, com o argumento de que a venda de roupas iria prejudicar as suas vendas de produtos agrícolas.

O “negócio deu certo” e o sucesso nas vendas e a ampliação das confecções se fizeram de modo bastante intenso, principalmente nas décadas de 60 e 70. A partir deste momento começa a ser bastante comum nas residências locais, a existência de uma ou duas máquinas de costura, nas quais as mulheres, mães de família confeccionavam roupas por conta própria ou por encomenda.

Neste período as unidades produtivas passaram a se concentrar na zona urbana, embora isso não excluísse o fato da existência das mesmas nos setores rurais. Com isso, buscou-se seguir algumas exigências tecnológicas (poucas, mas consideráveis em comparação ao início da produção artesanal), tendo em vista que os retalhos vindos do Sudeste demandavam uma maior tecnologia dos meios de produção e a ampliação dos modelos de roupas também requeriam uma diversificação de tipos de máquinas, com isso a produção passa a se tornar semi-industrial.

Embora a constituição destes empreendimentos tenha partido da iniciativa e do investimento dos moradores locais, é importante destacar aqui que nos anos 70, entra em cena o Banco do Brasil na cidade de Santa Cruz, que por sua vez teve um papel relevante para ajudar a alavancar os negócios na região. Até os anos 70, as costureiras não tiveram nenhum incentivo financeiro, como relata Júlio, antigo morador de Santa Cruz, e que já foi *sulanqueiro-comerciante*:

Seu Júlio: Elas não tinham ajuda de nada, não tinham condições nem de fazer um empréstimo, porque não tinham condições nem de pagar um juro, nem nada. Até entrar em 50 era um sacrifício, agora depois é que veio a elas ter condições de ter um empréstimo no banco, de ter condições de comprar uma máquina. Hoje aqui tem uma riqueza muito grande, conheço vários que chegaram aqui sem nada, hoje tem sua casa boa, seus carros, sua máquinas, costureira à vontade. (Entrevista realizada em Santa Cruz, no dia 03/02/2014)

Não se pretende afirmar que o “sucesso” de algumas costureiras tenha sido proveniente de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, quando este se instala na

região, no entanto, esta instituição financeira foi a primeira a entrar, se consolidar em Santa Cruz e a fornecer financiamentos com uma certa peculiaridade, concedida por um de seus gerentes, como me informa Góis em uma entrevista:

Quando as máquinas começaram a ficar deficientes, elas não tinham a produtividade que era necessária. Até que chegou o Banco do Brasil em Santa Cruz **e o dinheiro que veio pra cá pra incentivar a pecuária e a agricultura, o gerente do banco direcionou para aquelas pessoas que compravam tecidos**. Os anos 70, foram um pontapé valoroso, pois no final dos anos 70 a feira já ocupava praticamente seis ruas do centro da cidade. (Entrevista realizada em Santa Cruz, no dia 11/02/2014, grifo meu)

Em seu livro sobre a história da *sulanca*, Góis (2013) aponta que a *sulanca* precisava de uma “injeção no campo econômico-financeiro”, e nos anos 70 surge em Santa Cruz à agência do Banco do Brasil, que dispunha de recursos para incentivos agropecuários. Pois como a pecuária sempre se destacou na região, recebeu recursos do Governo Federal. Segundo ele “ocorre que, um gerente da referida agência, resolveu acreditar no **empreendedorismo dos santa-cruzenses** e alocou os tais recursos que deviam ser incentivos agropecuários, na **monocultura da confecção**” (idem, p. 12, grifo meu). Com isso, alguns dos pequenos confeccionistas conseguiram um financiamento para máquinas e insumos e começaram a produzir mais e dar uma melhor qualidade aos seus produtos. “Começaram a prosperar as fabriquetas de fundo de quintal e as de médio porte. (...) Muitos santa-cruzenses começaram sua carreira de fabricante de confecções a partir desse incentivo e se sustentaram no mercado” (ibidem).

Cabral (2007) destaca que o Banco do Brasil de Santa Cruz financiou cerca de 2000 máquinas industriais na região. No entanto, tal fator deve ser visto como uma iniciativa que fornecia crédito **pessoal** para inúmeras costureiras da região que ansiavam por comprar (cada qual) sua própria máquina de costura e entrar no ramo das confecções, o financiamento foi feito em nome de pessoa física e não de empresas.

Outro elemento importante de ser observado nesse momento é a imbricação do formal com o informal que sempre esteve presente na dinâmica das atividades suscitadas pela *sulanca*. Pois como afirma Rabossi (2008), a substituição das máquinas manuais por máquinas industriais, financiadas pelo Banco do Brasil, demonstram que insumos, créditos e certificações são elementos chaves para “compreender las formas em que producciones, em principio caracterizadas como informales o ilegales, están articuladas com el sistema institucionalizado” (p. 168).

1.5. “A costura vence a seca!”

Em Santa Cruz, desde 1975, começaram a surgir às bancas feitas de madeira para expor as mercadorias, as quais deixaram de ser exibidas nas calçadas e no chão. Nesta época, cerca de vinte ruas do centro da cidade eram interditadas semanalmente com o comércio. Além delas, existiam também as ruas que ficavam lotadas de ônibus que vinham de várias cidades, trazendo compradores.

É durante a passagem dos anos 70 e 80 que Toritama e Caruaru também começam a entrar no ciclo da *sulanca*. A primeira cidade, até então produtora de calçados de couro, começa agora a despontar no mundo das confecções têxteis se especializando na produção de *jeans*. Já Caruaru, conhecida pela sua feira popular e pela fabricação de artesanato foi a última cidade, dentre as três principais do Polo, que aderiu este ramo de negócios.

Outro fato ocorrido na década de 80, que merece destaque e que demonstra que a repercussão das feiras da *sulanca* já estava além dos limites locais, é que, em janeiro de 1983, uma equipe da Rede Globo de Televisão, foi até Santa Cruz para fazer uma reportagem sobre

o crescimento da economia na região e sobre a importância das mulheres nesse ramo de atividade. Segundo Góis (2013, p. 15), “nesta ocasião ficamos conhecidos como a cidade onde as mulheres comandavam as famílias e a economia. Esse rótulo gerou um desconforto para alguns, mas nos deu visibilidade nacional”.

Ainda na década de 80, Campello (1983) destaca que houve na região um forte processo de desruralização, que já vinha ocorrendo em décadas anteriores. Nos quais alguns pequenos agricultores que vinham encontrando dificuldade de produzir para a subsistência voltaram a encontrar na migração uma alternativa de sustento. Cabe destacar, que o fenômeno da migração aqui referido não se refere apenas à migração inter-regional, que ocorreu fortemente nos anos 50 para o Sul/Sudeste do país, mas também à migração intra-regional, onde as cidades sedes das atividades de confecções começaram a receber um número considerável de moradores rurais do Agreste de Pernambuco e até mesmo de outras regiões, todos em busca de uma inserção no ramo da *sulanca*. Nesse momento, segundo as palavras de Burnett (2014, p. 128) “as migrações passaram de nacionais para locais, regionais, num movimento rural-urbano”, podendo assegurar assim, a reprodução social das famílias em suas terras nativas.

Campello (1983) descreve que desde os anos 60 a prefeitura de Santa Cruz vinha fazendo doações de terrenos, como uma forma de acolher a população migrante que chegava a cidade em busca de trabalho. Fato este que pode demonstrar que o Estado não esteve totalmente ausente como os sulanqueiros sempre afirmam.

Nessa época muitas pessoas ao saírem do meio rural, venderam animais, ou sua pequena produção agrícola e empregaram o dinheiro na aquisição de uma máquina de costura. Os que por sua vez, se mantinham no campo acabaram se engajando na atividade de confecções, adquirindo muitas vezes máquinas de segunda mão.

Além deste fator, nos anos 80 também começa a haver um forte retorno de várias pessoas oriundas do Agreste de Pernambuco, que antes haviam migrado para o Sul e Sudeste do país, com o intuito de voltarem com o capital que tinham acumulado em outras atividades para investirem na produção ou no comércio da *sulanca*. Lyra (2005), por exemplo, em uma pesquisa sobre os fluxos da *sulanca* correlacionados ao fenômeno das migrações entre os anos de 1970 e 2000, confirma que o Agreste Pernambucano foi a região que teve uma troca migratória mais expressiva com o Estado de São Paulo (no período por ela analisado e que também corresponde ao período de desenvolvimento da *sulanca*)¹⁶. A autora destaca uma peculiaridade muito particular dessa região, pois ao mesmo tempo em que o Agreste se configurou em um local que outrora expulsou sua população para terras paulistas, posteriormente ela foi também a região que mais absorveu os migrantes retornados, “chegando a superar a Mesorregião Metropolitana do Recife, onde era de se esperar uma maior absorção, considerando seu grau de dinamismo socioeconômico” (idem, p. 151). Este fenômeno ocorreu porque depois das atividades oferecidas pela *sulanca*, surgiram novas oportunidades de trabalho, especialmente na década de 80, impulsionadas pelo aumento da produção, pelo comércio e pelos serviços que passaram a englobar inúmeros municípios.

Essas crescentes mobilidades geraram uma expansão e um demasiado aumento populacional na cidade de Santa Cruz. De acordo com Campello (1983), essa cidade se tornava um grande espaço de produção de confecções onde praticamente, “não existe uma dicotomia entre a cidade e o campo. Na realidade, o que existe é um espaço econômico

¹⁶ Lyra (2005) realizou uma pesquisa sobre o fenômeno da migração de retorno ao Agreste de Pernambuco, procedente do Estado de São Paulo, no período entre 1970 e 2000. Em seus estudos evidenciou-se que a taxa média anual de migração de retorno superou tanto a média estadual quanto as demais Mesorregiões de Pernambuco, chegando a triplicar o seu valor em relação à Mesorregião Metropolitana no período 1981-91. Tal condição reafirmou a Mesorregião do Agreste como a de maior intensidade migratória, entre as décadas em que sua pesquisa se desenvolveu.

contínuo onde se realiza uma atividade diferenciada quanto ao nível tecnológico adotado” (idem, p. 129).

O meio rural apresenta características semelhantes ao meio urbano, no que diz respeito às atividades de confecções, pois desde esse período até os dias atuais em alguns sítios da região, as culturas agrícolas são pouco observáveis, pois o trabalho agrícola acabou sendo “realocado” para as atividades no ramo das confecções. É comum passearmos pela zona rural de Santa Cruz e nos depararmos com o barulho das máquinas de costura, em quase todas as casas, onde por trás das mesmas estão inúmeras mulheres e também alguns homens trabalhando para o sustento familiar.

Nos anos 90, com a feira já consolidada a imagem de Santa Cruz é projetada nacionalmente através de uma nova reportagem feita por Geneton Moraes em 1993, pelo Fantástico, da Rede Globo de Televisão. A matéria exibida em rede nacional foi intitulada de “A costura vence a seca!”¹⁷. Nela, é narrado que Santa Cruz do Capibaribe é um caso único no Brasil, um local onde há uma média de três máquinas de costura por domicílio, e 90% dos moradores da região se dedicam à atividade da confecção. Um das senhoras entrevistadas por Geneton, fala que “a felicidade da gente é a costura”.

O repórter destaca que a população saía para as ruas pra vender todo tipo de “pano”. Naquela época, já existiam cerca de cinco mil pontos de venda, espalhados em doze ruas da cidade. Ao entrevistar José Augusto Maia, o vice-prefeito da cidade em 1993, Geneton pergunta quais os tipos de confecção que são vendidos na feira local. E como uma espécie de rima, o vice-prefeito afirma que pode dizer em 15 segundos tudo o que é vendido em Santa Cruz, e fala:

Calça, camisa de manga curta, manga longa, macaquito, camiseta, meia, gorro e minhocão. Tem jardineira, almofada, tem bermuda, mini-saia, mini-blusa, camisola e macacão. Maiô, biquíni, tem sukini, tem sacola, tem também saia de bola, short, tanga e cobertor. Tem mosquiteiro, conjuntinho de batizado, **tem a colcha de retalho onde tudo começou.** (José Augusto Maia, grifo meu)

Nessa mesma reportagem o entrevistador destaca que é possível encontrar na feira, roupas para crianças por três mil cruzeiros, o que na época equivalia ao preço de uma caixa de fósforos. Ele pergunta a um morador local, o que é possível comprar fora da feira da *sulanca* com o valor citado acima, e logo tem a resposta “Um pão. Pois nem uma água mineral dá pra comprar. E com isso, aqui em Santa Cruz, você compra um shortinho desse que veste uma criança por tanto tempo né?”. Por fim, a matéria se encerra com a seguinte frase entoada por Geneton: “aqui nessa cidade, a vitória foi da criatividade!”.

1.6. Os anos 2000 e a construção dos *shoppings* populares

Em meados dos anos 2000 as feiras da *sulanca* de Santa Cruz, Toritama e Caruaru passaram a se modernizar e a se configurarem de maneira mais complexa no que diz respeito aos seus termos técnicos, organizacionais e de infraestrutura, tendo como exemplo disso, a criação dos seus *shoppings* populares.

A primeira cidade a contar com um grande conglomerado comercial foi Toritama, que inaugurou em 2001 o Parque das Feiras. Caruaru estreou seu *shopping* popular em 2004, denominado de Polo Comercial de Caruaru. E por fim, Santa Cruz, que embora tenha sido a cidade pioneira da *sulanca*, só conseguiu finalizar a construção de seu espaço comercial em 2006, que tem o nome de Moda Center e é o maior dentre os empreendimentos das três cidades sedes do Polo.

¹⁷ A matéria pode ser acessada neste link <https://www.youtube.com/watch?v=uqq53qhEN7M>

Já no final da década de 90, começava a haver em Santa Cruz uma maior preocupação acerca da estrutura das feiras da *sulanca*, que não se restringiam mais apenas em uma no singular, mas que estava disseminada por todo o centro da cidade. Sua expansão ora destacada como um aspecto do seu sucesso, acabou gerando alguns problemas para o município, então foi necessário a busca de estratégias que pensassem em uma forma de otimizar tal espaço de comercialização.

Para Góis (2013), a criação de espaços para o comércio dos produtos, surgiu porque o crescimento da economia de Santa Cruz e da feira da *sulanca* geraram alguns incômodos no que diz respeito à forma como esta estava organizada pelas ruas da cidade. Tal fato passou a incomodar alguns moradores, pois transtornos como a interdição das ruas do centro (que atrapalhava a mobilidade), bem como a sujeira que ficava nas ruas ao final de cada feira e o barulho das negociações, eram frequentes e isso se tornou uma preocupação de cunho político. Segundo este autor, em 1993, o vice-prefeito de Santa Cruz, José Augusto Maia e uma equipe formada naquele período fizeram um projeto que visava organizar a feira da *sulanca*. “Eles iniciaram a diminuição do tamanho das bancas que até então, não obedeciam a uma norma, a um tamanho padronizado” (p. 17).



Figura 7: Vista aérea da Avenida 29 de Dezembro e de ruas paralelas em dias de Feira da Sulanca no início dos anos 2000. Arquivo cedido por José de Oliveira Góis.

Duas das principais reclamações deste período comentadas por Góis (2013), eram a de que a feira da Avenida José Moraes da Silva, estava prejudicando o funcionamento do Fórum Dr. Naércio Cireno Gonçalves, o que levou o juiz de Direito da cidade a propor um termo de “ajustamento de conduta e convivência entre a feira e o horário de funcionamento do fórum” (p. 18). Além dessa queixa, o Banco do Brasil e o Bradesco, ambos localizados no centro da cidade, começaram a alegar também que o comércio da feira estava colocando em risco a segurança dos feirantes, da agência e de seus clientes, por conta da dificuldade de tráfego para as viaturas policiais e para os carros fortes.

A ideia de retirar a feira da *sulanca* do seu local original começa a ganhar força em 1998, impulsionada pelo então prefeito Ernando Silvestre da Silva. Segundo Góis (2013), esse projeto, de início não foi bem aceito pela população, alguns carregadores de frete, temiam ficar sem trabalho, bem como alguns comerciantes também acreditavam que a saída da feira iria acabar com a movimentação do comércio das ruas do centro. Já os vendedores estavam divididos, pois alguns achavam que a saída da feira, acabaria com todo o trabalho que ali fora

construído, outros porém, acreditavam que a criação de um espaço comercial mais organizado daria maior visibilidade as confecções.

O prefeito tentou negociar com o Banco do Brasil para adquirir um terreno com cerca de 32 hectares, em um local conhecido como Sítio Curral Picado, que fica localizado a 6 km do centro de Santa Cruz e tinha uma localização privilegiada e útil para transações comerciais, pois se situava às margens da rodovia PE-160. Ao seguir com a vontade de transferir a feira da *sulanca* para este local, Ernando acabou criando o Projeto de Lei nº 003/98, sobre a criação do Parque das Feiras, e o enviando à Câmara de Vereadores. No entanto, tal projeto foi reprovado na Câmara por oito votos contrários e cinco favoráveis, e a feira da *sulanca* continuou ocupando as ruas do centro da cidade.

No ano de 2001, com a mudança de prefeitos, entra em cena o mandato de José Augusto Maia, responsável pela criação da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Góis (2013) informa que a principal função dessa secretaria era a de “trabalhar em parceria com os confeccionistas e industriais do setor através de seus órgãos representativos e grupos de comerciantes” (p. 28).

O Poder Executivo Municipal voltou nesse momento, a intentar com a ideia da construção de um espaço para a comercialização dos produtos têxteis em Santa Cruz. Depois de algumas discussões, chegou-se a conclusão de se retomar alguns pontos da ideia plantada por Ernando em 1998, como por exemplo, a pauta de construir o Parque *Shopping* da *Sulanca* no Sítio Curral Picado. Esta mudança foi anunciada através da Portaria nº 248/2001, na qual o prefeito José Augusto institui a “Comissão de Acompanhamento e Coordenação da Construção do Parque de Feira de Confecção do Município de Santa Cruz do Capibaribe”¹⁸ (GÓIS, 2013).

Após uma avaliação do projeto e alguns anos de construção do mesmo, em outubro de 2006 ocorreu à inauguração do “gigante” empreendimento, denominado “Moda Center Santa Cruz”. Que atualmente é o maior *shopping* atacadista de confecções da América Latina, contando com 9.624 boxes e 707 lojas, numa área coberta de 120.000 m²¹⁹. Semanalmente durante os dias de feira (segundas e terças) o Moda Center recebe cerca de 30 mil clientes, podendo chegar a 100 mil pessoas em épocas que correspondem às altas temporadas, nos meses de maio, junho, novembro e dezembro.

¹⁸ A referida comissão teve sua primeira formação constituída pelos seguintes órgãos: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe; Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL); Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP); Banco do Brasil (agência de Santa Cruz do Capibaribe); SINDIVEST e Associação dos Sulanqueiros do Agreste (ACENA). (GÓIS, 2013)

¹⁹ Fonte: Perfil Socioeconômico de Santa Cruz do Capibaribe, publicado pela CDL – Pernambuco, 2012.



Figura 8: Moda Center Santa Cruz²⁰

Vale destacar, que embora este *shopping* atacadista popular tenha sido planejado e tenha tido o terreno doado pelo poder público, ele só conseguiu ser executado a partir de investidores privados, com a renda dos próprios *sulanqueiros* e *sulanqueiras* da época. Pois, na medida em que estes investiam seu capital de giro na compra de terreno dos boxes, a obra ia sendo erguida. Embora no seu livro Góis destaque a importância de algumas figuras políticas locais, em uma entrevista o mesmo me disse que “quem construiu o Moda Center foi a população”, e continua:

O governo sonhou, elaborou, teve a participação de prefeitos em parceria com o governo, aí entrou o Banco do Brasil como parceria com o CODEFAT que financiava. As pessoas que queriam uma banca lá dentro tinham três séries de preço pra escolher, de R\$ 1.200, 1.800, 3.000 no primeiro lote. Quem podia comprava a vista, quem não podia comprava financiado pelo banco ou pela construtora. **A prefeitura deu o terreno e a construção quem tinha que bancar eram os *sulanqueiros*.** A condição para comprar um boxe era a de que já se tivesse um alvará na feira já, senão não tinha direito. Foram projetados quatro blocos e os dois iniciais foram vendidos dessa forma. Em 2006 ele foi inaugurado com os quatro módulos. Os dois últimos módulos não precisavam de alvará, quem queria comprar eles, era só ter dinheiro que comprava. **A iniciativa foi do poder publico mas quem construiu foi o povo, pois cada um que pagava seu box era pra empresa tocar a construção.** (Entrevista realizada em Santa Cruz, no dia 11/02/2014, grifo meu)

Além disso, ao contar sobre sua própria experiência com o mundo da *sulanca* e sobre a supervalorização imobiliária que existe hoje no Moda Center, Góis aponta que:

Na época que começou eu comprei um box e contando com os juros eu paguei R\$ 3.800 e se eu quisesse vender hoje por R\$ 120.000 eu conseguiria. A maior valorização imobiliária que eu já ouvi falar na minha vida foram esses boxes. Mas o preço deles depende também da localização. ((Entrevista realizada em no dia 11/02/2014)

Nos dias atuais alguns políticos querem tentar propagar suas imagens a partir do sucesso da *sulanca*, tentando fazer repercutir que a política foi decisiva em fazer da cidade o que ela é hoje, mas isso tem sido desaprovado por alguns moradores que acompanharam tal

²⁰ Imagem retirada do site http://www2.uol.com.br/JC/sites/alinhavando/os_gigantes_do_interior.html
Acesso em 14/05/2014.

processo e que repetem sempre que o Estado sempre foi ausente em Santa Cruz e que a *sulanca* tal como suas reverberações foram feitas pelo povo.

Espírito Santo (2013) também observa esses elementos em sua pesquisa e a partir de seus dados, ele afirma que a *sulanca* parece nunca ter dependido muito da prefeitura, e que as regulações da municipalidade sobre a feira da *sulanca*, inclusive a construção do Moda Center, são duramente criticadas por muitos *sulanqueiros*.

É importante destacar também, que mesmo apesar destes *shoppings* a feira da *sulanca*, montada em bancas de madeira cobertas de lona, continua existindo e resistindo em ambas cidades, nos “dias de feira”, que ocorrem geralmente duas vezes por semana.

As pessoas que comercializam nas áreas externas dos parques têxteis, são geralmente as que não têm condições financeiras de comprar ou alugar um boxe ou uma loja no interior destes espaços. Em Santa Cruz, a feira nos bancos de madeira atualmente ocorre nas segundas e terças-feiras, e é denominada de “poeirão” pelos moradores da cidade. Sua estrutura é bem semelhante a do início da feira da *sulanca*.

1.6.1. Desenvolvimento econômico *versus* desenvolvimento social

De acordo com um estudo econômico²¹ elaborado pelo SEBRAE em dez cidades denominadas de Polo-10, em 2012 estimou-se que o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco contava com cerca de 18.803 unidades produtivas²² de confecções, das quais 38,1% se localizavam em Santa Cruz do Capibaribe.

Para que se perceba a dimensão e o crescimento atual do Polo, vale a pena observar a tabela abaixo, extraída de um relatório econômico realizado pelo SEBRAE entre 2002-2012, que demonstra que com exceção de Santa Cruz do Capibaribe que teve uma queda de 5,23%²³, nas outras principais sedes do Polo ocorreu uma significativa ampliação das unidades produtivas de confecções.

²¹ Tal estudo econômico já havia sido feito pelo SEBRAE em 2002 e após 10 anos, procurou-se descrever quantitativamente o Polo de Confecções do Agreste, com base nas respostas dadas por 1.235 empresários ou responsáveis por unidades produtivas a questionários aplicados, em dez cidades, denominadas pelo SEBRAE de Polo-10, são elas: Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes, nos meses de junho a agosto de 2012.

²² Em seu relatório, o SEBRAE define “unidade produtiva”, como “todo e qualquer conjunto de uma ou mais pessoas, com administração independente, que se reúne regularmente para: (i) produzir confecções, entendidas como peças de vestuário, na forma de produtos finais; (ii) desempenhar tarefas que correspondem a etapas do processo produtivo de confecções, como cortar os tecidos ou costurar partes de uma camisa; (iii) produzir componentes das confecções, como casas de botões ou bolsos de calças. As unidades produtivas podem ser classificadas segundo variados critérios (grandes ou pequenas; formais ou informais; de criação mais antiga ou mais recente, etc.) critérios esses que foram, em momentos específicos, adotados neste relatório. Entretanto, para fins de exposição dos resultados obtidos, a mais importante divisão das unidades produtivas é a que as classifica em dois grupos: “empresas” e “empreendimentos complementares”, ou facções.

²³ O relatório não questiona e nem informa porque Santa Cruz, mesmo sendo a cidade pioneira nas confecções de roupas, apresentou essa queda na quantidade de suas unidades produtivas.

Tabela 1: Estimativa do número de unidades produtivas em 2002 e 2012

Municípios	2002	2012	Varição 2012/2002 (%)
Caruaru	2.380	4.530	90,34
Santa Cruz do Capibaribe	7.565	7.169	-5,23
Toritama	2.196	2.818	28,32
SOMA	12.141	14.517	19,57

Fonte: Relatório SEBRAE, 2013.

Conforme os dados da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco, no período de 1999 e 2008 o PIB dos principais municípios do Polo também se destacou evoluindo positivamente e superando as taxas do Estado. Santa Cruz se manteve com uma taxa de crescimento dentre os de 237,6 % (entre 2004 e 2008); Caruaru apresentou uma taxa de crescimento de 198,0 % (entre 2004 e 2008) e Toritama de 310,4 % (entre 2004 e 2008). Enquanto Pernambuco para o mesmo período descrito, registrou uma taxa de crescimento de 183,1%²⁴.

Se de um lado o crescimento do Polo se destaca pelos seus valores econômicos, do outro o desenvolvimento social parece não progredir ao longo dos anos. As condições de infraestrutura e dos serviços básicos dos municípios que compõem o Polo são totalmente precárias. Nesse sentido, embora haja uma grande ampliação de emprego e renda devido à produtividade e comercialização têxtil, os indicadores sociais continuam sendo desfavoráveis e marcando alguns atrasos na região.

No mesmo relatório elaborado pelo SEBRAE (2013), se destacou que o IBGE construiu questionários estendidos do Censo demográfico de 2010 e os aplicou a uma amostra considerável de domicílios na região, com perguntas que podem ser vistas na tabela abaixo e que a partir das porcentagens são capazes de nos informar que os grandes lucros gerados pela produção e comercialização de roupas não são revertidos em serviços que buscam a melhoria na vida da população do Agreste pernambucano.

Tabela 2: Características do entorno dos domicílios particulares permanentes em áreas urbanas (2010)

Municípios	Existe identificação do logradouro?	Existe iluminação pública?	Existe pavimentação do logradouro?	Existe calçada?	Existe arborização	Esgoto a céu aberto?	Lixo acumulado nos logradouros
	NÃO (%)	NÃO (%)	NÃO (%)	NÃO (%)	NÃO (%)	SIM (%)	SIM (%)
Agrestina	8,2	4,4	46,6	38,5	35,7	4,8	1,6
Brejo da Madre de Deus	67,7	10,0	37,5	42,2	41,8	14,0	4,6
Caruaru	41,1	4,6	25,6	27,4	37,2	9,1	4,6
Cupira	32,8	1,8	10,0	9,9	19,9	4,8	6,4
Riacho das Almas	88,8	21,8	35,9	31,7	20,1	2,9	6,3
Santa Cruz do Capibaribe	57,7	4,1	48,6	31,6	16,6	7,1	3,6
Surubim	24,6	2,7	49,9	54,9	44,2	15,9	1,8
Taquaritinga do Norte	63,8	3,3	48,1	50,4	10,7	25,6	5,0
Toritama	70,8	13,2	35,7	59,8	31,5	8,2	4,3
Vertentes	49,4	14,9	15,9	58,4	59,2	15,2	0,3
Marcos de comparação							
Recife	39,3	2,9	19,9	26,4	41,4	17,1	5,8
Petrolina	59,3	1,6	41,8	35,9	7,1	20,8	12,5
Manari	42,2	16,6	38,3	85,9	19,8	73,4	0,7

Fonte: Relatório SEBRAE, 2013.

²⁴ <http://www.condepefidem.pe.gov.br>

O que se percebe é que a maioria das cidades do Polo não contam com um planejamento urbano adequado, e além dos pontos referidos na tabela, também existem muitos problemas de infra estrutura, principalmente nas áreas habitacionais, de produção do lixo, de iluminação pública, pavimentação, pois com exceção dos bairros de alta classe, que possuem mansões, grande parte das demais ruas e bairros, não tem calçamento, nem saneamento básico. Além disso, a água é um item escasso para todos e seu abastecimento não é regular, o que obriga os moradores a comprá-la como um produto para satisfazer necessidades básicas como: beber, cozinhar, tomar banho e lavar roupas e louças.

Em Toritama e em Santa Cruz, que são as duas cidades que eu mais conheço, por conta desta pesquisa e também de outras anteriores, quase não existe paisagismo local, ou espaços públicos para a distração da população, são muito poucos os locais destinados para o lazer e de fato é difícil encontrar atrativos culturais na região.

Cabe ressaltar ainda que em Santa Cruz, o processo de diferenciação social na cidade é muito evidente e contrastante, pois em alguns bairros centrais existem numerosas mansões, casas luxuosas e carros importados, pertencentes à elite local dos grandes confeccionistas e em outros bairros periféricos se nota a presença de favelas ou casas com tijolos aparentes construídas na beira de rios ou esgotos. Souza (2012) ao realizar pesquisa na mesma cidade também percebeu esse fator e observou que ao mesmo tempo em que as mansões se destacam na paisagem urbana é cada vez mais crescente o processo de ocupações irregulares em Santa Cruz. No entanto, há que se considerar que a ampla sonegação de impostos totalmente praticada e disseminada na cultura local, acaba impedindo a arrecadação de altos valores econômicos que poderiam ser revertidos e investidos nos municípios citados.

1.7. O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco

As inúmeras feiras da *sulanca* (agora não mais restritas à cidade de Santa Cruz, mas sim a todo o Agreste de Pernambuco) passam a se chamar “Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco”, a partir de 2000.

A mudança na imagem “da *sulanca* pro Polo” decorre do empenho por parte de alguns empresários e comerciantes em desconstruir a imagem da *sulanca*, que na atualidade pode estar relacionada a produtos de pouca qualidade, e em alguns casos, seu uso pode ser pejorativo. Dessa maneira, como Vêras de Oliveira observa: “Operou-se uma reelaboração discursiva visando pôr no lugar da ‘Feira da *Sulanca*’ o ‘Polo de Confeções’; no lugar de ‘*sulanqueiro*’, a denominação ‘empresário’ ou ‘empreendedor’” (2011, p. 23).

É dentro desse contexto de “empreendedorismo” e “desenvolvimento” que também entra em cena o SEBRAE²⁵, com a proposta de programar na região estratégias de mercado, aprimorar as produções e gestões, possibilitar processos de institucionalização e fornecer linhas de crédito. Nesse sentido o SEBRAE vem sendo uma das instituições mais influentes no Polo, atuando em parceria com as associações e sindicatos empresariais, com as instituições do Sistema S e com os órgãos governamentais (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 43).

O SEBRAE vem desenvolvendo ações que prezam por uma melhoria na qualidade dos produtos, por uma modernização da gestão empresarial, por incentivo de inovações tecnológicas e por uma maior modernização da gestão empresarial. (ANDRADE, 2008)

²⁵ O SEBRAE surge em 1972 para estimular o empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil. Essa Instituição é uma entidade privada de interesse público. Extraído de www.sebrae.com.br acesso no dia 27 de abril de 2014.

Lima (2011), ao estudar a atuação do SEBRAE no Polo de Confeccões de Pernambuco, observou que:

[...] o SEBRAE se conformaria como órgão inserido na arena de disputa pela legitimação do “empresário local”. Sua atuação ocorre há um tempo nos campos econômico e simbólico. De um lado, visa a atingir ganhos de lucratividade e produtividade, aprofundando a lógica de acumulação capitalista, defendendo o “cálculo econômico” em consonância com fortalecimento da “gestão empresarial” no contexto industrial e comercial local. De outro, busca criar, pela representação performática nos espaços públicos práticas e discursos de legitimação social: o “empreendedorismo”, o qual poderíamos definir como o “espírito do capitalismo” desse empresário local: que inova, que elabora estratégias diferenciadoras, que cria novas situações e novas oportunidades, atingindo mercados mais rentáveis para além das feiras da *Sulanca*. (2011, p. 92)

O discurso do “empreendedorismo” proposto pelo SEBRAE visa não só uma modernização da produção, mas também uma mudança de “cultura” e de atitude dos produtores e comerciantes, direcionando as ações destes para cálculos econômicos que possam melhorar a produção e aumentar as taxas de lucro, modificando os modos de agir economicamente. É dessa maneira, que o SEBRAE, através de sua “cultura empreendedora” tenta imprimir uma lógica organizativa, pautada no argumento do “desenvolvimento” local.

No entanto, as ações propostas por este órgão alcançam mais os empresários de porte médio ou grande, já os pequenos proprietários de confeccões, geralmente acreditam que o vínculo com tal instituição é desnecessário, e pelo fato deles serem autônomos, não conseguem ver vantagens em aderir a tais práticas associativas.

Por mais que existam continuidades, uma possível mudança na imagem do Polo se constituiu como elemento importante, sobretudo em um momento em que o mesmo se tornou, cada vez mais, um espaço (re)conhecido e divulgado no país inteiro. Dessa maneira, até como estratégia de *marketing*, torna-se interessante que as mercadorias e produtos confeccionados em Pernambuco sejam associadas nos dias atuais a características de qualidade, deixando de ser sinônimo de “mau acabamento” e de “roupas fracas” ou “*sulancas*”.

É relevante destacar que algumas características vão se associando ao Polo, na medida em que este se afirma como um ambiente gerador de emprego, de renda, de consumo e de investimento. São elas:

Uma crescente diferenciação entre os empreendedores já estabelecidos, seja no segmento da produção, seja nos segmentos do comércio e dos serviços (quanto às dimensões das unidades produtivas e comerciais, ao volume de recursos mobilizados, à amplitude e qualidade dos mercados alcançados, ao número de pessoas envolvidas, ao processo de assalariamento, o qual passou a ter uma importância cada vez maior etc.); uma crescente diversificação e refinamento da qualidade dos produtos ofertados, visando atender públicos mais variados, inclusive com níveis de exigências maiores; e uma crescente incorporação de novos empreendedores nesses diversos segmentos. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 49).

Começa a haver uma preocupação por parte de alguns produtores de contratar serviços de *design* e de sempre inovar na produção, criando peças novas semanalmente, baseadas nas tendências de moda transmitidas pela TV, mais especificamente pelas novelas.

No Polo, a mídia tem um papel fundamental, e passa a atuar como um veículo que dissemina padrões capitalistas de consumo, expressando aquilo que os compradores desejam. Assim os confeccionistas buscam cada vez mais estar a par das “novidades” que se encontram em alta na TV ou na internet, e a partir de um olhar atento procuram reproduzir seus produtos similarmente às vestimentas usadas pelos artistas.

É comum na região escutarmos das costureiras ou das vendedoras que elas fabricam ou vendem “modinha”. Este termo se relaciona aos modelos de roupa que estão na moda, principalmente aqueles que aparecem nas novelas da TV Globo. Um dos grandes diferenciais

e motivos que explicam localmente o sucesso das confecções feitas em Santa Cruz é que os fabricantes procuram acompanhar a moda de maneira rápida. Um modelo que está em alta é altamente reproduzido em um mês, mas também pode ser substituído por outro no mês seguinte.

Como bem observa Espírito Santo (2013, p. 201), “a televisão constitui o espaço fornecedor de informações fundamentais sobre o campo da moda para o mundo da *sulanca*”. Os *sulanqueiros* estão sempre procurando novidades. Se um determinado tipo de roupa aparece na novela, uma semana depois você já pode encontrá-lo na feira. Este autor atenta para outro fato muito importante, ao afirmar também que essa “imitação” da moda, não deve ser meramente classificada como um tipo de “falsificação”, mas se trata na verdade de uma “forma particular de apropriação da moda”, que nas palavras do autor significa uma “transubstanciação da moda do sul em *sulanca*” (p. 204).

Em uma matéria feita por um jornal local²⁶, sobre casos de polos de desenvolvimento no interior que “deram certo”, o ex-prefeito de Santa Cruz José Augusto Maia, ao comparar a produção na época do início da *sulanca* e a dos dias atuais afirma que:

Naquela época nós fazíamos produção, de roupas comuns, como uma camisa social, um short simples, eles (os chineses) ganhavam da gente, passaram a nos desbancar. E aí nós nos reunimos com as associações, eu como prefeito, e **começamos a fazer moda de televisão, moda de novela. Que é um sucesso!** Todo mocinho, toda mocinha que veste uma roupa na televisão, o protagonista, no outro dia é moda no país. **Toda novela que lança uma moda, no outro dia tá aqui. E o chinês não consegue acompanhar isso.** Então a gente desbancou. Era cheio de chinês aqui, de asiáticos, vendendo confecções aqui, trazendo. Depois que fazemos moda, que **hoje nós somos a capital da moda aqui no norte e nordeste do Brasil.** E aí, se você quiser encontrar, pode rodar aí e não vai encontrar mais um chinês não, eles fugiram. A gente desbancou eles. (José Augusto Maia, grifo meu).

Mesmo apesar do discurso do ex-prefeito falando que foi a partir de uma conversa que ele teve com as associações que se começou a fazer a moda exposta na televisão como uma forma de combater a concorrência chinesa que ameaçava a economia local, no entanto, acredita-se, assim como Espírito Santo (2013), que muito antes dessa sua atitude ou possível influência, os *sulanqueiros* e *sulanqueiras* já estavam atentos às novelas e já enchiam suas bancas com roupas da modinha.

Além dos espaços de comercialização, que já foram detalhadamente descritos neste capítulo, no Polo, é comum encontrar microunidades de produção familiares por toda parte, normalmente instaladas nas próprias residências dos trabalhadores (misturando-se utensílios domésticos, equipamentos industriais e matérias primas), nas formas de “fabricos” e “facções”. Estes empreendimentos são os principais responsáveis por sustentar e garantir a confecção das mercadorias que posteriormente serão vendidas nas feiras ou nos *shoppings* populares.

De acordo com Vêras de Oliveira (2011), “fabricos” são denominados pelos moradores que trabalham no Polo, como unidades produtivas familiares “com funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários, de caráter informal, mas que incorporam dimensões variadas” (p. 17). Frequentemente as estruturas dos fabricos se encontram dispostas em garagens, varandas ou em pequenos puxados nas casas dos produtores. No entanto, cabe destacar que quando os fabricos tomam maiores proporções, eles podem ser redimensionados para um lugar à parte, separado da moradia de seus donos. Geralmente, dependendo de seu porte e de suas demandas, os trabalhadores deste segmento são os próprios familiares ou vizinhos, em alguns casos os fabricos chegam a contar com dezenas de pessoas contratadas informalmente para realizar as atividades. Além disso, uma característica

²⁶ Tal vídeo pode ser acessado no seguinte link <https://www.youtube.com/watch?v=zX7ZXBiWrSM>

marcante dos fabricos é que a maioria deles confecciona as próprias peças e tem marca própria.

Já as “facções” são “unidades produtivas em geral, constituídas em condições ainda mais precárias, quando comparadas aos fabricos, e que se caracterizam por atender, sob a condição de subcontratadas, as demandas de fábricas ou fabricos”, se especializando principalmente na realização de uma, ou de poucas tarefas do processo produtivo, com destaque para a costura, o corte, ou o bordado (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 17). Se em alguns fabricos, as estruturas de produção mesmo localizadas em moradias, ficam dispostas em um cômodo fora da casa, o mesmo não ocorre com algumas facções. Pois, por serem menores (geralmente a presença de apenas uma, ou duas máquinas já indicam a formação de uma facção) estas muitas vezes se localizam em salas, cozinhas e até mesmo em quartos das pessoas que costuram. Diferentemente de alguns fabricos que possuem marca própria, nas facções o trabalho é subcontratado e realizado para outros empreendimentos de médio ou grande porte. É interessante observar também que este ramo tem como condições de possibilidade, uma característica típica de alguns segmentos das confecções têxteis: permitir novos ingressos com um baixo capital, pois apenas a aquisição de uma máquina de costura já indica a formação de uma facção.

Estes espaços são na maioria das vezes são abarrotados de tecidos, linhas e máquinas ruidosas, sem contar com qualquer dispositivo de segurança. No entanto, o trabalho domiciliar realizado em fabricos e facções pode ser visto por muitos trabalhadores como “vantajoso” porque permite ser combinado i) com outros tipos de atividades que geram renda, ii) com o trabalho doméstico que inclui o cuidado com os filhos, alimentação e organização da casa e iii) com a agricultura, no caso do meio rural, como será descrito no capítulo seguinte.

Neste primeiro capítulo foi destacada a dimensão histórica e geográfica da região que corresponde ao Agreste de Pernambuco, assim como suas dinâmicas produtivas do passado e do presente. Foi demonstrado também como a tradição das feiras locais sempre esteve presente na cidade de Santa Cruz do Capibaribe e como o comércio tem influenciado no desenvolvimento deste município. Por fim, buscou-se resgatar os elementos mais importantes que faziam parte do processo e do contexto de surgimento da “Feira da Sulanca” e como essa iniciativa popular se expandiu até chegar no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, que atualmente é considerado o segundo maior Polo têxtil do Brasil.

No capítulo seguinte, será feita uma análise etnográfica com homens agricultores e/ou costureiros residentes da zona rural, com o intuito de perceber, qual o lugar que as atividades agrícolas ocupam hoje na reprodução social das famílias pesquisadas, diante da ampla inserção dos camponeses no mercado de trabalho oferecido pelo Polo.

SEGUNDO CAPÍTULO

“SÓ COSTURO PORQUE A PRECISÃO OBRIGA, MAS EU GOSTO MESMO É DE TRABALHAR NO CAMPO”

No Brasil, várias têm sido as abordagens que focalizam na importância das atividades não-agrícolas exercidas pelas famílias rurais como formas de rendas complementares que viabilizariam a reprodução dessas unidades (Garcia Jr. 1989, Carneiro, 1998, Schneider, 2003, Graziano da Silva e Del Grossi, 2000).

Tepicht (1973) sugere que em meio a um cenário no qual a atividade agrícola não tem, ou perde, a capacidade de suprir a manutenção da família, as estratégias das famílias camponesas podem se voltar para a busca de outras formas de renda, se submetendo e se adaptando a uma economia que muitas vezes “se aproveita de sua fraca mobilidade profissional”, (p. 26). Além disso, em algumas situações, como é o caso do objeto empírico desta pesquisa, ao dispor de poucos recursos e de muitas restrições para potencializar a força produtiva da sua unidade doméstica, o trabalho não-agrícola ou pluriativo pode se tornar para o camponês uma “necessidade estrutural”, (Wanderley, 1998).

Acredita-se que muitas vezes o trabalho não-agrícola pode ser considerado como uma “resposta” ou até mesmo uma forma de resistência em meio às crises econômicas, sociais e até mesmo climáticas em que estão envolvidas as famílias. Carneiro (1996), por exemplo, observou no caso de agricultores em regiões de montanha na França, que os espaços abertos para a prática de atividades complementares não-agrícolas são em sua maior parte, as regiões desfavoráveis ou que se encontram incapacitadas para a intensificação da agricultura.

Em certa medida o desenvolvimento dos espaços rurais, sobretudo nos dias atuais, nem sempre depende exclusivamente apenas do dinamismo do setor agrícola, mas sim da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses capazes de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias dinâmicas sociais. Nesse sentido, para além do seu caráter produtivo, é importante também perceber o rural como um espaço de múltiplas dimensões que transcendem suas funções agrícolas ou agropecuárias.

A partir dos elementos apontados acima, este capítulo irá descrever qual o lugar que a confecção de roupas a domicílio ocupa na dinâmica social e econômica das famílias rurais que eu pesquisei no Agreste pernambucano.

Tendo em vista que o universo dos agentes sociais é muito amplo, optei por destacar nesse momento as entrevistas realizadas apenas com os(as) agricultores(as) que ainda continuam nessa atividade e que a conciliam com a costura, para entender quais os motivos que os levaram até essa segunda profissão e como a produção agrícola se mantém nos dias atuais.

Como este trabalho também contempla as relações de gênero enfatizarei neste momento as entrevistas realizadas principalmente com os homens, demonstrando suas perspectivas e percepções sobre o trabalho com as confecções de roupas e no terceiro capítulo descreverei o ofício da costura mais a partir das vivências das mulheres.

Alguns dos questionamentos principais que responderei ao longo do capítulo são: Mediante as situações adversas o que faz com que alguns agricultores continuem plantando e insistindo na produção agrícola mesmo sabendo que podem perder tudo? O aumento das atividades não-agrícolas pode ser utilizado para decretar o fim da agricultura familiar? Existe um conflito entre a identidade de agricultor e a de costureiro? Como e por que os agricultores

homens começaram a costurar e como eles encaram essa profissão? Qual das duas atividades eles mais gostam de exercer? Atualmente qual a principal fonte de renda das famílias rurais, a agricultura ou a confecção de roupas? O que as pessoas acham da ampla inserção dos jovens nos trabalhos oferecidos pelo Polo e como reagem ao abandono e desinteresse agrícola dos mesmos?

2.1. O Sítio Algodão

Posso definir o sítio Algodão como um lugar pacato, de céu azul, sol forte, vida simples, com pessoas sentadas nas calçadas, onde o que mais se escuta é o balançar das árvores, o som dos rádios e televisões, os ruídos das máquinas de costura e o colorido dos tecidos no chão de quase todas as casas.

O sítio Algodão embora seja definido dessa maneira pelo município de Taquaritinga do Norte, por vezes é caracterizado por alguns moradores como “Vila do Algodão”. Uma das explicações deles sobre o porque consideram este espaço como uma “vila”, é porque lá (especificamente no local onde eu fui acolhida e passei a maior parte do tempo), as casas são mais próximas umas das outras e estão distribuídas em formato de ruas. Já a ideia territorial de “sítio”, para os moradores locais, é definida e concebida como um local maior, mais distante (sobretudo da cidade), no qual as casas e os terrenos são muito afastados uns dos outros, diferentemente da “vila” em que moram.

O Algodão se situa em um aglomerado rural que não está vinculado a apenas um único proprietário de terras. Os moradores que lá residem, exercem suas atividades tanto nas suas casas, como também nas cidades. Esse espaço se caracteriza ainda pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores da Vila ou de áreas rurais próximas, pois, além das inúmeras casas, distribuídas basicamente em três ruas principais, o Algodão basicamente conta com uma praça, uma escola, uma igreja católica, uma igreja evangélica, uma padaria, um pequeno mercado, quatro bares, uma lanchonete, uma associação de agricultores e um posto de saúde (que só funciona um dia na semana).

Os lotes de moradia do Algodão são mais ou menos do tamanho de pequenos terrenos da cidade, portanto, não oferecem espaço para práticas agrícolas ou agropecuárias. Além disso, o Algodão é considerado ainda como Vila por ser uma área de transição que liga a zona rural à zona urbana. Para muitos, o termo “rua” é utilizado para designar a cidade. Pode perceber, por exemplo, que algumas vezes as pessoas falavam “eu vou na rua”, quando se referiam à Santa Cruz ou a Taquaritinga.

Cabe ressaltar que embora o Algodão pertença ao município de Taquaritinga do Norte, ele fica bem mais próximo e faz fronteira com a cidade de Santa Cruz do Capibaribe. A distância do Algodão para a primeira cidade é de cerca de 20km, enquanto para Santa Cruz é de apenas 6km aproximadamente.

O transporte entre o Algodão e estas duas cidades geralmente é feito através de *toyotas* ou de um ônibus que passa apenas uma vez por dia no local. Fora isso, as distâncias também acabam sendo encurtadas nos dias atuais por conta das motos. Os próprios moradores falam que antigamente era mais difícil de se locomover, pois muitos iam de cavalo, burros e até a pé para Santa Cruz, mas agora a moto é o principal meio de transporte na região. É comum encontrar jovens que buscam trabalhar para adquirir esse bem como um de seus primeiros objetivos pessoais, pois lhes permite transitar entre o campo e cidade propiciando uma mobilidade mais fácil.



Figura 9: Vista da Avenida Santa Cruz, rua principal do Algodão. Foto: Renata Milanês, 2014

Um dos transtornos maiores com relação a esta pesquisa diz respeito à falta de dados quantitativos que expressassem a dimensão populacional e territorial da região pesquisada. Como não consegui essa informação no site do IBGE, me desloquei até a prefeitura de Taquaritinga do Norte²⁷, que é o município do qual o Algodão faz parte, mas nenhum dos gestores soube me dar tais respostas. Eles me indicaram o hospital municipal e outras instituições públicas, mas foi tudo em vão. Essa desinformação dos próprios funcionários da prefeitura e até mesmo de políticos locais, foi algo que me surpreendeu e até mesmo a forma como os dados censitários são mensurados no IBGE, dificultam o processamento deles no nível em que o pesquisador deseja trabalhar, pois a única base disponível é do levantamento geral das zonas de Taquaritinga do Norte, que de acordo com o Censo de 2010, tem aproximadamente 24.903 pessoas em todo o município, sendo que 6.942 desses indivíduos²⁸ residem na zona rural, o que corresponde a 27,87% da população total. No entanto, quando busquei uma informação no nível micro, onde me interessava saber o contingente populacional de comunidades rurais individuais, me deparei com um descaso e desconhecimento que permeia a própria Prefeitura da cidade e seus funcionários.

De fato, a única informação que obtive acerca da população local, foi com a agente comunitária de saúde. De acordo com seus registros, existem 464 pessoas cadastradas no posto de saúde do Algodão, o que totaliza aproximadamente 120 famílias. No entanto, cabe destacar que embora ela faça um trabalho de acompanhamento com os residentes do local, a própria agente de saúde afirmou que é difícil mensurar esses dados com exatidão, porque existem pessoas que ainda não são cadastradas e têm também aquelas que residem no Algodão apenas alguns dias da semana, pois trabalham em Santa Cruz ou Toritama e migram pendularmente para realizar suas atividades no comércio ou na produção de roupas.

Em Julho de 2014 participei da reunião do Orçamento Participativo do município que estava sendo realizada no sítio Algodão com o intuito de ouvir as reivindicações da população local. A reunião foi realizada na sede da Associação dos Agricultores e tinham cerca de vinte e cinco moradores presentes. Houve alguns momentos de conflito entre os habitantes do

²⁷ Para mais dados sobre o perfil do município de Taquaritinga do Norte, acessar:

http://www2.transparencia.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=98754&folderId=308682&name=DLFE-35476.pdf

²⁸ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Algodão e os agentes da Prefeitura, porque de acordo com os primeiros, todos os anos eles demonstram os problemas da comunidade, falam o que necessitam, mas nada é solucionado.

A primeira reivindicação dos moradores e talvez a mais básica de todas foi a do saneamento básico e a construção de uma fossa, pois nas ruas é comum vermos os esgotos correndo a céu aberto, o que acaba gerando cotidianamente a contaminação, sobretudo das crianças. Essa queixa era bastante comum entre as mães que eu conheci. A segunda prioridade foi por uma melhor funcionalidade do posto de saúde, que conta com um médico e funciona apenas um dia na semana, mas cabe destacar que durante todo o tempo em que fiz pesquisa nunca vi o posto aberto ou contando com a presença do “doutor”. A terceira demanda foi o calçamento da Avenida Santa Cruz, que é a principal rua e como o próprio nome diz, dá acesso à referida cidade. Por não ser calçada e por ser uma estrada que dá acesso a vários locais, é constante a movimentação de *toyotas* e motos, o que acaba gerando muita poeira para as casas e que também compromete por vezes, a saúde das crianças e idosos. A quarta demanda consistiu na ampliação do açude da região e também na construção de poços artesianos, pois como já foi dito anteriormente o Agreste de Pernambuco sempre foi penalizado com a escassez de chuvas e também conta com poucos espaços destinados a reservatórios de água.

Com a realização das entrevistas e com um melhor conhecimento do local notei que o Algodão, embora esteja localizado na zona rural é para muitos um local de moradia e não de produção agrícola. Este fato pode ser explicado, porque na “vila” moram muitos idosos ou pessoas que mesmo de origem rural não trabalham mais com a roça, mas ainda prezam pelo “sossego” do campo, e além disso, o fato da proximidade com Santa Cruz, está atualmente atraindo várias pessoas de fora da região, que estão indo morar lá por conta do preço do aluguel, que é mais barato que na cidade. A exemplo disso posso destacar o caso de uma família natural da Paraíba, que em busca de trabalho no Polo, acabaram migrando para a região, mas por falta de condições acabaram indo para o Algodão. No entanto, cabe salientar que a valorização imobiliária não está se restringindo apenas a Santa Cruz, mas já chegou na zona rural também. No Algodão, por exemplo, presenciei tanto a construção de loteamentos afastados da cidade, como também a venda de chácaras e de casas com piscinas.

De acordo com o presidente da Associação dos Agricultores do Algodão, em 2005, um “chão” de terra no Algodão valia cerca de R\$ 200,00, hoje em dia um terreno que você podia antigamente comprar por esse preço, já chega a custar R\$ 1.200,00. Fato este que é explicado tanto por ele, como também pelo Secretário de Agricultura e Pecuária de Taquaritinga, pela proximidade do local com Santa Cruz. Eles afirmam que ter casa no Algodão é um negócio lucrativo, porque é algo que está se valorizando cada vez mais. No entanto, há que se considerar que muitas pessoas acabam sendo excluídas dessa possibilidade de compra de imóveis, pois percebi que a maioria das famílias que eu entrevistei morava em casas alugadas, poucas delas tinham casa própria, devido à impossibilidade financeira de adquirirem um terreno e construir seus lares.

Esta especulação se torna perceptível e evidencia a importância da questão fundiária na região e também pode aumentar as dificuldades dos agricultores em permanecerem nas suas terras ou comprarem mais terra, porque eles acabam não conseguindo competir com o mercado imobiliário. Nesse sentido, a escassez de terra local entre os pequenos proprietários acaba se agravando nos dias atuais diante desse processo de valorização da zona rural, na qual a compra de sítios e de terrenos vem sendo realizada em grande parte por representantes da classe média-alta de Santa Cruz (que tiveram um aumento no poder aquisitivo relacionado ao Polo), tanto com a intenção de alugar ou revender os imóveis para outras pessoas, como também com o objetivo de lazer.

Estas pessoas vêm procurando o campo atualmente como um espaço onde podem encontrar “tranquilidade” ou um padrão de qualidade de vida associado ao idílico e ao contato

com a natureza. Esta dinâmica também vem sendo observada há mais tempo em outros lugares do país, como apontam os estudos de Graziano da Silva e Del Grossi (2000), Wanderley (2000) e Schneider (2009).

Segundo o Presidente da Associação dos Agricultores do Algodão, existe muita gente de Santa Cruz “que está comprando terra aqui e por um preço caro, pra vir no final de semana descansar. Eu já tenho visto também, muitos falarem que se pudesse comprava um terreninho pra vim embora porque não aguenta mais a vida na cidade”.

2.1.1. Observando e participando: minha hospedagem no Algodão

Na segunda vez que visitei o Algodão, fui tentar encontrar as mulheres que eu havia conhecido em 2013, quando fiz a primeira visita. Uma delas mesmo sem conhecer bem, falou que eu poderia ficar na sua casa ou na casa da sua filha nos dias que estivesse no Algodão, para não precisar ficar me deslocando para Santa Cruz diariamente. Sua solicitude e vontade de me ajudar, além de serem fundamentais, também acabaram me tranquilizando, pois de fato eu estava apreensiva em ter que realizar esse trajeto todos os dias. Além disso, poder ficar na casa das próprias pessoas que costuravam, me ajudaria a estabelecer uma relação de proximidade e de confiança e também me faria ver e “viver” o cotidiano local.

Nas duas visitas de campo mais longas que realizei, (que se somadas chegam a mais de um mês), quase todos os dias fiquei na casa da filha desta mulher, embora uma vez ou outra eu tenha dormido na casa de alguma outra pessoa. Com o passar dos dias, nossa convivência diária fez com que criássemos um laço de amizade e um certo nível de confiabilidade, de tal modo que nunca perdemos o contato e mantemos comunicação até os dias de hoje.

Minha relação com toda essa família, pertencente a uma das primeiras mulheres que tive contato no Algodão e que é bem quista no local, foi fundamental para esta pesquisa, tanto para o meu estabelecimento no campo, como também para me “apresentarem” às pessoas que moram lá. Acredito que se minha incursão inicial tivesse se dado de outra maneira, através de outra família, ou se eu não tivesse conseguido ficar hospedada no sítio, eu não teria conseguido acompanhar tão detalhadamente a vida das pessoas que entrevistei. Além de ter ficado hospedada na casa dessa jovem, um de seus irmãos, que estava desempregado, acabou me prestando serviços de moto-taxi. Tal fato também foi relevante, porque eu necessitava de alguém de confiança, que conhecesse bem o local e as pessoas da comunidade para percorrer longas distâncias comigo.

A maioria das pessoas do Algodão estranhou minha presença no lugar, pois como eles mesmos falam “lá todo mundo se conhece”, quando chega alguém de fora é impossível não notarem. Lembro que algumas pessoas perguntavam de onde eu vinha porque eu era “muito branca” e “diferente”. Além do mais, quase todas as pessoas que eu entrevistei perguntaram se eu era “parente” de alguém de lá ou da família que estava me hospedando, o que pode sugerir que na região as relações familiares e de parentesco assumem um grande peso nas relações sociais desta comunidade.

Como já foi dito anteriormente, embora eu tenha passado a maior parte do tempo no Algodão “vila”, eu percorri dois assentamentos e também outras pequenas propriedades no entorno dessa região. Além do Algodão esta pesquisa também foi realizada com famílias do Sítio Situação do Algodão e do Assentamento Nova Esperança.

O Sítio Situação do Algodão é formado por pequenas propriedades de terra, com cerca de 3 ou 5 hectares, onde em cada uma delas moram famílias nucleares. Nesses minifúndios

ocorre a prática da agricultura doméstica e da criação de animais em pequena escala, visando uma produção mais direcionada para o autoconsumo do que para a venda.

O Assentamento Nova Esperança surgiu da antiga Fazenda de Oscarzão, que em décadas passadas foi um grande espaço de criação de gado na região. Com a morte do seu dono, a Fazenda entrou em decadência, a partir daí o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (ITERPE) negociou com os herdeiros de Oscar em 2009 e comprou a terra de 381 hectares por R\$ 315.000,00. Depois disso, as revendeu às 23 famílias que constituem o assentamento hoje, e que, ao serem questionadas sobre a origem do local, de prontidão me responderam “aqui nem foi invasão, nem foi reforma agrária, foi comprado”.

O pessoal que comprou as terras desse Assentamento são todos da zona rural do Agreste de Pernambuco e sempre trabalharam com agricultura. Cada família ficou com mais ou menos 13 hectares de terra. De acordo com um agricultor que reside no local, o próprio Assentamento facilitou a vida de muita gente na região, porque “alguns viviam num pedacinho de terra que não dava pra nada, de 1 ou 2 hectares e outros moravam no que era dos outros. A partir do momento que sai um assentamento num canto é bom porque começa também a aparecer mais emprego ainda”, porque segundo ele tem as construções de casas, cercas, o plantio e “aquelas pessoa beneficiada, já vai começar a fazer a vida, né?!”. Além disso, o Assentamento também conta com um projeto do Governo que tem a finalidade de incentivar e promover criatórios de cabra, de gado, a criação de frango caipira e até mesmo a construção de um frigorífico no local.

Levando em conta os três espaços onde a pesquisa foi desenvolvida (Vila, Sítio e Assentamento), se na “vila” as casas são dispostas em ruas (o que limita a possibilidade de existência da produção agrícola ou da pecuária, por conta dos pequenos loteamentos, com quintais estreitos), no sítio ou no assentamento que se localizam mais longe da(s) cidade(s), os terrenos são maiores e mais afastados um do outro. É interessante ressaltar isso, porque foram apenas nestes últimos espaços que eu consegui identificar a existência da produção agrícola ou criação de animais, na Vila do Algodão, a produção agrícola é inexistente e as pessoas trabalham apenas com a costura.

Para zelar a confiança que me foi depositada e proteger a honra, a privacidade e a dignidade de todas as pessoas que colaboraram com este trabalho, optei (neste capítulo e no próximo) por substituir os nomes verdadeiros de alguns(as) entrevistados(as) por nomes fictícios. Os únicos nomes verdadeiros das pessoas entrevistadas que irei manter são dos historiadores ou escritores locais (que foram citados no capítulo anterior), o dos representantes do poder público (como por exemplo, o Secretário de Agricultura e Pecuária do Município) e também o dos líderes sindicais e de associações locais.

2.2. “Mesmo com a seca, ninguém nunca desistiu de plantar aqui não”

Levando em conta a estrutura produtiva e as condições climáticas do Agreste de Pernambuco que já foram explicitadas teoricamente no capítulo anterior, a seca, a estiagem ou “falta de inverno” são temas que estão sempre presentes nas falas dos moradores locais. A ausência de chuvas nunca permitiu aos pequenos produtores locais uma forma que lhes garantisse viver e se dedicar apenas à plantação agrícola.

Não se pretende aqui corroborar com o “mito” do Nordeste representado e estereotipado pela estiagem e pobreza, pois como já foi dito, a incipiência agrícola local não deve ser referenciada apenas pelo clima, ou explicada por um fator único, mas sim por um conjunto de fenômenos. No entanto, não há como deixar de lado o fato de que a região em questão, conta com outras dificuldades para tornar viável a agricultura. O descaso político,

assim como a ineficiência e a falta de planejamento também demonstram que o Agreste pernambucano não tem encontrado historicamente um forte apoio público no sentido de minimizar os velhos e conhecidos danos que decorrem das estiagens e que vem se repetindo por décadas.

De acordo com César, o Secretário de Agricultura e Pecuária de Taquaritinga, a região do Agreste está passando por uma seca que se mantém desde 2011, durante esse tempo, “no máximo tem caído um sereno” que quase nem chega a molhar o solo. Quando chove, se não for feito um armazenamento de água, a própria terra, de tão árida, suga toda a água em poucos dias e isso impede muitas vezes a lavoura de se desenvolver. Segundo ele, no Algodão, existem dois açudes, um de água salobra e um de água doce, e desde que eles foram construídos, o doce só encheu duas vezes.

A seca de 2011, considerada a pior dos últimos 50 anos assolou o Nordeste e foi bastante noticiada na mídia pelas suas consequências drásticas. Um dos agricultores do Algodão me contou que lá muita gente perdeu toda a lavoura que tinha e também muitos animais. Alguns donos até davam ou vendiam os bichos por um preço muito barato, para não os ver morrer. Segundo ele “essa seca, que a gente ainda tá nela, aqui foi braba, foi muita tristeza!”.

José, um dos agricultores de 34 anos nascido e criado no Sítio Situação do Algodão, ao comentar sobre as expectativas e experiências camponesas locais com o “inverno” ou a ausência de chuvas, revelou que:

O povo tinha uma história de dizer que de quatro em quatro anos o inverno era bom, porque tavam acostumado com 2004 e 2008 que até choveu, mas cadê que em 2014 choveu? Esse ano foi fraco demais, só deu um pastinho pros bicho, mas em termo de água e de lucro a gente não teve não. Olhe, 2012 não teve lucro, 2013 não teve e esse ano tá a mesma coisa. A última chuva boa que deu foi em 2010 que botou até água no açude. (Entrevista realizada no dia 28/07/2014)

Seu irmão, João de 39 anos, agricultor, costureiro e Presidente da Associação dos Agricultores de Baraúnas e Situação, também afirma que o local sempre foi ruim de chuva e que “todo ano é a mesma coisa”, se chover bem num ano, pode esperar uns três ou cinco pra chover de novo. Ele recorda que em 1983 ia buscar água em cima de um carro de boi: “A gente saía daqui de meio-dia e só voltava de 18h, pra buscar dez latinha d’água lá. E não era água boa não viu?! Era água salgada que minava, bem poquinha, ruim que só vendo, tinha até um mau cheiro. E essa água era pra casa e pros bicho”. João menciona ainda que:

No tempo que eu era moleque ia pescar aqui e pegava até umas traíra grande, hoje em dia nós não vê mais isso. Um menino meu, não sabe nem o que é pescar. Eu me lembro que em 84 choveu muito, foi o ano que eu lembro que mais choveu, mas parece que depois foi diminuindo e a gente tem a impressão que tá cada vez pior. As vezes de dez em dez anos é que chove pra encher alguma coisa por aqui, **mas também não é aquele inverno contínuo de ser todo ano e de durar três mês.** (Entrevista realizada no dia 27/07/2014).

A partir da fala de João se percebe também que a própria memória da seca ou das chuvas enquanto fenômenos naturais são construídas coletivamente e compartilhadas entre as gerações, pois ele tinha apenas oito anos em 1984, época do episódio narrado acima. É possível que ele não tenha guardado essa data como um evento de suma importância ainda na sua infância, mas acredita-se que esse ano emblemático por ter trazido chuva para a região foi registrado na memória das pessoas mais velhas que sempre repetiam o fato com destaque e que acabou sendo dito e redito pelas gerações posteriores.

O assunto e a ocorrência desses fenômenos não são fatos novos, pois são contados tanto pelas pessoas mais idosas que entrevistei, como também pelos mais jovens. Muitas foram as vezes que escutei frases como “os inverno aqui são sempre fraco, é uma raridade aqui ter inverno forte”, “o inverno aqui é pouco, nós nem lucra, nem vende”, “aqui sempre foi

assim, um ano chove, aí passa dois, três anos sem chover”. Muitos se queixam também por nos dias atuais terem que comprar praticamente toda a alimentação que consomem, pois devido à “falta de inverno”, “o que o povo planta aqui não dá pra sobreviver não”.

Rose, de 32 anos, moradora do Algodão em uma de nossas primeiras conversas, me informou com total convicção que “ninguém vive mais só de agricultura por aqui. Aqui mesmo é um sítio, mas não chove, aí você vai viver de quê? Vai morrer de fome se não arrumar outra coisa!”. Para ela: “Se você é do sítio, hoje em dia tem que saber costurar, porque se for esperar pela agricultura não tem como sobreviver. Esse ano mesmo, ninguém lucrou nada”. (Entrevista realizada no dia 30/07/2014)

Mesmo enredados em um contexto de falta de chuvas, cabe salientar que a ausência de água, não é sinônimo da ausência de agricultura, pois mesmo com as estiagens, nos sítios e assentamentos, “todo mundo sempre bota um roçadinho”.

João, por exemplo, ao me receber em sua casa e me mostrar sua plantação dizimada pela seca, fala emocionado sobre o prejuízo que teve no ano de 2014, como se pode observar na imagem abaixo.



Figura 10: Plantação de milho de João devastada pela seca.

Foto: Renata Milanês, 2014.

É importante destacar, uma de suas falas, que me marcou pelo tom de tristeza com o qual ele se referia e que serve para demonstrar a capacidade de resiliência não só de João, mas de alguns agricultores locais que não abandonaram esta atividade e continuam tendo a perseverança e a insistência de plantar, arriscar e não desistirem, mesmo sabendo que podem perder basicamente tudo, ou “quase tudo”.

Eu tinha cortado a terra e quando fui plantar, **a terra ainda tava seca**, aí aproveitei o trator da Associação, mas não prestava ainda pra plantar não. Aí quando foi no dia 1º de Maio choveu, **aí eu corri e plantei no mesmo dia que choveu de tão feliz que eu fiquei**. Aí botei esse milho que você tá vendo aí hoje, do sabugo pequeno e esse feijão seco. Se tivesse tido inverno, o milho tava aí, tinha dado lucro e nós tava fazendo pamonha, comida, e tava cozinhando a alimentação que a gente gosta. Esse pedacinho aí era pra dar mais de dez saco de milho seco sabe, em torno de 100 kg e o feijão dava uns 140 kg, mas o que sobrou eu só não digo que perdi tudo, porque eu ainda faço dele ração pros bicho, as galinha e os porco. **Mas mesmo com a seca, ninguém nunca desistiu de plantar aqui não**. Não sei se é porque o nordestino sofre porque tem essas seca, sem incentivo, **as vez dá uma vontade de desistir de tudo** e ir embora pra cidade,

mas eu não tenho coragem de fazer isso não. **E mesmo com o inverno ruim, a gente acredita na terra.** (Entrevista realizada no dia 27/07/2014)



Figura 11: João mostrando o que sobrou de sua plantação. Foto: Renata Milanês, 2014.

A partir das palavras de João e do contexto local, o que se percebe é que a agricultura de caráter familiar nesta região do Agreste sempre sofreu com impactos causados pela variabilidade climática, mas que mesmo assim, permanece resistindo e que nem a seca é capaz de fazer as pessoas pararem de plantar no sítio em que ele mora.

Essa configuração é bastante interessante e pode ser vista de maneira paralela ao que Shanin (2008) afirma, pois para este autor, os camponeses ao longo do tempo têm demonstrado uma “capacidade de sobrevivência”, inclusive em situações que ninguém espera que ele sobreviva. A resposta deles é, sobretudo, complexa, pois estes grupos são ativos, pragmáticos, imediatos, e não ficam esperando que alguém lhes traga a solução. Além disso, as soluções encontradas para o problema de permanecer no campo e assegurar a subsistência da família são flexíveis, inventivas e dinâmicas, pois “os camponeses têm mostrado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise” (p. 25).

Apesar dessa insegurança permanente, existe historicamente uma forte capacidade de adaptação aos riscos presente nos agricultores pernambucanos, que não desistem mesmo apesar das secas ou dos “inverno ruim”, pois ao sinal de um sereno, a “felicidade” chega e isso é motivo para plantar um roçado, com a esperança de ter lucro no final da colheita, como foi dito por João. Ele assinala que a dificuldade e a crise agrícola é tão aguda que algumas vezes ele tem vontade de desistir de tudo, mas ele consegue continuar resistindo e não abandonando a agricultura, porque como ele reforça “a gente acredita na terra”. É o amor pela terra e pelas raízes de sua profissão que não permitem que João vá embora de vez para a cidade e abandone a tão “sofrida” vida de agricultor do Agreste.

João destaca ainda que mesmo não obtendo sucesso com a lavoura, ele não tem um prejuízo de 100%, pois não se perde tudo, porque o que seria destinado ao consumo familiar, acaba sendo revertido na manutenção da pecuária, que se mantém e se alimenta através de

forragens e rações feitas com as culturas que não se desenvolveram perfeitamente e com as palhas que sobram das plantações por conta da ausência de chuvas.

Apesar de estar imerso neste árduo contexto, tanto João, como os demais agricultores conseguem perceber algumas formas de incentivo e de políticas públicas que os ajudam a resistir em situações desse tipo. Dentre as quais são destacadas as cisternas do PIMC²⁹, o seguro safra (Garantia Safra)³⁰ e o milho da CONAB³¹ (que é revendido a baixo custo), pois segundo ele se um saco de sementes de milho custa R\$ 40,00 no mercado comum, os agricultores que possuem cadastro na Secretaria de Agricultura do Estado conseguem comprar a mesma quantidade por cerca de R\$ 18,00.

João acredita ainda que alguns investimentos do governo são fundamentais para que alguns agricultores não migrem e continuem permanecendo nas suas terras, pois segundo ele: “a gente saia daqui antes por causa da falta de recurso do local, porque antigamente nem energia tinha. Já hoje em dia, já tem energia e o governo doou isso ó, nem cisterna aqui tinha, mas hoje em dia facilitaram a água pra nós”.

Para muitos a experiência do “passado” com a seca era mais difícil, do que hoje em dia porque as pessoas não tinham como armazenar a água. Chico Carola, de 58 anos, Fundador e Presidente da Associação dos Agricultores do Algodão, mencionou que até pouco tempo atrás ninguém tinha cisterna. A pouca água que eles conseguiam, pegando nos açudes próximos ou comprando de caminhões pipas, guardavam em pequenos reservatórios, ou em tanques de pedras. Para ele, as coisas foram facilitando mais atualmente, segundo ele “aqui sempre teve problema com seca, mas nós hoje vive no céu, depois dessas cisterna do governo”, porque serve “pro povo juntar água”, conclui Chico.

José também confirma tal situação:

Essa região da gente toda vida foi assim. Há uns 20 anos atrás o pessoal vivia mais da agricultura, porque os inverno era mais constante, **em termo de água era praticamente a mesma coisa, mas os inverno era mais constante**. A gente sofria mais com água naquela época, porque não tinha onde guardar água, mas depois que o governo fez essas cisterna, ajudou muito a gente, porque tem onde pelo menos botar a água. Antigamente o povo sofria porque na época da seca não tinha o armazenamento d’água né?! E hoje em dia, a gente já tem onde guardar e tem também os caminhão pipa e antes não, a gente tinha que ir buscar água na cabeça, de jumento, de boi, a pé, era desse jeito. (Entrevista realizada no dia 28/07/2014).

Dona Joana, nascida em 1927, também deu o seu relato:

Meu pai **mandava os empregado** vim ver água nos Cabaço, nuns jegue que ele tinha. Era um lugar longe, muito longe. Nesse tempo o que tinha de plantação perdia tudo, aí ele ficava negociando com queijo, carne, levava pra vender na feira. E **os outros povo, que era mais coitadinho**, era trabalhando alugado, um dia aqui, outro dia acolá, pedindo as coisa na casa de quem tinha. **Eu já vi muita pobreza por aqui minha filha!** (Entrevista realizada no dia 02/08/2014).

²⁹ O Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA. O objetivo do PIMC é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água.

Fonte: http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150

³⁰ O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) inicialmente voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região Nordeste, na área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do Estado do Espírito Santo — área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), majoritariamente semiárida — que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas.

Fonte: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa#sthash.K1s7hkO6.dpuf>

³¹ Companhia Nacional de Abastecimento.

É interessante perceber que diferente das outras pessoas que entrevistei, no seu discurso, Joana demonstra que sua família tinha uma melhor condição econômica, pois menciona a existência de “empregados” e também se refere aos demais que eram mais pobres, ameaçados economicamente e privados de atingir os padrões mínimos de reprodução, como “coitadinhos”. Talvez ela tenha sido a única das pessoas que eu conheci cuja família tenha tido “empregados”, porque basicamente todos(as) com os quais eu conversei, foram os(as) que trabalharam alugado para alguém, os referenciados como “coitadinhos” nas suas palavras.

No entanto, ao contrário do que se poderia pensar, dona Joana não era de família rica ou de fazendeiros, seu pai era agricultor e, além disso, matava gado e negociava com queijo e carne. A propriedade de sua família não era muito extensa, mas dava para ocupar a mão de obra dos seus seis irmãos e seu pai devido às outras atividades que realizava conseguia ter dinheiro para contratar alguns poucos trabalhadores alugados, aos quais ela chama de “empregados”.

2.3. “De todo jeito o caba aqui sempre teve que se virar”

“Todo esse pessoal que mora aqui no sítio, todos eles é agricultor. Mesmo que eles não viva direto da agricultura porque a agricultura não dá pra sobreviver aqui na região da gente. De todo jeito o caba aqui sempre teve que se virar”. (José, agricultor, 34 anos)

De início, imaginava que a sulanca fosse a primeira das atividades que, articuladas com a agricultura complementava a renda das famílias rurais da região, mas ao desenvolver a pesquisa percebi que no Algodão e até mesmo no Agreste pernambucano em geral, não só os “caba”, mas as próprias famílias como um todo, “sempre tiveram que se virar”.

Chico Carola observa com muita relevância que quando no sítio “tá ruim de inverno”, “a mulher sempre é na sulanca costurando e a gente homem fica se virando, com serviço de uma cerca, de obra, fazendo empréstimo no banco, alguns criam uns bichinho e outros tão também costurando, e é assim que vamos tirando o pão”.

Atualmente, a aposentadoria, a costura, o trabalho com a construção civil e o Bolsa Família são indicados como as principais fontes de renda local. Se hoje a maior parte da mão de obra ociosa do campo encontra abrigo na sulanca, antes das confecções muitas foram as estratégias perseguidas e as atividades realizadas por estas famílias dentro do exercício cotidiano de sua condição camponesa permanentemente ameaçada, que sempre exigiu a venda da força de trabalho para além das suas propriedades ou a busca de outros meios de sobrevivência.

No passado, grande parte dos moradores locais não tinha nem instrumento de produção, nem condições de desenvolverem adequadamente as atividades agrícolas nas suas pequenas propriedades. O único elemento que eles dispunham na verdade, era à força de trabalho que não tardou em ser vendida para que se angariasse recursos que permitissem a manutenção da família.

Foi por esse motivo, que o “trabalho alugado” enquanto uma estratégia dos agricultores mais pobres se repetiu na região por várias gerações e fez parte da história de vida de todos os pequenos proprietários que entrevistei. Essa estratégia se manteve por muito tempo como uma das formas mais comuns e mais recorrentes de se complementar a subsistência familiar, obtendo dinheiro, ou alimentos através da venda da mão de obra, principalmente dos homens da região. Para Garcia Jr. (1983), trabalhar alugado significa, “reconhecer a insuficiência do trabalho familiar materializado no roçado”.

José relata como sua família fazia para trabalhar na propriedade de outras pessoas e também nas suas:

Nós cuidava do roçado dos outro de dia e só de noite que a gente cuidava do da gente. Quem tinha mais condição um pouquinho antigamente se saía melhor, porque criava um bichinho, podia pagar uma pessoa pra ajudar na roça dele, aí ele produzia mais um pouco. E aquele pequeno que não tinha condição de nada, tinha que trabalhar para os outro, durante o dia, ou final de semana e no tempo que sobrava cuidava do roçadinho dele. (Entrevista realizada no dia 28/07/14)

A história de Chico Carola também é ilustrativa nesse contexto, pois ele nasceu em 1957, numa propriedade de 12 hectares e teve oito irmãos, todos eles, além do seu pai e sua mãe trabalharam na agricultura. Pela sua trajetória se pode perceber que os condicionantes, tais como as intempéries climáticas, a terra da família que foi se tornando pequena para o número de filhos e também a própria pobreza acabou fazendo com que ele e seus irmãos se inserissem em novas frentes de trabalho, principalmente no trabalho alugado. Assim fala Chico:

Em 1970 comecei a trabalhar alugado, trabalhar pra ganhar quando aparecia serviço. **Eu comecei a trabalhar alugado com idade de 13 anos pra ajudar meu pai. Eu e todo mundo aqui na região que tinha pouca terra e era pobre.** Nós ia plantar palma, o milho, a gente no tempo da colheita do algodão, ganhava pra apanhar o algodão. A gente também apanhava o feijão, se meu pai ia fazer uma coveira, uma cova de carvão, ele cortava a lenha, cavava a coveira e nós era quem juntava a lenha, carregando no ombro. O trabalho de todos nós era a agricultura, tanto de meus pais, como de meus irmãos, só que **meus irmãos**, teve dois que deixaram a agricultura e **foram trabalhar de vaqueiro** nas grandes fazendas que tinha aqui. E **minhas irmãs** já agora depois dos anos 80, **passaram a ser costureiras.** (Entrevista realizada no dia 03/08/2014)

Chico começou a trabalhar alugado ainda criança, não só ele, mas muitos jovens de sua época, também seguiram essa trajetória. Nos casos em que a reprodução familiar se encontrava ameaçada, a família tinha que encontrar alternativas que possibilitassem o sustento de todos. A escassez da terra e a insuficiência da produção podem ser apontadas como causas determinantes para que os filhos se inserissem em outras formas de atividade, vendendo sua força de trabalho como uma estratégia que viabilizava garantir a reprodução física e social do grupo doméstico. Cabe destacar que o esforço dos filhos aparece associado à palavra “ajuda”, como algo que é prestado ao pai, chefe da família e pequeno produtor. Nesse sentido, é relevante perceber através do depoimento citado, a importância do trabalho familiar e dos seus múltiplos sentidos e arranjos no contexto descrito, no qual fica evidente que todos os membros de um mesmo núcleo familiar tomam para si a responsabilidade de “ajudar” o pai a conseguir o sustento de toda a família.

Essa “ajuda” por sua vez, depende também da posição que cada membro ocupa dentro do núcleo familiar e isso envolve aspectos como idade e gênero, por exemplo, pois enquanto os homens se inseriam no trabalho em outras propriedades, como vaqueiros ou agricultores, as mulheres (e de início, apenas elas) foram se encaminhando para o trabalho com a costura, absorvidas pela expansão da sulanca. Vale frisar que as atividades dos filhos homens, mesmo fora da propriedade familiar se mantinha restritas a funções agrícolas ou pecuárias marcadamente masculinas, enquanto as exercidas pelas filhas mulheres se restringem basicamente às tarefas da casa, ou demarcadas socialmente como femininas, como por exemplo, a costura.

Além desses elementos, Chico mencionou ainda sobre a importância que o algodão teve no passado, como uma moeda de troca, que tornava viável o consumo de outros bens aos quais eles não tinham acesso apenas com o lucro agrícola, como se pode observar abaixo:

A gente plantava o que a gente comia e se a gente quisesse um negocinho diferente, um pedaço de carne, a farinha, o açúcar, só conseguia com o dinheiro do algodão e do trabalho alugado.

Meu pai tinha uma história de vender algodão na folha, e como era vender algodão na folha? Quando ele tava precisando de um dinheirinho, ele ia no armazém que o dono era conhecido dele e vendia uma arroba de algodão ou duas, pra quando no tempo que o algodão tivesse pronto, ele pagar aquele dinheiro que ele tinha pegado emprestado e pagava com algodão. **Já vendia antes do algodão brotar. E se tivesse seca ou algum negócio, ele se virava pra conseguir o dinheiro**, vendia uma criação, ou outra coisa e pagava. Porque o algodão a safra dele só é depois do inverno, é no período seco. Então meu pai e muitos na região faziam isso. Eles iam pra Santa Cruz de pés, todo mundo com um saquinho nas costas, pra chegar lá e **adular aqueles fazendeiros que tinham mais alguma coisa na região pra pagarem um serviço pra eles**. As vez arrumava um dia de serviço com um, outro dia com outro, pegava aquele dinheirinho pra fazer aquela feirinha e pagar aqueles dia de serviço, durante aquela semana. Aí na outra semana já tinha que correr atrás de novo, **não tinha nada certo não**. E muitos não arrumava nenhum dia de serviço e voltava com um saquim nas mãos e passava a semana, só Deus sabe como. (Entrevista realizada no dia 03/08/2014)

A primeira frase dita por Chico, “a gente plantava o que a gente comia” não só tem um peso semântico forte, como também é totalmente elucidativa no sentido de demonstrar a importância vital das lavouras de subsistência na região. Pois era do próprio roçado e da agricultura que se obtinham grande parte dos mantimentos direcionados ao consumo familiar. Em grande parte, a reprodução ameaçada, sobretudo dos pequenos proprietários, encontrava suporte na produção voltada para o autoconsumo, pois esse era um meio de garantir diretamente uma faixa fundamental e indispensável para a alimentação e o sustento dos membros da casa.

A pequena produção na região se caracterizava e se caracteriza até hoje, pelo cultivo das lavouras voltadas para o consumo doméstico, nas quais se utiliza a força de trabalho coletiva e familiar no roçado. Dentre as culturas agrícolas alimentícias mais presentes na região, se destacam o milho, o feijão, o jerimum e a mandioca. No entanto, também existiam outros produtos consumidos pelo grupo que não eram fruto dos seus respectivos roçados e que deveriam ser adquiridos nas feiras locais.

O relato citado acima serve também para demonstrar que em momentos delicados, trabalhava-se alugado quando já não tinha mais o que se fazer, ou do que se viver. Era a partir daí que se recriavam novas possibilidades de trabalho familiar, no sentido de que aqueles que se encontravam ociosos por serem impossibilitados de trabalharem nas terras da própria família, acabavam vendendo sua força de trabalho e se alocavam em outras atividades para manter a subsistência do grupo doméstico do qual faziam parte. Como o próprio Chico menciona, antes dele, muitos homens, inclusive seu pai, em busca de “serviço” iam a pé para Santa Cruz “adular” os proprietários de terra que tinham condições de recrutar pessoas para trabalharem nas suas terras. Como o trabalho alugado era pago por dia de serviço, isso significava que os mesmos não tinham estabilidade de renda, e que tanto poderiam ter dinheiro para comprar o que comer num dia, como também poderiam passar a semana com dificuldade, porque “nada era certo”.

O algodão, por sua vez, conforme me informou Chico e também o Secretário de Agricultura e Pecuária do município, era como se fosse a moeda de troca, ou o “o décimo terceiro do agricultor”, que representava uma renda extra e complementar que os permitia condições de comprar o que eles não tinham ou não plantavam em casa. Ele destaca ainda o papel que as grandes fazendas tinham na região, sobretudo a Fazenda São Paulo (que atualmente é um assentamento, com o mesmo nome) pertencente a um falecido coronel e a Fazenda de Oscarzão (que também se tornou um assentamento, denominado “Nova

Esperança”), pois as duas eram espaço de criação de gado e foram as grandes responsáveis por recrutar grande parte da mão de obra dos homens na região do Algodão.

Quando o pai de João chegou na região do Sítio Situação do Algodão, Oscar Simão era o grande fazendeiro local, porque ele tinha muita terra e muito gado. João lembra que quando passava pelo local, via muito gado no meio da estrada. João conta ainda que seus tios e também muitos homens filhos de pequenos proprietários trabalhavam lá na engorda do gado e que “Oscarzão botava um mói de boi num canto e trazia caminhões e mais caminhões de farelo e palma e os animal ficava em confinamento pra engorda”.

Chico Carola confirma o fato de que no local tinham poucos fazendeiros, o que prevalecia lá eram proprietários de terras pequenas. “Aqui as terra era pouca, meu pai tinha uma propriedade de 12 hectares, mas a maioria tinha só de 2, de 3 ou de 4. Era um terreninho que só dava pra um roçadinho”. Segundo ele, era trabalhando alugado que “esse povo conseguia viver”. Além dos grandes e pequenos proprietários, ele mencionou também a existência dos de médio porte. Segundo ele, os que tinham 40 hectares de terra “se davam ao luxo de não trabalhar alugado”, porque eles mesmos tinham condições de trabalhar apenas nas suas próprias terras. Essa diferenciação é interessante porque a propriedade da terra aparece como elemento fundamental para a percepção da estrutura social local, que acabou criando um certo nível de hierarquia social e econômica que se baseava na quantidade de terra que cada grupo possuía, dentre os quais se destacavam os fazendeiros, os “ricos” e os pobres ou “coitadinhos”.

A extensão da terra acabava servindo de reflexo das posições as quais cada um pertencia. Os fazendeiros eram os latifundiários ou os maiores proprietários de terras e de capital, “ricos” eram aqueles que possuíam terra, utilizavam a mão de obra familiar e tinham condições suficientes de não trabalharem para os outros, como demonstram as palavras de Chico: “esse povo aí a gente já chamava de rico né, porque não trabalhava alugado, vivia somente daquilo que eles criava e plantava, sem precisar trabalhar pros outros”. E os últimos, eram aqueles que tinham uma propriedade reduzida que não permitia uma produção equivalente às necessidades das suas famílias, e por isso, precisavam recorrer ao trabalho alugado. Essa classificação exemplifica as condições objetivas de reprodução social da região, que está em grande medida associada à própria questão fundiária e as suas disparidades, onde a pobreza se exprimia e se referenciava pela insuficiência de terras e pela venda da mão de obra agrícola, que tinha sua máxima no trabalho alugado como uma forma de dar conta da precariedade da situação em que se encontravam.

Além do pouco que ganhavam trabalhando alugado, Chico fala ainda uma frase bastante significativa, que demonstra como o trabalho familiar se torna importante nesse contexto: “A gente trabalhava alugado pra ajudar os pais da gente. A gente trabalhava a semana toda e muitas vezes, nós não pegava nem no dinheirinho que a gente ganhava (...) muitas vezes não, todo tempo! **A gente nunca pegava no dinheiro**”. Isso demonstra que dentro de determinados grupos o pequeno proprietário faz uso da força de trabalho da sua própria família, o ato dos filhos trabalharem alugado era uma importante estratégia acionada. Além disso, a forma de organização familiar do trabalho agrícola pressupõe a uma coletivização da renda resultante do trabalho dos filhos, pois como foi dito acima, eles trabalhavam e sequer tinham condições de ficarem com ao menos uma parte do que ganhavam, pois a renda recebida não era vista e gasta de maneira individual, mas sim coletiva, que tinha como objetivo atender aos interesses básicos da família como um todo. Ou dito de outra maneira, o esforço exercido pelos filhos aparece de maneira gratuita e a remuneração individual é suprimida em função da família, pois as despesas que tem lugar são as da unidade familiar direcionadas ao consumo familiar socialmente necessário, fator este que depende tanto do número como também da composição sob a qual está organizado o arranjo doméstico.

Outro ponto a ser destacado é a própria autoridade paterna, pois “o pai era quem recebia e fazia a feira, comprava as coisas pra dentro de casa e vivia dessa maneira”. Isso demonstra que, que embora o pai não trabalhasse mais alugado, talvez por conta da idade, ou porque já tinha muitos filhos que exerciam essa função, ele continua sendo o “gestor” do lar e o chefe de família, sendo responsável por controlar e direcionar aonde o pouco dinheiro deveria ser gasto.

Não só Chico, mas todas as pessoas que já trabalharam alugado me falaram que o que eles ganhavam era uma “gorjeta”, ou uma “miséria”, que “não dava pra nada”. Essa subordinação e pagamento que recebiam pelos serviços prestados, eram vistos como “exploração” e até mesmo como “humilhação”, pois a quantia paga era ínfima e quase insuficiente para que se pudesse manter um nível adequado capaz de prover minimamente uma família. Seu Zé Roga de quase 90 anos, por exemplo, destacou com muita firmeza: “eu não gostava de trabalhar alugado não. A gente naquele tempo ganhava como se fosse cinquenta centavos nos dias de hoje, não dava pra nada. Era muita exploração!”.

Garcia Jr (1983) ao analisar os pequenos produtores da Zona da Mata pernambucana, periféricos à grande plantação canavieira que ocorria nos anos 70, observou que o trabalho alugado “manifesta a privação da família que a ele se submete” (p. 68). Nesse sentido, assim como no caso analisado do Agreste, o trabalho alugado também foi bastante difundido e desempenhado pelos pequenos proprietários da região da Zona da Mata. Esta prática denotava ainda um caráter vergonhoso, pois como ele observou nas entrevistas que realizou, essa atividade por vezes vinha associada a uma conotação negativa, pois ela acabava revelando a situação de escassez e pobreza sob as quais algumas famílias estavam inseridas. O autor percebeu ainda que os agricultores que não tinham necessidade de vender a sua força de trabalho se percebiam como “libertos”, em oposição aqueles que precisavam vender sua força de trabalho para outros, que eram considerados como “sujeitos”.

Além do trabalho alugado, pude constatar outras atividades e estratégias que foram capazes de garantir historicamente o sustento das famílias locais, como por exemplo, a comercialização dos produtos agrícolas em feiras (como no caso do pai de Dona Joana, que “ficava negociando com queijo, carne, levava pra vender”), o trabalho nas frentes de emergência nas secas, as migrações, o trabalho na construção civil (no caso dos homens), o trabalho de empregada doméstica (no caso das mulheres) e também a inserção na sulanca.

As frentes de emergência foram descritas por José como “obras do governo que dava emprego ao povo na época das secas”. Segundo ele o governo dava uma quantia ou até mesmo cesta básica e você tinha que trabalhar a construção de um açude ou fazendo uma estrada. Ele aponta ainda que se engana quem pensa que eram só os homens que trabalhavam nesse “serviço pesado”, mas as mulheres também “carregava terra, cavava e fazia o mesmo serviço do homem”, o que demonstra uma possível visibilidade das mesmas que também participaram deste processo como trabalhadoras ativas. José fala que as últimas frentes de emergência que tiveram na região foi em 1993 e em 1997, anos estes que ele se lembra sem dificuldade, porque foram de “seca braba”.

Dona Lourdes de 78 anos, agricultora e costureira, residente da vila do Algodão relembrou que quando ela casou, tiveram cinco anos de seca no Algodão, nos quais “ninguém lucrou nada, acabou-se com tudo. Acabou palma e algodão. Quem tinha coragem ia trabalhar nas rodagens pra ganhar uma mixaria e também uma feirinha que eles dava”. Recém casados, para se sustentarem na época, seu marido teve que trabalhar na rodagem, fazendo estradas e ela ficou em casa “costurando para fora”. Depois disso, a seca continuou, seu marido e também outros homens da região tiveram que migrar, pois nas suas palavras “para o povo não morrer de fome ia tudo pra São Paulo e Rio de Janeiro. E as mulheres ficavam aqui cuidando da família”. (Entrevista realizada no dia 10/08/2014).

Cabe destacar na sua fala o papel que o homem tinha de tomar para si a tarefa de trabalhar fora, visando o “sustento” da família. Isso só era possível porque o fato da mulher ficar “presa” à família acabava “liberando” o homem para o exercício profissional. Pensando dessa maneira, talvez possamos refletir porque nas décadas de forte migração nordestina (conforme já fiz referência no capítulo anterior), a migração era predominantemente masculina. E no caso do Agreste pernambucano em particular, não só a família, mas a própria costura em casa, possibilitada pela sulanca, também era motivo de fazer com que as mulheres permanecessem na região.

2.4. “A gente só foi pra sulanca por causa dos inverno que não têm”

“Na casa que não tiver uma máquina aqui no sítio, é porque o camarada não sabe costurar ou já aleijou da coluna”.
(José, agricultor, 34 anos)

Quando fui entrevistar o Secretário de Agricultura e Pecuária de Taquaritinga, uma das minhas primeiras perguntas para ele foi: “a atividade agrícola tem diminuído em função da costura?”. César sem hesitar me respondeu que a costura de fato vem tomando espaço, principalmente dos jovens, já o pessoal mais velho ainda continua na agricultura. Em partes confirmo sua hipótese e em partes nego, pois as redes que se entrelaçam entre a sulanca e a agricultura não podem ser mensuradas, nem generalizadas levando em conta apenas a faixa etária das pessoas. A gama de situações que me deparei foi muito heterogênea e envolve também a dimensão de gênero, pois diferente dos homens, conheci mulheres jovens e idosas que não gostavam de trabalhar na roça e vice-versa, como será descrito no capítulo seguinte.

É de extrema relevância apontar que mesmo com o envolvimento na sulanca, em algumas situações, existe um abandono da atividade agrícola por completo, como no caso das famílias que moram na Vila do Algodão, mas essa configuração não corresponde a toda região do Agreste pernambucano, pois, sobretudo nos sítios e assentamentos, que são mais afastados das cidades, existem famílias que não abandonaram a agricultura e que vem combinando essa atividade com o ofício da costura. Fato este que também me foi confirmado por César: “tem muita gente que ainda tem raiz na agricultura”. Ele justifica os casos de abandono a partir do próprio contexto em que os agricultores estão inseridos, que pode ser muito mais complexo e heterogêneo do que se imagina. Para ele, o pessoal que larga de vez a agricultura é o que “não tem nenhuma outra alternativa”, pois “se ele não tiver terra pra produzir, se ele não tiver nada, nenhuma condição, ele abandona e vai embora, mas o agricultor que tem terra, ele tem **amor** por aquilo, ele gosta de produzir”.

A extensão das propriedades, a distância entre as comunidades rurais e o meio urbano, o acesso a terra e aos meios de produção, o apego, afeto ou “amor” pela tradição agrícola, os percalços climáticos e a possibilidade de novas fontes de renda, podem ser fatores determinantes para que se possa entender a multiplicidade e as diferentes maneiras de inserção nas atividades do Polo e a sua possível relação (ou não), com as atividades agrícolas, que por sua vez podem permanecer, desaparecer, diminuir ou perder sua importância econômica diante da inserção das famílias rurais no mercado de trabalho.

Uma impressão inicial que tive e que na verdade acabou se configurando como uma hipótese de pesquisa era a de que quanto mais perto a comunidade rural, fosse do Polo, haveria a tendência de uma menor produção agrícola da mesma, pois ela estaria vinculada mais facilmente e diretamente com a sulanca. Ao questionar esse ponto, César me respondeu que de fato isso acontece, porque fica mais “fácil” e mais “barato” para os contratantes levar o

tecido que vai ser costurado e isso facilita à logística. Ele citou ainda o exemplo de um sítio de Pernambuco denominado de Jaburu, que por ser uma comunidade mais distante, só uma pessoa agora que tá começando a costurar lá.

Não só através das palavras de César, mas também a partir do que eu pude observar na pesquisa de campo, as comunidades rurais mais próximas dos centros urbanos de Santa Cruz, Toritama e Caruaru foram incorporadas mais intensamente no que diz respeito às atividades de confecções, do que os sítios que ficam mais distantes geograficamente destes municípios. Além disso, cabe destacar que também ouvi de alguns donos de confecções que não contratam facções muito longe porque “não compensa”, já que irão gastar mais com a gasolina pra ficar indo levar e buscar as mercadorias.

Esse interesse da contratação da mão de obra do campo se justifica ainda pelo preço mais baixo da mão de obra rural em comparação aos trabalhadores da cidade, para desenvolverem a mesma atividade, como explica João, costureiro e agricultor: “olhe, a nós aqui eles paga mais barato, sabe por quê? Porque aqui se uma peça eles paga a nós R\$ 1,00 na cidade já é R\$ 1,50. Porque quanto mais longe da cidade, eles paga mais barato a mão de obra”. Ele confirma ainda que nos sítios na Paraíba, as pessoas recebem menos ainda que as que trabalham nos sítios de Pernambuco que se localizam perto do Polo, porque “quanto mais longe e mais carente o local, mais barato eles paga”.

Conforme bem observa César, quando passamos na cidade de Santa Cruz é comum encontrarmos placas com os dizeres “PRECISA-SE DE COSTUREIRA”, para ele, é diante dessa situação que, “a zona rural passa a cobrir essa carência da mão de obra” que está cada vez mais difícil de ser encontrada na cidade, porque quase todas as pessoas já estão ocupadas em suas facções. Além disso, “aquele empresário que é clandestino, que não é registrado, terceiriza e isso aí ele tá se livrando dos encargos sociais. Porque se ele bota pra agricultora costurar e ela trabalha em casa, ele não se responsabiliza”.

Para César: “o pessoal tem a confecção como uma renda **complementar** a agricultura, não é que ela esteja só tirando as famílias não, ela entrou na região também como uma coisa que **ajuda** na renda”, pois muitos continuam ainda com a agricultura, e tiram um espaço do dia pra criar e plantar. Além disso, ele afirma que atende o município com aração de terra, e na sua opinião “isso mostra que ainda tem família que mexe com isso, mas muitas delas, a confecção também tá dentro da casa do agricultor”.

O interesse de observar como se dava a “complementação” de renda através das confecções de roupas já estava presente nas minhas reflexões muito antes da conversa que tive com César e de fato só pude compreender melhor, depois que escutei as histórias de inserção dos agricultores, sobretudo dos homens, no mundo da sulanca. Pois nos sítios e assentamentos, onde ainda existe o trabalho agrícola, quando eu perguntava aos meus entrevistados qual a profissão deles, por mais que quase todos costurassem, a maioria deles se auto classificava e se considerava “agricultor” e não costureiro.

Não é exagero afirmar que de fato a sulanca até os dias atuais é a grande responsável por movimentar toda a economia local do Agreste. A experiência de João, agricultor e costureiro, o faz afirmar que “**a sulanca aqui foi a salvação da gente!** A gente vive mais no campo e na sulanca pra ir arrumando o pão mais fácil. Eu acho que 90% da nossa região aqui sobrevive por causa da sulanca”, pois como ele fala: “mesmo que a gente trabalhe de pedreiro e de outras coisas, mas se a sulanca afracar lá, nós fica aqui sem serviço”.

Para Chico Carola, a entrada dos homens na rota das confecções se deu “por falta de trabalho na roça”, pois “não tinha mais do que eles viverem, daí foi aparecendo uns serviço na cidade com esse negócio de costura, aí uns foi aprendendo e passando pra outros”. As primeiras atividades exercidas por alguns deles não era a costura, porque muitos começaram nos *fabricos* tirando ponta de linha, embolsando, cortando, e depois também começaram a costurar, pois esta última é a que apresentava uma melhor remuneração.

Destaco de início a trajetória de João que é bastante interessante, pois ela expressa claramente como e por que ele começou a costurar:

Eu me casei em 1994, aí vim embora pra aqui, aí **a mulher já trabalhava em Santa Cruz**, tinha aprendido a costurar, e eu não sabia, **aí eu não ia ficar na cidade sem saber fazer nada**. Aí fiquei por aqui no sítio um ano, **pelejando com a agricultura e sem ter nada**, não tinha energia aqui, não tinha nada. E a mulher me chamando pra ir embora pra rua, que lá **ia arrumar um emprego pra eu** e nós ia viver melhor. Aí eu fui no finalzinho de 95 pra 96, aí eu fiz, **eu não vou ficar nessa bixiga dessa rua não**, aí voltei pro sítio e **minha mulher ficava trabalhando lá**, morando na casa dela e no final de semana vinha pra cá. Aí não tava dando certo isso não, aí ela me chamou de novo pra ir pra rua, aí eu fui e ela arrumou um serviço pra mim no mesmo fabrico dela, eu não sabia nem o que era uma tesoura, **tremia de medo quando entrava lá, com a barulheira de tanta máquina, eu ficava nervoso, preferia tá arrancando tôco de mato**. Aí naquilo ela disse que tava precisando de uma pessoa pra costurar e **era só pra emendar um pedacinho de nada de pano**, aí a patroa perguntou se eu queria fazer um teste, aí eu fui pelejando e daí eu aprendi e não parei mais não. Eu fiquei costurando lá, de lá já fui pra outros canto e a mulher saiu do serviço e comprou uma máquina pra trabalhar em casa. Aí quando chegou energia aqui, eu disse a ela - **vamo embora pro sítio?** E ela disse – vamo! Aí construí essa casa aqui em 98, depois de quatro anos, **com o dinheiro da sulanca**. Aí comecei aqui, eu já tinha meus roçadinho, aí começamos a criar uns bichinho, uns animais, **e na sulanca e fui aumentando. Fui também ensinando ao pessoal da região aqui**, eu não posso dizer que fui o primeiro daqui que começou a costurar, porque os pessoal mais antigo costurava naquelas máquina antiga, mas **na máquina industrial quem começou aqui foi eu e um irmão meu**. Aí o povo começou a aprender, uns primo meu, uns tio, aí eu fui arrumando serviço pra eles e construí um salão ali pra costurar, que cheguei a botar 15 pessoas trabalhando comigo. (Entrevista realizada no dia 27/07/2014)

De fato, a esposa de João foi a principal responsável por encaminhá-lo no trabalho com a costura. É interessante perceber não só sua resistência, mas também sua dificuldade e até mesmo sua falta de conhecimento nesse mundo das confecções que era exterior ao seu universo agrícola e que se traduzia pelo “medo” e pelo “nervoso” que ele sentia das máquinas, das tesouras e do barulho industrial, que correspondiam ao oposto da sua vida no campo, o que faz o mesmo afirmar que preferia “arrancar tôco”, do que ter de lidar e porque não “domar”, uma máquina de costura.

O fato de chegar energia no sítio e da sua esposa conseguir comprar a primeira máquina foram os passos decisivos para ambos saírem da cidade, voltarem pra “casa” e começarem a trabalhar faccionado. Embora João deixe claro que não tem muita simpatia por costurar, ele reconhece que conseguiu construir sua casa através do que ganhou com a sulanca. Sua atividade com a costura foi a principal fonte de renda da família e também foi capaz de “aumentar” o que ele já tinha na sua propriedade, pois o possibilitou adquirir mais animais e melhorar seu roçado. O dinheiro ganho com a costura foi reinvestido na agricultura e o permitiu “melhorar” de vida.

Foi também depois dele e através dele que os demais membros de sua família e muitas pessoas na região aprenderam a costurar, sua trajetória serviu de impulso para que outras pessoas que também estavam cansadas de “pelejar” com a agricultura, fossem se inserindo neste novo tipo de atividade. Dessa maneira, João foi “arrumando” serviço para as pessoas que moravam próximas a ele e chegou até a montar um *fabrico* próprio, construído num salão do lado de sua casa, e conseguiu colocar cerca de quinze pessoas trabalhando no seu estabelecimento, como ele aponta:

Ainda abri firma e registrei tudo. Eu tava trabalhando anônimo né, que a gente chama facção, por exemplo, ele é meu patrão, ele corta, traz e eu faço o short, aí entrego, é um serviço terceirizado. **Mas quando abri firma deu errado, só fiquei dois mês com firma aberta**, porque o governo começou com imposto, imposto aí não deu mais pra ganhar não. **Aí eu peguei, fechei, abri falência, negocieei mais o pessoal que era tudo**

família e eu fiquei só eu e minha esposa e eu disse, pronto **não vou mais seguir em frente com isso de muita gente não.** (Entrevista realizada no dia 27/07/2014)

O fato de João ter colocado apenas seus parentes para trabalharem no seu empreendimento de certa maneira facilitou a demissão dos mesmos quando ele foi a falência, pois ele negociou com a família e ressarcir os mesmos da maneira que podia naquele momento, sem grandes constrangimentos e sem a necessidade de meios legais ou possíveis burocracias trabalhistas.

O exemplo de João serve também para demonstrar a importância de um dos principais pilares que sustenta o desenvolvimento das atividades de confecções no Agreste pernambucano, pois como bem observou Souza (2012), a unidade produtiva da sulanca deve ser entendida “muito mais do que uma forma específica da produção, mas também como um conjunto de valores e representações sobre família e negócio, que por sua vez estão ligados à experiência do trabalho familiar no mundo rural” (p. 111). Para esta autora o modo de organização camponês exerce bastante influência na experiência de vida dos atores que trazem em suas trajetórias de vida a valorização tanto do trabalho autônomo, como também familiar. Essa chave analítica, que se encontra no estudo das próprias sociedades camponesas aponta para dimensões relevantes da produção familiar, como por exemplo, “a própria peculiaridade de se pensar o par de elementos família-trabalho” (p. 110).

João foi o único agricultor que conheci e talvez uma das poucas pessoas com as quais eu conversei que conseguiu chegar ao patamar de colocar um *fabrico* próprio e que até “abriu firma” e formalizou seu empreendimento, o que é muito raro na região. No entanto, seu empreendimento não obteve sucesso e durou apenas dois meses como uma firma terceirizada. Segundo ele, o fracasso é atribuído aos inúmeros impostos cobrados pelo governo, que dificultaram seus ganhos de pequeno produtor. Depois desse incidente, João continua até os dias de hoje trabalhando com sua esposa e seus dois filhos pequenos no espaço do seu antigo *fabrico*, mas que agora virou uma facção.

Ele me falou ainda que a maioria das máquinas que existem na sua facção, são das fábricas para as quais ele costura, porque algumas chegam a custar 13 mil reais e ele não tem condições de comprar³². Mas ele também tem máquinas próprias, que são resultado de um empréstimo que ele fez no Banco do Brasil e conseguiu comprar “as menores e mais baratas”.

³² O empréstimo das máquinas feito pelos contratantes será explicitado detalhadamente no próximo capítulo.



Figura 12: João no "salão" de confecções que construiu. Foto: Renata Milanês, 2014

Para José, irmão de João a sulanca chegou no sítio pro pessoal que tava “parado”, “aí começou assim, muita gente foi embora pra rua porque aqui tava ruim demais, aí depois que chegou energia aqui, voltaram pro sítio pra fazer a facçãozinha deles por aqui”. Pude perceber que apenas as mulheres costuravam nas máquinas manuais de pedal, os próprios homens, ao menos na localidade em que fiz a pesquisa, só entraram no circuito das confecções já com as máquinas elétricas e industriais, eles não tiveram experiência com as domésticas utilizadas anteriormente.

Sobre sua experiência pessoal com a costura, José que diz ter aprendido a costurar apenas observando seu irmão e peremptoriamente me fala: “passei um bocado de tempo costurando, mas não quero nem ver uma máquina mais na minha frente. Eu não gosto não!”. Ao justificar sua aversão pela vida de costureiro, ele me conta sua trajetória:

Eu fui embora pra rua, passei uma temporada por lá, trabalhando lá em fabrico, mas olhe o costurar é assim, é um compromisso muito grande porque os patrão vem lá de fora, traz as peça pra você fazer e diz –**olha você vai ficar costurando só pra eu**. Aí pronto, **eu vou ter uma meta de fazer o tanto que ele pedir**, aí pra você atingir aquela meta e **não deixar o patrão na mão, porque você não vai farrapar com ele né..** aí você precisa ficar fazendo **muito serão** e eu não aguento não esse negócio de **viver preso em casa**. Só que o caba tem que **procurar a melhora dele né, e a melhora aqui é a sulanca**. (Entrevista realizada no dia 28/07/14)

Assim como seu irmão, José também foi pra cidade, mas não conseguiu ficar muito tempo por lá, o acesso à energia elétrica o possibilitou voltar pro sítio e ficar trabalhando em casa. Ele assume nitidamente que detestava costurar, mas que ainda assim o fazia porque “a melhora aqui é a sulanca”, ou seja, para ele esse era o único meio disponível para vender sua força de trabalho. O próprio fato dele, assim como toda sua família terem vivido e trabalhado com agricultura a vida inteira, por gerações, também cria uma resistência, repulsa e rejeição de sua parte com a costura, até maior do que a encontrada em João, seu irmão.

José complementa sua fala justificando ainda que “porque você tá tendo uma temporada que tá sendo empregado em uma área que não é sua na que você gosta”. E complementa: “a gente aqui, mesmo com a dificuldade todinha, mas ser agricultor ainda é melhor do que trabalhar pros outro”.

É importante destacar também a relação dele com o “patrão”, que acaba sendo mais uma relação de confiança do que estritamente profissional, pois ele não “deixa na mão” quem o contratou pra não “farrapar” com a pessoa, ou não gerar um conflito pessoal ou moral com o mesmo. A relação entre “patrão” e “empregado”, será desenvolvida mais detalhadamente no capítulo seguinte, mas de antemão cabe dizer que ela constitui um laço de solidariedade, de troca de favores e também de uma submissão às metas estipuladas como um valor. Essa relação é fundamental para o desenvolvimento tanto das facções, como das relações de trabalho, pois é ela que ajusta os “compromissos”, as “responsabilidades” e os “deveres” de ambas as partes.

Outro ponto destacado são as metas a serem cumpridas, que pressionam uma jornada por vezes indeterminada e que se for alta, só é atingida por meio do “serão”, que implica em costurar além do habitual, estendendo o período de trabalho pelas noites e até mesmo madrugadas. Para José, trabalhar com a costura implica em ficar “preso” em casa, o que se opõe ao trabalho agrícola que representa para uma “liberdade” maior.

Os ideais de independência e liberdade tão presentes nos depoimentos dos agricultores homens entrevistados podem ser demonstrados de maneira mais clara através de uma fala de João, que ao ser questionado se gostava mais de trabalhar na roça ou na costura, assim expôs sua opinião: “gosto mais de trabalhar na roça, **na roça o caba é mais livre. Na máquina é um estresse danado e é muita responsabilidade.** Eu desde novinho sei lidar com a roça e na costura ainda tem coisa que o caba tá se adaptando”.

O trecho acima é ilustrativo para demonstrar que na roça, o agricultor dispõe de seu tempo de maneira bem diferente do trabalho nas confecções, pois enquanto a demarcação do tempo e o ritmo de trabalho agrícola são estabelecidos por critérios da natureza, no trabalho com as confecções é o relógio físico e social que disciplinam o tempo, sempre controlado pelas demandas que devem ser cumpridas.

A diferença no ritmo de trabalho também é marcante e reclamada em função da sua longa carga horária, que em épocas de “serão” chegam a ser ilimitadas. Além disso, a posição dos mesmos enquanto agricultores, os permite ter um domínio maior sobre os processos de trabalho que realizam, já o papel de costureiros para eles representa uma dominação que passa a ser ditada por padrões e ordens externos. Como aponta Souza (2012) que ao analisar o trabalho das confecções em Santa Cruz, observou que entre os trabalhadores a relação ao tempo de trabalho se centra mais na possibilidade de “autonomia e controle sobre esse tempo do que propriamente das horas trabalhadas” (p.103), pois para esta autora, o que é considerado “ruim”, não é o fato de se trabalhar muito, mas sim o fato de ter um patrão.

As ideias de tempo e de liberdade, também são fundamentais para refletir sobre a resistência ao ato de costurar presente nos discursos de João e José. Para Shanin (2008) uma das peculiaridades do trabalho camponês é “o trabalho de um homem que é dono do seu próprio trabalho e pode decidir como utilizá-lo” (p. 38).

Carneiro (2006) ao estudar as confecções familiares de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, também observou algo semelhante ao que encontrei no Polo. Essa autora descreve que os pequenos agricultores de Nova Friburgo, também tinham o **ideal** de que as confecções representavam de alguma maneira um “aprisionamento”, ou até mesmo uma “escravidão”, enquanto o trabalho agrícola, mesmo não oferecendo grandes rendimentos, era sempre referenciado como um lugar de “liberdade”.

A construção da identidade de agricultor dos mesmos faz com que eles acabem se diferenciando e até mesmo demarcando certa oposição ao ofício de costureiro. Além disso, a profissão de agricultor, referenciada por uma ideologia que expressa símbolos e práticas que valorizam o modo de vida camponês, denota características e representações que se aproximam da ideia da liberdade e independência no ato de não ter um patrão e tomar as próprias decisões, no afeto e amor pela terra, na vocação, no trabalho árduo, na valorização

pelas tradições e na importância de produzir para alimentar. Já o trabalho com a costura elenca uma quebra nessa liberdade camponesa, pois exprime a dominação ou a sujeição a um patrão ou até mesmo aos meios de produção que acaba interiorizando a disponibilidade constante a alguém, como bem demonstrou José em sua fala.

José mencionou ainda que no passado algumas pessoas, sobretudo os homens tinham constrangimento em se auto afirmarem como agricultores, fato este que tem mudado, pois: “a gente tem muito mais benefício como agricultor hoje, antigamente não tinha”. Além disso, ele ressalta que: “Quando o pessoal perguntava qual era sua profissão, o caba tinha até vergonha de dizer que era agricultor, tinha gente que dizia que era doméstico, até os homem mesmo”.

A resistência à costura demonstrada pelos agricultores homens que entrevistei me fez questioná-los se eles largariam a sulanca para trabalhar apenas com a agricultura e as respostas que obtive foram praticamente às mesmas.

João que costura desde a década de 90 me falou que “largava” com a seguinte condição:

Se o governo fizesse um esforço grande aí, colocasse aquelas máquinas que furam poço, nuns canto desse, eu não deixava a agricultura não. Se você tivesse aí uma **irrigação** pra manter uma agricultura, **até em pouca terra dava pra produzir pra família**, e se tivesse isso eu deixava a sulanca, porque **a sulanca é um estresse da bixiga. Ela é boa e ao mesmo tempo é ruim, porque a sulanca é muito estressante e a vida do sítio é mais tranquila. Um irmão meu mesmo já disse, que prefere fazer cerca do que tá agarrado numa bixiga de uma máquina**, mas eu como já tava mais ramificado na coisa, aí fiquei costurando. **Mas nunca deixei o sítio**, por sinal, quando eu morava em Santa Cruz, teve uma vez que deu uma chuvada, eu vim embora pra cá na mesma hora, não disse nem a patroa que vinha e vim embora plantar meu roçadinho. Ela até me ameaçou de me botar pra fora, porque eu passei dois dias aqui no sítio e ela ficou braba. Isso foi no ano de 2000 e eu até lucrei. Depois disso só tive um lucrozinho em 2007, com uns milho que eu plantei. Agora já pensou se todo ano chovesse e tivesse lucro? A gente não sofria não. (Entrevista realizada no dia 27/07/2014)

João volta a tocar no ponto de que a sulanca é uma atividade estressante que “é boa e ao mesmo tempo é ruim”. Ou seja, o fato de que ela vem sendo a principal responsável pela renda das famílias rurais é visto como positivo, no entanto, o trabalho com a costura é visto como estressante e se opõe a tranquilidade da vida no campo. Ele cita o exemplo do seu irmão José, que também não esconde a antipatia que tem pela confecção. A máquina, instrumento de trabalho é referenciada como “bixiga³³”, que expressa um tom totalmente negativo.

A resistência de João de nunca ter deixado o trabalho na agricultura traz uma história interessante narrada por ele, que no ano de 2000 morava na “rua”, mas no dia que deu uma chuva boa, largou o emprego no *fabrico* na mesma hora e foi correndo pro sítio plantar seu roçado. Fato este que quase o fez perder o emprego, por ele ter saído sem avisar a “patroa”. Esse exemplo serve de referência para mostrar que João apresenta um maior apego a terra e a atividade agrícola do que ao ofício de costureiro, cujo qual ele desempenha pela renda, mas não por valorizar ou gostar dessa profissão.

Mário, tio de João e José também pensa semelhante aos seus sobrinhos e aponta que: “se tivesse bastante investimento ou se chovesse bastante eu ficaria só com a agricultura, né?! **Só costuro porque a precisão obriga, mas eu gosto mesmo é de trabalhar no campo**, mas

³³ Na linguagem nordestina, “bexiga” ou “bixiga” são palavras que se associam a coisas ruins. Acredita-se que esta expressão tem uma conotação negativa porque se associa a doença da Varíola, que popularmente é conhecida pelo nome citado e que por ter levado à morte de muitas pessoas na época em que não existiam ou era difícil o acesso a vacinas e por isso acabou se tornando um xingamento. No Nordeste é comum escutar a frase “tá com a bexiga!”, para designar uma situação não agradável.

aqui não tem condição de viver só da roça”. (Entrevista realizada no dia 02/08/2014). Ele também demonstra que não gosta de costurar e que realiza essa atividade porque ela oferece um rendimento que ele não encontra na agricultura, mas se ele tivesse condições de desenvolver a atividade agrícola, exerceria apenas ela, porque é o que ele gosta de fazer.

Cabe ainda destacar o depoimento de Chico Carola, que também elenca elementos muito relevantes para essa discussão. Ao ser indagado se os agricultores da região tivessem condições dignas de plantar e lucrar com essa atividade, eles voltariam exclusivamente para ela ou permaneceriam na costura, ele argumenta que:

Olha, eu acho que uma parte dos que tão na sulanca não voltava não, porque eles não se habitua mais a trabalhar no pesado não, eles prefere ficar na sulanca. Os **jovens** de hoje em dia prefere trabalhar na sulanca ou em outro emprego do que na roça, porque **a maioria deles não tem vocação pra agricultura não. Eu acho que já por conta do criar deles, que já foram criados nessa nova geração incentivado pela costura** e hoje eles não querem mais se voltar pra agricultura. E a agricultura é uma das fontes de renda que se o povo se dedicasse hoje era uma das fonte de renda que dava mais dinheiro, porque se você fosse analisar a quantidade de pessoas que tem no Brasil e quantos trabalha na agricultura, e **todos aqueles que vive, todos eles precisa da agricultura. Quem é que vive sem comer? Sem uma camisa e sem uma calça boa a gente passa, mas duvido você viver sem se alimentar.** (Entrevista realizada no dia 28/07/2014).

É muito interessante o fato de Chico perceber a importância da agricultura, como fonte de renda, que poderia ser uma das que mais dá dinheiro, porque nas suas palavras todas as pessoas que vivem necessitam da agricultura, necessitam do alimento produzido pelos agricultores. Chico reconhece, portanto, a relevância que o agricultor tem para a sociedade e para todo o país, porque quem consegue viver sem comer? Para ele a alimentação é muito mais importante do que o vestuário, pois sem roupas boas às pessoas conseguem sobreviver, mas sem comida não.

A fala de Chico Carola se aproxima muito de algumas características encontradas por Seyferth (1984), que ao analisar o processo de industrialização do setor têxtil de Guabiruba (SC) observou como o significado da categoria “colono” tem mudado bastante nas últimas décadas, por conta da inserção de algumas pessoas em fábricas da região. No caso do Sul do país, ser colono é mais importante socialmente do que ser operário e semelhante ao que Chico narra em Pernambuco, existe uma valorização com relação aos dois tipos de trabalho (que no caso do Sul seria colonos-operários e do Nordeste agricultores-costureiros) que opõe produzir comidas e fabricar tecidos ou roupas. O primeiro, como aponta Seyferth (1984) sendo visto como mais importante e o segundo sendo visto como supérfluo. A autora destaca ainda uma fala dos colonos que é praticamente igual ao que Chico relatou acima: “vai todo mundo pra fábrica e come o quê? Tecido não é comida. Um colono pode andar remendado, ter só uma roupa, mas sem comida não passa” (p. 91).

O que se percebe é que a motivação destes agricultores e costureiros em manter a atividade agrícola é muito mais social e cultural, do que meramente econômica. Pois esta atividade está inserida em um modo de vida, sendo assim, outros elementos devem ser levados em conta para que se possa compreender este fenômeno, tais como a manutenção da identidade social, de um patrimônio familiar, de redes de solidariedade e de sociabilidade (CARNEIRO, 2006). Além disso, o trabalho com a costura é visto como uma estratégia de sobrevivência e até mesmo como uma maneira de permanecer no campo, pois poder trabalhar em casa com as confecções evita que essas pessoas migrem para as cidades em busca de emprego.

2.5. “A vida na roça é mais sofrida, com a costura a vida é mais fácil, né?”

Um dos elementos bastante pertinentes nas entrevistas que realizei, sempre foi à alusão ao passado fortemente agrícola como um “tempo sofrido”, uma “época difícil”, de “trabalho pesado”, pobreza e penosidade. Como afirma dona Lourdes, de 78 anos: “Por uma parte é melhor hoje em dia, porque as coisas tudo é mais fácil né? naquele tempo as coisa era difícil”.

Tais referências contrastam com as percepções do presente, já firmado nas atividades das confecções, que são associadas sempre a um “tempo mais fácil”, de “menos sofrimento”, de menos cansaço, de renda garantida e que pode ser ilustrado pelas palavras de Socorro de 52 anos, agricultora e costureira, residente do Algodão ao mencionar que: “agora tá melhor pra pessoa ganhar dinheiro, porque naquele tempo, ave Maria! a gente passava a vida sem nada dentro de casa, porque não tinha ganho de nada, mas hoje só passa fome quem quer, porque na sulanca tem trabalho pra todo mundo”. (Entrevista realizada no dia 04/08/2014)

Souza (2012) ao analisar as relações de produção e comercialização em Santa Cruz, também observou em suas narrativas de pesquisa que o que vinha antes das confecções era um “estado de miséria, fome e falta de perspectiva” (p.30). Visão essa que começa a ser modificada depois da sulanca.

A sulanca acaba, portanto, estabelecendo uma temporalização que diferencia o passado ruim, do presente bom, como pode ser percebido na fala de dona Josefa, de 63 anos:

Antigamente era muito sofrido, não tinha nada, era uma **luta** pra adquirir o pão de cada dia. **A sulanca melhorou muito a vida do povo daqui**, porque hoje, muita gente vive de costurar, trabalha pra ele né, **sem ser no sol quente, naquele sofrimento todo**. Na roça a pessoa leva sol quente, leva chuva e dentro de casa né melhor? A pessoa não leva sol, nem chuva. (Entrevista realizada no dia 31/07/2014)

Olhando para o passado através do presente, o trabalho na agricultura está classificado como uma atividade exercida no sol quente, que é sofrida e penosa, ao contrário do ofício da costura que pode ser realizado dentro de casa, na sombra, sentado. A própria palavra “luta”, utilizada por Josefa significa batalhar na roça em condições adversas para retirar dali o mínimo necessário para a manutenção da família.

Essa ambiguidade com relação às duas atividades e esse sentido atribuído de maneira diferente ao passado e ao presente pode ser elucidado ainda, através de uma fala de Chico Carola, de 58 anos, quando ele rememora sua infância e a compara com os dias atuais:

Quando chegava o natal, são joão, aí a mãe da gente criava galinha, um peru, que era pra vender e comprar uma roupinha pra gente. Então aquela roupinha era a roupinha da festa e as vez ficava pra o outro ano, as vez ficava pra o outro irmão e era assim a vida da gente. O povo aqui nessa região era todo criado dessa maneira. Não é como é hoje que os filhos hoje tem tudo na mão e não querem nada com a vida. A gente não tinha infância que nem a de hoje não! (Entrevista realizada no dia 28/07/2014).

Ao demonstrar as dificuldades da época de sua juventude, Chico expõe um contexto em que para ele, a realidade é bem distinta de hoje em dia. Segundo ele, as pessoas de sua geração tinham um histórico de vida difícil e semelhante ao seu, fato este que não ocorre mais na atualidade, pois “os filhos tem tudo na mão”.

Antônia de 54 anos, embora caracterize a vida com a costura como mais fácil, ressalta um elemento importante em sua fala, que diz respeito ao caráter provedor que a roça pode oferecer, em comparação aos dias atuais, nos quais tudo que direciona ao consumo precisa ser comprado: “a vida na roça é mais sofrida, com a costura a vida é mais fácil, né? só que a vida

na roça era bom porque a gente podia pegar as coisas da roça né, e hoje a gente tem a costura, mas tudo que a gente precisa tem que comprar”. (Entrevista realizada no dia 04/08/2014).

Além do que foi ressaltado por Antônio, cabe destacar ainda que essa comparação temporal também é contraditória, pois o passado é visto de maneira negativa, no que diz respeito ao trabalho, a forma de “ganhar o pão” e a demais condições econômicas em comparação ao presente, que é “melhor pra ganhar dinheiro”. Mas, se considerarmos outros aspectos como a segurança ou a violência, por exemplo, os dias atuais não são mais adjetivados de maneira positiva, pois nesse aspecto, é unânime a ideia de que “antigamente a gente tinha mais tranquilidade” ou que “o sítio é bom demais, porque é um sossego”, como veremos no depoimento de dona Josefa que atualmente mora na Vila do Algodão, mas que residiu por muitos anos em Santa Cruz do Capibaribe, diante de suas vivências entre o campo e a cidade, ela me falou:

Hoje em dia é melhor, todo mundo trabalha, todo mundo tem seu dinheirinho. Hoje só é ruim por causa da violência, mas pra ganhar dinheiro é muito melhor. Morar na rua é ruim, porque a pessoa vive em casa só trancada e no sítio não tem isso. Tem vez aqui de 23h a porta ainda tá aberta e nós não tem medo, fica conversando até tarde nas calçada e na rua ninguém pode mais fazer isso, porque tá ficando muito **perigoso, lá a pessoa tem que ficar trancada. Já o sítio é bom demais, porque é um sossego né?! (Entrevista realizada no dia 31/07/2014)**

O que torna-se perceptível, é que não só Josefa, mas todas as pessoas que nasceram no campo, foram morar na cidade e depois retornaram para seus locais de origem têm no fundo uma percepção de que a volta para a zona rural é um meio de recuperar algo que não é possível de ser encontrado na zona urbana, como por exemplo, a solidariedade vicinal, o sossego, a vida pacata e as relações de confiança.

O passado de “não ter nada”, começa a ser transformado e relatado através da sulanca, que é vivida como algo que melhorou a vida da população local, porque emprega muitas pessoas na atualidade. A ideia de que a sulanca representou uma melhora na vida dessas pessoas, faz parte de uma memória construída coletivamente, que pode ser percebida na fala de José:

A sulanca melhorou a vida dessa região aqui toda que abrange Santa Cruz e o Polo, porque mesmo pro agricultor, mesmo que ele não saiba tirar um fiapo de linha da sulanca, mas tem alguém lá tirando o fiapo e pagando ao agricultor aqui pra ele fazer uma coisa, pra ele fazer outra. **O dinheiro que mais gira aqui é o da sulanca.** (Entrevista realizada no dia 28/07/2014)

É interessante que José percebe a complexidade da própria economia que a sulanca movimentava na região, pois ele reconhece que além de melhorar a vida das pessoas, até mesmo aquelas que não participam diretamente das atividades de confecção ou do comércio, dependem do dinheiro movimentado através do Polo, fato este que o faz afirmar que a maior parte do dinheiro que gira na região é o das confecções.

Seu irmão João, ao ser questionado se o pessoal da sua região vive mais através da renda da sulanca ou da agricultura, me responde: “é os dois aqui na região da gente, pra cá pro sítio ainda tem agricultura e sulanca, mas já pegando ali na Vila do Algodão, o povo ali só costura mesmo”. E continua: “Vamos dizer que nós aqui ainda seja meio a meio, entendeu? Os mais velho na agricultura e os mais novo tão tudo na sulanca”.

A articulação dessas duas esferas volta a ser descrita por João, que ao explicitar sua rotina diária me fala: “eu acordo cedinho, ajeito a ração dos animais e quando é no tempo de inverno mesmo, o caba tira dois, três dias na semana só pra trabalhar na roça. E as vez a gente ganhando na sulanca a gente se vira, paga um ou outro pra ajudar aqui”. E continua: “hoje em dia a renda daqui da agricultura é pouco, mas eu crio umas cabra, aí mato um bode e vendo a carne, vendo um porco, vendo o ovo da galinha, aí **mistura** com o ganho da sulanca”.

José confirma que os agricultores que são ligados às confecções reinvestem a renda obtida com as confecções na roça, pois como ele afirma, “o caba tira da sulanca e emprega na agricultura, pra comprar um bode, um garrote, um porco”. Mas, é interessante perceber ainda que esse processo tem uma via dupla, pois do mesmo modo a renda da agricultura também pode ser investida na sulanca, como ele descreve da seguinte maneira: “aí as vez quando o caba já tem quatro ou cinco bicho, aí ele pensa assim: -vou vender esses bicho e investir na sulanca, comprar mais máquina, montar uma facção e assim vai, uma coisa vai ajudando a outra, né?”.

As experiências de João e José demonstram que o próprio dinheiro da sulanca não só é reinvestido na agricultura e na criação dos animais, mas até permite que ele possa contratar mais alguém para auxiliar na lavoura. Diante das dificuldades de se sustentar, as atividades agrícolas, assim como seus rendimentos acabam assumindo um peso menor nos domicílios rurais, mas isso não impede que os ganhos obtidos com a agricultura também possam ser direcionados para as confecções.

No caso do Agreste pernambucano, as dificuldades crescentes que sempre afetaram a agricultura se impõem como um obstáculo para a manutenção das famílias. Nesse sentido, o crescimento do setor de confecções acabou estimulando outros arranjos na lógica de reprodução social. O que pode estar em curso na região é um processo de revitalização das formas de produção e de reprodução da força de trabalho, que combinaria a atividade da costura com a atividade agrícola, se configurando assim o que se tem designado como fenômeno da pluriatividade, tal como sugere Mattei (2007).

Para Schneider (2003), a noção de pluriatividade embora seja bastante genérica, pode ser definida resumidamente como a combinação de duas ou mais atividades realizada pelos camponeses, sendo uma delas a agricultura. O autor acredita que a pluriatividade não é um acontecimento marginal ou transitório confinado a determinadas situações, como se pode supor, mas também não representa um processo com tendência à generalização para todas as áreas rurais existentes.

Em acordo com Wanderley (1998), acredita-se que a pluriatividade não representa a desagregação da agricultura camponesa, mas pode contribuir para a viabilização de estratégias de reprodução presentes e futuras com as quais a família pode contar. Além disso, ela pode representar um processo de diversificação ocupacional e produtiva da população rural, provavelmente relacionada com o crescimento da mercantilização econômica e social.

A pluriatividade pode representar também a possibilidade de novas formas da produção que de fato começam a se desenvolver recentemente, como também pode expressar antigas práticas camponesas que sempre existiram, mas que podem passar a assumir novos significados, como é o caso do campo empírico desta pesquisa, no qual a combinação das atividades agrícolas com outras não-agrícolas para a manutenção familiar das populações do campo, não é um fato novo no local.

Semelhante ao caso do Brejo paraibano analisado por Garcia Jr. (1989) no Agreste pernambucano, a prática da combinação das atividades agrícolas com não-agrícolas, não corresponde a um fenômeno particular, que é estranho a lógica de reprodução social camponesa local, mas ao contrário, foi e é, desde sempre um dos múltiplos mecanismos que são acionados para complementar a renda das famílias camponesas estudadas. Dessa maneira, o possível recurso às múltiplas e diversificadas atividades não estaria nesse contexto, “rompendo com um padrão de reprodução social, mas ao contrário, seria a expressão de uma maneira de exercer a condição de agricultor”, conforme aponta Carneiro, 2006 (p. 175).

Todavia, deve ser acentuado que o peso das rendas não-agrícolas, como também da agricultura não segue um padrão, os limites de uma ou outra atividade, o fato de manter as duas ou de optar apenas por uma e abandonar a outra, podem variar de acordo com cada família.

O fato do dinheiro da sulanca ter se tornado a principal fonte de renda na região e de ter melhorado as condições de sobrevivência das pessoas da zona rural, também foi apontado por César, que disse: “quando a gente começou o assentamento, os agricultores chegavam lá de carroça de burro, um ou outro tinha uma moto velha, hoje tá cada um com seu carrinho, sua moto e esse dinheiro vem da confecção”. Ele afirma ainda que “a mesma coisa é o cara que saiu da agricultura e tá lá na sulanca, daí ele enrica, mas volta e compra uma terra onde eles nasceram pra criar bicho, pra passar o final de semana”.

De acordo com Vêras de Oliveira (2011), as relações de trabalho no Polo reconfiguraram a dinâmica urbano-rural da região. Quanto a isso, pode-se destacar o fato de que muitos moradores do campo migraram para as cidades em busca de novas chances de trabalho, e também existem os casos das pessoas que, embora morando atualmente nas cidades, continuam mantendo uma “casinha” nos seus sítios.

Dessa maneira, o espaço rural, diferentemente da época de surgimento da sulanca, não se configura mais na atualidade apenas como um meio provedor de sustento agropecuário. Ele passa a ser reintegrado também à dinâmica socioeconômica, ora como atividade complementar, ora como espaço de “distração” e “fuga” das atividades industriais e comerciais.

2.6. “Ninguém quer ser fichado, porque nós perde o direito de agricultor”

A questão da formalização do trabalho é percebida dubiamente pelos trabalhadores que conheci, tanto podendo significar maior segurança, como também um obstáculo a um ganho maior. No primeiro caso corresponderia a ter uma remuneração fixa ou uma estabilidade financeira, fato que não ocorre na região, e no segundo, por exemplo, em função de uma maior produção se as pessoas que costuram forem trabalhar em fábricas legalizadas, poderão ganhar menos, porque irão produzir menos, devido à carga horária ser estipulada institucionalmente. Além disso, alguns deles têm resistência ao trabalho formal, porque se forem contratados legalmente a firma irá descontar do salário deles uma parte dos custos da previdência social e eles também podem perder seus direitos enquanto agricultores.

Na visão de quase todas as pessoas entrevistadas, sair da condição de informalidade implica em apenas “ter carteira de trabalho” e esta por sua vez só é reconhecida como algo que garante apenas duas coisas: salário mínimo e aposentadoria. O conhecimento de outros direitos trabalhistas, como por exemplo, férias, seguro desemprego, licença maternidade, auxílio doença eram mencionados por poucas pessoas e muitos deles nem sabem ao certo o que significa e como funcionam.

Para Lopes (2011), em alguns lugares onde a confecção desponta independentemente de fábricas antigas, como é o caso do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano:

A velocidade com que pequenas confecções de fundo de quintal acabaram crescendo com a utilização de uma força de trabalho informal, sem carteira assinada, parece propiciar uma legitimidade local, pelo menos temporária, a este pleno emprego fruto do desenvolvimento desta atividade. As tentativas estatais recentes de atrair os pequenos produtores a um mínimo de formalidade, contribuindo para sua aposentadoria e assistência de saúde, parecem reconhecer a legitimidade de tais atividades, por sua própria inevitabilidade. (p. 10)

A própria falta de experiência com carteira assinada entre os moradores da zona rural gera um desconhecimento e uma falta de informação sobre essas questões. Pois como a maioria deles sempre trabalhou em atividades que não lhes garantiam esse benefício, eles não possuem referências na suas trajetórias de vida sobre o trabalho formal e as legislações

trabalhistas. Essa questão pode ser percebida através da fala de Nazaré, que quando eu perguntei se ela considerava alguma vantagem ter carteira assinada, assim me respondeu: “eu não sei não, porque eu nunca tive, daí eu não entendo. Tem gente que diz que é bom, tem gente que diz que é ruim, mas eu não sei”.

Para Inês, que conhece melhor o assunto, mas admite claramente que nunca quis ser “fichada”, “carteira assinada ajuda uma parte e atrapalha outra”, pois de acordo com sua opinião: “se você trabalhar numa firma grande, aí se você adocece, tem algum auxílio, mas já se você for precisar fazer algum documento pra beneficiar você, aí você não pode, porque tem a carteira assinada e atrapalha”. Ela é proprietária da maior facção do Algodão e afirma que não tem interesse em legalizar seu empreendimento, porque: “tem muitas despesas, porque se você trabalha com fichado, todo ano tem aquelas férias. Você tem que pagar ao trabalhador, tem que pagar um salário certo, pagar as contas se ele for embora”. Já na facção informal, “as vezes eles tira mais que um salário. Quem tem facção aqui, não quer abrir firma, porque não vale a pena, porque as vezes você que é dono não tem como garantir um salário certo”. De acordo com ela, essa situação ocorre, pois “as vezes o patrão manda pouca peça, as vezes manda muita, não tem como adivinhar”, e por esse motivo é essencial que ela tenha dois “patrões”, “porque quando não tem peça de um, tem de outro”.

A fala de Inês serve para demonstrar a visão da maioria dos donos de facções que acabam contratando outras pessoas para trabalhar e expressa também a dificuldade que os mesmos têm em legalizar seus estabelecimentos. Sem dúvidas um dos fatores que mais impede esse processo é a instabilidade quanto à remuneração, pois esta por sua vez, depende do comércio que oscila e não permite uma segurança constante sob a produção. Desse modo, Inês assume que sempre tem mais de um “patrão”, porque a incerteza do comércio também afeta o seu ganho na facção. Sendo assim, fica complicado para ela enquanto “empregadora”, “fichar” seus “empregados” e definir um salário fixo para os mesmos, pois seus lucros são incertos e dependem de algo externo a ela, que são os fluxos do mercado.

Segundo as costureiras, o período de “feira boa” e conseqüentemente de alta produção, são de maio até agosto e de novembro até dezembro, pois correspondem ao período das festas de São João, no meio do ano e no final do ano tem a época de Natal e Ano Novo. Já as “feiras ruins” são nos meses que intercalam o período anteriormente descrito, e correspondem a uma baixa produção e a uma diminuição nas vendas das mercadorias.

Inês expressou ainda uma questão muito interessante, que também me foi ressaltada por outros trabalhadores da zona rural. Embora ela só costure e não trabalhe com a agricultura, ela aponta que: “quem trabalha na agricultura ou quem tem terra, prefere se aposentar como agricultor. Eu mesma já tenho meus papel e documento que são tudo de agricultora”. Por esse motivo, ela afirma com total segurança que: “eu não me preocupo com aposentadoria por causa disso, porque já tenho essa garantia, porque tenho meus documentos de agricultora”.

Teresa que é costureira e ainda continua realizando atividades agrícolas também argumentou que ninguém na região “quer ser fichado”, porque “se abrir firma, ou fichar, nós perde o direito de agricultor. E como a gente não paga INSS, nem contribui com o governo é mais fácil se aposentar como agricultor mesmo”. Além dessa questão, outro ponto que justifica o fato das pessoas não quererem ser “fichadas” é porque isso poderia se tornar um empecilho para o alcance de alguns benefícios sociais e políticas públicas, por exemplo, o Bolsa Família.

Um exemplo dessa resistência que a maioria das pessoas tem com os contratos formais de trabalho, pode ser ressaltado também pelo caso de José, que quando trabalhou na cidade, afirmou que seus patrões queriam que ele ficasse “fichado”, mas ele se recusou e admitiu que: “eu não quero nada! Porque eu sou agricultor, aí eu ia bem sujar minha carteira com pouco tempo de trabalho na rua? Só por causa de uma costura? Aí eu disse pra deixar pra lá”.

A partir dos exemplos citados, dá para perceber uma nítida diferença entre o modo como às pessoas que não trabalham mais com a agricultura percebem a questão da carteira assinada e como os agricultores que costumam vivenciam essa situação. Para os primeiros, o status da atividade agrícola ou as terras na zona rural, são os meios para se atingir o fim que é a aposentadoria. Eles não realizam mais esta atividade, mas não abrem mão do direito de “ser agricultor” quando isto implica em um benefício futuro. Eles recusam ser “fichados” porque querem garantir os benefícios do governo e também a aposentadoria. Já os segundos, que tanto costumam, como também continuam exercendo a profissão agrícola, não querem ser fichados para não “sujar” a carteira deles de agricultores com o trabalho da costura, como é o caso de José, por exemplo. Para estas pessoas, sobretudo na percepção dos homens, embora eles costurem há décadas, para eles a costura ainda é vista como uma atividade “passageira” e complementar, pois embora costureiros, eles se veem e se autodenominam profissionalmente como agricultores. Isso explica porque José recusa tanto a carteira assinada, porque ele é agricultor e se considera como tal e para ele o fato de ser “fichado” como costureiro, muito mais do que um mero problema burocrático futuro, representaria uma quebra na construção da sua identidade camponesa.

José complementa sua fala e expõe outra questão relevante ao expor que: “Oxe, tem até muita gente que tá querendo vim da cidade, procurar uma brecha por ali, um encosto na associação da gente, pra querer ter os benefício do agricultor”. Isso ocorre, porque segundo ele, “lá na cidade não tá conseguindo se aposentar, aí tem uns que querem vir pro sítio colher esses benefício, porque eles vê que aqui pode conseguir com mais facilidade”.

A fala de José demonstra sua sabedoria em perceber essas novas estratégias que estão sendo acionadas por alguns atores que diferentemente dele, não tem mais, ou nunca tiveram relação com a agricultura. Devido a sua forte participação na Associação dos Agricultores de Baraúnas e da Situação (da qual ele já foi presidente) ele reconhece seus membros e consegue identificar que nos dias atuais, alguns “intrusos” da cidade estão querendo se aproximar e se associar no intuito de se beneficiar dos direitos dos agricultores.

2.7. “Depois da sulanca é meio difícil o jovem aqui ter o interesse de trabalhar na agricultura”

É praticamente unânime o fato de que os jovens na zona rural pesquisada têm sido cada vez mais atraídos pelo trabalho com a costura, fato este que em parte acaba impulsionando a busca de oportunidades e de ocupações fora do contexto das atividades rurais agrícolas. O que vem se estabelecendo no Agreste de Pernambuco é muito mais uma nova geração de costureiros e costureiras do que de agricultores e agricultoras.

A busca por mão de obra jovem e não-qualificada, a alta demanda da força de trabalho e as inúmeras formas de ingresso no Polo surgem como novas possibilidades principalmente para as pessoas que não tem perspectivas de se manter na agricultura e que não vislumbram essa atividade como uma profissão ou um meio de vida. Além do mais, o fato das famílias entrevistadas não terem um valor considerável de capital econômico ao ponto de poderem adquirir terra, capital e instrumentos adequados que pudessem melhorar as condições do trabalho e investimento na agricultura, também são fatores que influenciam no modo como esta atividade é enxergada, pois é difícil, sobretudo para os jovens, resistir em um cenário no qual você sabe que tem dificuldades de prosperar. A própria fragilidade da categoria e o contexto sob o qual o agricultor familiar na região está imerso, acaba empurrando os seus filhos para ocupações não-agrícolas que são representadas pelas funções da produção ou do comércio têxtil.

Na sociedade contemporânea o rural não se restringe mais apenas as ocupações agrícolas, mas amplia suas funções para além deste setor e engloba um número cada vez mais diversificado de atividades, que pode possibilitar a existência de inserções ocupacionais que se conectam com a vida urbana. Para Carneiro (2005), a ampliação das opções de trabalho não-agrícola no meio rural é um fenômeno que deve ser considerado porque tem permitido uma renda complementar às famílias agrícolas e também uma remuneração individual aos jovens, que pode contribuir também para uma reorientação dos seus projetos futuros.

Nesse sentido, na atualidade tem sido cada vez mais frequente a própria reelaboração do espaço rural, da profissão de agricultor e também dos próprios projetos individuais ou coletivos que buscam sempre uma “melhora de vida” e que não se limitam a esfera da agricultura ou pecuária.

O trabalho com a costura no Polo surge para os jovens como uma “oportunidade” de inserção numa economia mais monetarizada e rentável. A baixa rentabilidade oferecida pelo roçado ou pela pecuária e o próprio trabalho agrícola é visto por alguns deles como desestimulante, como pode ser demonstrado através da fala de José que diz “os jovens preferem costurar porque é um ganho certo e na roça não”.

Rosana de 25 anos, moradora do Assentamento Nova Esperança, aponta que não gosta trabalho com a agricultura e sem hesitar afirma: “eu não gosto de roçado não, porque eu não ganho dinheiro em roçado, como é que eu vou gostar?”. (Entrevista realizada no dia 08/02/2014)

Existe ainda a questão de que a penosidade das atividades exercidas pelo agricultor, sempre relacionadas ao sol quente, ao trabalho árduo e à força física acabam sendo comparadas e se opondo ao trabalho da confecção, que é realizado na sombra, dentro de casa e que mesmo apesar do barulho das máquinas, do estresse e dos ritmos de trabalho, acaba representando uma renda garantida que não irá depender de agravantes climáticos ou de outras questões.

Um exemplo desse tipo pode ser dado através da fala de Ane, de 16 anos de idade que até pouco tempo trabalhava na Paraíba nas plantações de terceiros colhendo feijão e que recentemente foi para o Algodão através de uma madrinha para costurar, e ao comparar sua experiência com as duas atividades exercidas me falou: “Oxe! eu acho melhor trabalhar costurando, porque na roça o sol quente é grande. Nem se compara costurar com catar feijão, eu ganho mais dinheiro e canso menos”. (Entrevista realizada no dia 05/08/2014)

Quando eu perguntei a Henrique de 19 anos, costureiro e residente da Vila do Algodão se ele sentia vontade de desempenhar alguma atividade agrícola ao invés da costura ele respondeu: “Deus me livre! Trabalhar já não é bom e ainda mais na agricultura, no sol quente, sem ganhar nada. Pelo menos na máquina eu fico na sombra e ganho dinheiro pra comprar meus troços”. (Entrevista realizada no dia 10/02/2014)

O estreitamento e a diluição das fronteiras culturais entre o campo e a cidade, ampliam as referências nos padrões de vida dos jovens com a introdução de novas necessidades e desejos decorrentes dessa aproximação. Carneiro (1999) aponta que os jovens rurais estão sendo cada vez mais atraídos pela tecnologia, pela busca de melhores condições de vida, trabalho assalariado e menos cansativo, porque eles “veem sua autoimagem refletidas no espelho da cultura urbana, moderna, que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno” (p.3).

Acredita-se assim como Stropasolas (2005) que a juventude acaba redefinindo o mundo rural, ancorando-se em determinados valores culturais característicos deste espaço social e também incorporando aspectos reconhecidos como urbanos, para permitir “a realização de estratégias que visam mudar a vida, em busca de direitos de cidadania e bens culturais próprios da modernidade” (p. 23).

Já tomando como análise uma perspectiva geracional, se percebe que os trabalhadores mais velhos, que acompanharam toda a história de surgimento do Polo, sobretudo os que ainda moram nos sítios ou assentamentos, sentem uma maior “necessidade” tanto de zelar pelas terras que foram de seus antepassados, como de continuar mantendo raízes no trabalho agrícola. Eles destacam a valorização do passado agrícola como um tempo de luta no qual a moral, os bons costumes e o trabalho “difícil” na roça aparecem subjetivamente como elementos apreciados. Este fato muitas vezes acaba gerando um conflito de gerações, pois na maioria das vezes associa os jovens como aqueles que têm vida “fácil”, que não passaram por “sofrimento” e que não valorizam o que tem, como pode ser lembrado nas palavras já citadas anteriormente de Chico Carola.

Quando toquei no assunto dos jovens com João, por exemplo, ele mencionou que é difícil ver na região algum jovem trabalhando na roça, pois: “os jovens de hoje em dia já não querem trabalhar quase em nada e depois desse negócio da sulanca, eles não querem mais não”. E completa:

Logo assim, **quem trabalha na roça é porque gosta mesmo**, porque os ganho é pouco. Se a gente bota um roçado desse aqui, aí você vê quanto você gasta num roçado desse aí, às vezes é melhor comprar o milho já pronto, do que pagar uma diária pra um trabalhador de 40 reais, e as vezes não acha quem quer não trabalhar com diária aqui no roçado. As vezes se você for pagar 50 real ainda num tem que não quer trabalhar. Aí a gente fica só trabalhando mais a família e fica incentivando meus filho quando chega da escola pra ver se eles gosta. **E eu queria pra eles isso, queria mostrar pra eles que sem a agricultura nós não vive.** Porque é da agricultura que sai o alimento pra nós né, na cidade e em todo canto.

Para Mário, de 59 anos, agricultor, costureiro e residente do Assentamento Nova Esperança: “depois da sulanca é meio difícil o jovem aqui ter o interesse em trabalhar na agricultura né, porque os jovem hoje não sei o que tá acontecendo, que ele só quer o lado mais fácil, né.. e a agricultura é **difícil**, daí eles prefere trabalhar na costura”. (Entrevista realizada no dia 02/08/2014)

Para Mário o trabalho da costura além de incorporar a mão de obra jovem da região é visto como um caminho “fácil” a ser percorrido, já o agrícola é “difícil”. Essa oposição das duas atividades é utilizada para tentar justificar o porquê dos jovens estarem preferindo trabalhar nas confecções atualmente. Fato este que implicitamente caracteriza o jovem como aquele que é menos disposto ao serviço “pesado” da roça do que as pessoas de gerações mais avançadas e por isso optam pelo trabalho “leve” da costura.

O próprio Secretário de Agricultura e Pecuária de Taquaritinga (César) expõe em uma de suas falas que de fato quem gosta e continua trabalhando com a agricultura na região é o “pessoal mais velho e de meia idade” e ele chega a chamar os jovens de “preguiçosos” ao se referir ao interesse dos mesmos pelas atividades da roça, pois:

Quem trabalha mais na agricultura é o pessoal mais velho e de meia idade, porque os jovens não querem mais trabalhar com agricultura e se você colocar um jovem desse **preguiçoso, acostumado a costurar** é melhor mandar ele ir simhora. Porque hoje em dia na sulanca você queimando ponta de linha num fabrico, você **sentadinho, numa sombra também faz dinheiro**. E o agricultor, principalmente nessa região da gente que é muito quente e o serviço são muito duro, aí eles as vezes não querem trabalhar na roça por isso. (Entrevista realizada no dia 24/07/2014)

O sol e “serviço duro”, atribuídos à roça, são para César fatores que estimulam o jovem a querer continuar nas confecções, pois nelas ele trabalha na “sombra”, “sentado” e “ainda ganha mais dinheiro”. O trabalho com a costura visto como mais “leve” e a incorporação desde a infância nessa atividade é determinante para fazer o entrevistado associar e chamar essa nova geração de “preguiçosa”, por estarem acostumados com essa situação e não aguentarem o tranco da roça.

O que não é percebido por Mário, César ou por grande parte das pessoas mais velhas é o fato de que a mobilidade dos indivíduos na região, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade é realizada de maneira intensa, seja através da constante circulação entre esses dois territórios, que tem se tornado cada vez mais acessível por conta das inúmeras motos que são o principal meio de transporte no local, como também pela comunicação instantânea que se pode se dar pela mídia, TV, pelo celular ou pela internet. Nas construções das identidades sociais, os jovens lidam com valores, práticas e noções de maneira diferente dos seus pais ou avós. Tudo isso pode parecer muito novo para aqueles que não contaram com tais “facilidades” no seu processo de socialização durante a juventude e isso acaba dificultando o entendimento dos mais idosos de que alguns princípios que organizam o modo de vida dos jovens que vivem atualmente nas zonas rurais mudaram e eles querem ter acesso a bens de consumo da “cultura urbana” como as demais pessoas da sua geração.

É importante observar também que como o trabalho com as confecções é o que mais emprega a mão de obra da juventude local e mesmo não relacionando seu futuro ou sua profissão à agricultura, o fato da costura poder ser realizada nos domicílios acaba fazendo com que alguns jovens prefiram continuar nas suas respectivas comunidades rurais, sem precisarem migrar para as zonas urbanas, o que pode até reduzir em certa medida o esvaziamento dos campos, tão característicos na atualidade.

Cabe destacar ainda que embora os jovens estejam se inserindo em outras atividades alternativas à agricultura, isso não implica dizer que eles adquirem melhores condições de trabalho ou educação, pois como já foi dito, a atividade da costura realizada pelos mesmos além de ser informal, também carrega fortes aspectos precários nas condições em que são realizadas.

A maioria das pessoas que entrevistei na zona rural possuía o ensino fundamental completo ou incompleto, alguns eram analfabetos ou semianalfabetos e apenas seis tinham o ensino médio completo. Ninguém possuía o ensino superior. Grande parte delas acredita que apenas com o básico (o ensino fundamental) dá para trabalhar e desenvolver as atividades que o Polo oferece. Para elas o bom é que se saiba ler e escrever, mas o analfabetismo também não impede que se realize a função da costura. Além do mais, dispor de trabalhadores mais qualificados nem sempre é um requisito para que os contratantes locais expandam a produção das confecções de roupas.

De acordo com os dados do IBGE 2010³⁴, se no Recife, a incidência de analfabetos, categorizados como “pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever” na população total é de 7%, já no Agreste essa taxa corresponde, por vezes ao dobro ou ao triplo da média pernambucana, pois em todas as cidades que pertencem ao Polo os números variam acima dos 15%.

Em Caruaru e em Santa Cruz do Capibaribe, por exemplo, a taxa de analfabetos é semelhante, e corresponde a 16%, em Toritama o número aumenta para 21%, e em Taquaritinga (que é a cidade na qual as comunidades que eu pesquisei fazem parte) a taxa de analfabetismo é de 23%, se mantendo a mais alta dentre os municípios citados acima e equivalendo a três vezes mais do que a taxa do próprio Estado de Pernambuco.

É fato que o trabalho no Agreste de Pernambuco é mais valorizado que a educação. Esta última por sua vez, não se associa à possibilidade de mobilidade social, mas se relaciona à esfera administrativa, no sentido de que muitos acreditam que o saber educacional só “serve” para desenvolver melhor os negócios, nos casos das pessoas que querem trabalhar por conta própria.

³⁴ Fonte: IBGE / IBGE Cidades, 2010. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

A maioria das crianças e dos jovens não são influenciados a obterem uma formação acadêmica (como na maioria das cidades brasileiras, particularmente nos segmentos de classes médias). A aprendizagem mais importante para eles é a da costura e a do comércio. Alguns pais dizem que não estimulam seus filhos (as) a estudar porque se eles puderem montar um negócio próprio, como um *fabrigo* ou um comércio, a renda deles(as) pode ser maior do que a de quem tem curso superior na cidade, ou seja, muitos acreditam que não vale a pena estudar, porque as atividades do ramo de confecções podem proporcionar uma ascensão social a curto prazo, mas isso só se confirma no caso das famílias que já estão estabilizadas no mercado.

Foi demonstrado neste capítulo que a fragilidade da atividade agrícola na região pesquisada é histórica e por isso sempre encontrou dificuldades de se sustentar. A sulanca por sua vez, tem desempenhado um papel importante no local e tem sido a garantia de renda para inúmeras famílias rurais. Observou-se ainda que mesmo encontrado dificuldades, alguns homens mais velhos, continuam mantendo a prática da agricultura. Além disso, a inserção desse grupo em específico, no ofício da costura, tem gerado conflitos de identidade entre o “ser agricultor” e o “ser costureiro”. Por fim, ressaltou-se que se de um lado os homens mais velhos assumem que trabalham na costura apenas pelos rendimentos que recebem, mas que não gostam de realizar essa atividade, já do outro lado, os jovens e as mulheres demonstram um maior interesse e preferência em costurar do que trabalhar na agricultura.

No próximo capítulo, será feita uma análise que leva em conta as relações de trabalho e de gênero na região e suas possíveis desigualdades. Nele será observado como ocorre a inserção das mulheres no trabalho domiciliar da costura, quais as consequências desse processo e também como as mulheres conseguem articular ao mesmo tempo o trabalho produtivo com o reprodutivo.

TERCEIRO CAPÍTULO

“A GENTE COSTURA, CUIDA DOS FILHOS E AJEITA A CASA DE MINUTO, TUDO DE UMA VEZ SÓ”: TRABALHO DOMICILIAR E RELAÇÕES DE GÊNERO

Especificamente no caso do Agreste de Pernambuco o protagonismo feminino deve ser destacado, pois a sulanca de fato, conseguiu tomar força a partir da mulher e não do homem. A inserção das mulheres camponesas no mundo do trabalho extra-doméstico na região se vinculou diretamente ao fenômeno das confecções de roupas, que supostamente abriu espaço considerável para que elas conseguissem se agregar às atividades industriais. Foi a mulher quem começou trabalhando como costureira para contribuir com a manutenção da reprodução do grupo familiar, os homens só começam a entrar nesta função mais tardiamente, motivados pela oportunidade que este mercado de trabalho vinha oferecendo e também pelo ganho que a costura poderia proporcioná-los, ao contrário da agricultura, que como já foi dito sempre teve dificuldade de se sustentar e de representar rendimentos estáveis. Nesse sentido, é de total relevância que entendamos o papel das mulheres não só como trabalhadoras assalariadas, mas também a partir das suas posições na família.

Embora a costura incorpore alguns homens na atualidade, ela é legitimada culturalmente e construída histórica e socialmente como uma tarefa própria e compatível com o sexo feminino, e constitui um de seus saberes considerados “naturais”, expressando por vezes um modelo do papel tradicional da mulher enquanto esposa ou mãe. Como bem observa Cabral (2007), a mulher, antes mesmo de receber a educação formal, aprende algumas tarefas, que pela cultura local, lhes são impostas a título de “trabalho exclusivamente feminino”, como é o caso da costura, por exemplo.

No passado agrícola do Polo, algumas mulheres tinham uma máquina em casa e geralmente costuravam para os membros de sua família vestimentas de uso pessoal. Com o surgimento da sulanca, as atividades da costura, anteriormente exercidas no âmbito do lar e de forma gratuita, passam a ser apropriadas pela confecção e pelo comércio das feiras locais, abrindo espaço para a mão de obra feminina (BEZERRA, 2011).

Além da inserção feminina no mercado de trabalho na região em foco, pode-se notar que o trabalho a domicílio, de um lado, aproveitou os conhecimentos acumulados no exercício das atividades domésticas (como a costura) e, de outro, se tornou uma atividade atrativa para as mulheres pela possibilidade de conciliar o trabalho profissional com as tarefas do lar.

A habilidade de costurar, junto à necessidade de reinventar estratégias de sobrevivência e a expansão das atividades produtivas, fez com que as mulheres do Agreste de Pernambuco se engajassem cada vez mais no ramo da confecção. A costura se tornou para elas uma importante oportunidade de trabalho, representando para as mesmas a obtenção de uma remuneração própria através dessa atividade.

Situação também observada por Leone, Maia e Baltar (2010), ao analisarem as mudanças na composição das famílias e a condição de pobreza no Brasil entre os anos de 1981 e 2006, as autoras observam um aumento da participação feminina na composição da renda familiar em decorrência da dificuldade dos homens de permanecerem como provedores da família. Dessa forma, surgem novas ações estratégicas no interior das famílias no que diz respeito às inserções no mercado de trabalho e isso tem tornado frequente o aumento da participação das mulheres, da cônjuge/mãe que passa a ter um papel de destaque na

composição dos rendimentos do núcleo familiar. Semelhante ao que pude observar na pesquisa existem muitas mulheres na zona rural que estão se tornando chefes de família e sendo as principais responsáveis pela manutenção de seus membros, como será demonstrado no final deste capítulo.

Entretanto, num sentido mais abrangente de análise, a entrada feminina no mercado de trabalho quase sempre vem acompanhada por uma precarização dos serviços, pois histórica e atualmente, as mulheres são as mais prejudicadas pelos processos de informalidade, flexibilidade e precarização, como afirma Druck (2011, p. 74):

(...) o atual processo de precarização se evidencia mais fortemente entre as mulheres, porque historicamente são submetidas a condições mais precárias de trabalho, ocupando lugares “marginais” na estrutura ocupacional e de rendimentos, quando comparadas aos trabalhadores homens.

Para Lopes (2011) o surgimento da noção de precarização se associa às modificações na organização produtiva no período pós- fordista, dos anos 80 em diante, no sentido de “diminuir custos e subtrair direitos da força de trabalho” (p.1). Esse termo estaria ainda correlacionado às novas práticas de terceirização, ou “passagem de atividades supostamente não essenciais à finalidade da empresa, passadas a outras empresas, empresas terceiras” (p.1), e que tem como consequência a diminuição de direitos dos trabalhadores e a frequência de contratos temporários de mão de obra. O autor acredita ainda que no caso do Brasil, “que é parte de uma história de quatro séculos de escravidão” (p.1), a precarização do trabalho é uma característica que constitui a própria formação social do país.

Carneiro (2006, p. 102) também afirma que a precariedade do emprego constitui um dos traços mais marcantes na evolução do mercado de trabalho no Brasil, sobretudo na década de 90. Para a autora, este fenômeno está associado tanto ao processo de reestruturação produtiva, que redefine as relações de trabalho buscando maior flexibilidade, como também é consequência da crise econômica da época.

Em algumas conversas preliminares que tive, percebi que na visão de algumas costureiras o “trabalho em casa” permite uma acomodação maior e a possibilidade de intercalar o trabalho produtivo com o reprodutivo. Pude notar ainda que no caso do trabalho domiciliar, o espaço do lar acaba coexistindo com máquinas, equipamentos e tecidos, o que nos faz supor que a própria casa se torna uma extensão da fábrica. Mas será que de fato, o espaço doméstico é incorporado pelo trabalho produtivo? Como as trabalhadoras veem o trabalho domiciliar? O fato de o homem exercer atividades tipicamente femininas na esfera produtiva tem alterado as relações de gênero em outras dimensões? A renda obtida pelas mulheres tem gerado uma independência das mesmas dentro da família? São essas e outras questões que pretenderei responder ao longo deste capítulo.

3.1. O aprendizado da costura e a aquisição da primeira máquina

Antes da inserção dos jovens e dos homens, a sulanca já havia aparecido para as mulheres como uma forma alternativa ao trabalho agrícola. É praticamente consensual nos seus discursos o fato de que depois que elas saíram da agricultura para a costura, suas vidas melhoraram, sobretudo no caso das mais velhas, que ainda tiveram a experiência de trabalhar na roça.

Dona Geralda, de 75 anos, por exemplo, ao falar da sua trajetória de vida aponta que: “a vida agora é boa, antes eu trabalhava porque era pobre, meu pai não podia sustentar direito, mas depois que eu saí da agricultura pra Santa Cruz, a minha vida mudou pra melhor”. E

continua: “no começo eu costura e limpava mato e na rua eu só costurava, foi outra vida melhor. Nem se compara é outra coisa, do que a pessoa tá lá limpando mato na roça, era muito sofrido, tudo mudou”. (Entrevista realizada em 31/07/2014)

Ao fazer referência à profissão de costureira, ela não esconde como gostava dessa atividade e como esta foi capaz de alterar sua vida de agricultora que oferecia condições de trabalho mais fatigantes, pois nas suas palavras: “eu acho que ser costureira é bom demais, porque a gente não leva sol, trabalha em casa sentada e é uma coisa mais fácil”.

Essa senhora deixou a roça com 45 anos de idade pra ir costurar e morar em Santa Cruz, mas antes disso ela já fazia roupas para o “povo da rua”, ou seja, para as pessoas que moravam na cidade e levavam os tecidos para ela costurar. Quando a mesma morava no Sítio Situação do Algodão, mantinha tanto a lavoura como a costura, mas quando completou 40 anos começou a cogitar a hipótese de abandonar a agricultura e ir morar na cidade, visando uma melhora na sua vida. Além disso, outro fator que impulsionou sua ida para cidade foi o fato de que seu marido já estava “de idade” o que impossibilitava o mesmo de trabalhar na agricultura. Quando chegou na “rua”, logo no início Geralda procurou também conciliar outras atividades com a própria sulanca, pois matava galinhas e também lavava roupas para ganhar dinheiro.

Sua família passou mais de 20 anos morando em Santa Cruz e eles só retornaram para o sítio devido ao custo de vida da cidade que segundo ela “está alto” em comparação ao da zona rural. Embora já esteja aposentada atualmente, dona Geralda parou de costurar com quase 60 anos, mas ainda ficou “tirando ponta de linha” e pregando botões em roupas para “ajudar” sua filha que tem uma facção em casa.

Não só Geralda, mas grande parte das mulheres que entrevistei, embora tenham nascido na zona rural, foram morar em Santa Cruz em algum momento da vida (principalmente na infância ou adolescência) para trabalharem com a costura em fábricas ou *fabricos*. Elas até permaneceram alguns anos em Santa Cruz, no entanto, muitas retornaram para o campo depois de adultas, e isso se justifica tanto pelo fato da especulação imobiliária da cidade, como também porque quando elas ficam mais velhas optam por realizar esse retorno no intuito de reconquistar uma “tranquilidade” e um “sossego” maior que o sítio pode oferecer, diferentemente da cidade. Portanto, não é raro encontrar situações de senhoras que passaram muito tempo morando na “rua”, mas que quando conseguem se aposentar voltam a residir nas suas comunidades de origem, pois consideram isso um ponto importante de qualidade de vida na velhice delas.

Para entender a inserção atual destas mulheres (todas nascidas na zona rural), no mundo das confecções, é necessário explorar suas trajetórias desde o início, a partir do momento em que aprenderam a costurar e como adquiriram sua primeira máquina. Para Souza (2012), um dos elementos especiais do Polo de Pernambuco é a “relativa facilidade” com que as pessoas, através de inúmeras estratégias, conseguem adquirir o próprio meio de produção, no caso, as máquinas e conseguem montar suas facções.

O desenvolvimento das atividades de confecções têxteis no Polo sempre foi calcado no binômio máquina de costura/costureira. A aquisição da primeira máquina marca muitas vezes um ponto de partida fundamental na trajetória de muitas famílias, pois na realidade dos atores envolvidos isso representa uma “garantia” do trabalho por conta própria (BEZERRA, 2011).

Diferentemente de outros Polos têxteis brasileiros, como o de Petrópolis (RJ), o de Nova Friburgo (RJ) ou o de Cianorte (PR), no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco a atividade da costura começou e se manteve por algum tempo como um “saber” feminino que era utilizado no seio do lar pelas mulheres da região e só depois passou a se configurar como um treinamento profissional.

Conforme aponta Espírito Santo (2013), a história da sulanca “acompanha a tradicional divisão sexual do trabalho associada à tecelagem e ao vestuário” (p. 190) que são

historicamente dois setores de exploração da mão de obra feminina. Além disso, para o autor no contexto pernambucano, em particular, “a costura artesanal de roupas compreendia no passado parte das tarefas propriamente domésticas associadas à mulher” (p. 190). Isso no que se refere à população rural e às classes sociais ocupantes das posições mais baixas da escala econômica.

Nesse sentido, a costura no Agreste pernambucano, como é comum nas zonas rurais, primeiro apareceu como uma atividade doméstica das esposas e mães, para só depois ser incorporada como uma fonte de renda, como algo que pode ser vendido “pra fora” dos sítios e por esses motivos passou a ser vista também como uma profissão. No entanto, cabe destacar que essa diferenciação e esse sentido da costura só tem fundamento se fizermos um enfoque geracional, pois o que se constata é que as mulheres de mais idade foram as que compartilharam desse contexto, mas já suas filhas e netas, nascidas após o surgimento da sulanca, começaram a se direcionar para esta atividade não mais como uma “função feminina” que seria crucial e requerida pelo futuro papel de “mulher casada” que ela iria desempenhar, mas por um anseio profissional que estava cada vez mais em alta, por conta da abertura do mercado de trabalho que estava se consolidando na região.

A atividade da costura envolve elementos muito interessantes, pois sua prática e seus ensinamentos são transmitidos através das relações de parentesco ou de vizinhança ainda na infância. Solange por exemplo, aprendeu a costurar com a irmã quando tinha 8 anos, ela começou a costurar tão nova que chegou a dizer que sofria, porque era pequena e não conseguia nem alcançar o pé embaixo na máquina.

O ato de costurar envolve o saber fazer, o conhecimento e o controle sobre a realização da sua tarefa e do seu tempo. Para Silva (2009), na sulanca, o trabalho é considerado uma “transmissão de saberes” no qual o ofício é passado de geração para geração, ou ainda como um meio de “adquirir valor e responsabilidade diante da sociedade” (p. 120).

Os laços de aprendizagem são indispensáveis para que a mulher desde a mais tenra idade aprenda e domine tal processo. Nenhuma das mulheres entrevistadas afirmou que fez cursos técnicos de corte/costura, elas aprenderam este ofício através dos seus parentes, amigos ou vizinhos, como é o caso de Antônia que afirma ter quebrado muita agulha nos dedos e se machucado muitas vezes, até aprender a costurar devido a sua idade e também devido a sua inexperience com aquele instrumento de trabalho:

Aprendi a costurar com 7 anos, aí minha mãe tinha uma máquina de pé, aí eu ficava mexendo na máquina, quebrando agulha nos dedo. Aí quando foi um dia, uma vizinha minha pediu pra eu fazer uma camisa pra os menino dela. Aí eu disse, não que eu não sei cortar, só que ela falou: - eu trago uma camisa, aí você desmancha, por ela você corta e aí vai montando as peças. Então foi aos poucos que eu fui fazendo, fiz a primeira vez e pronto, peguei a prática. (Entrevista realizada no dia 04/08/2014)

Lourdes de 78 anos, semelhantemente a Antônia também começou costurando “particular”, roupas individuais. Segundo ela, as pessoas levavam o tecido e ela fazia tudo por encomenda. Mas antes disso, ela relembra que costura desde a infância: “comecei a fazer roupa de boneca com 9 anos, aí depois meu pai comprava tecido e eu fazia minhas roupinhas pra mim usar, na mão mesmo, não tinha nem máquina”. O fato de ter a habilidade de costurar manualmente, mas não possuir uma máquina, foi observado pelo seu avô que foi o principal responsável por ela ter adquirido esse bem, como ela mesmo confirma: “meu avô uma vez chegou lá em casa e fez: - minha filha, você costura suas roupinha na mão? Olhe, eu vou lhe dar uma bacorinha, uma porquinha pra você conservar e comprar uma máquina”, e assim o fez. Lourdes por sua vez, criou a porca cuidadosamente e quando ela já estava grande seu pai colocou a mesma pra cruzar e ela teve nove “bacorinhos”. Com a venda dos nove porquinhos, Lourdes comprou sua primeira máquina que “era daquelas que só costurava rodando na mão”.

Ela conta ainda que quando o “povo escutou” que ela estava costurando, começaram a ir atrás dela para ela fazer roupas e depois as peças da sulanca. Na época da aquisição da sua primeira máquina ela tinha cerca de 11 anos e a partir daí ficou costurando até pouco tempo atrás, e “ganhou a vida com isso”. É interessante observar ainda que depois de algum tempo, a mesma vendeu sua máquina manual e também a porca (que já estava grande) e comprou sua segunda máquina, “uma melhor, de pé”. Lourdes só parou de costurar por conta de uma veia na sua perna que se rompeu e o motivo disso, de acordo com seu médico, foi porque ela começou a costurar muito nova, ainda criança, fato este que sempre forçou e prejudicou sua articulação por ela ter se envolvido precocemente com esta atividade.

Semelhante a Lourdes, dona Josefa de 63 anos, também teve acesso a sua primeira máquina através de recursos que vieram da venda de um animal de seu pai, segundo ela: “quem comprou foi meu pai, minha mãe mandou ele comprar, porque ele criava umas vaquinha pra tirar um leitinho, aí minha mãe uma vez falou pra ele vender um garrotinho, pra comprar uma máquina pra eu”.

Estes exemplos demonstram que em alguns casos, sobretudo nos das costureiras mais velhas, a compra da primeira máquina só era possível através de algum investimento oriundo da agricultura ou pecuária, pois era bastante recorrente a prática da criação e a venda de algum animal destinado exclusivamente para a compra deste bem.

Todos os relatos das entrevistas que realizei em geral seguem o mesmo padrão e demonstram que há um forte traço na região demarcado pelo aprendizado da costura pelas mulheres ainda crianças e também representam a importância da reprodução e da transformação desse saber que é transmitido por gerações e convertido em habilidade técnica que permite a inserção delas no processo industrial de produção. A aquisição da primeira máquina também revela algumas características relevantes e pode demarcar uma diferença geracional no que diz respeito à história do trabalho com a costura na zona rural pesquisada, pois através de uma síntese das histórias que me foram relatadas, pude perceber que enquanto as mais idosas exerciam este ofício em máquinas manuais ou de pedais, as mais jovens já aprenderam a costurar nestas últimas ou nas industriais.

Em alguns casos a máquina de costura, representa um tipo de herança que é transmitida de avós e mães para suas filhas ou netas, como é o caso de Joana, por exemplo, que afirmou que a primeira máquina que existiu na sua casa foi uma que sua mãe ganhou do marido quando se casou com ele. Pode-se resumir a herança desse bem, nas suas palavras: “a minha máquina foi mamãe que me deu e eu depois dei uma minha pra minha filha”.

É interessante perceber que algumas costureiras já adaptadas a costurarem em máquinas de mão ou de pedal nunca aprenderam a costurar nas máquinas de motor industriais. Por não conseguirem acompanhar nem esse processo de modernização na produção, nem a alteração dos seus instrumentos de trabalho, consequentemente, algumas delas foram excluídas do processo de modernização exigido pelo Polo em função de suas altas demandas. Como é o caso de dona Josefa, de 63 anos:

Olhe num tem aquelas máquinas de pé? Daí delas dá pra botar motor em algumas, aí teve um tempo que minha menina foi colocar na minha pra eu costurar, aí tinha vez que eu ia passar uma costurinha só... mas mulher! Quando eu botava o pé, a bicha ia embora, ia embora tudo. Ficava umas costura parecendo um caminho de formiga, tudo torta. Porque com o pé a máquina fica mais rápida e eu não sabia costurar nela assim não. Mas nisso eu já tava velha mesmo, aí foi quando eu parei. (Entrevista realizada no dia 31/07/2014)

A aprendizagem dessas mulheres e a permanência do trabalho das mesmas, restrita aos dois tipos de máquina (de mão e de pedal) pode ser explicada também porque elas não necessitavam de energia para o seu funcionamento. Além do mais, elas começaram

costurando nos sítios sem eletricidade e esta só chegou no local no final da década de 90, que coincidia com a época em que as senhoras mais idosas já estavam parando de costurar.

Cabe salientar ainda, que existem casos mais recentes, nos quais as mulheres aprendem a costurar com os homens. Carmem, por exemplo, trabalhou muito tempo como empregada doméstica em Santa Cruz, mas ao voltar pra morar no sítio teve contato com a facção do seu irmão, que começou a costurar primeiro que ela e também a ensinou. Segundo ela, “meu irmão aprendeu primeiro, ele trabalhava numa fazenda, aí o patrão dele também mexia com roupa, aí ele disse que ia levar umas máquinas pra ele, começou a ensinar e ele foi aprendendo. Hoje lá na casa dele todo mundo costura”. Na mesma semana em que Carmem aprendeu a costurar, ela já começou a trabalhar na facção do irmão, pois “ele já foi fazendo a conta das peças que eu ia fazendo e eu já fui ganhando naquilo já”.

Percebe-se ainda que quem não nasce no Agreste de Pernambuco, como é o caso de três meninas paraibanas que entrevistei, só aprende a costurar depois que chega na região do Polo. Na verdade essas pessoas já migram no intuito de conseguir emprego, mesmo sem dominar esse ofício. Geralmente são atraídas por familiares, amigas ou conhecidas que atualmente moram nos arredores de Santa Cruz e se mudam. Em casos como esses, elas aprendem a costurar em facções ou com as pessoas que lhes levaram para a região.

Inês, que é dona de uma grande facção no Algodão, explica como faz para ensinar as pessoas que nunca haviam tido contato com as máquinas a costurar. Ela conta que primeiro costura para elas verem, mas ressalta que “tem que ter interesse em aprender! Quando eu boto uma peça pra eles fazer, eu vou na máquina, faço uma, duas, três, aí eles já começam a fazer a mesma que eu fiz só de olhar”. E completa: “se a primeira não ficar perfeitinha, a segunda já fica. Pelo menos aqui, o povo aprende rápido”.

Em campo, pude observar algumas meninas que estavam aprendendo a costurar, de fato o modo de ensino dito por Inês é o mais difundido. No início, as pessoas que nunca pegaram numa máquina, começam traçando uma costura em linha reta em pequenos pedaços de pano e em restos de tecido, para pegarem o ritmo do motor e acompanharem a velocidade da máquina. Depois elas emendam algumas partes de retalho e se tiverem um bom desempenho já começam a costurar as peças de roupas. Na maioria das vezes, todo esse processo de aprendizado é feito em apenas um ou dois dias, pois elas dominam rapidamente as funções e já começam a costurar “para ganhar dinheiro”.

3.2. “O patrão quer botar moral se a máquina for dele”

Na região pesquisada um dos maiores desejos das mulheres é trabalhar para poder comprar uma máquina de costura e montar sua própria facção. Dentre as que já trabalharam em fábricas ou *fabricos* na cidade, essa vontade se impõe como uma necessidade de “deixar de trabalhar para os outros” e poder trabalhar em casa “sem patrão”. Essa importância dada ao trabalho e a autogestão também é compartilhada entre as gerações.

Muitas das pessoas entrevistadas que trabalharam na cidade, afirmam que quando elas conseguem “juntar um dinheirinho”, saem dos seus empregos e montam facções nas suas residências, pois o ganho é melhor, elas não dependem de ninguém e o horário são elas que fazem.

Inês de 38 anos foi morar em Santa Cruz na adolescência e costura desde então. Ela conta que trabalhou muitos anos em *fabricos* e fábricas de outras pessoas e que conseguiu montar sua facção depois que casou. De acordo com a mesma: “foi trabalhando que eu comecei a comprar minhas máquinas. Eu pagava minhas contas e o que sobrava eu já comprava uma máquina pra mim”. (Entrevista realizada no dia 05/08/2014).

Como já foi dito, a facção de Inês atualmente é a maior do Algodão, ela construiu um salão ao lado da sua residência no qual trabalham cerca de sete pessoas. Quando ela começou a trabalhar, seu primeiro “patrão” lhe emprestou as máquinas dele, a partir daí ela foi costurando com uma pessoa, depois chamou outra e quando foi contratar a terceira, ele além de aumentar a quantidade de peças que mandava pra ela costurar, também forneceu mais máquinas para sua facção. No entanto, Inês queria ter suas próprias máquinas e começou a juntar o dinheiro que ganhava e comprar seu próprio instrumento de trabalho. Segundo ela, “quando eu consegui juntar duas máquinas, comecei a ir devolvendo as do meu patrão. Hoje eu tenho minha mesmo, oito máquinas, mas o restante ainda é dele”.

O caso de Inês não é exceção e demonstra algo bem comum na região, que eu só pude perceber depois de conhecer as donas das facções, pois grande parte delas não costura com máquina própria, mas sim com as que o “patrão” empresta. Existem máquinas que chegam a custar de R\$ 5.000,00 até R\$ 12.000,00. Por esse fator, essas pessoas, sobretudo as que estão iniciando no ramo das facções, se não já tiverem uma poupança, não tem condições de arcar com os altos custos desse instrumento de trabalho.

Diferente do caso observado por Rocha (2013) que ao estudar as estratégias de vida das costureiras de Petrópolis (RJ), observou que os donos das confecções que forneciam as peças na região fluminense, por vezes emprestavam em dinheiro o valor da máquina que a costureira não tinha para ela fazer a compra, ou subtraíam, em prestações o custo de uma máquina, da remuneração que ele deveria pagar pelos serviços que lhes eram prestados. Em Pernambuco, os “patrões” deixam as suas máquinas com as costureiras sem lhes cobrarem monetariamente por isso. Como exemplifica Zélia, costureira do Algodão, que ao me dizer que as máquinas em que ela costura são todas de sua “patroa”, fez questão de ressaltar: “são dela, mas ela não me cobra por isso. Não é alugada, nem eu pago nada pra usar elas, não. Só pago a manutenção mesmo, se alguma quebrar”. (Entrevista realizada no dia 05/02/2014)

Se por um lado, o fato dos “patrões” disponibilizarem as máquinas no Agreste pernambucano e permitir que as pessoas que não tem acesso a esse bem não fiquem fora do mercado de trabalho, por outro, essa circunstância gera uma relação de dependência muito forte, pois a partir do momento em que tal pessoa lhe fornece uma máquina para trabalhar, você só pode costurar para ela, caso contrário, muitos conflitos podem surgir.

Inês, por exemplo, ao ser questionada se preferia trabalhar com máquinas próprias ou com as do “patrão”, respondeu de imediato: “as minhas né, porque **patrão quer botar moral** se a máquina for dele. Porque eles não dão espaço pra você trabalhar pra outra pessoa. Tem que trabalhar só pra eles”.

As reclamações de quem costura nas máquinas dos “patrões” são constantes, pois muitas trabalhadoras se sentem “presas” e são obrigadas a costurarem só para quem lhes forneceu o instrumento de produção. Essa dívida moral, caso seja quebrada pode gerar sérios embates que podem resultar até mesmo na quebra do contrato. Geralda, por exemplo, confirma esse fato, ao me contar que: “quando você tem a máquina do patrão, é chato costurar pra outra pessoa sem ser eles, eu acho que eles não querem deixar, eles não gosta não”.

Juliana, costureira e residente do Algodão também aponta que quando as pessoas levam as máquinas “a gente só pode costurar pra eles, porque o maquinário é deles”. Segundo ela, se alguém quiser “pegar” peça de outra pessoa, tem que ser dono de uma máquina e costurar na que possui, mas não na do patrão. Além disso, ela completa falando que “se eu fizer isso, tenho que fazer primeiro as dele e depois as outras. Porque as máquinas dele são caras, tem umas de R\$ 3.000,00, R\$ 5.000,00. Aí se a gente trabalha pra outra pessoa nela e quebrar, a gente gasta do bolso da gente”, sem contar que “todos eles fica com raiva da gente, se ver a gente costurando outras peça na máquina dele, muita gente costura escondido, porque não pode, **é uma regra!**”.

A costureira Zélia já burlou essa “regra”, teve problemas com isso e quase ficou sem trabalho. Ao conhecê-la melhor e ao conversar com ela, descobri que uma vez sua “patroa” fez uma confusão enorme porque chegou na sua casa pra entregar mercadorias e viu Zélia costurando outras peças que não eram delas nas suas máquinas. Ela afirma ter feito isso porque estava precisando de dinheiro para ajudar sua filha que estava grávida na época e por esse fator, resolveu pegar umas peças de outro “patrão” pra costurar e conseguir juntar mais dinheiro para o enxoval. No entanto, a dona das máquinas não gostou da ideia e até ameaçou dizendo que poderia deixar de contratar Zélia, caso isso voltasse a acontecer.

Ao exemplificar melhor essa história, Zélia não nega que: “ela quer que eu trabalhe só pra ela, porque as máquinas são dela. Aí ela pede isso, ela disse que não gosta e não quer que eu fique fazendo peça de outra pessoa na máquina dela”. Além disso, a contratante deixou bem claro que “se alguém quiser que você faça alguma coisa pra eles, que eles tragam as máquinas deles, porque você pode fazer pra quem quiser, mas nas minhas não”.

De início o que se percebe através da experiência de Zélia e também de outras costureiras é que as máquinas que são levadas pelos “patrões” para elas trabalharem são fornecidas sem nenhum custo adicional, mas se elas quebrarem ou tiverem qualquer problema, quem irá arcar com as despesas são as costureiras, pois são as responsáveis pelos meios de produção.

Isso remete uma questão muito interessante, que tanto Zélia como Juliana colocam nos seus discursos, e diz respeito ao fato de que mesmo na casa da costureira, a máquina continua sendo propriedade exclusiva do “patrão” e isso implica que a mesma costure apenas para quem lhe subsidiou esse bem. Nem em casos excepcionais esse “acordo” deve ser quebrado, pois o “patrão” tem autoridade suficiente para “desempregar” alguém que descumpra essa “regra”. Isso gera uma dependência moral e financeira, pois se a costureira tem as máquinas do “patrão” tem que costurar no preço que ele indicar, pois o mesmo alega que já está fornecendo o instrumento de trabalho e isso também pode gerar um empecilho para que a mesma aumente seus ganhos, pois ela não pode costurar para mais pessoas. Caso ela queira fazer isso, ela deve realizar o seu trabalho na sua própria máquina ou na máquina do seu segundo “patrão”.

Zélia expõe sua opinião sobre essa “regra” da seguinte maneira: “isso né muito bom porque eu fico presa, né? Mas eu preciso, vou fazer o quê? Por isso eu quero ter de novo minhas máquinas, porque eu precisei vender, por necessidade, mas quero comprar de novo”. Ela reconhece que essa situação gera um “aprimoramento” que pode impedir a mesma de ter um ganho maior, mas devido aos custos das máquinas serem grandes, ela não esconde que “precisa” estar trabalhando para alguém que lhes forneça os meios de produção, pois não teria condições de possuí-los, ao menos por enquanto. Há um tempo atrás Zélia já foi proprietária de máquinas, mas embora tenha precisado se desfazer das mesmas por questões pessoais, ela quer recuperá-las para se sentir mais “livre”.

Ao contrário de Zélia, Socorro na época em que fiz pesquisa de campo estava trabalhando para três “patrões” de uma só vez. Fixo mesmo ela só tem um “patrão”, pois costura para ele há mais de dez anos, os outros dois são “bicos” que ela faz paralelamente. Ela possui uma máquina própria e quando visitei sua casa estava alternando entre fazer camisa social, shorts de jogador e bermudas *tactel*, cada tipo de peça para um contratante diferente. Quando eu lhe perguntei como ela conseguia tempo para trabalhar para mais de um “patrão” ela explicou: “eu tiro um tempinho pra uma pessoa, depois tiro um tempinho pra outra coisa e assim vou encaixando. Essa semana mesmo eu tenho três patrões”. Essa estratégia dá a Socorro uma autonomia maior em escolher seus “patrões”, porque ela possui máquina própria, e isso também lhe garante uma possibilidade mais ampla de trabalho e de adquirir um maior rendimento, por poder trabalhar para mais de uma pessoa ao mesmo tempo.

3.3. Os “patrões” e as subcontratações

Os acordos de produção firmados entre “patrões” e costureiras, podem ser denominados de contratações ou subcontratações. Esses procedimentos no Agreste pernambucano, não se dão de maneira homogênea, pois muitas podem ser as formas que ligam os agentes envolvidos nesse processo. Cabe destacar que os “contratos” são todos informais, não existem cláusulas escritas ou documentos legais que firmem os negócios, pois as relações entre clientes e prestadores de serviço se estabelecem apenas por relações de confiança e acordos morais.

Geralmente quem contrata o serviço das costureiras são donos de marcas de roupas que moram em Santa Cruz, em Toritama ou Caruaru. Isso não implica dizer que todas essas pessoas estão no mesmo patamar econômico ou industrial, pois os contratantes tanto podem possuir fábricas, como *fabricos*, ambos de grande ou médio porte. Alguns terceirizam a produção para que sejam realizadas apenas algumas etapas fora dos seus estabelecimentos, outros subdividem todos os processos produtivos e já recebem as peças prontas. Existem ainda os casos em que a pessoa que contrata possui apenas a marca das roupas, mas não tem uma fábrica ou *fabrico* fixos e não realizam nenhuma etapa das confecções de suas peças, apenas são responsáveis pela compra dos tecidos e insumos, entrega dos mesmos as costureiras e depois recebe as mercadorias já finalizadas para vender na feira.

Ao dividir a produção em microunidades, terceirizando os serviços, os donos das confecções diminuem os custos das mercadorias e acabam se “livrando” de muitos direitos sociais que deveriam ser garantidos por lei, caso os contratos fossem formalizados. Destarte, o ônus dessas responsabilidades é transferido para o próprio trabalhador, que fica encarregado de zelar pela sua própria saúde e segurança no trabalho. Além disso, a informalidade, ao fazer uso da intensificação do trabalho (da produção em série em grandes quantidades), ao sonegar impostos fiscais e não se responsabilizar com os direitos trabalhistas, acaba garantindo o preço baixo das mercadorias que esses contratantes vendem no comércio.

Localmente essas pessoas que contratam são chamadas pelas costureiras tanto pelos seus nomes próprios, como por “patrões” ou “donos das peças”. Por se tratar de uma referência nativa, optei por sempre colocar aspas quando utilizá-las. Além do mais, pude perceber através dos discursos que algumas pessoas costumam falar que gostam de trabalhar em casa, porque elas “não têm patrão”, mas, ao mesmo tempo quando as pessoas que costuram se referem aos indivíduos donos das mercadorias que elas estão produzindo, chamam os mesmos de “patrões”, o que expressa certa contradição.

Cabe salientar ainda, que assim como ocorre nas confecções domésticas de Nova Friburgo (RJ), analisadas por Carneiro (2006), os direitos e deveres que são estabelecidos pelos “contratos” de trabalho são reconhecidos por ambas as partes, no entanto, são reinterpretados mais pela lógica da reciprocidade e do favor, do que por acordos formais. Nesse sentido, em alguns casos existe um espaço de diálogo informal e de negociação entre o “patrão” e empregado.

As pessoas contratadas para a confecção de roupas são predominantemente mulheres, mas como já foi demonstrado no capítulo anterior, isso não desconsidera o fato de que vários homens também estão costurando atualmente. As faccionistas tanto trabalham sozinhas, com a família ou subcontratam algumas poucas pessoas para trabalharem com elas. Todas as facções que visitei, seguem os padrões de estruturação já descritos anteriormente, pois se localizam na própria casa da pessoa que costura. Quando apenas um indivíduo exerce essa função, geralmente as máquinas ficam dispostas em cômodos como a cozinha, a sala ou no quarto, mas se a facção for do tipo familiar, ou se existirem mais de duas pessoas trabalhando,

o ambiente da costura fica localizado em salões, garagens, terraços ou “puxadinhos” que são construídos na frente ou no quintal das residências.

É interessante perceber que o elo entre o fornecedor das peças e as mulheres é comum desde a época das colchas de retalho, no início da sulanca, como se pode perceber abaixo, nas palavras de dona Joana:

Naquele tempo, o povo levava os pano e vinha buscar no sítio as peças todo sábado. Eu costurava pra Chico de Deda. Eles vinha com umas carrada de retalho, com umas Toyota cheia daquelas costura. Aí deixava um **bocado de retalho** na minha casa, outro bocado na casa de comadre Irene e ia repartindo praquela povo, aí quando era no sábado ele vinha buscar. **Não era pra a pessoa tirar um fiapo de retalho pra ela, porque era tudo pesado, pra as mulher não pegar.** Eu nunca peguei nenhum retalho não, mas uma mulher daqui começou a tirar, tirar e fazer as coberta dela e vendia escondido, quando deu fé ele notou e deu um brabo tão grande pro lado dela, só você vendo. Gritou com ela na frente de todo mundo. (Entrevista realizada no dia 02/08/2014).

Dona Joana, hoje com 88 anos consegue resgatar com muita clareza como se dava os processos no circuito inicial da sulanca, na época em que as “cobertas” ainda eram confeccionadas. Seu “patrão” era Chico de Deda, um sulanqueiro bastante conhecido em Santa Cruz naquela época. Ele se deslocava até os sítios para deixar os tecidos, ainda sob a forma de retalhos para que as mulheres fizessem as colchas e semanalmente retornava para buscar as mercadorias já finalizadas.

Joana não esconde o rigor e a pressão sob a qual tinham que trabalhar, pois os retalhos eram todos pesados, para não correr o risco de alguém pegar uns pedaços de pano e fazer cobertas por conta própria. Era totalmente explícito que elas ofereciam apenas sua força de trabalho, mas o material era todo do dono e elas não tinham direito sobre ele. Ela conta ainda sobre um caso de uma senhora que burlou essa “regra” e começou a retirar alguns retalhos para confeccionar e vender algumas peças “escondido”, fato este que não só gerou uma confusão, como também uma situação de humilhação, pois o fato dele “gritar” com ela na frente de outras pessoas, expôs a situação para a comunidade rural na qual ela vivia e possivelmente deve ter gerado boatos e situações desagradáveis para a mesma.

Joana fazia cerca de 20 ou 25 cobertas por semana “quando o retalho era bom”. Além disso, em outro trecho de sua entrevista, ela valoriza o seu trabalho afirmando com orgulho: “minhas coberta era bem feita, visse?!”, já outras mulheres “fazia mal feita, aí quando ele chegava se zangava com ela e dizia: Por que vocês não faz bem feita que nem dona Joana faz?”, e elas respondiam: “é porque elas não tem o que fazer, por isso capricha nas coberta, a gente não tem tempo não!”.

A demanda das cobertas dependia também da qualidade do retalho, pois se ele fosse “bom”, mais cobertas seriam feitas. Joana opõe a qualidade do seu trabalho a de outras mulheres na região, que por costurarem e cuidarem da casa, dos filhos e da roça ao mesmo tempo, justificavam que ela “caprichava” nas cobertas porque “não tinha o que fazer”, enquanto elas tinham outras tantas funções além da costura para exercer. O fato de uma entregar as peças mais “caprichadas” do que as outras vizinhas, já era motivo para que Chico de Deda se irritasse, reclamasse e cobrasse mais empenho e esforço das demais.

Levando em conta essa experiência do passado da sulanca através da história de Joana, pode-se dizer que o processo de entrega dos tecidos e o circuito da confecção das peças quase não têm mudado ao longo do tempo. O padrão da entrega de tecidos (já cortados), de outros materiais (como linhas, zíper, botões, velcros, viés, elásticos) e o recolhimento das mercadorias (já prontas) continua sendo praticamente o mesmo, ocorrendo semanalmente ou quinzenalmente. O pagamento também é feito por semana ou quinzena e só se realiza depois que as mercadorias forem entregues.

A relação de confiança entre o “patrão” e as costureiras também continua se estabelecendo da mesma maneira, pois entregar as peças no prazo e com um grau de

qualidade aprovado, não só constrói elo amigável, como também serve de parâmetro para que pessoas que realizam o trabalho desse tipo sejam referenciadas como melhores e mais responsáveis do que as que não sempre cumprem os prazos ou deixam a qualidade dos produtos a desejar. Do mesmo modo que o “patrão” que paga corretamente, nas datas estipuladas, sem atraso também são bem quistos entre as faccionistas. Conforme observou Souza (2012), a rede de confiança é central para a sobrevivência na economia da sulanca, em diversas situações, pois:

É preciso conhecer pessoas para acessar o saber da costura, é preciso se relacionar com pessoas que tenham o conhecimento das vendas na feira, e a partir disso abrir contato com uma clientela, é necessário mobilizar os parentes de confiança para “ajudar” na produção em época de muita demanda, é necessário acionar o vizinho de feira para “tomar conta” da sua barraca nas horas de almoço, é decisivo, por fim, ter uma boa reputação na cidade – conhecimento - para que os prazos relacionados à compra de matéria prima sejam facilitados. (p. 135)

Carneiro (2006) notou situação semelhante ao analisar as oficinas têxteis em Nova Friburgo (RJ). A autora percebeu que categorias de “ajuda”, “favor” e “solidariedade” articulam regras sociais próprias do sistema de patronagem nas quais se misturam relações verticalizadas e hierarquizadas como as do favor e da dívida moral.

Assim como em Nova Friburgo, essa “dívida moral” que também está presente no Agreste pernambucano é que sustenta os laços de reciprocidade generalizada e a “ajuda”, como demonstra Carneiro (2006), pode em alguns casos, representar uma extensa jornada de trabalho, que inclui até os finais de semana, tudo para não romper o elo com o “patrão”.

Para que se possa entender como funciona todo esse ciclo, é necessário, antes de tudo explicar como ocorre a contratação no local, pois existem situações em que os “patrões” ou “donos das peças”, como são chamados localmente vão até os sítios procurarem costureiras (os), mas também tem pessoas que vão até a cidade procurar por “serviço”, como é o caso de Zélia, por exemplo.

Em 2011, Zélia tomou a iniciativa de ir procurar uma “patroa”. Nessa época ela tinha duas máquinas próprias, estava morando no sítio Algodão e não conseguia encontrar “serviço”. Diante dessa situação, foi até Santa Cruz passar uns dias na casa de sua mãe e começou a observar uma moça que morava na região e que vivia com o carro “lotado de mercadoria”. Ela se dirigiu até a moça e perguntou se a “dona das peças” tinha “roupa pra ser feita em casa”. Zélia deu algumas referências falando para quem já tinha trabalhado e conseguiu marcar um “teste” para provar que sabia realmente costurar bem. Depois disso: “a moça botou a peça piloto em cima da máquina e falou que queria daquele jeito. Ela não sentou pra me ensinar não. Aí eu me sentei e fiz, deu certo e até hoje trabalho pra ela”.

Zélia conta que muitas vezes quando as pessoas vão contratar alguém, de início já falam “eu pago tanto pra fazer essa peça, quer?”. A imposição do preço não é um acordo, mas já vem dada pelo “patrão” e o tom da pergunta é imponente, pois dá a entender que caso você não concorde com o valor a ser pago, ele irá atrás de outra pessoa que aceite a condição que ele propõe.

Seguindo um modo distinto, existem pessoas não precisam ir até os “patrões” para conseguir um trabalho, pois muitos deles acabam indo até os sítios a procura de costureiras e costureiros que queiram confeccionar suas peças. Uma das costureiras entrevistadas conta que algumas vezes, “os donos das peças ficam andando por aqui pelo sítio perguntando, aí eles chegam e diz: - vocês não sabe quem tem facção por aqui não, pra pegar peça?”.

As relações pessoais também assumem um peso importante nessa dinâmica, pois muitas pessoas também são contratadas por indicação de familiares ou vizinhos e tem também os casos nos quais as costureiras e costureiros são subcontratados por fábricas ou *fabricos* para os quais já trabalharam na cidade, como é o caso de Ricardo, por exemplo. Ele mora no Algodão e tem uma facção com sua esposa Juliana, ao me contar sobre quem levava as peças

para sua casa, expõe: “eu já trabalhava com esse patrão em Santa Cruz, aí ele falou que quando eu fosse trabalhar em casa, avisasse a ele, que ele ia me mandar as peça”. (Entrevista realizada no dia 08/02/2014)

Com exceção dos casos semelhantes ao de Ricardo, que já havia trabalhado para a pessoa que lhe contratou, quase todos os processos de contratação seguem esse padrão, no sentido do “patrão” fornecer uma de suas peças para ver a pessoa costurando e se ela desempenha a função de maneira correta. Não existem muitos requisitos, nem distintos parâmetros de qualificação, pois se sair bem nesse “teste” é o passo fundamental para a garantia do trabalho.

A cobrança e a exigência por um trabalho bem feito, tal como ressaltou dona Joana, também é um elemento presente nos dias atuais. Segundo Juliana, as peças que ela costura hoje em dia foram retiradas de outra facção e levadas para sua casa, porque lá “a mulher não tava fazendo direito e o patrão trouxe pra cá”. Ela também critica o trabalho anterior o definindo como “mal feito” e fala que a costureira queria “quantidade e não qualidade”. Além disso, como no caso exposto por Joana, o fato de você não realizar esta atividade de maneira “caprichada” faz de você um alvo local referenciado de maneira negativa e pode até se tornar um empecilho para outras contratações. De outro modo, se o trabalho for bem realizado você será conhecido por isso e terá mais facilidade de encontrar um novo “patrão”.

É relevante destacar que com o passar dos dias em que estive no Algodão eu já conseguia identificar quem eram os “patrões” das costureiras, a maioria deles circulava em pequenas caminhonetes cheias de tecidos ou mercadorias e não passavam mais do que alguns minutos na casa das suas faccionistas. As costureiras nunca costumavam conversar muito sobre seus “patrões” e pelo que percebi sabiam muito pouco da vida deles, pois na maioria dos casos existia mais uma relação estritamente profissional, do que de amizade ou de intimidade.

Eu tentei, mas nunca consegui conversar com nenhuma destas pessoas, porque elas sempre estavam “apressadas”, “correndo de um canto pro outro”, “cuidando dos seus negócios”. Como eles também não me conheciam, creio que tinham receio que eu fosse fiscal do trabalho, por isso nunca falaram mais do que um “oi” comigo. Adentrar na rede dos contratantes, donos de fábricas e *fabricos* é bem mais difícil do que na das costureiras, por isso optei por deixar esse contato para trabalhos futuros que possam ser realizados em um tempo maior do que o mestrado disponibiliza.

3.4. “Quem trabalha com produção, tem que fazer muito, porque aí você ganha mais”

A dimensão e a difícil mensuração das configurações da produção de roupas também são expressas através dos processos de trabalho realizados, que são totalmente heterogêneos. O tamanho das facções, a quantidade de peças, os processos da costura que são realizados e as remunerações não seguem padrões fixos, mas são elementos que variam diante de cada experiência particular. Por exemplo, existem algumas costureiras que confeccionam a peça toda, outras fazem apenas uma parte do processo produtivo, outras fazem duas partes e assim por diante. A amplitude, as redes que se formam e a combinação das tarefas realizadas são quase sem fim e também complicadas de serem entendidas à primeira vista.

Uma moeda que quando cai no chão às vezes nem nos damos o trabalho de pegar, é o preço que algumas mulheres recebem pelo trabalho que realizam no Polo. Lembro que na primeira ida de campo, quando visitei o Algodão, conheci Carmem, a entrevista que realizei com ela, em particular foi bastante impactante pra mim, pois fiquei pensando no que alguns

centavos representavam para mim e no que essa mesma quantia representava para ela e para tantas trabalhadoras que eu havia conhecido. E são de centavos em centavos que essas mulheres e famílias do Agreste pernambucano vão construindo suas vidas ao longo dos anos.

Carmem tinha uma facção na sala da sua casa e trabalhava sozinha, costurando na sua máquina própria *overlock*. Na época, ela realizava três etapas do processo produtivo de calcinhas (colocar o elástico, colocar a renda e aplicar o fundo de calcinhas) e ganhava com isso R\$ 0,05 por peça. . Em uma hora de trabalho se ela confeccionasse 30 peças (ou partes do processo produtivo), ela receberia apenas R\$ 1,50 . Cabe lembrar que ela não as finalizava por completo, mas sua produtividade também variava em função das outras atividades que ela exercia, pois ela também lavava roupas por encomenda, para ganhar um “dinheiro extra”.

Carmem me mostrou o caderno onde fazia as anotações de quanto produzia e de quanto deveria receber, e eu vi que em uma semana de “baixa” produtividade ela fez 1.680 peças e recebeu R\$ 84,00 pelo seu trabalho. Ela não sabia ao certo quanto ganhava, pois como se pode perceber os ganhos não são fixos e variam conforme a produção e a demanda, mas ela afirmou que nunca chegou a ganhar a quantia de um salário mínimo por mês, que em 2014, na época da pesquisa equivalia a R\$ 724,00.

Diante das situações que encontrei em campo, é de total importância, expor a seguir, o conteúdo, as formas de trabalho, as estruturas das facções, os processos produtivos e também a remuneração de algumas costureiras, individualmente, para que se possa entender melhor o contexto em que estão enredadas as trabalhadoras do Agreste pernambucano.

Exemplo 1: Inês é dona da maior facção do Algodão, tem uma história um pouco diferente da de Carmem. Ela é contratada por duas fábricas de Santa Cruz e subcontrata mais sete pessoas para trabalharem com ela na sua facção. Os donos das fábricas para as quais ela trabalha, levam para seu salão, cerca de 3.000 peças semanalmente, se a “feira tiver boa” e quinzenalmente se a “feira tiver fraca”. Ela confecciona camisas e shorts infantis e realiza todos os processos produtivos, de forma que as mercadorias já saem da sua facção prontas para a venda. Por cada peça produzida ela ganha R\$ 0,50 ou R\$ 1,00, o pagamento sempre é feito quando o “patrão” vai buscar as mercadorias. Para dar conta da demanda ela e seus funcionários fazem “serão” duas vezes na semana, ou seja, trabalham de manhã, de tarde e de noite.

Para calcular seus ganhos e para fazer o pagamento dos seus funcionários, Inês afirma que eles fazem o balanço na quinzena de quantas peças saíram e depois disso vê quanto que dá pra pagá-los. Ela tenta pagar aos(as) costureiros(as) por semana, mas isso depende da produção e do “esforço” deles, pois se eles fizerem “serão” ganham mais. Depois de fazer a conta e de remunerar seus funcionários, o que sobra fica pra ela, para pagar as despesas do seu salão de confecções e também para seus gastos pessoais.

É interessante perceber que Inês recebe por peça, mas ela não paga aos seus funcionários por peça, paga um valor que depende da produção quinzenal e que consequentemente não é fixo, mas varia conforme as demandas. Ela não quis me falar qual o rendimento final, ou quanto ela paga as pessoas que trabalham com ela, mas tendo em vista o preço que as fábricas pagam por cada peça produzida, a quantidade de funcionários do seu estabelecimento e também as despesas com energia, supõe-se que a remuneração deles não deve ser muito alta.

Exemplo 2: A facção de Socorro é constituída apenas por ela, que costura na cozinha da sua casa, com máquina própria. Como já foi dito anteriormente, na época da pesquisa ela estava trabalhando para três pessoas diferentes, ela me falou que quando ela está fazendo apenas camisas sociais, consegue costurar e entrega-las totalmente finalizadas cerca de 80 por semana, recebendo R\$ 2,00 por cada uma delas. Mas, quando ela tem mais “serviço” e “rouba umas horinhas pra outras peças”, ela faz 50 ou 60 camisas, que podem somar R\$ 100,00 ou R\$ 120,00 na sua renda por semana.

Paralelo às camisas sociais, ela faz alguns processos produtivos de shorts de jogador e afirma que prefere fazer “essas pecinha pequena do que as camisa, porque faz mais rápido e mesmo sendo pouquinho a gente ganha mais”. Ela disse que tem semanas em que fecha os shorts e recebe R\$ 0,10 por cada um, se sua produção for boa, tem dias em que ela trabalha de manhã até 22:00h e consegue fechar 600 shorts ganhando R\$ 60,00. Além de fazer as camisas por completo e fechar os shorts de jogador, ela também faz “abanhados”³⁵ em outros tipos de bermudas e ganha R\$ 0,05 por cada processo desse. Quando estive na sua casa, consegui contar e cronometrar que em duas horas ela fez o “abanhado” de 80 shorts. Ou seja, nesse tempo de trabalho ela fez 80 vezes o mesmo processo produtivo para ganhar apenas R\$ 4,00.

A renda de Socorro, na época em que lhe entrevistei seria resultado da soma desses três trabalhos diferentes que ela realizava. Apenas as camisas sociais ela faz por completo, mas já os shorts ela realiza apenas uma das etapas do processo de produção. Além disso, cabe destacar que seu rendimento é variável porque como apenas um dos seus três contratos é “fixo”, uma semana ela pode ter vários “patrões” e na semana seguinte pode ter só um, ou nenhum, o que indica não só uma variabilidade de situações, mas também uma vulnerabilidade da mesma frente às condições oferecidas pelo mercado. Ela é uma das poucas costureiras que entrevistei que ainda trabalha na máquina de costura reta, pois “a reta dá mais trabalho e é mais devagar” e “as costureiras da cidade mesmo não gosta de costurar nela não, o povo não quer perder tempo com ela não”.

Exemplo 3: A facção de Nazaré é num cômodo construído na frente da sua casa, lá trabalham ela, o marido e seu filho ainda criança. Atualmente ela e seu filho costumam calcinhas e seu marido, embora trabalhe no mesmo ambiente que ela, já é subcontratado por outro “patrão”. De acordo com Nazaré, o dono das peças que ela produz leva um corte de 4.000 peças por semana para ela fazer. Ela também entrega as peças todas prontas, mas é interessante perceber que como ela mesmo aponta “o fundo das calcinha eu já boto pra fora, eu pago outra pessoa, porque aqui não tenho como fazer, porque é só eu e meu menino pra dar conta, aí se a gente for empanar não dá tempo e não faz nada”. Ela ganha R\$ 0,20 do “dono” por cada peça produzida e dessa quantia, tira R\$ 0,05 para pagar a pessoa que “empana” as calcinhas. Quando eu perguntei se no final de tudo ela acabava recebendo R\$ 0,15 por peça produzida, Nazaré me surpreendeu ao falar que: “nada, no final das contas eu só fico com R\$ 0,10 ganho de cada peça. Porque eu pago pra empanar, pago pra fechar e pra tirar a linha. Meu outro filho fecha, aí eu pago R\$ 0,04 a ele e a menina que tira a linha no final ganha R\$ 0,01 por peça”. (Entrevista realizada no dia 05/02/2014).

Nazaré foi uma das primeiras costureiras que entrevistei quando cheguei no Algodão. Através dela e posteriormente, da convivência, das observações e das conversas informais, pude perceber que além das fábricas, *fabricos* e facções existem também as facções das facções. Que são subcontratações das contratações, ou seja, as facções são contratadas para fazer um determinado produto, mas por conta das altas demandas, as costureiras faccionam mais ainda o processo produtivo e contratam terceiros para realizarem algumas etapas produtivas. Esse esquema de contratações seria basicamente assim:

FÁBRICAS ou FABRICOS ➡ FACÇÕES ➡ FACÇÕES DAS FACÇÕES

Na maioria das vezes, essa situação pode ocorrer quando as costureiras não tem tempo de fazer todos os processos de uma peça e ainda assim dar conta da alta demanda, como é o caso de Nazaré, ou quando elas não possuem uma máquina apropriada para realizar

³⁵ “Abanhado” ou bainha são as dobras com costura na extremidade de um pano, de uma peça ou de um vestuário. Geralmente tem a finalidade de acabamento para evitar que o tecido desfie.

determinada função que a mercadoria requer. O que as duas circunstâncias têm em comum é o fato de que as costureiras não abrem mão de um serviço por conta dos motivos referidos e ao invés de deixar passar uma oportunidade, elas preferem faccionar algum dos processos que elas não conseguem ou não podem realizar por completo.

Exemplo 4: Outra situação que ilustra a existência do que eu estou chamando de “facções das facções” é o caso de João e de sua esposa, que atualmente estão confeccionando shorts *tactel*. As peças são levadas para sua residência já cortadas e eles realizam todos os processos da costura e também já pregam botões, cadarços e empacotam as mercadorias, que já saem prontas para serem vendidas no Moda Center. A facção deles é familiar, pois nela trabalha o casal costurando e seus dois filhos pequenos (um de 11 anos e outro de 8) fazendo outros processos como o corte de linha, a dobra e embalagem das bermudas. Quinzenalmente o “dono” leva cerca de 1.500 peças para serem feitas e paga R\$ 0,90 por unidade delas totalmente finalizadas. A esposa de João me conta que para dar conta da demanda, eles “faccionam outras pessoas”, pois o velcro, o botão e o bolso são “pregados por outras pessoas”. Já ela e seu marido ficam mais “fechando e abanhando” os shorts. Ao contar sobre seus rendimentos finais, ela me fala o seguinte: “olhe, nós ganha R\$ 0,90, é o preço fechado lá do dono. Aí o short fica pra nós por uns R\$ 0,70, depois da gente tirar e pagar por fora ao povo que faz as outras coisa”.

Exemplo 5: O casal Juliana e Ricardo tem uma facção na sala de casa, com cinco máquinas, sendo duas deles e três do “patrão”. Eles costuram camisas infantis, de manga e regatas e recebem R\$ 0,30 por cada peça finalizada. A peça sai quase pronta da casa deles, a única coisa que eles não fazem é embolsar e fazer a estampa, que já são tarefas realizadas em Santa Cruz. Ao descreverem como é o processo de produção deles e a divisão de atividades desde o início, Juliana conta que: “as peças vem cortada, somente. Aí Ricardo sempre empana. Eu também empano, mas ele tem mais prática, aí eu boto viés. Ele sabe botar viés, mas não bota rápido como eu, aí fica torcido, eu boto melhor”. Ricardo, por sua vez, se defende e explica a facilidade de realizar algumas tarefas, dizendo que quando trabalhava num *fabrico* em Santa Cruz, ele colocava mais elástico e só aprendeu a colocar viés recentemente, por isso ele “trabalha mais na BT (máquina de colocar elástico) e na *overlock* (máquina que fecha)”, enquanto Juliana “bota viés e arremata no final”.

Através do depoimento do casal dá para perceber que quando o trabalho é familiar é natural que alguns tenham mais “prática” em desenvolver algumas atividades específicas do que outros. Embora Juliana saiba fazer as mesmas coisas que Ricardo, ela reconhece que ele se sai melhor em “empanar”, que significa juntar a frente da camisa com a parte das costas e ela se sai melhor do que ele colocando viés. Essa divisão das funções facilita e fortalece o trabalho, quando é realizado entre casais ou grupos maiores de pessoas. Isso demonstra a existência de uma organização familiar ou coletiva, que é definida em facções de médio e grande porte com o objetivo de equilibrar as funções que cada um exerce melhor, para que o resultado final seja mais rápido e proveitoso.

Sobre o grande fracionamento no processo de trabalho, Ricardo expõe sua opinião e destaca sua preferência: “fazer só uma parte, a pessoa acha que é mais fácil, mas é melhor fazer uma peça toda, porque se tiver algum defeito é você que faz”. Quando eu apontei que não havia entendido bem o que ele tinha dito, ele complementou sua fala e me explicou melhor: “é porque tem gente que é assim, eu começo a costurar uma calcinha, aí eu empano e outra pessoa bota o elástico. Só que se tiver alguma coisa mal botada, vão dizer que é eu. Aí fica nessa jogada de culpa. Aí é melhor fazer tudo logo”.

O que Ricardo traz em sua fala é um problema típico e recorrente das inúmeras contratações e subcontratações que muitas vezes existem para a formatação final de uma peça. Só para se ter dimensão de como é difícil ter um controle total do trabalho, especialmente nos casos em que as peças são feitas totalmente fragmentadas, vale destacar o caso da “patroa” de

Carmem, por exemplo, que segundo ela, tem mais de 15 facções espalhadas nos sítios e em Santa Cruz. Todas elas são utilizadas para a produção das roupas que serão vendidas na feira.

Ao subdividir o trabalho em muitas unidades de produção diferentes, fica mais difícil de saber de onde veio o defeito da peça, caso alguma coisa dê errado. O “jogo da culpa” acontece, porque diante de tanta produção, dificilmente alguém vai querer assumir a responsabilidade e a falha, porque consertar uma peça “mal botada” implica em ter que desmontar a mesma e refazê-la novamente, para entregá-la em perfeitas condições ao “patrão”.

Não me caberia expor todas as situações sob as quais as costureiras que eu conheci estão envolvidas, no entanto, na tabela seguinte procurei sintetizar as informações que tive acesso, a respeito do tipo das peças que algumas delas produzem, quais as etapas que realizam, quanto recebem por peça e suas rendas semanais ou mensais. Tendo em vista que entrevistei mais de trinta pessoas, apenas onze estão referidas na tabela abaixo, pois foram as que consegui obter informações mais claras sobre este assunto sem que isso gerasse um constrangimento para as mesmas.

Tabela 3:
TIPOS DE PRODUÇÃO E RENDIMENTO DAS COSTUREIRAS DO
ALGODÃO

Nome	Tipo da peça que produz atualmente	Etapas do processo produtivo que realiza	Quanto recebe no final por peça ou processo produtivo³⁶	Renda semanal ou mensal
Carmem	Calcinha	Três etapas	R\$ 0,05	+/- R\$ 90,00 semana
Inês	Camisa infantil	Todas as etapas	R\$ 0,50 ou 1,00	Não declarada
Socorro	Camisa social masculina ¹ , shorts de jogador ² , bermuda tadel ³	Todas as etapas ¹ , empanamento ² , abanhados ³	R\$ 2,00 ¹ R\$ 0,10 ² R\$ 0,05 ³	Não declarada
Nazaré	Calcinhas	Todas as etapas	R\$ 0,10	R\$ 400,00 semana
Teresa	Bermuda tadel	Todas as etapas	R\$ 0,70	R\$ 260,00 semana
Salomé	Camisas femininas	Todas as etapas	R\$ 2,00	R\$ 120,00 semana
Ane	Camisas infantis	Empanamento	Não recebe	R\$ 70,00

³⁶ Cabe destacar que muitas vezes o preço que as costureiras recebem dos seus “patrões” por cada peça, pode não corresponder ao valor total quando a mercadoria está toda finalizada, pois como foi dito, quando elas faccionam mais ainda a sua produção, acabam pagando a terceiros para realizarem algumas etapas do processo produtivo. Portanto, nessa tabela não levei em conta o valor pago pelos contratantes, mas o quanto elas recebem no final, depois de terem pago as despesas totais. Por exemplo, Teresa, recebe 90 centavos do “patrão” por bermuda que produz, mas tirando 20 centavos dos encargos que ela paga a outras pessoas, no final é como se ela recebesse 70 centavos pelos shorts. E foram esses últimos números que eu levei em conta na construção da tabela.

			por peça, mas por semana	semana
Rosana	Camisa social feminina	Todas as etapas	R\$ 2,50	R\$ 125,00 semana
Antônia	Camisa feminina	Todas as etapas	Não recebe por peça, mas por semana	R\$ 50,00 semana
Carla	Camisa infantil	Abanhado	R\$ 0,15	R\$ 150,00 semana
Juliana	Camisa infantil	Todas as etapas	R\$ 0,30	R\$ 300,00 semana

O que se pode perceber através dos casos expostos e da tabela acima é que apenas três dentre as onze costureiras, conseguem receber um valor que ultrapasse o salário mínimo, as demais por mês, em geral recebem menos de R\$ 600,00. Apenas Juliana, Teresa e Nazaré declararam um rendimento mensal de cerca de R\$ 1.200,00. O fenômeno interessante nesses casos é que o que pode explicar essa “alta” renda, em comparação com a das suas colegas é que as três costureiras que ganham mais, trabalham em família, ou com os maridos, ou com os filhos. O trabalho familiar nesse sentido apresenta uma vantagem em comparação às costureiras que trabalham sozinhas. Isso demonstra a importância da família nas confecções, pois quando todos numa mesma casa costuram juntos, para o mesmo “patrão” e fabricam as mesmas peças, a produção e consequentemente o rendimento deles tendem a ser maiores do que as das facções que são compostas por apenas uma pessoa, por exemplo.

Os menores rendimentos mensais de R\$ 200,00 e de R\$ 280,00 ocorrem geralmente com quem é subcontratado pra trabalhar nas facções e não recebe por peça, mas por semana, como é o caso de Ane e Antônia, a primeira trabalha na facção de uma tia e a segunda trabalha na facção da filha. Ambas estão trabalhando no regime que eu denominei de “facções das facções” e elas são também as que ganham menos por semana diante das demais costureiras, o que implica dizer que quando as costureiras chamam outras pessoas para trabalharem para elas, pagam-lhes menos ainda.

Quase todas as costureiras recebem centavos pelas peças prontas ou pelos processos produtivos que realizam, apenas três delas recebem mais de R\$ 1,00 pelas confecções, isso pode ser explicado, porque Socorro, Salomé e Rosana costuram na máquina reta, que são as mais “difíceis” e mais “lentas”. Por isso, o preço de R\$ 2,00 ou R\$ 2,50 foi considerado o mais alto da tabela e se justifica pelo dispêndio de trabalho que é maior e também por ser “raro” hoje em dia conseguir alguma costureira que queria trabalhar nesse tipo de máquina. Sem contar que embora elas recebam mais por peça fabricada, elas costuram camisas sociais, que nas palavras da maioria “dá muito trabalho pra fazer”, por isso, algumas vezes elas não conseguem alcançar uma alta demanda de produção por demorarem mais na confecção de cada peça.

Cabe destacar ainda que nesse regime de subcontratação informal no qual o preço da remuneração é definido pela quantidade de peças produzidas, é necessário que as pessoas que costuram trabalhem um período extraordinário de tempo para receber uma renda considerável, e ainda assim, muitas não conseguem alcançar nem o valor de um salário mínimo. O ganho por peça incita nos trabalhadores a necessidade de trabalhar o maior número de horas possível, porque disso depende a sua remuneração. Além disso, não é só o fato de um ganho maior que impulsiona a produção das pessoas que costuram, mas é significativo também o fato de que elas querem honrar o compromisso acordado com o “patrão” e cumprir a demanda que lhes foram solicitadas dentro do prazo estipulado.

A rotina de trabalho dessas pessoas é praticamente a mesma, pois a maioria delas acorda de 6h ou 7h da manhã para costurar, param para o almoço, voltam de 12h ou 13h e algumas ficam até 18h costurando, outras pessoas fazem apenas uma pausa para a janta e continuam na atividade até tarde da noite que é a hora em que costumam dormir. Nos finais de semana há os casos de pessoas que costuram só um turno no sábado, e há outras que costuram o sábado inteiro, mas em suma a maioria delas tira apenas o domingo como uma possível folga.

Ao estudar a vida dos trabalhadores de usina em Pernambuco, Lopes (1976) faz uma análise sobre a relação do salário sendo determinado pelo tempo de trabalho exercido, e constata algo que pode ser utilizado como um elemento a ser observado na realidade das costureiras do Polo, pois:

Com efeito, a crença na recompensa dos salários mais elevados, diretamente proporcionais às longas jornadas de trabalho, se configura em ilusão durante o ciclo de vida do operário: se, na mocidade, ele aguenta essas longas jornadas em função do salário, na sua maturidade, ao contrário, e principalmente quando está próximo da aposentadoria, ele sente no corpo todo o peso do absurdo do excesso de trabalho a que foi submetido durante sua vida ativa. (1976, p. 96)

Em certa medida no que diz respeito ao regime de horas de trabalho é possível fazer ainda, algumas ligações entre o trabalho da costura no Polo e trabalho no corte de cana, também descrito por Lopes (2011). De acordo com este autor, no setor sucroalcooleiro “o drama dos operários da produção é a alternância entre as longas jornadas de trabalho na safra, mas que propiciam um salário maior, e as jornadas mais curtas na entressafra, quando se tornam ajudantes dos operários de manutenção”. Nesse último período, o salário diminui e isso faz com que os trabalhadores “naturalizem as longas jornadas da safra como mal menor diante da entressafra, conformando-se com o fetichismo do salário-hora³⁷” (p. 4). Fato este que também observei na minha pesquisa, pois as costureiras também naturalizam a grande carga horária que cumprem nos períodos de “feira boa”, devido aos maiores rendimentos que podem obter do seu trabalho e reclamam da fase da “feira ruim”, porque elas ganham menos nessa época. Além disso, acredita-se assim como Lopes (2011), que a própria contradição entre “ser explorado” diante das longas jornadas e se “contentar” subjetivamente pelo ganho por produção acaba dificultando reivindicações por mudança.

Tomando como exemplo, o caso do Polo pernambucano, no discurso do costureiro Ricardo fica notável essa questão, pois segundo ele: “você quer dar produção, porque assim, quem trabalha com produção, tem que fazer muito, porque aí você ganha mais”. Traduzindo nas palavras de Lopes (1976), “os baixos preços horários do trabalho servem de estimulante para a prolongação da jornada de trabalho” (p. 114).

No entanto, essa alta produção, ou a quantia ganha por peça, aliada aos ritmos intensos de trabalho, se de um lado propiciam um rendimento razoável, do outro carregam seu ônus, pois a intensificação e a precarização do trabalho além de serem características comuns na região e se revelam através das jornadas que chegam a durar cerca de 14h por dia, da utilização do trabalho infantil, do adoecimento dos trabalhadores pela inalação de pelos das linhas e tecidos, dos problemas na coluna, nas pernas e na visão que muitos deles se queixam, dentre outros. Assim como na situação estudada por Lopes (2011), esses elementos expressam a noção de precarização do trabalho que aparece sob as roupagens da própria produção e que contribui para naturalizar as condições de trabalho aos olhos dos agentes que estão nesse processo.

³⁷ Essa noção do fetichismo do salário-hora foi abordada por Lopes (1976), ao estudar os operários do açúcar, e se relaciona a tendência e a prática dos contadores de horas, no sentido de que “a hora deixe de ser uma medida de tempo – tempo em que um determinado esforço é utilizado – e passe a significar simplesmente uma medida do salário” (p. 101).

3.5. “Costuro a hora que quero e paro a hora que quero”

Segundo Abreu (1986, *apud* SOUZA 2012), a indústria de confecções no Brasil é até hoje marcada pela utilização do trabalho a domicílio majoritariamente feminino e em larga escala. O trabalho com a confecção de roupas no Agreste pernambucano segue o mesmo padrão, pois desde o início, até os dias atuais tem suporte no caráter domiciliar e familiar dos empreendimentos.

A possibilidade de trabalhar em casa, em geral, aparece no discurso das pessoas que costumam como “um trabalho mais confortável”, por ser exercido no seu lar, “sem a presença de patrões para lhes ditarem ordens”. Além disso, no caso do trabalho domiciliar, o espaço do lar acaba sendo “invadido” por máquinas, equipamentos e tecidos, fazendo da própria casa uma extensão da fábrica. Isso torna perceptível que o trabalho produtivo, além de tirar a privacidade doméstica, coloca em risco à saúde de todos os membros da família. O espaço, que deveria ser reservado ao convívio familiar e aos momentos de lazer, acaba sendo incorporado pela produção capitalista.

Há também por vezes, uma forte rejeição ao trabalho em fábricas e *fabricos*, daqueles que já tiveram experiência nesses ambientes e que relatam casos frequentes de humilhações e de situações deploráveis. Como é o caso de Ricardo, que antes de montar a facção na sua casa, trabalhou muitos anos em um *fabrico* em Santa Cruz. Ele detestava trabalhar nesse local, porque ele passava a manhã e a tarde sentado, costurando e não tinha sequer o direito de parar por alguns minutos (como ele faz em casa) para “dar uma respirada” ou “descansar”.

Segundo ele, existiam fiscais no *fabrico* que ficavam responsáveis para observar os trabalhadores e impedirem eles de conversarem ou se distraírem. Ricardo conta que em cima de cada máquina tinha uma garrafa de água, para evitar que as pessoas se levantassem para bebê-la e “perdessem tempo com isso”. Até as idas ao banheiro, os horários de almoço e lanches eram cronometrados. Ele definiu o regime sob o qual estava submetido como “uma escravidão” e opôs essa situação ao modo como ele trabalha na sua própria casa, pois nela ele tem liberdade, não tem nenhum fiscal para lhe “perturbar” e ele “pode parar a hora que quiser, para fazer o que quiser”.

Solange que ainda criança foi morar em Santa Cruz para trabalhar costurando, também relatou que já teve muita experiência em diversas fábricas e *fabricos*, no entanto, ela nunca “trabalhou fichada”³⁸. Diante de sua trajetória ela não só afirma, como também se emociona ao lembrar que “já foi muito humilhada onde trabalhava” e por isso acha melhor trabalhar em casa. Ela explicita uma de suas histórias da seguinte maneira:

Eu tinha uma patroa que tinha um filho, que vivia humilhando a gente. O marido dela ia me pegar de 4:30h da manhã, aí tinha que tomar café lá né, porque era muito cedo e a gente não ia ficar até meio dia sem comer. Ah! Pois quando ele subia as escada, ele todo riquinho né, aí ele olhava pra gente e dizia: - o rebanho de cão já tá morrendo de fome, já vieram comer aqui! Ave maria, tinha dia que eu passava o dia todinho chorando em cima de uma máquina esperando ir embora pra casa. Nós trabalhava até 19h no sábado, quando a gente subia pra almoçar lá na casa da dona, aí ele dizia de novo: - os cão, essas besta fera já vem subindo pra almoçar, porque não bota esses cão pra comer em casa?! (Entrevista realizada no dia 31/07/2014)

As palavras descritas por Solange são duras e cruéis, representam a humilhação no seu estágio máximo e tenho certeza que deixaram sequelas psicológicas não só nela, mas em todos os trabalhadores desse *fabrico* que tinham que passar por essas situações cotidianas.

³⁸ Na linguagem dos moradores da região pesquisada, ser “fichada” significa ter a carteira de trabalho assinada.

Através de sua fala se pode perceber também que o fato dela costurar num *fabríco*, fora da sua casa, nem sempre implicava em uma jornada de trabalho socialmente estipulada, pois a mesma já teria que estar saindo pra esse local de 4:30h da manhã, ou seja, ainda de madrugada. E no sábado ficava trabalhando até 19h.

Na sua casa, embora ela também não tenha uma jornada cronometrada, pelo menos, ela não precisa acordar de madrugada e nem trabalha até de noite nos finais de semana. Para ela, trabalhar em casa implica em “ter o direito de almoçar a hora que quiser, dormir um soninho e poder parar, sem ter ninguém pra falar nada”.

Os constrangimentos pelos quais Ricardo e Solange passaram são referências para exprimir a rejeição com o trabalho em fábricas e *fabrícos*. Sem contar que a inserção nesses ambientes não apresenta para os(as) costureiros(as) uma melhoria nas condições de trabalho, pois eles nunca tiveram carteira assinada, nem direitos sociais garantidos e ainda precisavam passar por situações vexatórias, como as descritas acima. Isso implica dizer que essas pessoas não saíram de uma situação formal de emprego para uma situação informal que acarreta a perda de direitos, mas elas nunca experimentaram nenhuma garantia ou benefício no âmbito trabalhista. Diante desse contexto, é compreensível que eles considerem um ato de “liberdade” e que eles prefiram ter suas próprias facções e trabalharem em casa, pois assim se sentem mais a vontade.

Durante minha estadia no Algodão, fiquei hospedada na casa do casal Ricardo e Juliana, por esse motivo, pude perceber que de fato, algumas vezes no dia a costura era interrompida por eles para um lanche, para tirar um cochilo, para ir na casa de algum vizinho, para ir no supermercado ou para resolver alguma coisa na cidade, sem que isso gerasse algum tipo de conflito. Se algum deles se ausentasse por muito tempo da atividade, era comum que passassem a noite inteira costurando para “dar conta do tempo perdido”. Lembro de uma vez que Ricardo teve que ir no DETRAN³⁹ resolver uns problemas de sua moto e por ter passado toda a manhã fora, nesse dia ele foi dormir tarde da noite fazendo “serão”. Esses fatos demonstram que embora eles tenham a liberdade de costurar quando quiser, eles também reconhecem que tem a responsabilidade de entregar as mercadorias nas datas estipuladas, pois quando são contratados eles assumem esse “compromisso” e não querer prejudicar, nem assumir uma dívida moral com seus “patrões”.

Giovana define o sentido do trabalho domiciliar com a seguinte frase: “eu tenho serviço em casa, não preciso ir pra fora trabalhar”. Ela também concorda com seus colegas e defende a ideia de que o trabalho em domicílio é melhor “porque você não tá levando grito, não tá cumprindo horário, você faz seu horário. Você tá dentro da sua casa, se você quiser sair pra resolver um negócio você pode parar as peça e ir” e confirma a mesma frase dita por Ricardo, “você só tem um compromisso de tal dia ter que entregar a mercadoria, tem essa responsabilidade, você tem que entregar bem feito também”. Ela finaliza com a frase: “o bom de ter facção é isso, de você costurar, de ter seu horário e não ficar dando satisfação ao patrão”. (Entrevista realizada no dia 29/07/2014)

Quando eu perguntei pra Giovana, se caso ela recebesse uma proposta para trabalhar em alguma fábrica da cidade, o que ela faria, rapidamente e sem hesitar ela me respondeu que não iria: “Porque eu tenho três filhos e eu ia ter que tá lá todo dia cumprindo aquele horário, ia receber aquele tantinho e o que eu ganhasse lá, com certeza ia ter que gastar pagando uma pessoa pra olhar meus filhos, aí não dá!”. E justifica ainda que “as vezes é um sol quente e a pessoa tem que sair pra trabalhar, aí fica lá com muita gente, fica estressando mais. Em casa é mais sossegado, porque você tá só, pode dar uma paradinha e vai até a hora que quiser”. Além do mais, “em casa não tem ninguém no seu pé dizendo: - olha faça isso agora, faça aquilo!”.

³⁹ Departamento Estadual de Trânsito

No Agreste de Pernambuco é notável o fato de que as mulheres assumem sem hesitar que preferem trabalhar nas suas casas, todas as minhas entrevistadas tiveram a mesma opinião quanto a isso, diferente do que foi observado por Rocha (2013) no Polo de Moda de Petrópolis, onde nem toda dona de facção concorda que trabalhar em casa representa mais liberdade, pois uma parcela das mulheres manifestava opiniões de reprovação à prática de levar a atividade econômica para dentro da vida doméstica, pois o cruzamento das fronteiras simbólicas entre as esferas do doméstico e do econômico revelavam certos efeitos performativos. Misturar facção com o espaço da residência em Petrópolis é para elas, misturar o que supostamente não deveria ser misturado e isso as leva a sentir que o trabalho realizado dessa forma às “escraviza” e também representa um cerceamento à liberdade. As costureiras petropolitanas assumiam preferir trabalhar fora, do que na própria casa, através das seguintes circunstâncias principais: algumas não estavam dispostas a se adaptarem aos ritmos frenéticos de produção das facções; outras só trabalham em casa quando não tem pessoas de confiança para deixarem cuidando de seus filhos, mas se as encontrarem, podem ir trabalhar fora de casa; o trabalho externo muitas vezes possibilita uma renda fixa, e isso é algo valorizado por algumas mulheres; por fim, a escolha pelo trabalho por conta própria ou pelo trabalho com carteira assinada vai depender da escolha de qual será o melhor para cada trabalhadora no momento da vida em que se encontram e a qual dos dois tipos elas podem se adaptar de maneira mais adequada diante da situação em que estão vivenciando.

Já para as costureiras de Pernambuco, todas assumem a preferência de trabalhar na própria casa. E que além de ser associado a um ato de liberdade, como elas moram na zona rural, o emprego externo, na cidade representa um esforço que implica muitas dificuldades para elas, e por isso, não é referenciado positivamente pelas trabalhadoras.

A aproximação com a família que o trabalho domiciliar proporciona também se torna uma das motivações das estratégias de vida que são acionadas por essas mulheres. Para elas, o significado do trabalho realizado no lar se difere da interpretação clássica da Sociologia do Trabalho, que vê essa situação apenas sob a égide da exploração e da informalização. Enxergar o trabalho domiciliar a partir da visão das próprias costureiras, pressupõe, tentar romper com certas reduções teóricas e procurar entender alguns fenômenos a partir das próprias vivências e visões das trabalhadoras, como elas concebem e entendem o contexto sob o qual estão submetidas. Nesse sentido, é importante entender os aspectos de subjetivação da experiência de trabalho dos agentes, de forma que se perceba também “a outra face da dupla verdade do trabalho, a verdade contraditória de sua exploração objetiva e de sua legitimação pelos aspectos identitários e de sociabilidade proporcionados pelo trabalho” (LOPES, 2011, p. 12).

Assumir a postura anteriormente descrita não significa fazer vista grossa sobre o fardo que a precarização do trabalho carrega consigo, pois se de um lado, trabalhar em casa representa uma independência, um conforto para as costureiras e por vezes um ato contra a opressão, de outro, essa “liberdade profissional é contraditória”, nos termos de Lima (2009), pois acentua e “naturaliza” algumas consequências, como por exemplo: a perpetuação da jornada de trabalho indefinida, ultrapassando as horas estipuladas socialmente para a realização do trabalho profissional, a mistura dos papéis reprodutivos com os produtivos⁴⁰, o envolvimento de crianças e idosos para “ajudarem” a atender as demandas solicitadas no tempo estipulado, dentre outras.

Embora as costureiras falem que por costurar em casa elas “param a hora que querem”, isso de fato é uma situação um pouco contraditória, porque quando se aproximam a data de entrega das mercadorias, as cobranças dos “patrões” começam e elas têm que continuar costurando até conseguir atender a demanda da produção que lhe foi designada.

⁴⁰ “Muitas mulheres não conseguem mais diferenciar sua identidade de trabalhadora, de seus papéis de mães, esposas, cozinheiras, domésticas, entre outras funções que geralmente acumulam.” (LIMA, 2009, p. 141)

Então o trabalho domiciliar apresenta dois lados, o primeiro é o da comodidade, por ser realizado na própria residência, fato este que é valorizado por todas as costureiras, e o outro, é que ele traz consigo uma maior exploração do trabalho, porque possui longas jornadas e que em épocas de grandes demandas, devem ser prolongadas mais ainda.

A maioria das mulheres concorda que o fator mais estressante na profissão de costureira, diz respeito às reivindicações e aos pedidos dos donos das mercadorias para terem suas peças prontas o mais rápido possível. Na época de grandes demandas, o “aperreio” aumenta e é descrito por Nazaré da seguinte maneira: “ele me aperta quando tem muita costura ou quando eu tô atrasada, dizendo: - eu quero tal dia, eu quero tantas peças. Aí a pessoa fica estressada e tem que fazer serão pra conseguir”.

Mesmo não estando presentes fisicamente, os “patrões” continuam ditando ordens, seja por telefone, seja por outros meios e essa intimidação constante acaba gerando um profundo estresse entre as trabalhadoras devido as consecutivas cobranças pelas mercadorias.

Além do estresse, outro elemento que deve ser destacado é que quando o trabalho é realizado no ambiente doméstico, por exemplo, é normal que outros membros da família sejam incluídos em tais atividades. É comum encontrar crianças trabalhando em facções fazendo geralmente o acabamento de peças produzidas, que consiste basicamente em “aparar” pontas de linha, dobrar e embolsar as vestimentas. Silva e Menezes (2011) ao estudarem o Polo de Pernambuco, também observaram este fenômeno e constataram que :

A precariedade está em toda parte, envolvendo a família, agrupando parentes e funcionários, que em sua maioria são jovens, em um processo de trabalho bastante cansativo, com ritmo de produção elevadíssimo, uma jornada de trabalho, principalmente no período de junho e dezembro épocas de grandes vendas), de até 14 horas por dia. (p. 72)

Giovana afirma que lá na região do Polo, “deu 10 anos de idade, já é pra tá costurando, menino, menina, tudo”. Pois segundo ela, algumas crianças: “Chega da escola e já vai costurar, vai tirar ponta de linha ou embolsar. Criança aqui não tem aquela coisa de tá perdendo tempo não. Estuda, brinca, mas tem a responsabilidade”. Ela expõe ainda que em alguns casos não são os pais que fornecem alguns bens de consumo para seus filhos, mas eles por começarem a trabalhar cedo, já conseguem comprar o que desejam, seja um computador, um brinquedo, ou roupas.

3.6. As experiências da produção própria e o “fracasso” com o comércio

Antes de conhecer o local no qual realizei a pesquisa, imaginava que a maioria das pessoas que possui facção desejaria desenvolver suas microunidades de produção e torná-las *fabricos*, ou que se tivessem condições, pretendiam confeccionar suas próprias peças e ter suas próprias marcas para comercializá-las. No entanto, essa minha pré-noção não foi condizente com os anseios da população local, que assumem a preferência por costurarem em facções e trabalharem para seus “patrões”, porque ter a própria produção é “muito difícil” e “dá muito trabalho”.

Souza (2012) ao pesquisar as estratégias econômicas em Santa Cruz do Capibaribe observou que “a reprodução de uma confecção própria exige um conjunto maior de responsabilidades, porque dessa forma controla-se todo o processo produtivo” (p. 102). Além disso, como a autora demonstra e também como pude perceber no discurso dos meus entrevistados, o trabalho da facção é visto como “mais fácil”, porque a produção já vem condicionada pela encomenda e “não é preciso fazer o planejamento da compra do tecido, não é preciso calcular o preço de cada mercadoria para ser vendida na feira” (p. 102). No entanto,

Souza (2012) afirma que “o desejo de quase toda unidade familiar que funciona como uma facção é ter uma fabricação” e diferentemente da sua observação, não constatei esse fato na zona rural em que fiz a pesquisa.

Rocha (2013) ao estudar o Polo de Moda de Petrópolis (RJ), também observou que ter a própria confecção, ser “detentora do poder de decisão sobre o processo produtivo, incluindo o processo de (re)criação, e sobre a comercialização da produção”, é “o sonho de quase toda costureira” fluminense e faz parte do ideal cultura de sucesso bastante generalizado no Polo petropolitano (p. 151). Segundo a autora, as referidas costureiras fluminenses concebem a costura como um trabalho que lhes abre diversas possibilidades, e a principal delas é “melhorar de vida e vir a ser bem-sucedida”. Para isso, elas argumentam que é preciso que a costureira tenha “vontade de crescer” e criticam severamente as que não têm ou são desprovidas dessa “vontade”, como por exemplo, as arremateiras que estão há anos trabalhando no arremate e não buscam aprender a trabalhar nas máquinas para virarem costureiras, ou aquelas que, embora saibam operar mais de uma máquina, não aproveitam ou não buscam oportunidades para aprimorarem as técnicas que já conhecem.

Ao contrário das constatações acima, na zona rural pesquisada, a maioria das pessoas não tem o desejo da confecção própria, nem tem como objetivo maior perseguir essa estratégia e ter seu próprio negócio. Carmem, por exemplo, quando foi questionada se teria vontade de ter sua própria confecção, afirmou que: “tenho nada, porque é muita coisa pra uma pessoa só, dá muito trabalho, prefiro a facção mesmo que o dono das peças já traz tudo pronto, eu só faço costurar”. Assim como Carmem, a maioria das pessoas assumia não querer reponsabilidades maiores, incluindo as transações comerciais.

A única pessoa do Algodão que conheci e que produz suas próprias peças é Giovana, que vende calças de malha. Mas, não é ela que costura as mercadorias, ela paga a algumas facções para fazê-las, porque ela “não tem tempo”. Sua participação no processo de produção era apenas a de receber as peças já prontas, aparar as linhas, embolsar e vendê-las na feira. Ela descreve detalhadamente como se dão as etapas da produção, desde a comercialização até a venda:

Eu vou na loja, tiro o tecido no kg, aí eu comprei 49 kg de pano aí eu levo isso pro cortador. Aí ele faz o infeste, risca em cima o modelo da peça, corta e separa, daí o que sobra do pano ele pesa, que é resto e o que dá as peças, ele pesa também e anota tudo pra dar a quantidade de pano que eu levei. Aí os retalhos eu aproveito pra completar às vezes alguma parte das calças que faltam. Porque às vezes no corte, uma perna dá e outra fica menor, aí eu pego esse retalho que sobrou e completo, daí você nunca perde o tecido. Depois de cortada eu pego e levo pra casa da costureira, levo a etiqueta, linha, elástico. Aí ela costura, quando ela termina ela traz aqui pra casa, aí eu tiro a ponta de linha, embolso e coloco na feira pra vender. Mas aí já não é eu que vendo não. Eu levo pra feira e uma amiga vende lá no Moda Center. Eu entrego as peças por R\$ 8,00 e ela vende por R\$ 10,00. (Entrevista realizada no dia 29/07/2014)

Giovana calcula tanto os gastos, como os insumos da mercadoria, como também o seu lucro nesse processo da seguinte maneira: “você pega um quilo de pano, vê quantas calças dá nele e calcula o preço do corte, do pano, a bolsa de embalar e o trabalho da costureira. Daí você faz a conta de tudo no final e dá pra saber por quanto fica cada peça”.

Com exceção de Giovana que consegue manter sua pequena produção, a recusa em objetivar montar o próprio negócio me foi ressaltada pela experiência de algumas pessoas que moram no Algodão, que já tiveram suas próprias confecções e se envolveram no comércio, mas nenhuma delas teve sucesso e acabaram abandonando o empreendimento e voltando a trabalhar faccionadas. O fator principal desse “fracasso” foi o mesmo para todas: os “calotes”⁴¹ que eram constantes.

⁴¹ Calote é não pagar uma dívida de forma intencional. Caloteiro é aquele que contrai dívida sem intenção de pagá-la. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/>

Nazaré afirma sem hesitar que “aqui tem muito disso, do povo comprar e não pagar, dar calote. Por isso o pessoal prefere as facção mesmo”. Ela já teve produção própria, mas a “enganaram” muito e ela parou com seu negócio. Quando ela ainda morava em Santa Cruz, começou a fabricar e vender suas próprias peças e não vendia na feira, mas sim para clientes fixos, no entanto, com o passar do tempo “o caba foi dando uns cheque capim, eu passava o cheque e quando chegava o dia do dinheiro entrar não tinha, era sem fundo”. Após isso, ela se endividou e de um negócio próprio, Nazaré teve que vender tudo para recomençar sua vida com apenas uma máquina. Diante dessa situação, ela não tinha mais condições de fazer sua própria mercadoria e com a “falência” começou a realizar algumas atividades para outras pessoas, como colocar viés e elástico.

Após um longo período trabalhando “para os outros”, ela conta que pegou um cheque emprestado, comprou mais um “pouquinho de pano” e novamente foi “começando, começando”. Foi comprando máquinas, “pegando dinheiro emprestado” e “quando deu fé, já estava fabricando de novo” suas próprias peças, mas “aí deram calote de novo”. Pela segunda vez, ela não teve sucesso em fabricar para si mesma, ela afirma que “já eram outros clientes, eu tava vendendo achando que era bom e eles me pegaram, me deram calote”. Depois disso, ela resolveu desistir, voltou para morar no sítio e “nunca mais quis saber de vender”.

Lúcia e seu marido, também passaram uma época de suas vidas costurando peças próprias para a venda nas feiras na década de 90. Ela as fabricava, enquanto seu esposo saía para vender as mercadorias, mas em poucos anos acabaram desistindo e voltaram a faccionar o trabalho para outras pessoas, porque assim como os informantes anteriores, também levaram “calote”. Ao lembrar a experiência mal sucedida com o comércio da sulanca, ela acredita que: “não deu certo não, porque a sulanca é boa pra quem deve, quem gosta de dever e eu não gosto. Não tenho coragem! Eu comprava de pouquinho e quando eu não vendia ficava esquentando a cabeça pra pagar as despesa”. Além disso, ela complementa sua fala e utiliza o exemplo de outras pessoas, dizendo que: “mas, pra quem tinha coragem de comprar muito, de dever, de chegar o dia e não ter o dinheiro pra pagar e não se preocupar com aquilo, dava certo. Mas, eu não tenho essa coragem!”. Ao finalizar, Lúcia também diz que o fato final para parar com empreendimento foi porque: “uns caras me enganaram, deram um calote em mim, aí eu desisti e voltei pro sítio. Eu fiquei costurando pros outros ainda e meu marido tinha um carrinho e ficava carregando o povo até se aposentar”.

A história de Lúcia é bastante reveladora, pois expressa de início a divisão sexual que existia nas confecções próprias familiares, nas quais a mulher sempre ficava em casa costurando, enquanto o homem ficava responsável pelas transações comerciais, semelhante ao que acontecia na época do surgimento da sulanca. Ela ressalta que “a sulanca é boa pra quem deve”, fato este que demonstra que seu circuito é baseado no “fiado”, aonde se produz, mas nem sempre você tem a garantia de que vai receber pela venda das mercadorias. Além disso, existe um forte reconhecimento e oposição em sua fala entre quem se arrisca nos negócios, “tem coragem de dever” e quem não tem. Ela ressalta várias vezes que fica nesse segundo grupo de pessoas, e pelas suas frases dá para perceber que “dever” para ela é um tipo de vergonha moral, uma “preocupação” a qual ela nunca quis se submeter, pois mesmo precisando em diversas situações, preferiu pôr fim na sua confecção, do que pôr em questão sua dignidade e honestidade, que parecem ser mais valiosas do que o próprio dinheiro.

Assim como suas colegas, Lúcia também teve prejuízo com um de seus clientes, que fez uma compra considerável de suas mercadorias e nunca pagou. Esse acontecimento decretou não só a quebra do seu negócio, mas também marcou a saída da cidade e a volta pro campo, rompendo e modificando não só os padrões econômicos, mas também o próprio modo

de vida. É como se ela tivesse se decepcionado a tal ponto, que precisou voltar para o sítio para encontrar o que havia perdido na cidade e isso transcende apenas o fator dinheiro.

A distinção que talvez Lúcia e outras pessoas não percebem é que muita gente acaba confundindo o “dever” com o “crédito”, pois este último é necessário para o desenvolvimento de qualquer comerciante dentro do capitalismo, sejam eles pequenos ou grandes. É o crédito que impulsiona inicialmente toda a rede comercial, pois ele pode antecipar a produção de mercadorias sem que haja uma restrição monetária ou um pagamento prévio. Nesse sentido, é normal que no mercado os comerciantes concedam créditos uns aos outros, para garantir a circulação das mercadorias que serão posteriormente vendidas e pagas, repondo o capital que inicialmente foi adiantado e investido. No entanto, para algumas pessoas, esse crédito implica em “dever” e essa resistência às dívidas faz parte de uma economia moral dessa sociedade camponesa estudada.

Há que se considerar também partir dos exemplos, a diferenciação que pode existir entre os confeccionistas e/ou comerciantes, pois há aqueles que produzem as peças próprias, mas para outras pessoas venderem, há os que produzem e também comercializam a própria mercadoria, há os que produzem para outras pessoas e há também aqueles que apenas compram as peças já prontas e as revendem. Todas essas posições, como também o tamanho de cada negócio expressam posições diferenciadas dentro do processo produtivo e comercial. Além disso, essa estrutura social implica em fragilidades, de modo que alguns grupos podem estar em situações mais ameaçadas diante dos riscos de mercado, por não possuírem muito capital disponível, ou, ao contrário, existem também aqueles casos em que se dispõe de maiores condições de acumulação e consequentemente de uma maior capacidade de regeneração, caso algo dê errado.

É interessante destacar ainda o caso de José de Oliveira, professor e historiador local, que antes de fazer sua graduação, trabalhou muitos anos na sulanca. Ele tinha uma marca própria e fabricava blusas de malha femininas. Nas suas palavras, ele “até vendia bem”, mas acabou levando um “calote” nos anos 90, foi à falência e não teve mais como continuar.

A gente vendia em larga escala, vendia no cheque, como todo mundo ainda hoje vende, e eu cheguei a vender mais de 30 mil peças numa mão só e perder. O cliente já era meu conhecido há mais de 10 anos, me comprava há muito tempo, ele quebrou pra lá e por tabela arrastou quem vendia fiado junto com ele e isso acontece até hoje. Aí eu me endividei, porque a gente comprava mercadoria fiado, transformava em confecções e vendia fiado também. Você não tinha um capital de giro pra investir e vender o que era seu, você comprava pra pagar em cima daquilo que você vendeu, era tudo na base do fiado. (Entrevista realizada no dia 04/02/2014)

O grande comprador de Oliveira era fixo e já era seu cliente há mais de 10 anos, o que não impediu o mesmo de “quebrar”, “dar um calote” e “arrastar” todos que faziam parte dessa cadeia para o caminho das dívidas. O circuito da sulanca, em grande medida se sustenta nas relações de confiança e no “fiado”, como é comprovado no diálogo acima, aonde “se compra mercadoria fiado e se vende fiado também”. No entanto, o “calote” pode estar sempre presente, mesmo apesar das relações de confiança que existem entre os confeccionistas e os comerciantes.

Oliveira acredita ainda que no Polo para você ter “sucesso”, tem que ter “talento”, pois “uma pessoa começa fabricando com um número X de máquina e a outra com a mesma quantidade, mas umas às vezes avançam e outras não”. Além do “talento”, outros elementos são necessários, como “sorte”, “acertar no tipo de mercadoria” e “ter contato”, pois diante de sua experiência ele percebeu que ninguém faz “fortuna” apenas na feira, o que de fato faz a diferença não é a venda no varejo, mas sim no atacado, por isso, quem quer começar um negócio próprio “tem que ter um comprador de alto nível que compre grandes quantias” para manter a movimentação. A feira por sua vez, “é basicamente montada para pagar a costureira e as despesas”, mas “a reserva gira toda em torno dos grandes comerciantes que compram

muitas peças a cada viagem”. No entanto, a transação com estes últimos, pode ser “traíçoeira”, porque você nunca recebe a vista, como na feira, mas sim em cheques e se você tiver o “azar” de tomar “calote” e não tiver capital de giro para reinvestir no negócio, acaba perdendo tudo.

Diante dessas circunstâncias não é difícil de entender porque muitos afirmam que tem que ter “sorte” para dar certo, pois a cadeia entre produção e comércio está tão enredada, que se houver um desfalque num determinado ponto, todos os outros também serão prejudicados. O próprio mercado têxtil também é instável e não promove uma segurança de que as mercadorias serão bem aceitas pela população. Além disso, tem também os próprios compradores vindos de fora do Estado, que podem comprar, passar cheques que não cairão nunca. Como não só a produção, mas também a comercialização se dão através da informalidade, o fato de não ter contratos formalizados, impede qualquer ação legal ou jurídica contra a quebra do que foi firmado e negociado. São os pequenos produtores e/ou comerciantes que acabam arcando com todos os custos e prejuízos que podem resultar dos “calotes” de seus compradores.

No setor comercial do Polo, é necessário, portanto, mais do que “colocar mercadoria” para a venda, ou ter “talento e sorte”, como apontou Oliveira, pois é preciso também conhecer as regras do funcionamento da feira, a sazonalidade, as “mercadorias fortes e fracas”, o preço e é importante ainda “ter jeito para a venda”. Para Souza (2012) estar na feira é um aprendizado contínuo e nem todos conseguem ter sucesso nessa empreitada, o processo de endividamento ou de “quebra” é uma narrativa constante e “um medo permanente entre os pequenos produtores” (p. 61).

Carneiro e Pereira (2012), também observaram em Nova Friburgo (RJ) que as confecções e as transações mercantis representam “um negócio de risco”. Assim como ocorre em Pernambuco, na região fluminense os calotes são frequentes e expressam fragilidades e vulnerabilidade para as pequenas confecções domésticas. Estes autores perceberam que a relação entre produtor e comprador acaba se assentando no contrato pessoal e informal, sustentado na confiança mútua. E além disso, a ausência de mecanismos formais de defesa dos confeccionistas, e o fato deles não emitirem notas fiscais das transações, acaba impedindo a comprovação das vendas efetuadas e dificultando também qualquer busca legal pelo que foi perdido ou não foi pago, situações muito próximas do que encontrei no Polo pernambucano.

3.7. “Nessa nossa área daqui os homens costuram e não tem preconceito com isso não”

É relevante destacar que na região, embora em algumas funções haja um sistema de estratificação ocupacional, a atuação em atividades que são culturalmente e socialmente tidas como femininas, relacionadas ao ramo de confecções (como costurar, bordar, passar, etc), passaram a sofrer alterações e modificações, pois com facilidade encontramos homens, jovens e adultos, exercendo profissionalmente tais ofícios, as quais antes só eram desempenhadas por mulheres no trabalho e na vida doméstica.

Nesse sentido, diante das entrevistas e do próprio contexto local, acredita-se que o aumento das demandas e consequentemente das produções do Polo fizeram com que os maridos e filhos fossem aprendendo a costurar para trabalhar nas confecções familiares, pois só o trabalho feminino não conseguia mais dar conta da expansão do mercado.

O que eu pude perceber desde a realização do meu trabalho do TCC e também nesta dissertação, é que a incorporação de homens em atividades tidas como “femininas” foi sendo, com o tempo, e através de gerações, naturalizada. É considerável o fato de que nenhum dos

homens que entrevistei, não só nesta pesquisa, mas também nas anteriores, falou que nunca sofreu algum tipo de represália ou mau julgamento por serem costureiros. Isso implica, hoje, na aceitação do fenômeno como algo natural, que é “visto com bons olhos” e não envolve piadas, ou estigmatização social.

O possível preconceito inicial que em décadas passadas pode ter existido, com o tempo foi “sendo deslocado pela oportunidade formidável de trabalho que a costura na sulanca representava e, por conseguinte, os homens constituem hoje boa parte do contingente dos trabalhadores”, como também afirma Espírito Santo (2013, p. 194).

Esse fator é interessante principalmente na realidade nordestina (por vezes, referenciada e estereotipada como machista), pois não é observado da mesma maneira em outras regiões do país. Lima (2009) em seu estudo nas confecções do Paraná, diz que:

Quando visitamos algumas lavanderias de roupas da região de Cianorte, em setembro de 2005 e em junho de 2006, percebemos o quão ainda é forte a percepção, por parte de alguns homens, de que as funções de costurar, passar e lavar são trabalhos tipicamente femininos. Muitos trabalhadores escondiam os rostos para não serem vistos, outros murmuravam para os colegas, com risos e gestos demonstrando inibição pelo trabalho que executavam. (p. 141)

Em Cianorte o que se observa é algo extremamente diferente do que ocorre em Pernambuco, pois neste caso os homens não demonstram qualquer tipo de vergonha ou constrangimento ao falarem que são costureiros, ou que trabalham em lavanderias. O próprio processo de reestruturação das atividades do Polo trouxe uma nova forma de ver a temática do “homem realizar trabalho de mulher”, isso pode ser constatado no depoimento de um costureiro entrevistado:

Antigamente o pessoal falava mais, só que de um tempo pra cá, não... Eu não sou contra nada, nesse mundo, desde quando cada um mantenha seu espaço, né! Se você procura seu espaço e você respeita, você vai sempre ser respeitado. Quando eu comecei a costurar, meus amigos diziam: “ah, quem faz coisa de costura é mulher”. Com o passar do tempo, abriu espaço para eles, e eles faziam a mesma coisa. E hoje aqui, no interior, a maior fonte de emprego é essa. (Entrevista realizada no dia 28/07/2014).

José que costurou por muito tempo, afirma que mesmo na zona rural, ninguém tem preconceito com homem que costura, as brincadeiras e estigmas quando ocorrem são mais das pessoas “de fora” do Agreste pernambucano, como ele descreve nas suas palavras: “as vezes alguém que não era daqui pra falar da vida do outro aí dizia: - oxe, aquilo é um preguiçoso, por isso que ele foi costurar, não aguentou o serviço da roça não”. Seu tio Mário, também afirmou com total convicção que “nessa nossa área daqui os homens costuram e não tem preconceito com nada não. Isso não existe aqui não”.

João, irmão de José, aponta que foi o primeiro homem a costurar no sítio em que ele mora, antes disso eram só as mulheres que exerciam esse ofício. Com o passar do tempo “os homens foram perdendo o medo e eu sempre disse que mesmo que eu fosse xingado, preferia ter meu salarinho certo pra manter minha família e não tá sofrendo tanto”.

No início os homens só cortavam, davam acabamento e tiravam ponta de linha, só depois quando eles viram que costurar era a atividade dentro da cadeia produtiva que oferecia uma melhor remuneração, quiseram aprendê-la.

Um dos homens entrevistados me afirmou que não existe preconceito, porque essa atividade “é uma necessidade que tem dentro do próprio comércio mesmo e aqui é uma coisa que não deixa o caba ficar desempregado, por conta da costura”.

O que se percebe é que diferentemente de outros Polos envolvidos com as confecções têxteis, uma especificidade da região estudada é que, no Polo de Pernambuco, ocorreu um processo de naturalização da inserção profissional masculina em atividade tipicamente femininas. O fato é que, diante das observações e das entrevistas relatadas, nenhuma das

pessoas abordadas demonstrou nos dias atuais, ao menos na esfera produtiva, perceber a atividade da costura como exercício exclusivo da mulher. Alguns dos entrevistados (as) chegaram mesmo a se pronunciar nos seguintes termos: “se tem serviço, a gente vai trabalhar mesmo, homem ou mulher, não importa”.

De acordo com os dados do DIEESE (2010), o aumento da presença do sexo masculino nas atividades do Polo tem se dado basicamente no setor industrial. Em Santa Cruz e Caruaru a quantidade de mulheres no setor é superior, mas em Toritama, o número de homens é maior do que nesses dois outros municípios. Segundo Bezerra (2011), além da necessidade da mão de obra de pessoas para costurar, uma hipótese que pode explicar tal situação é que a produção de *jeans* (especialidade de Toritama) envolve atividades mais “tecnológicas” e especializadas, que excluem as mulheres deste processo.

A maioria dos homens, principalmente os agricultores, assume que costuram por necessidade, mas diferentemente dos jovens, os que são mais velhos e têm raiz agrícola, não gostam de realizar tal atividade, como pode ser observado no capítulo anterior, no qual muitos deles descreviam a resistência que tiveram quando começaram essa atividade, a aversão e a dificuldade de se manter nela até hoje.

Além disso, um aspecto muito importante de ser ressaltado é que “a entrada desses homens na costura ocorre fundamentalmente por necessidade de sobrevivência, diante da falta de outras oportunidades” (BEZERRA, 2011, p. 106). Por este motivo, dizer que homens e mulheres costuram, não significa dizer que não há uma distinção social entre eles, o que há de fato é uma suposta condição de igualdade. Este elemento levanta questões importantes para explicar o interesse no recorte de gênero nesta dissertação, como será apontado mais adiante.

O que impera na região é a dimensão econômica e não uma sociedade mais igualitária em termos das relações de gênero nas outras esferas, além da produtiva. A expressão dessa questão pode ser ressaltada através do fato de que o homem realiza “trabalho de mulher” no ambiente produtivo sem qualquer constrangimento, mas não o faz no espaço doméstico, além disso, a naturalidade acerca dos papéis de gênero que se modificaram não se mantêm da mesma maneira quando é a mulher que realiza “trabalhos considerados masculinos”.

Uma vez perguntei a uma entrevistada em Toritama, ainda na minha pesquisa do TCC se ela conhecia algum caso de algum homem que era discriminado no trabalho por costurar, e a mesma nos respondeu que “não”, já quando indaguei se com as mulheres acontece o mesmo, ela respondeu que: “As vezes quando elas trabalham de moto-taxi aqui no Parque das Feiras tem preconceito, sim, porque só quem trabalha de moto-taxi é homem, aí quando vê uma mulher trabalhando já é motivo de comentário, de piada”.

Em uma de minhas idas ao Moda Center, ao conversar com um comerciante sobre esse assunto, ele expôs sua opinião e disse que não gosta de ver as mulheres fazendo “trabalho de homem”, porque isso tem gerado um desemprego para eles. Nas suas palavras: “Na verdade as mulheres hoje em dia fazem o trabalho dos homens, e eu não vejo isso com bons olhos, não. Hoje em dia muito trabalho que o homem desenvolveria, as mulheres pegam esse espaço”. E ele finaliza dizendo “O que acontece? Muitos pais de família estão desempregados”.

De acordo com essas narrativas, pode-se perceber que quando o homem adentra no mercado de trabalho realizando atividades tipicamente femininas, isso não gera para eles um estranhamento, já as mulheres que procuram se ocupar em serviços que são geralmente realizados por homens são estigmatizadas e carregam consigo o peso do preconceito, de como se ali não fosse o seu lugar. Além disso, o fato dos homens começarem a costurar, não é visto como uma “invasão” do espaço trabalhista das mulheres e eles nunca são descritos como culpados ou responsáveis por estarem tomando o emprego delas. Já quando alguma mulher assume uma atividade tipicamente masculina, ela pode ser vista até mesmo como responsável

pelo desemprego dos homens, como demonstrou a fala do comerciante acima, que não hesita em afirmar que a mulher às vezes “pega o espaço do homem” e que ele condena tal situação.

A segmentação dentro da esfera trabalhista evidencia ainda mais a hierarquia sexual, pois as ocupações destinadas às mulheres são concentradas em quantidades reduzidas de setores ou cargos (que na maioria das vezes já são tradicionalmente femininos), tal fator restringe e limita o acesso das mulheres a profissões diversificadas. Já os homens são mais “livres” para desempenhar qualquer função (na realidade em foco), sem que isso atinja sua “masculinidade”, e as mulheres quando não respeitam os “padrões” sociais determinantes de suas ocupações, são discriminadas socialmente.

Sobre essa questão vale a pena lembrar as palavras de Hirata (2007), que afirma que a forma da divisão social do trabalho geralmente se baseia em dois princípios organizadores: 1) o princípio de separação, que categoriza os trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e 2) o princípio hierárquico, que atribui um valor maior aos trabalhos realizados pelo sexo masculino. Isso faz com que o gênero fique submisso ao sexo biológico, que tem como consequência reduzir as práticas sociais a papéis sociais sexuais, que nas palavras da autora “remetem ao destino natural da espécie”.

3.8. “A gente costura, cuida dos filhos e ajeta a casa de minuto, tudo de uma vez só”: o trabalho doméstico feminino

Não se pode compreender a existência do trabalho produtivo domiciliar, deixando de lado o trabalho reprodutivo e a divisão do trabalho doméstico, pois o espaço que a mulher ocupa na sociedade sempre é marcado pelo seu papel na família. Nas sociedades camponesas, a família emerge ainda como a esfera prioritária na qual a mulher se identifica, onde sua identidade é gerada e construída. Além disso, diante das diferentes facetas que as mulheres enfrentam em relação às desigualdades de gênero, não se pode pensar apenas no mercado de trabalho como reprodutor de tal disparidade, mas também devemos levar em conta a família e o âmbito doméstico.

Nesse sentido, se quisermos entender contextos como o da região pesquisada, é importante que se faça uma ligação entre o espaço produtivo e o espaço reprodutivo, pois para as mulheres, na maioria das vezes a própria vivência do trabalho produtivo sempre implica em uma combinação dessas duas esferas, já que ambas se localizam no domicílio. Acredita-se, portanto, assim como Hirata (2007), que a precarização do trabalho não pode ser elucidada sem uma recorrência à dimensão extratrabalho, principalmente à relação entre os homens e as mulheres dentro do lar.

A figura do “cuidado” familiar foi (culturalmente e socialmente) sempre atribuída à mulher, como uma capacidade que está presente em sua essência. A dimensão da afetividade e da atenção é refletida na imagem feminina e no papel social que a mesma deve desempenhar no interior de sua família. Para Antunes (1999) não é só a família que precisa desse “cuidado”, mas o próprio capital também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, pois isso é indispensável para o processo de valorização e seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino que é realizado na esfera doméstica e é responsável pela reprodução dos seus membros que correspondem à força de trabalho da qual necessita.

Sendo assim, a família se apresenta como necessária e como base orgânica e funcional do desenvolvimento do próprio sistema sob o qual a sociedade está estruturada, pois para que ele possa se reproduzir as dimensões produtivas nas quais se apoia devem crescer proporcionalmente, onde a força de trabalho tem que se manter tanto em qualidade, como

também em quantidade. Nesse sentido, é através do uso da produção doméstica e do trabalho feminino dentro do lar que o sistema patriarcal e econômico garante a reprodução adequada dos indivíduos e da força de trabalho dos mesmos para o seu funcionamento.

Lúcia começou a costurar ainda na época das colchas de retalho. Ela cuidava dos seus filhos pequenos, cozinhava as refeições e também cuidava da casa praticamente ao mesmo tempo: “naquela época não tinha carrinho, a pessoa botava uns pano no chão e os brinquedo. Dava comer e dava uma olhadinha. E o comer eu botava no fogo e ia de instante em instante em instante olhar. O pior era não ter geladeira, aí tinha que cozinhar todo dia”.

Como não existia energia elétrica nos sítios e também como a geladeira era um eletrodoméstico ainda pouco utilizado entre as famílias mais pobres na época, o fato de ter que preparar as refeições todos os dias para não estragá-las era algo que dificultava ainda mais a rotina de algumas mulheres. Pois nada poderia ser feito em grande quantidade ou guardado de um dia para o outro, tudo tinha que ser feito diariamente. Some-se a essa situação, os casos em que as mulheres além de costurar e cozinhar, também eram as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos e com outras atividades domésticas.

Embora alguns avanços tecnológicos já existam nos dias atuais, como por exemplo, a chegada da eletricidade no sítio, as geladeiras, os fogões a gás e as máquinas ou tanques de lavar roupa, as mudanças que dizem respeito às relações de gênero ainda não ocorreram na esfera reprodutiva, pois assim como antigamente, até hoje, as mulheres continuam sendo as únicas responsáveis pelas atividades do lar na região pesquisada.

É importante destacar que as funções atribuídas às mulheres no lar são sempre caracterizadas por uma relação de serviço. O trabalho doméstico, por sua vez, não é reconhecido como trabalho, porque é “invisível”, não reconhecido pelo critério estritamente econômico. A gratuidade desse serviço exercido no seio da família é desde os séculos passados visto como uma obrigação natural da mulher, que nas palavras de Hirata (2006) é caracterizado por uma “disponibilidade permanente”.

Na realidade do Agreste pernambucano, percebe-se que os homens, em um determinado momento passam a exercer profissionalmente atividades que eram práticas femininas, mas ao mesmo tempo isso não tem implicado para eles em assumir essas e outras atividades da vida doméstica como lavar a louça, limpar a casa, preparar os alimentos e cuidar dos filhos.

Dito de uma maneira bem simples, na dimensão industrial, produtiva e comercial, o homem assume papéis tipicamente femininos, sem haver receio nisso, no entanto, no espaço doméstico, os papéis e as funções continuam sendo divididos por sexo, hierarquicamente, não compartilhados entre os casais. Tal fator pode ser exemplificado pelo fato de que **nenhum** dos homens que entrevistamos realizam algum tipo de atividade dentro do lar. Segundo Bruschini (2006, p. 338), de acordo com a PNAD⁴², entende-se por afazeres domésticos:

A realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

O fato de não contar com o apoio masculino no âmbito doméstico faz com que as mulheres se sobrecarreguem de serviços, enquanto os homens se dedicam apenas aos trabalhos produtivos. Dessa maneira ambos os gêneros continuam partilhando de condições desiguais perante o mercado de trabalho. Esse fenômeno da disparidade das condições de trabalho pode ser notado no discurso dos próprios agentes do Agreste pernambucano e que tem como exemplo maior, o caso que se segue abaixo.

⁴² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Como já foi dito anteriormente, durante a pesquisa fiquei hospedada na casa de Ricardo e Juliana. Eles dois são costureiros e têm um filho de três anos de idade, que vou chamar pelo nome fictício de Miguel. Todos os dias a rotina dessa família era praticamente a mesma, ambos acordavam de 6h ou 7h, tomavam café e começavam a costurar. A facção deles é na sala da casa e enquanto eles trabalhavam, Miguel dividia o espaço entre as máquinas, as peças de roupa e ficava assistindo desenho no sofá. Na verdade ele só consegue visualizar as imagens que passa na televisão, porque o ruído das máquinas é tão forte que não tem como escutar os sons dos programas. Durante a manhã, pude perceber que Miguel sempre interrompia Juliana inúmeras vezes para pedir alguma coisa, e requisitar atenção. Ele nunca recorria ao pai, mas a mãe era quem sempre parava de costurar para lhe atender.

Por volta das 11h, Juliana desligava sua máquina e ia fazer o almoço, ela passava cerca de uma hora ou mais realizando essa atividade, enquanto seu marido permanecia costurando. Quando a comida estava pronta, todos almoçavam. Após o almoço, Ricardo tirava um cochilo e ela ia dar banho em Miguel e arrumá-lo para levá-lo à escola. Ele começou a estudar em 2014, justamente na época em que eu estava realizando a pesquisa. Nas primeiras semanas de aula, eu ia com Juliana deixar Miguel na escola e como ele estava em processo de adaptação, ela ficava uma hora por lá, entretendo ele até que ele não sentisse mais a sua ausência. Quando ela voltava pra casa, Ricardo já estava acordado costurando e ela ia lavar a louça do almoço, só após fazer isso ela voltava a costurar.

Durante a tarde, os dois costuravam incessantemente sem parar. Quando dava 17h, Juliana ia buscar Miguel na escola e sempre parava na casa da sua mãe, que mora na sua rua, passava uns minutos lá e retornava para costurar. Miguel novamente ficava na frente da televisão. Por volta das 19h Juliana novamente parava e ia preparar a janta, quando ela ficava pronta, Ricardo parava de costurar e todos iam comer. Se fosse dia de “serão”, Ricardo voltava a costurar, mas se não fosse, logo após a janta ele dava por encerrado sua atividade. Enquanto isso, Juliana ia lavar a louça, dar banho em Miguel e tomar banho. Suas atividades domésticas só encerravam em torno das 22h.

Nos finais de semana, os dois costuravam até o sábado de manhã. Durante a tarde e no domingo, Juliana realizava as atividades que ela não conseguia fazer na semana, por falta de tempo, como: varrer a casa, passar pano, lavar roupas, passar ferro, fazer compras, dentre outras. E Ricardo por sua vez, sempre saía para conversar na frente de casa com algum amigo, ia visitar seus parentes ou ficava dormindo. Juliana uma vez resumiu sua rotina e também a de muitas mulheres na região com a seguinte frase: “a gente costura, cuida dos filhos e ajeita a casa de minuto, tudo de uma vez só”.

Há que se reconhecer que em grande medida, no caso citado acima, o rendimento do trabalho das confecções é garantido mais fortemente pelo homem, pois é notável que Ricardo costura bem mais que Juliana, porque ele não precisa parar inúmeras vezes ao longo do dia, para realizar outras atividade. No entanto, tem que se considerar também que isso só é possível porque sua esposa faz todas as outras atividades domésticas sozinha, é como se uma coisa dependesse da outra, pois Ricardo não conseguiria manter seu ritmo de trabalho se não tivesse almoço e janta já prontos, todos os dias. Nesse sentido, sua alta produção só é garantida pelo papel que Juliana cumpre dentro da casa que assegura uma reprodução física e social para todos os membros do seu domicílio. Lembro que quando conheci Ricardo, perguntei se ele sabia realizar alguma atividade doméstica e ele me falou “só sei botar água pra esquentar”.

Não só Juliana, mas a maioria das mulheres entrevistadas segue essa rotina que mistura o ofício profissional com as tarefas domésticas cotidianamente, por isso elas precisam conciliar e realizar inúmeras atividades quase que ao mesmo tempo, sem poderem contar com qualquer ajuda de seus companheiros. Durante a semana, elas costumam e realizam algumas atividades domésticas e nos finais de semana, ao invés de descansarem como seus maridos,

elas geralmente vão arrumar a casa, lavar roupa e fazer tudo aquilo que não é possível de ser feito nos outros dias. O interessante de observar ainda, é que nos seus discursos, as mulheres não falam, ou não percebem que suas jornadas acabam sendo maiores do que as dos homens e que elas trabalham mais do que eles.

No Agreste como um todo o problema de escassez de água é frequente e nos sítios não visitei nenhuma casa que tivesse água encanada. Percebi que esse fato também dificultava e muito o trabalho das mulheres, porque elas precisam carregar baldes de água para cozinhar, lavar a louça, passar pano na casa ou lavar as roupas. Para lavar os pratos, todas seguem o mesmo ritmo, colocam duas bacias de água e assim vão lavando tudo, para evitar ao máximo o desperdício. Uma vez fui me disponibilizar para lavar os pratos e vi como era difícil pra mim, que sempre tive água encanada, realizar essa atividade. Demorei muito tempo e Juliana ficou rindo de mim, falando que “pra quem não tá acostumada é muito ruim não ter torneira”.

Para lavar as roupas, algumas possuem tanques elétricos, que são semelhantes a máquinas de lavar roupas, com a água de sobra desse processo, elas dão descarga no banheiro ou lavam a calçada. Para tomar banho, cada pessoa da casa, utiliza cerca de um balde de água de cerca de 10 litros por dia e como eles falam “tomam banho de cuia”. Lembro também que de início a questão da água impactou muito minha experiência na comunidade, pois mentalmente eu achava praticamente impossível conseguir tomar banho e lavar o cabelo com um balde de água, mas com o passar do tempo fui me acostumando a não sentir dificuldade em fazer isso. Além do mais, essa experiência foi importante para minha vida pessoal, por me fazer enxergar o próprio valor da água enquanto um recurso natural, pois para os moradores de lá, a água é sagrada e mesmo sem campanhas publicitárias, eles tem uma consciência social e cultural de respeito com a água que é muito forte e prezam muito por ela.

Juliana ao conversar comigo sobre o trabalho e o cuidado com seu filho Miguel, assume e reconhece que ele sempre fica exigindo sua atenção e que muitas vezes ela precisa parar de costurar para ficar um pouco com ele. Segundo ela: “tem dias que a gente para a máquina porque Miguel quer atenção, tem horas que a gente quer parar e brincar com ele, porque ele fica querendo atenção”. E continua revelando algo bastante comum na região: “tem dias que ele faz até arte por isso. Ele fica assistindo, tem hora que chama, na hora que eu sento na máquina ele pede uma coisa. Hoje mesmo ele pegou a tesoura e quase cortou o cabelo, era uma bem pontuda. Eu chega fiquei nervosa”.

Além de Juliana, algumas mães da região me relataram que é comum que seus filhos pequenos se machuquem com tesouras, agulhas ou outros objetos, enquanto elas estão costurando e a principal explicação delas para esses casos é porque as crianças ficam sozinhas e elas se distraem com o trabalho, não podendo dar total atenção e por isso alguns acidentes acontecem. Muitas afirmam que criaram seus filhos “dando uma olhadinha”, porque nunca tiveram tempo de realmente se dedicarem aos cuidados com eles.

Geralda, por exemplo, ao relatar sua rotina diária de trabalho, conta que “amanhecia o dia eu já acordava, fazia o café e sentava na máquina pra costurar. Umas 11h eu me levantava e ia cuidar no almoço, depois arrumava a cozinha e ia pra máquina de novo, era assim”. Quando eu lhe perguntei como ela cuidava de seus filhos pequenos, ela respondeu: “eu botava os menino no chão e eles ficava embolando e eu dava uma olhadinha de vez em quando”.

Em alguns poucos casos, de costureiras já divorciadas, ou de mulheres que moram com os pais ou junto à família do marido, percebi que ao menos nessas situações as mulheres que costuram acabam realizando menos atividades domésticas, pois recebem esse suporte de outras mulheres que moram na mesma casa que elas. Ou seja, são suas sogras, avós, ou mães idosas que lavam uma louça, varrem a casa e fazem a comida enquanto elas ficam apenas costurando. Especificamente nesses exemplos, essas mulheres que realizam poucas atividades domésticas, porque tem o auxílio de alguma outra que realize essas atividades por elas, conseguem alcançar uma produção maior das confecções, por passarem mais tempo se

dedicando apenas a esta atividade e conseqüentemente também acabam recebendo uma maior remuneração diante daquelas que precisam dedicar parte do seu tempo às atividades domésticas.

Mesmo nos casos em que os homens e mulheres trabalham juntos realizando o mesmo tipo de trabalho produtivo, elas são as únicas que continuam a desempenhar uma quantidade desproporcional de tarefas domésticas, que poderia se traduzir numa dupla jornada, mas optei por não nomear essa configuração dessa maneira, porque para elas tudo isso é uma jornada única, tendo em vista que o trabalho produtivo e o reprodutivo são todos realizados no mesmo espaço da casa. Portanto, não existe uma duplicidade, pois não há uma separação do trabalho remunerado fora do lar e do trabalho doméstico, elas realizam todas essas funções e papéis (de mãe, esposa, costureira) num lugar só e quase que ao mesmo tempo.

Por fim, cabe ressaltar que no Polo como um todo não há uma preocupação maior dos órgãos públicos em atuarem por meio de políticas públicas, visando “auxiliar” as trabalhadoras. A existência de creches, escolas de tempo integral ou berçários, ou políticas que permitissem a conciliação da vida profissional com a vida familiar, certamente contribuiriam para diminuir o fardo das mulheres. Assim, como ações voltadas ao incentivo à escolarização, desde os momentos mais tenros, contribuiria para combater o trabalho infantil, tão flagrantemente presente na dinâmica local. Atualmente a forma do modelo das relações de produção local é a de total desresponsabilização com qualquer custo referente à reprodução social.

3.9. “Por isso que é bom trabalhar, pra não tá pedindo nada ao marido”

Logo no início do mestrado, ao elaborar meu projeto de pesquisa, uma das minhas hipóteses era pensar se a renda que as mulheres costureiras ganham com o seu trabalho, assim como a inserção delas no mercado de trabalho, tem implicado em uma maior autonomia das mesmas e dado visibilidade a elas dentro da família e no espaço público. Para tentar responder a esta questão percebi que é importante que se discuta também não só as questões de renda, mas também a forma como as despesas são divididas entre a família e a independência financeira das mesmas decorrente da atividade da costura.

Um fato que fica claro é que desde o surgimento da sulanca, em alguns casos o homem deixa de ser o único, ou o principal responsável e provedor da família. Pois com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, elas passam cada vez mais a ter dinheiro e a arcar com os gastos da casa, algumas vezes, até mais do que os próprios homens. O trabalho com a costura pode proporcionar para as mulheres não só um ganho monetário, mas também lhes deram poder de compra e de administração das finanças, pois a maioria delas a partir do momento que começa a ser remunerada não precisa mais pedir ou dar satisfação ao marido sobre o que, e aonde vai empregar o que ganham.

Para dona Josefa, de 63 anos o fato do surgimento da sulanca em Santa Cruz marcou sua vida, pois foi a primeira vez que ela conseguiu ter acesso a algum tipo de renda, nessa época, nas suas palavras: “nós finalmente começou a pegar nuns tostaõzinho. Era assim que nós mulher arrumava uns trocadinho, com as coberta que a gente fazia e mesmo sendo pouco, aquilo pra nós era muito bom”.

Sobre a remuneração que ganhava com suas costuras, Josefa fala ainda que “gostava demais do dinheirinho, mesmo sendo pouco” e justifica sua frase pelo seguinte motivo: “porque eu nunca gostei de pedir ao meu marido e a ninguém. Nunca gostei da pessoa dizer: - ô fulano, me dá isso? E a pessoa dizer: - não! Vixe maria, é muito ruim”.

Ela destaca um ponto muito interessante, que também apareceu no discurso de várias de suas colegas e diz respeito ao fato da costurar representar uma liberdade no sentido de que elas não precisam mais pedir nada aos seus cônjuges, pois as mesmas conseguem ter o poder de compra a partir do momento em que começam a costurar.

Josefa assim resume esse sentimento de autonomia e de independência financeira: “por isso que é bom trabalhar, pra não tá pedindo nada ao marido. Como eu ganhava meu trocadinho, se eu precisasse de uma roupa eu comprava, se eu quisesse uma coisinha diferente pra nós comer em casa, não precisava esperar pelo meu marido não”.

Nazaré ao comparar os dias atuais com a sua vida de infância na agricultura, afirma que: “hoje em dia a gente vive mais independente, ganha mais dinheiro, nem se compara com antigamente. Eu trabalho porque eu preciso e porque eu gosto de costurar, foi esse serviço que me deu dinheiro até hoje”. Ela assume que as atividades agrícolas nunca foram capazes de lhe dar rendimento, por isso, ela defende que gosta de costurar e que foi através dessa atividade que ela conseguiu obter algum tipo de retorno monetário e construir sua vida.

Para Socorro trabalhar significa “ficar mais independente” e “não precisar pedir nada pra ninguém”. Ela acredita que é por esse motivo que as meninas desde crianças já começam a costurar no sítio, para poderem comprar uma roupa, um sapato, um brinquedo que quiserem, sem precisar esperar até que alguma pessoa possa lhe dar. Desde os 10 anos que ela costura e que “é assim”, pois nas suas palavras “eu gosto de trabalhar pra ter meu dinheiro, pra na hora que eu disser assim: - hoje eu vou pra Santa Cruz. Eu boto o dinheiro no bolso e parto. Gasto com o que eu quero”.

Como se pode perceber, a atividade da costura representa para muitas mulheres a sensação de independência e também acaba rompendo com a sujeição financeira que algumas delas poderiam ter em relação aos seus maridos ou pais. Ter o próprio dinheiro significa poder utilizá-lo e investi-lo no que elas sentem necessidade, seja em despesas pessoais, como roupas, objetos de beleza ou materiais escolares, vestimentas e calçados de seus filhos.

Além da independência financeira, consegui observar outro elemento interessante que diz respeito ao modo como as mulheres e também os seus cônjuges gastam e no que gastam a renda que recebem com o trabalho da costura. As formas que essas possíveis combinações assumem, dependem de vários fatores, como por exemplo, se elas costumam sozinhas, se a facção é familiar, se elas têm filhos de outros relacionamentos ou se construíram a família juntos.

Giovana, por exemplo, conta que quando tinha uma facção com seu ex-marido, por semana eles recebiam cerca de R\$ 300,00 e dividiam essa quantia para os dois, “sempre dividia igual, mesmo que um trabalhasse mais que o outro”. No entanto, embora a renda fosse dividida igualmente, ela era gasta de maneira distinta, pois como ela mesma afirma, “já as despesas era separada, eu pagava o aluguel da casa, fazia a feira e comprava os medicamentos do meu filho e o dinheiro que ele pegava só investia numa moto que ele tinha, não me ajudava em casa”. Ela explica que ele não “ajudava” em casa porque ela tinha um filho que não era dele e “dizia que não ia sustentar”. Giovana resume essa situação dizendo “pra trabalhar nós era muito unido, mas pra gastar cada um cuidava do seu. Ele tinha os gasto dele e eu tinha os meus”.

Em situação semelhante à de Giovana, está Nazaré que tem uma facção com seu atual companheiro e possui três filhos de um casamento anterior. Ao lhe perguntar como se davam os ganhos e os gastos da sua casa, ela me respondeu: “o que eu ganho é só meu. Eu gasto com a feira, com a energia, as coisas de casa e gasto comigo”. Quando eu lhe questionei se o seu marido “ajudava” nas despesas de casa, ela disse: “muito pouco, mas às vezes ajuda. Ele não divide, porque eu tenho meus menino que não é dele, né? Aí ele não acha justo pagar igual”.

O que os exemplos de Giovana e Nazaré demonstram é que mesmo trabalhando juntos, elas pouco podem contar com seus parceiros nas despesas familiares. Cada um recebe

e gasta o dinheiro de forma separada. As mulheres nesses casos são as mais responsáveis e as que mais arcam com as despesas domésticas em comparação aos homens que investem mais no consumo pessoal deles do que no coletivo da casa, ou seja, nesses casos enquanto o dinheiro da mulher é coletivizado, o do homem é individualizado. Além disso, a questão se complica mais ainda se a mulher possuir filhos de outros relacionamentos, pois morar com um novo companheiro não significa que ele vá “ajudar” financeiramente, porque eles acham injusto dividir as contas de casa igualmente ou manter os filhos que não são deles, ficando reservada apenas a mulher essa função de prover não só o sustento das crianças, mas também assumir a maior parte das despesas da família.

Já no caso de Carmem é diferente, porque embora ela costure sozinha e seu marido trabalhe como servente de pedreiro, ela afirma que o dinheiro dos dois é recebido separadamente, mas é gasto “tudo junto”. Nas suas palavras: “eu recebo o meu, ele recebe o dele, aí nós junta e compra as coisa”. Além disso, ela ressalta que o marido compra mais “o grosso” pra dentro de casa e o que ela recebe gasta com ela e com o filho do casal.

Juliana e Ricardo também demonstram que no caso deles: “aqui não tem esse negócio do dinheiro ser só de um não. É tudo dividido”. A forma como o casal divide as despesas é a seguinte: “o dinheiro quando nós recebe, aí paga as conta e o que sobra a gente deixa guardado num cantinho ali, quem tiver precisando vai lá e pega. Não precisa nem pedir”.

Diferente das situações anteriores, pode-se notar que nesses dois últimos casos a remuneração do casal é vista como uma única renda e as despesas da casa são divididas de maneira igualitária, de modo que nenhum membro fique sobrecarregado arcando com a maior parte das responsabilidades financeiras. O dinheiro que cada um ganha individualmente acaba sendo somado e coletivizado.

No caso de Juliana e Ricardo, embora algumas vezes ele costure mais do que ela, que se ocupa mais com as tarefas da casa, a renda é conjunta, pouco importa se um trabalha mais que o outro. Os dois tem a liberdade de pegar o dinheiro que recebem quando precisam sem que isso gere algum tipo de conflito entre eles. O que difere muito das experiências de Giovana e Nazaré que por terem filhos de outros casamentos, seus companheiros não permitem que a renda do casal seja vista como coletiva, pois eles não se acham responsáveis de sustentar as crianças ou de contribuir igualmente com os gastos da família.

Neste último capítulo foi sugerida uma compreensão do trabalho da costura através da dimensão das relações de gênero. Foi demonstrado como desde o início, a confecção domiciliar tem atraído à mão de obra das mulheres e tem se tornado também como um importante instrumento de renda e independência financeira para elas. Foi analisado ainda as consequências do “conforto” desse trabalho realizado no seio do lar e por fim, buscou-se demonstrar como as mulheres articulam o trabalho produtivo com o reprodutivo e como as disparidades de gênero têm se revelado no âmbito doméstico, pois elas continuam sendo as únicas responsáveis pelos afazeres de casa e cuidados com a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da gigante proporção que a Feira da Sulanca tomou até reverberar no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, vale lembrar o percurso histórico de Santa Cruz do Capibaribe e sua referência local, que é enfatizada pelos moradores locais como uma cidade que possui “vocação natural” para o comércio. Todos os elementos apontados até então, são reveladores de dinâmicas extremamente importantes capazes de explicar o desenvolvimento de tal empreendimento.

A consolidação deste ramo de atividade tem um caráter específico e “peculiar”, porque na realidade em foco, não foram empresas de fora que se estabeleceram na região e recrutaram trabalhadores para as suas atividades, mas os empreendimentos que começaram a surgir pouco a pouco a partir de setores da população local, “filhos de Santa Cruz”, pois eles próprios se tornaram os principais atores desse processo. Diferente de outros aglomerados de confecção, como por exemplo, o de Cianorte no Paraná, analisado por Lima (2009), o de Petrópolis no Rio de Janeiro, examinado por Rocha (2013) ou o de Friburgo também no Rio de Janeiro, estudado por Carneiro (2006), o Polo pernambucano em questão, se firmou sem ser impulsionado por grandes empresas.

Para que se possa entender as configurações do Polo, assim como seu desenvolvimento   de extrema importância frisar a “bagagem” ou o conhecimento prático que os agentes do Agreste pernambucano det m e que foram possíveis devido   sua própria história local e às múltiplas experiências de comércio que sempre estiveram presentes na região.

Há que se admitir que a trajetória de Santa Cruz sempre esteve intrinsecamente marcada pela tradição das feiras, seja de mercadorias dos mais diversos tipos, de calçados de couro, de produtos agrícolas ou da sulanca. Isto pressupõe o fato que desde o século passado a cidade   culturalmente e economicamente marcada pelo comércio e pelas transações mercantis, e   através desta atividade que a vila de Santa Cruz do Capibaribe nasce e posteriormente se emancipa como município.

Além do comércio,   possível afirmar que também existe na região, certa familiaridade com a arte da costura, pois a mesma demarca ao longo do tempo uma centralidade no processo de alguns trabalhos que se consolidaram na cidade. Pois como foi demonstrado no primeiro capítulo, antes mesmo da sulanca, esta atividade já era realizada tanto por algumas mulheres que produziam roupas para a própria família (o que não   específico apenas dessa região), como também por alguns homens que detinham o ofício de sapateiros e confeccionavam calçados de couro. É interessante destacar ainda que os moradores do Agreste pernambucano conseguiram reaproveitar materiais (como o couro e o retalho de tecidos) que teriam pouca utilidade em outro contexto e transformá-los em produtos destinados à venda.

No caso do meio rural, as atividades agrícolas sempre foram combinadas com a costura, encontrando nesta última (desde os tempos dos lambe-solas) um aporte indispensável para a complementação da renda da unidade doméstica. Além disso, como foi verificado nesta pesquisa e reforçando o que foi observado por Burnett (2014), os arranjos da sulanca continuaram mantendo as características da produção familiar e domiciliar, como outrora era feito na produção agropastoril e funcionando no mesmo mercado: a feira livre.

O desenvolvimento da sulanca se ancorou no uso conjunto de fatores acessíveis e de baixo custo, tais como, o resto de tecido descartado e adquirido por um preço ínfimo; o espaço de produção domiciliar; a utilização da mão de obra feminina, e a sua baixa remuneração; o transporte de tecidos que em muitos casos poderia ser feito sem custos elevados e outros elementos que pressupõem que ao menos no que diz respeito ao seu caráter

econômico, a sulanca surgiu e conseguiu despontar sem a necessidade de grandes investimentos.

Nesse sentido, é importante atentar para o fato de que todos os elementos ressaltados acima supõem e indicam que o surgimento da sulanca não acontece “do nada”, nem é calcado na “espontaneidade”, como já foi reproduzido por alguns autores. Mas, ao contrário, são a partir das diversas “experiências” constituintes da história local e do saber e aprendizado prático do trabalho (seja comercial ou produtivo) transmitido de geração a geração, que tal empreendimento se consolida com tanto êxito e orgulho, como é falado no discurso dos agentes locais.

Assim como Souza (2012) e Burnett (2014), acredito que caracterizar como “espontânea” a forma como a qual a confecção têxtil desponta como motor econômico negligencia toda a história, a cultura e o aprendizado prático adquirido por esta população ao longo do tempo. Ao invés de ver tal empreendimento de maneira “instintiva” onde se buscava a reprodução social em um contexto de crise, pretende-se evidenciar as ações que não podem ser reduzidas à “luta pela sobrevivência”, mas sim como “formas inventivas de produção da vida”, nos termos de Espírito Santo (2012).

Neste momento conclusivo, é importante lembrar e também considerar que uma das principais características do Polo como um todo é a base agrícola e camponesa dos municípios, e de algumas pessoas que estão envolvidas com a produção e comercialização de roupas. Na medida em que os pequenos proprietários encontram mais e mais dificuldade de manter a produção agrícola, a sulanca começa desde meados dos anos 50 a se tornar uma atividade que tem a capacidade de absorver a mão de obra de muita gente, que passa a encontrar na costura uma nova alternativa de sustento.

Partindo para uma análise mais ampla, o crescimento das atividades não-agrícolas não só no Agreste pernambucano, mas também em outras regiões do país vem se constituindo como um elemento importante na atual fase de desenvolvimento da economia rural, pois têm criado novas oportunidades de trabalho para as famílias rurais, viabilizando práticas e estratégias dentro e fora dos estabelecimentos e também tem se apresentado como alternativa de renda complementar aos ganhos obtidos com as atividades agrícolas.

O que evidencia a grande relevância acerca do trabalho não-agrícola (da costura) na região pesquisada é a intrínseca relação que o rural (outrora marcado mais fortemente pela produção agrícola) e o industrial (urbano), não podem ser vistos como antagonicos. Essa perspectiva assume a ideia de mostrar que existe um equívoco (muitas vezes difundido no meio acadêmico) em conceber o campesinato e o mercado de trabalho não-agrícola como noções em posição mútua de exclusão, onde, para que um exista, o outro teria que deixar de existir.

A partir desta pesquisa, pude constatar que o rural não se resume apenas ao agrícola e que a inserção do camponês em processos de trabalho não-agrícolas, não são suficientes para indicar uma ruptura com um modo de vida. Além do mais, o aumento das atividades não-agrícolas no meio rural não deve ser entendido e interpretado de maneira precoce como uma perda de importância das atividades agrícolas por completo. O sentido do rural passa nos dias atuais a assumir novos significados diante das configurações pelas quais a região vem passando ao longo do tempo, impulsionados principalmente pela produção e comercialização de roupas que vem se estabelecendo como a maior fonte de renda das famílias rurais do Agreste de Pernambuco.

Nesse sentido, através deste campo empírico em específico é importante perceber que longe de significar uma fase de transição, um processo linear que afastaria o agricultor do meio rural ou como algo que poderia resultar no fim do campesinato, a possível combinação de atividades, ou a recorrência ao trabalho não-agrícola da costura, ressalta cada vez mais a complexidade das formas e dos elementos utilizados por alguns atores para garantirem sua

sobrevivência e até mesmo para a permanência da unidade familiar no meio rural. Além disso, essa combinação de atividades pode ser entendida tanto como uma forma de aumentar o rendimento familiar ou individual, como também pode ser uma oportunidade de inserção econômica e social da mulher em uma profissão remunerada.

Como foi visto no primeiro capítulo, a gênese da organização produtiva do Agreste pernambucano teve como base fundamental a pecuária extensiva que se estabelecia nas fazendas de criação de gado, mas que também dividia espaço com as pequenas propriedades dos moradores locais que intercalavam entre trabalhar alugado para os donos de terras maiores e cultivarem lavouras nas suas próprias terras para o auto consumo familiar.

O índice de chuvas no local sempre foi precário, pois não é um fenômeno recente, mas sim um problema que vem se alastrando por décadas e que nunca foi minimizado ou que teve seus danos reduzidos. Fato este que também acabou fazendo com que ao longo das gerações as famílias camponesas tivessem uma condição de reprodução permanentemente ameaçada e que sempre encontraram dificuldades em se sustentar. Embora tal situação fosse difícil para todos, os fazendeiros e os maiores proprietários de terra tinham melhores condições de refazerem seu patrimônio e de recuperar o que foi perdido com as secas reinteradas, devido aos capitais econômicos, sociais e políticos que detinham, já os pequenos proprietários eram sempre os mais prejudicados.

A pobreza, a escassez de terras e a falta de chuvas nunca permitiram que os pequenos agricultores pudessem se dedicar apenas à produção agrícola. Diante desse contexto, o recurso ao assalariamento temporário ou a venda de trabalho da mão de obra ociosa dos membros da família, para a complementação da renda doméstica, não é algo que aconteceu há pouco tempo, mas sempre foi uma estratégia utilizada historicamente na região, dentre as quais se destacam o trabalho alugado como uma das atividades mais recorrentes entre quase todas as famílias dos pequenos proprietários que por algum motivo, se viam impossibilitados de trabalharem nas suas próprias terras. Destarte, a própria pluriatividade é um fenômeno estrutural no tipo de vida e no desenvolvimento da região e isso significa reconhecer os processos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar no Agreste pernambucano.

Não se pode esquecer também que a própria família é uma dimensão básica para se pensar tanto o modo pelo qual se estrutura a sociedade pesquisada, como também as relações de trabalho. A capacidade de adaptação, o objetivo de reproduzir seu modo de vida, o apoio, a ajuda mútua, e a multiplicidade de soluções encontradas para tornar possível a reprodução das gerações, de uma maneira ou de outra, acabam sempre dependendo ou sendo guiadas por esta instituição. Por isso, não se pode ignorar a relevância que a família possui para os indivíduos de origem camponesa. Além de possibilitar a manutenção da atividade agrícola, na esfera das confecções, a base familiar continua sustentando a organização da produção e estruturando as relações de trabalho.

Partindo para uma análise da própria economia local acredita-se que a unidade produtiva da sulanca deve ser entendida muito mais do que uma organização específica da produção, mas também como um conjunto de elementos que envolve as representações de família e negócio, que acabam se ligando à experiência e ao histórico do trabalho familiar camponês, fatos estes que também foram elucidados por Souza (2012).

Seguindo a ordem do que foi discutido no segundo capítulo, no que diz respeito às combinações de atividades produtivas e nas rendas que são responsáveis pela manutenção e reprodução das famílias camponesas pesquisadas, consegui identificar três principais formas de combinação da agricultura e de possibilidades que se destacam como nos núcleos familiares, mas cabe lembrar que elas não são as únicas e podem variar, se dando de maneira distinta, dependendo do contexto particular em que cada grupo familiar está inserido. Seriam elas: i) a produção agrícola existe, mas não consegue se destacar mais do que a produção de

roupas no que diz respeito ao subsídio do sustento familiar, por isso ela é combinada com a costura (esse exemplo corresponde aos casos das famílias que vivem nos sítios e assentamentos); ii) existe um abandono agrícola e o que se mantém nas residências é apenas a confecção de roupas, que acaba sendo a responsável pela maior parte da renda familiar (esse caso corresponde à Vila do algodão e à maioria dos domicílios que visitei); iii) existe ainda a possibilidade onde a renda da família provém tanto das confecções têxteis, da agricultura, como também de outras atividades não-agrícolas, como por exemplo, a prestação de serviços, ou a inserção nos serviços domésticos, ou no trabalho como auxiliar de pedreiro, a comercialização de produtos têxteis, dentre outras possibilidades.

Detalhando melhor essas variações, pude perceber que ao menos no Sítio Situação do Algodão e no Assentamento, nos quais os terrenos são maiores e propícios para pequenas plantações ou criações de animais, não houve um abandono agrícola por completo, pois as famílias continuam mantendo algum roçado e a criação de animais. Além disso, por mais que o trabalho com a costura assuma o papel responsável pela maior fonte de renda no domicílio, a atividade da costura é vista como uma “complementação” ou “combinação” nos rendimentos da família, de forma que o dinheiro adquirido com a confecção pode ser investido na agricultura e vice-versa. A agricultura por sua vez, mesmo mantida como uma atividade parcial e marginal, também é conciliada com a produção e roupas e permite aumentar a renda do lar, pois quando é preciso outras estratégias também são acionadas, como a venda de animais ou dos seus derivados quando se precisa comprar uma máquina de costura ou outro bem que a família esteja necessitando. Especificamente nos casos desse tipo, a atividade da agricultura é sempre referenciada pelos agentes como algo que faz parte do seu modo de vida, onde são exaltados o “amor pela terra”, a “vocação pela profissão” e as “raízes agrícolas”. Nesses casos, mesmo existindo como uma atividade marginal, há uma valoriza o colocada tanto na agricultura como na terra.

Já na Vila do Algodão, por ser um local muito perto da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, a situa o se configura de maneira diferente, pois as pessoas que moram neste local, não desenvolvem mais nenhum tipo de atividade relacionada à agricultura, e conseguem se manter apenas costurando. Fato este, que pode levar a conclusão de que quanto mais perto a comunidade rural estiver das cidades sedes do Polo, maior será o abandono agr colo, pois a região estará mais fortemente vinculada ao Polo.

Mesmo diante da ausência de chuvas, alguns agricultores, sobretudo os homens de meia idade, tentam se manter resilientes e continuam plantando seus roçados e resistindo frente as crises climáticas e aos riscos do fracasso na colheita que podem correr. Conforme aponta Wanderley (2000), mesmo quando os agricultores são economicamente fragilizados e socialmente minoritários em alguns espaços locais, a atividade agrícola permanece “real e simbolicamente” como um dos eixos definidores das suas identidades. Sendo assim, o que se percebe é que a motiva o destes agricultores e costureiros em manter a atividade agrícola é muito mais social e cultural, do que meramente econômica. Pois esta atividade está inserida em um modo de vida e que outros elementos devem ser levados em conta, tais como a manuten o da identidade social, de um patrim nio familiar, de redes de solidariedade e de sociabilidade. Além disso, o trabalho com a costura é visto como uma estratégia de sobrevivência, até mesmo como uma maneira de permanecer no campo, poder trabalhar em casa com as confec es evita que essas pessoas migrem para a cidade em busca de emprego.

Enfatizando o aspecto dinâmico e flexível da posi o da agricultura e da confec o nas famílias, deve-se levar em conta que a extensão das propriedades, a distância entre as comunidades rurais e o meio urbano, o acesso a terra e aos meios de produ o, o apego, afeto ou “amor” pela tradi o agrícola, os percalços climáticos e a possibilidade de novas fontes de renda, podem ser fatores determinantes para que se possa entender a multiplicidade e as diferentes maneiras de inser o nas atividades do Polo e a sua possível rela o (ou não), com

as atividades agrícolas, que por sua vez podem permanecer, desaparecer, diminuir ou perder sua importância econômica diante da inserção das famílias rurais no mercado de trabalho.

Talvez o que tenha escapado desta dissertação, por conta do próprio tempo de execução é explicar porque alguns agricultores são mais resilientes que outros e porque alguns continuam prezando por manter o vínculo com a terra, enquanto outros não resistem e acabam migrando para a cidade, ou trabalhando unicamente com as confecções. O que se percebe é que não existe uma única saída, ou uma relação entre permanecer na atividade agrícola ou abandoná-la, pois essas dinâmicas podem se dar de diversas maneiras. Esses questionamentos se manterão como uma agenda futura de pesquisa e tentarei respondê-los em trabalhos posteriores.

O que também se pode observar no caso do Agreste pernambucano em específico, é que a atividade agrícola se torna reduzida (ao menos nos dias atuais), mais por questões climáticas, pela ausência de meios de produção, pela falta de irrigação ou assistência técnica do que simplesmente pela abertura do mercado da produção de roupas local, ou seja, a ameaça e a fragilidade da agricultura são anteriores e independem das confecções de roupas.

Através da fala de alguns homens da região que são agricultores e costureiros, pude perceber que eles afirmam claramente que possuem forte resistência e que desempenham essa atividade, não por valorizar ou gostar dessa profissão, mas sim por conta da renda e porque na região esta vem sendo uma das únicas saídas de trabalho para eles.

O que há de comum entre as pessoas que querem manter a atividade agrícola é que a maioria delas são homens de meia idade que nasceram e cresceram trabalhando com a roça. Para este grupo em específico, eles largariam a costura, caso tivessem condições dignas de plantar, lucrar e poder viver “do que a terra dá”, abandonariam a costura e se voltariam apenas para a agricultura, que na verdade é a atividade que eles assumem gostar de fazer, conforme foi apontado no segundo capítulo.

Entretanto, mesmo não gostando do ofício da costura, os agricultores reconhecem que de fato esta atividade vem possibilitando (com algumas ressalvas) uma melhora e mudança nas condições de vida das famílias rurais pesquisadas, pois eles vêm conseguindo construir suas casas, comprar meios de transporte, aumentar seus patrimônios e até mesmo investir na agricultura ou na criação de animais com o dinheiro que vêm ganhando no trabalho das confecções de roupas.

Ao analisar os discursos dos homens e mulheres, dos jovens, adultos e idosos, pude perceber que as atividades agrícolas na região que conseguem se manter atualmente, são demarcadas por um viés de gênero e de geração, pois são realizadas mais por homens de média ou avançada idade. Já os jovens e as mulheres acabaram se incorporando mais fortemente nas atividades da costura e não vislumbram um retorno ou um início de trajetória pautada na agricultura ou pecuária, pois esses dois últimos grupos de indivíduos afirmam em seus discursos que gostam de costurar e que preferem realizar esta atividade do que trabalharem na roça. Além do mais, o fato das mulheres saírem da agricultura para a atividade da costura na visão delas é visto como uma “melhora” na vida, tanto no sentido econômico, porque a partir daí elas já começam a ganhar o próprio dinheiro, como também nas condições de trabalho, pois mesmo submetidas a longas jornadas produtivas nas confecções, elas preferem estar em suas próprias casas, “sentadas” e na “sombra”, do que estarem trabalhando na roça, no “sol quente”.

Este elemento trouxe a tona outra questão interessante na pesquisa, pois a memória do passado e os significados atribuídos ao trabalho rural revelam não só a fonte de experiência da população local, mas também são utilizados nos discursos para se opor aos dias atuais, em que a costura ganha destaque como fonte de trabalho e de renda. Nesse sentido à alusão ao passado fortemente agrícola como uma época de “sofrimento”, “difícil” e de “pobreza”, passa a ser contrastado com a imagem que se tem do presente, de quando a produção das confecções

começou a fazer parte da vida dos moradores da zona rural, nas quais os dias atuais são referenciadas como um “tempo mais fácil”, de “renda garantida”, uma época “melhor de ganhar dinheiro” e de “menos sofrimento”.

No entanto, embora exista uma associação valorativa ao trabalho da costura atualmente, cabe destacar que isso se restringe apenas à esfera econômica, pois com exceção dos jovens e daqueles que “já nasceram na sulanca”, os que são agricultores e costureiros ao mesmo tempo embora trabalhem há anos com a produção de roupas continuam se vendo como agricultores e afirmando que esta última atividade de fato, é a profissão deles. Esta configuração é semelhante ao que Seyferth (1984) observou em Guabiruba (SC), pois ao observar o deslocamento da população rural para as indústrias têxteis, esta autora tentou compreender o “significado da condição camponesa numa situação de mudança”, para isso, ela introduz a categoria do “colono-operário” que é pensada a partir da ocupação principal da pessoa que e é rotulada por ela. Essa condição de colono-operário é pensada como uma estratégia de sobrevivência, como a única maneira de permanecer no campo, de não precisar migrar ou até mesmo de se manter colono. Além disso, alguns desses colonos do Sul são indivíduos que trabalham mais tempo como operário do que na sua propriedade agrícola, mas eles se identificam mais como colonos do que como operários têxteis, semelhante ao caso do Agreste pernambucano. Isso ocorre porque no que diz respeito à sua identidade social, a condição de colono no Sul e de agricultor no Nordeste se sobressai e representa um papel muito mais significativo para alguns indivíduos, do que as atividades têxteis.

Em Pernambuco a percepção do trabalho agrícola em oposição ao da costura para os trabalhadores homens envolvem dois elementos principais, que são os ideais de independência e liberdade. O trabalho na roça, mesmo não oferecendo grandes rendimentos, é adjetivado positivamente por estar sempre representado pela palavra “livre”, que por si só já indica uma condição de autonomia frente aos processos de realização das tarefas, enquanto que a costura é vista como um “aprisionamento estressante”, como uma área que não é a deles e como uma submissão frente às técnicas do processo produtivo e a um patrão que dita às regras e metas a serem cumpridas. O que é tido como critério de autonomia, para eles, parece ser o controle sobre o seu próprio tempo e ritmo de trabalho, que se apresenta de maneira diferente na agricultura e nas confecções.

Outro aspecto interessante que não estava previsto, mas que a pesquisa de campo acabou me revelando, é a forma como a grande parte das costureiras e costureiros que entrevistei encaram a formalização do trabalho, seja os que ainda trabalham com a agricultura, os que já abandonaram essa atividade, ou até mesmo os que nunca a praticaram, pois as pessoas me relatavam que não se preocupavam em trabalhar informalmente, porque sabiam que iriam se aposentar como agricultores. No imaginário coletivo, para aqueles que nunca pagaram INSS e nunca tiveram carteira assinada, se aposentar como agricultor é “mais fácil”, por isso, não só os que já trabalharam na agricultura, mas até mesmo algumas pessoas da cidade não se preocupam com aposentadoria, porque tentam de todas as formas provar que são agricultores, para garantirem esse benefício.

A partir de uma observação geracional, pude concluir também que os jovens na zona rural pesquisada têm sido cada vez mais atraídos pelo trabalho da produção de roupas e não possuem perspectivas de se manter na agricultura, tanto por não gostarem, quanto por considerarem as atividades da roça como mais penosas e degradantes, como também por essa forma de trabalho não oferecer rendimentos significativos. Nesse sentido, o trabalho com a costura, tem representado para esse grupo, uma atividade monetarizada e rentável propícia para corresponder a algumas realizações pessoais e financeiras, e o acesso a determinados bens materiais e simbólicos que talvez não seriam alcançadas por meio do trabalho agrícola. A baixa rentabilidade oferecida pelo roçado ou pela pecuária e o próprio trabalho agrícola são vistas por alguns jovens como desestimulantes.

Entretanto, a situação e o desejo de mobilidade material e simbólica, características da modernidade e presente na vida dos jovens acaba gerando tensões e conflitos entre as diferentes gerações, pois não é compreendida pelas pessoas mais velhas, principalmente por aqueles que continuam mantendo um vínculo com as atividades do campo. Para estas pessoas que tiveram e ainda tem uma trajetória fortemente agrícola, os jovens atualmente são vistos como “preguiçosos”, que “tem vida fácil” e desinteressados pelo trabalho com o roçado.

Cabe salientar ainda que o fato das confecções representarem uma significativa mudança no que diz respeito à remuneração, não anula nem rompe com a precariedade das relações de trabalho que geralmente são exercidas no meio rural. Além do mais, é considerável o fato de que estes jovens não qualificados e com pouca escolaridade, estão se inserindo em atividades que os fazem entrar para as estatísticas do trabalho informal no Brasil.

Tendo em vista a amplitude de questões que foram levantadas por esta pesquisa, eu não teria como deixar de lado o papel de protagonismo da significativa participação que as mulheres sempre tiveram no processo de desenvolvimento deste empreendimento econômico, conforme tentei destacar ao longo de toda a dissertação e principalmente no terceiro capítulo.

Inseridas de diversas maneiras no processo produtivo e participando de vários momentos da confecção, as mulheres vêm estabelecendo ao longo do tempo diferentes vínculos e relações de produção que se constituem enquanto elementos indispensáveis para as relações de trabalho que o Polo oferece. Assim como afirma Bezerra (2011), acredita-se que a costura faz parte de diversos momentos na vida das mulheres que se envolvem com a produção da sulanca, ditando fluxos e refluxos, que acabam orientando e definindo seus destinos.

Por esses motivos, esta dissertação buscou dedicar uma parte específica destacando a importância que se tem de compreender as inúmeras configurações que a confecção da sulanca assume no Agreste de Pernambuco como uma forma que consegue articular tanto as relações informais de trabalho, bem como as relações de gênero (que tem no trabalho da costura das mulheres seu principal suporte). Nesse sentido, é de extrema relevância dar visibilidade às mulheres enquanto atores sociais, que muitas vezes são ocultadas nos processos das relações de trabalho, não tendo a atenção que merecem e nem a sua importância reconhecida dentro da sociedade da qual fazem parte.

As mulheres vêm fazendo da costura o principal meio de sobrevivência dos seus núcleos familiares, pois em alguns casos a confecção de roupas se apresenta para elas como a maior, ou até mesmo a única oportunidade de fonte de renda.

As costureiras não só iniciaram nessa profissão, mas também continuam se mantendo até hoje não por cursos de corte e costura ou por um aprendizado formal, mas sim através de um circuito de transmissão de técnicas e experiências baseadas na sabedoria comum coletiva, que é compartilhada e ensinada por membros da família ou por relações de vizinhança e amizade ainda na infância. A arte da costura consegue se reproduzir ao longo das décadas e das gerações através da transmissão oral e prática das pessoas que já estão estabilizadas nessa função. Na maioria dos casos são as mulheres as principais transmissoras deste saber, mas também constatei experiências nas quais os homens costureiros também podem repassar seu conhecimento para os demais.

Com a comparação de diferentes trajetórias de vida, observei que a “garantia” do trabalho por “conta própria” é um elemento muito valorizado pelas pessoas. Ter sua própria facção é um marco que se associa a valores como “autonomia” e “liberdade” expressos na possibilidade de trabalhar em casa e escolher os horários das suas atividades. Além disso, acredita-se, assim como Souza (2012), que a experiência histórica e anterior do campesinato livre dessas pessoas, contribui para a cultura disseminada do “trabalho sem patrão”. Muitas pessoas trabalham na cidade apenas até conseguirem angariar o dinheiro de comprar uma

máquina, e a partir daí já começam a costurar nas suas próprias residências. Para estas pessoas, sem dúvidas a maior vantagem de trabalhar na própria residência é poder fazer o seu próprio horário e não ter o “patrão” por perto todos os dias para interferir ou ditar ordens. No entanto, cabe ressaltar que essa sensação de liberdade esconde a dependência e a submissão aos “patrões” que mesmo não estando presentes fisicamente, continuam ditando ordens, estipulando os prazos, a qualidade e os preços do pagamento das peças.

Embora o grau de “satisfação” das mulheres em serem costureiras, seja exposto através de suas falas, acredito que muitas delas não conseguem ver possibilidades de mudança ou de outras oportunidades de emprego na região em que vivem. Dessa maneira, a ideia da autonomia de ter o seu próprio negócio (o que vale para quem já o tem, assim como para as que não o tendo, veem isso como um horizonte a ser perseguido) é para muitas a solução mais rentável e mais cabível, por isso acabam encarando tal ocupação como o “melhor” modo de sobrevivência, ou a “mais desejada” forma de enfrentar as dificuldades financeiras, afinal o que movimenta a dinâmica econômica do Agreste de Pernambuco são atividades relacionadas à produção e comercialização têxteis.

É interessante perceber que muitas vezes, as costureiras e costureiros têm apenas sua força de trabalho para vender, mas o fato de não possuírem o meio de produção, não os privam de trabalhar, pois as próprias pessoas que os contratam além de fornecer as peças e os aviamentos, também oferecem máquinas para que o trabalho da costura seja possível de ser realizado. Mas, embora não seja cobrado formalmente um aluguel por esse empréstimo, quando as costureiras estão nessa situação acabam ficando vulneráveis e se tornando reféns de seus “patrões” que exigem das mesmas uma exclusividade da mão de obra e da produção que será realizada. Sendo assim, ter a própria máquina ou ter máquinas de diferentes tipos representa tanto uma maior autonomia para as mesmas, como também pode ampliar a renda e o leque de possibilidades para a busca de mais de um “patrão”, por exemplo.

As subcontratações entre “patrões” e costureiras podem assumir diversas formas, entretanto, todas têm em comum o fato de que os “contratos” são informais e que são baseados em relações pessoais de confiança e em acordos morais. Esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento tanto das facções, como das relações de trabalho, pois é ela que ajusta os “compromissos”, as “responsabilidades” e os “deveres” de ambas as partes. Além disso, o reconhecimento pelo “trabalho bem feito” também pode se tornar uma das formas de indicação para outros “patrões”, pois gera uma boa credibilidade e reputação para as costureiras.

Além de não arcarem com os outros custos da produção relacionados à infraestrutura, a recorrência aos serviços das facções e a subdivisão dos processos produtivos, ancorados na informalidade e no baixo pagamento por peça confeccionada acabam reduzindo as despesas da produção das mercadorias para os contratantes. Dessa maneira, o trabalho flexível se torna usual e se expressa nesses subcontratos ou terceirizações de facções, tendo como consequência a precarização nas condições de trabalho que recorre aos contratos informais, temporários, ao trabalho em domicílio e sem registro em carteira. No entanto, o custo do trabalho informal sempre recai sobre o(a) trabalhador(a), pois os seus “patrões” se desresponsabilizam de qualquer dano ou consequência que as atividades por eles exigidas possam causar e não asseguram para ninguém os direitos trabalhistas, pois esse regime não permite acordos de licença maternidade, aposentadoria, férias, décimo terceiro ou seguro em casos de acidentes.

Ao analisar essas relações de contratações através da própria visão dos trabalhadores e dos “patrões”, consegui perceber que se de um lado, os donos das confecções tiram proveito ao subdividir e fracionar a produção em várias unidades, do outro, escolher trabalhar em casa, deve ser visto como uma tática que as costureiras acabam concebendo para si como uma oportunidade vantajosa diante do contexto em que elas vivem. Pois, costurar em casa permite

que as mulheres e/ou mães continuem cuidando da casa e/ou dos seus filhos alternadamente e praticamente ao mesmo tempo em que desenvolvem suas atividades produtivas. Nesse sentido, é fundamental frisar que a maternidade, portanto, não determina a exclusão das mulheres no mercado de trabalho devido a essa possibilidade que o Polo oferece do trabalho domiciliar.

A ampla fragmentação das atividades, fruto das inúmeras subdivisões produtivas, gera também uma alienação do trabalho, pois impossibilita o trabalhador de ver no produto sua participação individual própria. Isso também impede que se tenha um resultado da qualidade dos produtos até sua finalização total, o que pode gerar também um prejuízo maior, porque se o dano for verificado desde o início, seu reparo torna-se mais fácil. Além disso, cabe salientar que as costureiras que são contratadas por outras, trabalhando no regime que eu denominei por “facções das facções” recebem menos ainda do que se elas trabalhassem diretamente com os “donos das peças” para exercer a mesma função.

Um dos principais elementos que ganhou destaque na pesquisa foi o fato de que o ganho por produção incita uma jornada não cronometrada nos(as) trabalhadores(as). Ao encontrar apoio no trabalho domiciliar, sobretudo no caso das mulheres, essa condição acaba fazendo com que elas cumpram vários papéis ao mesmo tempo e no mesmo espaço, não separando as esferas de atuação da sua vida, por isso, as articulações entre o trabalho domiciliar e o trabalho doméstico foram analisadas com bastante atenção.

O que pude perceber com isso, é que a participação feminina no mercado de trabalho vem sendo acompanhada por processos de desigualdade. Onde no ambiente produtivo, recai sobre as mulheres um trabalho remunerado, com funções tradicionalmente alocadas para o seu gênero (como a costura, por exemplo), não possibilitando para as mesmas uma oportunidade de ascensão ou de rotatividade de funções; e no ambiente reprodutivo as discrepâncias de gênero ainda persistem, pois as mulheres continuam perseverando a condição que lhes cabe historicamente dos cuidados com a casa e com a família. Isso demonstra que a casa reflete e ratifica a reprodução sexuada do espaço, pois nesse ambiente os papéis masculinos e femininos continuam a se divergir.

Com o desenvolvimento do Polo, os homens passam a exercer, profissionalmente, atividades que, na divisão tradicional do trabalho, quanto às relações de gênero, eram tipicamente atividades femininas (como costurar). Se, na origem dessa situação, certamente foram produzidos muitos estranhamentos, atualmente já é possível notar que tal situação se encontra bastante naturalizada entre homens e mulheres. Mas, enquanto de um lado, a identidade feminina se constrói pautada tanto no trabalho como na família e, de outro, permanecem inalteradas as responsabilidades das mesmas diante da família e das atividades domésticas. Pois, o que se pode notar é que mesmo apesar dos homens realizarem atividades vistas como femininas no espaço da produção, em contramão a esse processo, ainda existe no seio do lar uma continuidade de modelos familiares patriarcais, que gera sobrecarga para as trabalhadoras, principalmente para aquelas que têm filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados.

Sendo assim, enquanto as mulheres atuam tanto na esfera produtiva, como na esfera reprodutiva, os homens se mantêm apenas na primeira destas. Sem contar que ao serem as principais responsáveis pelas atividades do lar e cuidados com os filhos, as mulheres podem ser prejudicadas e sobrecarregadas nas suas atividades econômicas, pois o “desgaste” físico e até mental delas é maior do que no caso dos homens. Isso demonstra que mesmo que a mulher esteja inserida no mercado de trabalho, assumindo as mesmas funções que os seus companheiros nas esferas de produção e obtendo a própria renda, não é o suficiente para afirmar que as mesmas estão em um processo de igualdade em relação aos homens, pois muitas disparidades ainda continuam se perpetuando, sobretudo no ambiente reprodutivo.

Por fim, cabe concluir que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e também a renda que as mesmas vêm ganhando com o trabalho da costura, tem gerado uma maior autonomia financeira das mesmas e dado um papel de destaque a elas dentro da família, mas no entanto, acredita-se que essa autonomia é relativa e ainda não chegou nos espaços públicos. Ou seja, o fato da mulher assumir a função de provedora do lar (muitas vezes até mais do que os homens), implica em uma independência dela nas decisões familiares, mas não se abrange a outros campos da sociedade, pois acredita-se que não há uma efetiva mudança na valorização das relações de gênero num aspecto mais global.

Há que se considerar que a relevância da costura enquanto um trabalho, sem dúvidas melhorou a vida de todas as mulheres que conheci ao longo da pesquisa. Deixar de depender ou deixar de pedir ao marido representa para elas um elemento muito importante, pois a partir disso elas pegam no próprio dinheiro, deixam de depender economicamente de seus maridos e não precisam pedir para poder obter algo que necessitam, porque tendo sua própria remuneração, elas vão lá e adquirem.

A partir desse contexto, fica também a suposição de que para possivelmente otimizar a vida destas trabalhadoras, não bastaria apenas formalizá-las, mas sim pensar em novas formas de garantir direitos e melhorias nas condições trabalho que seriam compatíveis com a situação presente sob a qual elas estão envolvidas.

Diante de todos os pontos que foram levantados, a presente dissertação teve mais como objetivo refletir sobre inúmeras questões, que tendo em vista o cenário riquíssimo de pesquisa que o Polo oferece, não pretendem ser esgotadas, nem concluídas neste momento. Tendo em vista que o esforço desta pesquisa não se encerra neste trabalho, em projetos posteriores, continuarei tomando como base as constatações feitas até ao momento e buscando respostas para as possíveis lacunas que tenham sido suscitadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 2º ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, T. **A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ARAÚJO, J. F. **A história de Santa Cruz do Capibaribe**. Santa Cruz do Capibaribe, 2009.
- BEZERRA, E. M. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande, 2011.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand Brasil, 1989, Cap. II – Introdução a uma sociologia reflexiva, p. 17-58.
- BURNETT, A. **A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da Feira da Sulanca no Agreste pernambucano**. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, no 2, p.09-40, 2013.
- BURNETT, A. **"Era o tempo do pano na porta": Instituição e desenvolvimento da Feira da Sulanca dos anos 1950 aos anos 1980**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. 2014.
- CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: Estudos de casos no Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano**. Tese de Doutorado em Administração - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- CAMPELLO, G. M. C. **A Atividade de Confecções e a Produção do Espaço em Santa Cruz do Capibaribe**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
- CARNEIRO, M. J. T. **Pluriatividade no campo: o caso francês**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 32, ano 11, 1996.
- CARNEIRO, M. J. T. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CARNEIRO, M. J. T. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs). Mundo rural e Política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1999.
- CARNEIRO, M. J. T. **Juventude rural: projetos e valores**. In: Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. Orgs: Helena Abramo e Pedro Paulo Branco, Ed. Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidania, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, M. J. T. **Trabalho, “ajuda” e disputas:** uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rurais. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.11, n.20, p.99-125, 2006.

CARNEIRO, M. J. ; PEREIRA, J. L. DE G. **Tecendo novas estratégias.** In: Carneiro, Maria José. (Org.). Ruralidades Contemporâneas: Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

DIEESE. **Relatório Final:** Diagnóstico do Setor Têxtil e de Confeccões de Caruaru e Região. Recife: Observatório do Trabalho do Estado de Pernambuco, 2010.

DRUCK, G. **Precarização e informalidade:** algumas especificidades do caso brasileiro. In: Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

ESPÍRITO SANTO, W. R. **Sulanqueiras:** o trabalho com vestuário e outros ofícios no agreste pernambucano. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional, 2013.

GARCIA JR. Afrânio R. **Terra de Trabalho.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GARCIA JR., A. R. **O Sul: caminho do roçado:** estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero: Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília: MCT – CNPq, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. ; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro.** In: IAPAR. (Org.). Ocupações Rurais Não-Agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000.

GÓIS, J. O. **A evolução da feira de confecções em Santa Cruz do Capibaribe:** A sulanca que se transformou em alta costura. Santa Cruz do Capibaribe, 2013 (no prelo).

GOMES, S. C. **Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo:** o comércio de retalhos. Imaginário. USP, Vol. 12, nº 13, 2006.

HIRATA, H. **Entrevista: Helena Hirata.** Revista trabalho, educação e saúde, v. 4, n. 1, p. 199-203, 2006.

HIRATA, H. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

LEONE, E. T.; MAIA. A. G.; BALTAR, P. E. **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n.1 (38),. 2010.

LIMA, A. M. de S. **As faces da subcontratação do trabalho:** um estudo com trabalhadores e trabalhadoras da confecção de roupas de Cianorte e Região. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

LIMA, A. S. **“Empreendendo” a Sulanca: O SEBRAE e o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

LIRA, S. M. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência.** Revista de Geografia, v. 23, n. 1, Recife, 2006.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LOPES, J. S. L. **Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil.** Estudos do trabalho. Revista da Rede de Estudos do Trabalho. Ano V, n° 8, 2011.

LYRA, M. R. S. B. **Sulanca x muamba: rede social que alimenta a migração de retorno.** São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005.

MATTEI, L. **A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade.** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.45 n.4 Brasília, 2007.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** In: Projeto história. São Paulo (15), abr. 1997, p. 13-49.

RABOSSI, F. **“En La Ruta de las Confecciones.”.** In: Critica em Desarrollo n°2, segundo semestre, 2008.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, J. P. **As estratégias de vida das costureiras: confecção, facção e confiança no Pólo de Moda de Petrópolis (RJ).** Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SALES, T. **Agreste, Agrestes: Transformações recentes na agricultura nordestina.** Editora Paz e Terra / CEBRAP: São Paulo, 1982.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** Dissertação de mestrado. Campinas, SP, 1994.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar brasileira.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Território, Ruralidade e Desenvolvimento.** In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

SEBRAE/UFPE. **Estudo de Caracterização econômica do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco.** Recife, FADE/UFPE: 2003.

SEBRAE/UFPE. **Estudo de Caracterização econômica do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Recife, FADE/UFPE: 2013.

SEYFERTH, G. **Camponeses ou operários?** O significado da categoria colono numa situação de mudança. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v.29, Nova Série, 1984.

SILVA, S. R. A. **A juventude na “Sulanca”:** Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

SILVA, S. R. A. e MENEZES, M. A. **Os jovens no mercado de trabalho precário e informal do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. In: Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção. São Paulo: ANNABLUME editora, 2011.

SHANIN, T. **Lições Camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, A. M. **“A gente trabalha onde a gente vive”:** A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

STROPASOLAS, V. L. **Juventude rural:** uma categoria social em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos* . . . Belo Horizonte: SBS, 2005.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture:** le paysan polonais. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMSOM, A. **Aos cinqüenta anos: uma perspectiva internacional da história oral**. In: Ferreira, M.M. et alii. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz (Casa de Oswaldo Cruz). FGV (CPDOC), 2000, p. 47-65.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **O Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco:** ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção. São Paulo: ANNABLUME editora, 2011.

VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. **“Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887”**. Estudos Econômicos 33(2):353-393, abr./jun. 2003.

WANDERLEY, M. N .B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Tedesco, João Carlos (org), *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*, Passo Fundo, UPF, 1998.

WANDERLEY, M. N. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos sociedade e Agricultura, n.15, out. 2000.

WOLF, E. R. **A Europa e os povos sem história** (trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.